

- 1- Anfitriões ✓
 - 2- Amareis Nos Cadeiros ✓
 - 3- Casamentos de Outono ✓
 - 4- Um Arcação ✓
 - 5- Príncipe Luta
 - 6- Venda Quarta ✓
 - 7- Catedral ✓
 - 8- Palácio de Mojiana ✓
- 1 Morgado deitado ✓
 - 2 Padre Feijó ✓
 - 3 Paulista do Mar ✓
 - 4 Estilado
 - 5 Um Menino ✓



Filipe Neri, ~~foi~~ o pedido
para governo da freguesia
1783 ~~da~~ ~~1782~~?

Palácio da Mojiana - pavilhão da esquina Visconde do Rio Branco-
co-
Campos Sales

"Para o caso brasileiro o estudo genealógico, encarado de maneira científica, apresenta importância indiscutível. As relações de parentesco estabelecem entre nós uma rede bem mais séria que em outros países. Em inquerito recente, feito no interior de São Paulo, sob a direção de um sábio mestre de sociologia, - Donald Pierson, com todos os preceitos da técnica, espantaram-se os pesquisadores exatamente com a força extraordinária dos laços de parentesco. Analfabetos, incapazes de conhecer pelo nome as autoridades locais ou nacionais, conhecem parentes até graus reputados remotos pelos povos que se consideram civilizados. É este emaranhado de relações que entra em ação na política, na religião, na vida social e nas tradições - elemento imprescindível para a compreensão de solidariedades inesperadas, resistências imprevisíveis e reações imponderáveis," (Americo Jacobina Lacombe, "Introdução ao Estudo da História do Brasil", 97).

A genealogia, matéria árida e pouco apreciada pela sua natural monotonia de seqüência de gerações que se multiplicam, parece confusa para quem não se familiariza com a forma de expor dificuldades na sucessão de gerações que devem ser descritas. — Grandes mestres, como Pedro Taques, Silva Leme, Frederico Brotero, deixaram composições biográficas de valor; mas, em geral, elas se anuviám com a fastidiosa repetição de formas sem possibilidade de variação, terminando por afastar muitos curiosos que se abalançam à sua leitura.

Outro sabor tem a biografia isolada; mais numero -
sos são seus entusiastas e melhormente constituem leitura de sim-
ples deleite. Com esta qualidade, e apurado que a maior parte dos
que contemplam uma exposição árida de genealogia não se interessa
por todos os seus ramos, legítimo é que se restrinja a descrição
de gerações descendentes, estendendo os estudos a aspectos sociais
dos antepassados, deixando para os interessados o prolongamento de
suas gerações, o que traz uma redução na obra e comodidade para o
leitor. Recordamos tradições orais que se confirmam em documentos,
compondo a história na qual se procura a verdade sob as melhores
afirmações encontradas.

A história familiar é uma recordação cara que a muitos agrada; seus aspectos são objeto de demanda; sua tradição se repete e se transmite, singelamente para alguns, com opulência para outros, mas como patrimônio que se conserva pelo relato oral e pelo carinho dos que amam seus pais e avós, dos que os admiram e os perpetuam na memória. E a história do lar é o primeiro degrau da história que culmina no panorama da civilização.

VISITAS IMPERIAIS

Os dias frios do inverno se agitavam com a notícia da vinda de Suas Majestades a Campinas, percorrendo, pela segunda vez, cidades da província de São Paulo. Ainda era bem lembrada a visita do imperador, então muito jovem, em 1846, quando Campinas o recebeu com fausto, festividades e incontido entusiasmo, marcando suas homenagens, em especial, com os torneios da cavallhada luxuosa e intrépida, numa realização da mocidade cheia de garbo, e que agora, - nesta segunda visita, recordava com saudades todos os lances da graciosa e da desenvoltura cavalheiresca dos torneios históricos.

Dom Pedro II não era mais o moço de vinte anos; estava para atingir meio século de sua útil, bondosa e sábia existência. Com a esposa de quatro anos mais de idade que o marido, formava um par circunspecto, que soube sempre conservar suas qualidades democráticas e uma profunda bondade de coração.

Mas eram as Majestades Imperiais; e os campinenses de agora, não desejariam deslustrar a fama de dedicados e generosos anfitriões, conquistada ha três décadas por eles e por seus pais e avós. Desenvolveram-se, então, os projetos e aprestos, com a suficiente antecedência para recepção condigna.

Fundamental era a escolha do prédio que, pelos dias de permanência de Suas Majestades, iria servir de paço. E como paço - significa "palacio real", em Portugal os sobrados que acolhiam visita real, passavam ~~a~~ ^{se} a chamar paço; e se ~~em~~ ^{no} nosso país houvesse ~~esse~~ seguido este hábito, Campinas ainda poderia, até hoje, contar com três paços, um magnificamente conservado, e dois, mal conservado um e deturpado outro.

Para a visita de 1875, o sobrado de Felisberto Pinto Tavares que havia sido paço em 1846, já não era o melhor da cidade, suplantado pelo sobrado da rua Direita (hoje Barão de Jaguará,

canto da General Osório), este ainda sem a concorrência dos palácios, o dos Azulejos e o dos Alves, ambos da década de oitenta. E a escolha recaiu, com justiça, no sobrado da rua Barão de Jaguará, então propriedade do Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, ^o que havia sido construído, com início em 1846, por Dona Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, senhora do Engenho de Sete Quedas, viúva de Antônio Pompeu de Camargo e sucessora de seu pai José Rodrigues Ferraz do Amaral, fundador deste engenho que Dona Teresa foi transformando gradativamente em fazenda de café.

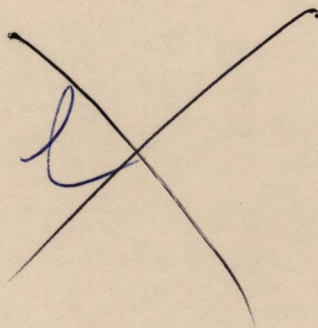
Desde o primeiro período que teve Campinas, o de influência do açúcar como já classificamos (4), surgiram as residências rurais de grande porte, de vastas salas e mobiliário custoso, seguidas, com o ciclo do café, das residências urbanas de imponência e nobre aspecto, mudados os hábitos das famílias que, de permanente residência nos sobrados dos engenhos e com pequenas casas na vila para as festas religiosas, passaram à vida urbana, com menor permanência na propriedade rural.

Maiores exigências de conforto, estudos mais extensos e adiantados para os filhos, teriam sido fator inicial desta transformação, seguida, após, por mais intensa vida social, política ou cultural, com atração para as casas residenciais da cidade, de famílias em ascensão de riqueza, que se integravam em costumes de apuramento e requintes de sociabilidade.

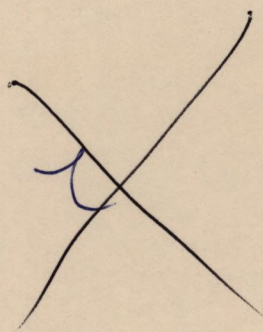
Curioso, porém, que a viúva Dona Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, cujo marido Antônio Pompeu de Camargo falecera em 1836, cuidou de construir seu sobrado na cidade, mesmo antes de ter sua sede nobre em terras de engenho. Para tanto, dispôs de vasto terreno com frente para a rua de cima (depois Direita e hoje Barão de Jaguará), esquina da rua das casinhas (hoje General Osório), nesta ocupando integralmente a quadra. (~~Fig. 1~~).

Foi em 1846 que Dona Teresa fez iniciar as taipas de seu sobrado, que não estaria ainda terminado em 1849, quando se casou sua filha, a futura Viscondessa de Indaiatuba, com os atos sacramentais e festas no sobrado de Felisberto Pinto Tavares. Era o sobrado de Dona Teresa uma vasta residência com grandes salões e numerosos cômodos, circundada sua fachada, ao nível do andar superior, por sacada com gradil rendado e medalhão central de iniciais do nome da proprietária (~~Fig. 2~~). Por morte de Dona Teresa, passou o

o sobrado a seu irmão e genro Joaquim Bonifácio do Amaral.



Óleo de José de Castro Mendes (coleção de José Pompeu de Camargo)
sobrado urbano dos Viscondes de Indaiatuba, paço imperial com a
hospedagem de Suas Majestades em 1875 e 1878.



O Palácio de Sete Quedas, dos Viscondes de Indaiatuba, sede da Fazenda
do mesmo nome (foto do autor).

Joaquim Bonifácio do Amaral se casou com a sobrinha, Dona Ana Guilhermina Pompeu do Amaral, filha de Dona Teresa Miquelina, de quem devia ter herdado, integralmente ou em parte, o sobrado e a fazenda. Nesta fazenda, Joaquim Bonifácio construiu um palácio, apondo em sua porta principal as três iniciais do seu nome (~~figs. 3, 4 e 5~~). É o belíssimo palácio até hoje conservado, adornado de precioso parque florestal que se abre em gramados extensos de encantador efeito. O prédio é vasto, de dois andares, um corpo central avançado com porta principal de entrada, de verga em semi círculo, ladeada por seis janelas de vergas retas; no andar superior, sete sacadas com gradis e também de vergas retas. Dois corpos laterais, de fachadas recuadas, têm, cada um, cinco janelas de vergas retas no andar superior e uma porta no andar térreo.

Assim, escolhido Joaquim Bonifácio para hospedar - Suas Majestades, ele poderia oferecer dois paços magníficos para a Corte itinerante, e tratou de adorná-los como mereciam os hóspedes majestáticos. O da cidade, onde estariam em permanência os Imperadores, recebeu especial decoração, tudo vindo da França que era a ditadora dos requintes sociais, da moda, do mobiliário, das tapeçarias, dos adornos, das alfaias, das baixelas, dos cristais. E Joaquim Bonifácio, na cidade opulenta de Campinas cujo comércio transacionava diretamente com a Europa e dela recebia, sem interferência mesmo das capitais da província ou do país, o que importava de luxo, Joaquim Bonifácio não teve óbices para trazer da França mobiliário luxuoso, tapetes de Aubusson, porcelanas de Sèvres e de Limoges, cristais de Baccarat, e tanto mais, para que Dom Pedro, em seu diário, registrasse sua impressão, de "casa do Joaquim Bonifácio excelentemente preparada" (2).

Neste sobrado, agora paço, Suas Majestades, em vinte e cinco de agosto de 1875 (3), iniciaram sua hospedagem com almoço pelas onze horas e trinta minutos. No mesmo dia, Dom Pedro fez várias visitas pela cidade, à Santa Casa, ao Colégio Culto à Ciência, ao Colégio Florence, ao Colégio Internacional, ao Colégio Perseverança, às Indústrias dos Irmãos Bierrenbach, e a indústria do Sampaio Peixoto, galardoando esta última com o título de "Imperial O-laria"-que dava o direito de estampar as armas imperiais em seus produtos,-à Catedral extasiando-se com a magnífica obra de talha nua.

Depois do jantar, participou o Imperador o seu desejo de receber a visita de Joaquim Correia de Melo. Foi um desapontamento geral, pois ninguém sabia quem era esse homem, estabelecendo-se assim, um ambiente de inquietação até que um dos presentes, teve um "estalo" de memória, e comunicou: Joaquim Correia de Melo era o Quinzinho da Botica que todos conheciam e estimavam. Era o farmacêutico, tão modesto e carinhoso, que atendia ricos e pobres, sendo para estes o bom que os aliviava nas mais angustiosas provações com moléstias de crianças e adultos.

Campinas então ficou sabendo que o seu Quinzinho da botica, era um sábio conhecido na Europa, já com renome mundial, e que certa vez, estando em Paris um estadista brasileiro, na Academia de Ciências, um dos acadêmicos fez referências a um sábio brasileiro muito distinto, o Senhor Correia de Melo"; e como o estadista brasileiro afirmasse não conhecê-lo, continuou o acadêmico: "como? mas ele é de sua província" (4). Dom Pedro II registrou o seu prazer em conhecê-lo e quiz mais uma visita sua, na noite seguinte, e lhe prometeu, de presente, uma exelente obra de botânica, a "Flora de Martius". Depois, o jornal, O Constitucional de trinta de outubro de 1875, noticiou: "Joaquim Correia de Melo se acha de posse de magnífica obra ~~(figura)~~ compilada em latim pelo Dr. C.F.P. Martius, constando de mais de trinta volumes concernentes à flora americana e da qual S.M. o Imperador fez presente ao Sr. Correia de Melo". Compoem-se a obra de trinta e nove volumes e é carinhosamente conservada na biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas; seu autor é Carlos Frederico Filipe von Martius.

Dia 26, pela manhã, Sua Majestade deixou seu paço e, depois de uma visita à Matriz Nova, seguiu para a fazenda Sete Quedas onde almoçou. O almoço foi servido em baixela de porcelana francesa, cujas peças estavam gravadas com o nome da fazenda, "Sete Quedas".

Na comitiva imperial, durante o almoço, previu-se a concessão de baronato ao anfitrião, sugerindo alguém para esta concessão, o título de Barão de Sete Quedas, que não foi aproveitado, instituindo-se de Barão de Indaiatuba, concedido em 16 de fevereiro de 1876. Depois do almoço, do elegante paço sede da fazenda, Sua Majestade continuou a viagem e as observações de interesse do seu império, e voltou a Campinas para o jantar.

Após o jantar, recepção com a nova presença solicitada de Correia de Melo, presentes mais, a Baronesa de Campinas (depois Viscondessa) (5) o Barão de Três Rios (depois Marquês) (6), o Barão

de Atibaia (7) e outros, para, no dia seguinte, visitar o Imperador as estradas de ferro em construção, Paulista e Mojiana, pernoitando em Moji Mirim, em casa de José Guedes de Sousa, futuro Barão de Pirapitingui (8), e voltar a Campinas para o almoço e retornar á capital.

A 14 de Setembro de 1878 (9), nova visita de Suas Majestades recebeu Campinas. Foi hospedeiro imperial o mesmo Joaquim Bonifácio de Amaral, agora Barão de Indaiatuba pelo decreto de 16 de fevereiro de 1876. Tendo o Imperador um objetivo especial pelo desenvolvimento das comunicações ferroviárias, já no mesmo dia de sua chegada, após o almoço, seguiu em visita ás estradas de ferro em construção. Dom Pedro regressou a Campinas no dia 17; visitou a cidade, voltou à Matriz Nova com observação demorada de suas primorosas obras de talha, e referências a seu bondoso anfitrião nestas duas visitas; concedeu-lhe nova distinção, elevando-o a Visconde de Indaiatuba pelo decreto de 19 de julho de 1879 (10).

O VISCONDE DE INDAIATUBA

Foi pela metade do século dezenove que Joaquim Bonifácio do Amaral, futuro Visconde de Indaiatuba, iniciou seus trabalhos para a vinda do braço livre europeu, para a sua fazenda Sete Quedas, em Campinas.

Trinta e oito anos antes da Lei Áurea, já este preclaro paulista punha em execução medida altamente benéfica ao país, intensamente caridosa, de elevada visão econômico-social, e acauteladora de uma crise inevitável que se faria sentir com a abolição radical em um só ato com se fez. Se em 1852 cogitassem os nossos governos de seguir as medidas tomadas pelo Visconde de Indaiatuba, de adotá-las e de promover uma abolição paulatina, ter-se-ia poupado o escravo liberto mais cedo, adestrando-o para trabalho livre, evitando a depressão econômica ocasionada pelo treze de maio.

O Visconde foi em Campinas o pioneiro da colonização européia de nossa lavoura; este homem teve seguidores (11) mas foi o primeiro a provar, em Campinas, a excelência do braço livre, o valor social da imigração que viria extinguir a escravatura, em normalidade de evolução econômica condizente com os interesses nacionais e harmônica com o sentimento brasileiro. ~~(12-13-14)~~.

Não se exaltou, ainda, como merece, a ação do Visconde de Indaiatuba que, no ambiente particular dos seus negócios, aventurou-se à uma modalidade de trabalho agrícola, humana, prudente e

esclarecida, não apenas como realização particular, mas que poderia ter constituído um patriótico e sábio programa de governo ministerial.

Já haveria, como hoje vemos entre políticos, por receio uma subordinação de interesses coletivos a interesses eleitorais; - um temor do político em abraçar a causa da libertação, de desgostar cabos e eleitores, sacrificando a coletividade para não reduzir seu eleitorado. E não escaparam desta debilidade, o partido e propagandistas republicanos. . .

A esplêndida fazenda Sete Quedas do Visconde de Indaítuba, ex-engenho de açúcar, acolheu as primeiras famílias de imigrantes europeus; foi o palco das primeiras lutas de adaptação e o ambiente de fixação que se consolidou dando o exemplo para futuras levadas imigratórias que vieram permitir a ampliação dos trabalhos - para alargamento da cultura do café, que, ainda com escravos, partiu de Campinas e Itu, e com braço livre conquistou a maior parte do solo paulista de produção agrícola.

Fundou o Visconde a primeira colônia estrangeira em sua fazenda Sete Quedas, em 1852; com seguidores, o braço livre entrou em Campinas para não mais sair, e para se estender avolumando - as correntes imigratórias, em 1870 subvencionadas pelo Governo e em franco desenvolvimento.

Era o Visconde um homem culto e batalhador. Lavrador de berço como filho e neto de lavradores, na agricultura mostrou sua inteligência e capacidade de direção, assim como em chefia política e de administração pública. E o seu memorando sobre o início de sua colonização desde 1852, demonstra seu saber e sua visão de homem prático e bem orientado, não só na guerra que sofreu das autoridades alemãs e de seus representantes no Brasil, como no seu triunfo que tanto trabalho e tanto sofrimento lhe custou. Foi este Memorando publicado em 1952, do qual transcrevemos:

"Desde 1852, iniciei a colonização na minha fazenda Sete Quedas, neste município, com braços estrangeiros alemães, sem ter um pé de café. .

Colonizar, portanto, em tais condições, não era por certo contar-se com bons auspícios.

Porém por isso mesmo, me é grato recordar e afirmar que, em conjuntura tão precária, aquele ensaio de colonização foi coroado pelos mais felizes resultados.

Mas, então, não havia cônsul aqui.

Nesse tempo adotei o contrato de parceria, que era

em voga

Com essa falta, consideráveis prejuízos sofri, sendo um deles o proveniente da compra de algumas dezenas de escravos para salvar os cafezais de uma fazenda, comprada na cidade de Amparo em fins de 1873, onde não havia braços de qualquer espécie.

Decorreram os anos de 74 e 75.

Em novembro de 1876, não podendo mais contar com os colonos de Holstein; recolhi dez famílias, vindas de Blumenau, que se ofereceram, e, em virtude de suas instâncias, foram contratadas por meu diretor.

Em Dezembro do mesmo ano atirei minhas vistas para o Tirol, e para isso auxiliei-me da empresa de Joaquim Caetano Pinto Júnior & Cia,.

Em meado de 1877, recebi mais ou menos cinquenta lombardos, contratados na capital desta província.

Em 31 de Agosto e 27 de Setembro do mesmo ano, recebi mais cerca de trezentos e cinquenta tirolezes, em famílias grandes e laboriosas.

Até que chegassem à colônia, tive de vencer dificuldades opostas, na corte e na capital desta província por falsos amigos dos colonos, cuja intervenção só atribui à propaganda fomentada pelos governos estrangeiros, por meio de seus representantes no Brasil (12).

Foi o Barão João Tiago Von Tshudi, de 1860 a 1866, ministro da Suíça no Brasil, com especial missão de visitar as fazendas que haviam recebido imigrantes europeus. Esteve em Campinas e, das várias fazendas que visitou, anotou cuidadosa referência à propriedade de Joaquim Bonifácio do Amaral, afirmando:

"A fazenda Sete Quedas possui uma colônia verdadeira - mente modelar. Todas as famílias, provenientes do Holstein, já tinham satisfeito seus compromissos anos atrás e trabalhavam sob o regime de participação da safra. Todos estavam satisfeitos, o que explica terem renovado seus contratos de parceria. Suas casas eram agradáveis, tanto pelo aspecto que revelava conforto e limpeza, como pela situação. Cada família possuía de 8 a 10 suínos, algumas vacas e, quase sempre, um cavalo. Cultivavam muitos produtos agrícolas, mormente batatas, que vendiam em Campinas; fabricavam manteiga e queijo, e cultivavam a apicultura. Um deles possuía 118 colméias, de construção muito simples, mas extremamente eficientes. Mas nem por isso negligenciaram o cafezal, que se encontrava em ótimas condições".

Seguir na mesma linha

Sete Quedas é a mais evidente prova da grande vantagem que o sistema de parceria oferece aos colonos" (13).

De amistosas relações com o Imperador Dom Pedro II, - hospedou-o por duas vezes, e a Imperatriz, anotando Sua Majestade., em seu diário de viagem, ter visitado a "Fazenda 7 Quedas. Vi. as casas dos colonos. Parecem prosperar, sistema de parceria. Conversa longa com Joaquim Bonifácio do Amaral sobre a Colônia. Ele sustenta acerrimamente esse sistema. As máquinas Lidgerwod para café estão muito bem montadas e são movidas pela água do ribeirão 7 quedas. Almoço" (14).

Liberal, teve o visconde destacada atuação, a começar pelo movimento de 1842, achando-se, com seu irmão Carlos, no combate de Venda Grande, já incluído no rol dos responsáveis, como Antonio Manuel Teixeira, Reginaldo de Moraes Sales, os irmãos Teixeira Nogueira e outros, aos quais se ligava por idealismo político e amizade pessoal, além de uma atuação brilhante e permanente na política liberal da província, tornando-se chefe prestigioso em Campinas.

A participação política, se acresceu à participação na vida econômica de Campinas. Ocupou cargos públicos de relevo nos âmbitos municipal e provincial, cooperando ativamente em ccmementos de riqueza e progresso, como fundação de estradas de ferro, de entidades de melhoramentos da cidade, do Colégio Culto à Ciência de tão destacado valor na história campinense, da construção da Catedral, compondo, ainda, o corpo de colaboradores ativos da Imprensa da cidade, em altas indagações de elevado valor para Campinas.

Filho de José Rodrigues Ferraz do Amaral e de Dona Ana Matilde de Almeida Pacheco, nasceu o Visconde em Campinas onde foi batizado:

"Joaquim - Aos dez de setembro de mil oitocentos e quinze, nesta Matriz de São Carlos, batizou e pôs os Santos Óleos o Reverendo Coadjutor Jacinto José Pereira, a Joaquim, de oito dias filho do Tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral e de sua mulher = Dona Ana Matilde Pacheco de Almeida: padrinhos Pedro Domingues e Dona Maria, filhos solteiros do Capitão Antônio de Almeida Leite - fregueses de Itu e os mais desta freguesia" (a) O Vigário Joaquim José Gomes (15).

Casou-se o Visconde em Campinas, na capela do so - brado de Felisberto Pinto Tavares, a 24 de Junho de 1839, com sua sobrinha Dona Ana Guilhermina do Amaral Pompeu, Viscondessa de Indaiatuba (fig. 8),

filha de Antônio Pompeu de Camargo e de Dona Teresa Miquelina do Amaral, estes casados a 28 de dezembro de 1823 (16). Recebeu o Visconde a comenda de Cavaleiro e Oficial da Ordem da Rosa, e os títulos de Barão e Visconde de Indaiatuba. Faleceu em sua cidade natal a 6 de novembro de 1884, e a Viscondessa em São Paulo a 7 de dezembro de 1897. Foram seus filhos (17):

1. Alberto Pompeu do Amaral, falecido solteiro, com vinte anos.
2. Dona Elisma Pompeu do Amaral, casada com Antônio Egídio de Sousa Aranha, filho da Viscondessa de Campinas.
3. Dona Otília Pompeu do Amaral, falecida solteira.
4. Dona Ismênia Pompeu do Amaral, falecida solteira.
5. Dona Olívia Pompeu do Amaral, falecida solteira.
6. Otaviano Pompeu do Amaral, casado, com geração.
7. Urbano Pompeu do Amaral, falecido solteiro.
8. Dona Júlia Pompeu do Amaral, falecida solteira.
9. Fausto Pompeu do Amaral, falecido solteiro.
10. Dona Albertina Pompeu do Amaral, falecida solteira.
11. Dona Gessi Pompeu do Amaral, casada com Augusto de Sousa - Queirós, filho dos Barões de Sousa Queirós.

Descendia o Visconde de velha gente paulista, cujos antepassados de apelidos Amaral e Gurgel, estavam estabelecidos - em São Paulo desde o século dezessete, vindos do Rio de Janeiro. E vamos, agora, pela genealogia, buscar seus mais remotos antepassados Gurgel e Amaral, com especial procura sobre a origem do primeiro, de seu signo heráldico, e relato de vida de alguns que compõem sua ascendência, a seguir, em "Amarais nas Cadeiras do Ouvidor.

(Dantese aprovada pelo Congresso de História do Segundo Reinado, comemorativo do sesquicentenário de nascimento de Dom Pedro II, em 1975, publicada integral na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Anais do Congresso acima, Comissão de Genealogia e Heráldica, pags. 91 a 141 (ano de 1984))

N O T A S

1. Celso Maria de Mello Pupo, "Campinas, Seu Berço e Juventude", 55.
2. Diário do Imperador, no Museu Imperial, Petrópolis.
3. Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 167.
4. "O Constitucional" de 6/11/1875 e Leopoldo Amaral "Campinas Re-
5. cordações", 251.
5. A Baronesa depois Viscondessa de Campinas, Maria Luzia de Sousa Aranha, conhecida pela sua caridade, deixou ilustre descendência na qual o Marquês de Três Rios e a Baronesa de Itapura; foi ela agraciada com os títulos nobiliárquicos "em atenção aos relevantes serviços prestados à instrução pública e à humanidade em ~~relação~~ relação a guerra do Paraguai".
6. O marquês de Três Rios, Joaquim Egídio de Sousa Aranha, vice e presidente que ocupou a presidência da Província, chefe do Partido Liberal, foi presidente da Câmara de Campinas e deputado provincial.
7. Joaquim Antônio de Arruda, Barão de Atibaia, foi chefe do Partido Conservador e benemérito da cidade.
8. José Guedes de Sousa, nascido e de família de Campinas, fazendeiro e presidente da Câmara de Moji Mirim, foi agraciado com o título de Barão de ~~Moji~~ Pirapitingui.
9. Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 172.
10. Barão de Vasconcelos, "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro".
11. Pedro José dos Santos Camargo, Hércules Florence, Luciano Teixeira Nogueira, Maria Inocência de Sousa Queirós, Floriano de Camargo Penteado, Antônio Rodrigues Barbosa e outros,
12. "Monografia Histórica do Município de Campinas", 243.
13. ~~Viagem~~ ~~Viagem~~ J. J. von Tschudi, "Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo".
14. Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 172.
15. Cúria Metropolitana de Campinas (*Assentamentos de batizados*)
16. Cúria Metropolitana de Campinas (*Assentamentos de casamentos*)
17. Luís Gonzaga da Silva Leme, "Genealogia Paulistana" IV 93.

De Antrova

Iniciada esta cultura no setecentismo, já em 1818

A riqueza trouxe fausto e abundância, mobiliário mais

Ans

de louça inglesa, de jantar e de chá, as salvas e talheres de prata entre copos e cálices de cristal lapidado; ao centro, a mesa com suas cadeiras e, de encosto às paredes, não só a marquesa ampla e os canapés, como um nobre e alto relógio de cadeias e pesos a marcar o tempo de ventura; e tudo era alegrado com os cilindros musicais do realejo, instrumento da época, que sonorizava este aconchego de paz e encantamento.

O senhor do engenho era de apuramento de hábitos, trajando sua casaca e calções de seda, mantéu de renda, espada e faixa militar. No seu nobre solar nasceram-lhe os filhos, aumentou grandemente sua fortuna, e foi aí que se casaram as filhas, meninas-moças no florescer de seus catorze anos; e aqui podemos alar nossa fantasia em tradições memoradas, para a imaginação de uma das festas tão comentadas anos após *e que vamos dar com peças*.

Os convidados chegavam a cavalo e só pessoas idosas se conduziam em liteiras que se vedavam com cortinas de seda. No sobrado do engenho, amplo e senhoril, com sua simpleza que o fazia belo, internamente viam-se os cômodos pródigos de área permitindo melhor perspectiva para as peças de jacarandá e caviúna de correntios traços e linhas do estilo Dona Maria Primeira. Um vasto salão com muitas janelas que se abriam para um pomar de mangueiras gigantes que as superavam, acolhia os convidados. Na parede oposta da qual pendia espelho de cristal com moldura de talha, encostavam-se um longo canapé e numerosas cadeiras de palhinha trançada nas peças de pesado madeiro; interpunham-se dois consolos elegantes, de quatro colunas torneadas e pés de graciosas curvas que encobriam a necessária solidez de suportes, consolos que fronteavam outros dois iguais entre janelas, todos mantendo castiçais de prata com velas esguias resguardadas pelas donzelas, grandes mangas de cristal que vedavam a iluminação dos açoites do vento. A espevitadeira e a salvinha cumpriam sua finalidade.

No canapé e na maioria das cadeiras, assentavam-se as senhoras de mais idade e descansavam os anciãos alquebrados; as moças de pé, na graça e formosura da juventude, ocupavam toda esta metade do salão, como um ramalhete de botões de rosas a embelezar e alegrar o ambiente. Na outra metade e separados pela passagem onde desfilaria a noiva, ficavam os senhores graves nas suas casacas e os moços elegantes no viço da mocidade, a olhar para as moçoilas e com elas trocar olhares tão profundos e significativos que valiam pelos arroubos de uma declaração de amor, no tempo em que se amava à distância e furtivamente.

Em parede do extremo do salão, entre duas janelas, em uma porta com sua metade superior de treliça, havia sido aberta desvendando o oratório do solar, um altar embutido com a Senhora da Conceição vinda do Reino, talhada, dourada e rendada em cores, vio-

Am.

lúcea no seu manto e rosa claro na sua túnica. Acompanhavam-na duas pequenas imagens marcadas pelo tempo, de São Joaquim e São Mateus Evangelista; abaixo, à frente da Senhora, pequena cruz de jacarandá sustinha o Cristo expirante.

Ao lado direito, junto ao oratório, postava-se um jovem elegante, vestido de casaca e colete de seda, calça mais moderna que os calções. Moço guapo, esbelto e bem posto, era noivo muito cubigado; vindo de outras terras, de distinta família abastada e de boa linhagem, era bacharel pelas arcadas numa de suas primeiras turmas, antevendo-se-lhe um brilhante futuro. O que mais nele se denotava era a inquietação que a todos parecia justificada com a solenidade do ato; mas o que o mantinha alanceado de dúvidas, era, para ele, a desconhecida figura de sua noiva que jamais vira; seria feia, gordalhona, desageitada ou minúscula, insignificante, sem vida? bonita como lhe afigurava pelos pais? a mãe bonita fora apreciável balzaqueana de bastante corpo, jovial rosto cheio de frescor e mocidade; o pai, bem mais velho, não era feio apesar de avanço nariz que lhe dava ar de superioridade. Para o noivo, os minutos pareciam horas e suas mãos cruzavam-se e descruzavam-se, brincavam nervosamente com os botões do colete como se estivessem sobrando naquela hora de angústia.

Finalmente, no outro extremo do salão, abriu-se uma porta ampla e surgiu um par: ele avelhantado, solene, de casaca e vestia de seda pura, calção de seda fechado abaixo dos joelhos e cobrindo os punhos das meias com fivelas de couro; sua faixa militar sobreposta com a espada de punho de prata significavam o seu alto e antigo posto; sua mão alçada e dentro de uma luva de seda, sustentava a delicada mãozinha da noiva que ele conduzia. O noivo se extasiou; a surpresa era de encantamento; a que iria ser sua esposa era uma faiança de graça e de beleza: menina moça de catorze anos, já feita de corpo elegante e esbelto, tinha um rosto de anjo, a tez pálida como as flores de estufa, boca bem esculpida e o nariz perfeito entre dois olhos fulgurantes; vestia rendas alvinitentes bordadas a ouro. E o par vagaroso avançou transpondo o salão até o altar onde os noivos prestaram, trêmulos, os juramentos sacramentais, recebendo as bênçãos do vigário da paróquia, amigo dos mais caros da família da noiva que ele batizara naquele mesmo oratório.

Finda a celebração, depois dos abraços e das lágrimas, seguiu-se o banquete na vasta mesa com toalhas e guardanapos de linho, copos de cristal lapidado, fina louça inglesa e travessas enormes da Companhia das Índias, com os leitões assados, os cabritos de espeto, os patos recheiados, douradas perdizes e o lombo de porco, almôndegas e empadas, a torta de frango e o cuscuz de peixe, seguidos do arroz de forno e das verduras variadas e succulentas. O vinho era do Reino, trazido de Santos em lombo de burro. À sobre-mesa surgiram os doces de fruta, goiabas em calda, de caixeta, flácida ou puxa, a velha marmelada, branca ou vermelha,

cida ou puxa, a velha marmelada, branca ou vermelha, os fios d'ovos, papos de anjo, sonhos, fatias do céu, arroz doce e tantos mais.

O casamento era um ato que se avultava pela sua santidade. Sacramento da perpetuação da espécie, era dos mais emocionantes atos familiares, com longos, custosos e absorventes preparativos; com sua solenidade de coletiva alegria, de felicidades e esperanças; com suas festas que no século passado se estendiam por dias seguidos num júbilo geral de amigos, parentes e até fâmulos. Casamento era um estremecer de corações, de sobressaltos dos pais, de enlevo e dúvida dos noivos, de augúrios dos parentes e amigos; era um semear de novo lar, de uma nova família como se nova árvore fosse plantada para crescer e frutificar num desdobramento de gerações. Cristamente está a se repetir pelos séculos como alicerce indispensável à estabilidade social da civilização.

Dentro das famílias sempre houve para o casamento uma liturgia própria que palidamente se modifica sob os ditames dos hábitos que marcam cada passo ~~da~~ da história. Os casamentos antigos se faziam precedidos de combinações dos pais dos nubentes aos quais cabia a escolha, o trato prévio concertando condições para os futuros noivos. Tinham eles em mente casar as meninas aos doze ou catorze anos, idade própria, e os moços quando seguros na vida, comumente aos vinte e cinco e trinta anos. Escolhiam-se as famílias pelos seus maiores, seus antepassados, seus colaterais de importância; escolhiam-se os noivos pelas posições que ocupavam, pelas habilidades para a administração do lar, pelo caráter, educação e cultura que os igualasse e pela consolidação das fortunas. Não havia cogitações quanto ao gosto dos noivos que só se conheceriam no altar.

Mas nem sempre eram tão rígidos os velhos costumes de nossos antepassados, pois, dentro da tradição também havia os liberais que toleravam audição aos noivos mudando o curso das negociações paternas. De liberalidade, podemos rememorar um projeto nupcial realizado em velha e rica vila onde o comandante militar da praça, homem de vastos haveres, agricultor, comerciante, exportador e armador, recebeu em seu vasto salão de visitas, de nove metros de extensão, com teto em três posições e decorado, no sobrado do largo da matriz, um pretendente para a filha. Ouvido o pedido, ponderadas as recomendações, o ricoço chamou a filha à presença do pretendente e a interpelou: "Maria das Dores tu queres casar com este senhor?" Ao que ela submissa respondeu: "se for da vontade de meu pai, eu quero". E este querer devia ter sido sincero, pois o noivo era um belo rapaz; casaram-se lá pelos anos de 1812 e tiveram dezesseis filhos.

Outro pai, senhor de engenho em Campinas e bacharel em direito, recebeu um pretendente que não teve a mesma sorte do

Am.

anterior, pois a mãe da mocinha permitiu que a filha olhasse o pretendente pelo orifício da fechadura da qual ela se afastou chorando e dizendo que não queria se casar com aquele homem. O pai atendeu aos desejos da filha e só aceitou o pedido do segundo pretendente que, conhecido da mocinha, mereceu dela a exclamação: "com este eu quero casar".

As escolhas feitas pelos pais muitas vezes uniam primos, consangüíneos, de duvidoso resultado para a prole, já que a união poderia resultar acumuladas qualidades ou fatores negativos, pelo que a Igreja, para a celebração delas, exigia dos noivos um prévio ato de sacrifício que os conduzia à ponderação necessária e à consciência de suas responsabilidades.

Entre primos, casaram-se muitos na velha Campinas. Um casamento que resultou em vantagem para os descendentes, pelas qualidades que neles imprimiu, e que constituiu ato social de grande relevo, realizou-se no engenho do Mato Dentro, no casarão solarengo de grande porte, aberto em corredor central ladeado de salas e alcovas até a imensa sala de jantar que se estendia por toda a largura da casa na tradicional disposição das residências da época; tinha a seu lado, anexada, a sua capela, na forma graciosa de solares portugueses.

O casamento realizou-se com apuro e elegância ao gosto dos nossos rígidos e pragmáticos avós, aos 16 de junho de 1817; testemunhou-o o capitão-mór de Campinas, João Francisco de Andrade que envergando suas vestes de solenidade e faixa própria, levava a esposa para assistir as bodas. Outra testemunha foi o Major Teodoro Ferraz Leite, senhor do engenho da Lagoa do qual já tratamos; e que tinha a seu lado a sua jovem e formosa segunda esposa, Maria Luísa Teixeira Nogueira de Camargo, prima da noiva.

E quantos campinenses de prole, como as testemunhas, não estariam também, a cavalo ou lotando suas liteiras, em busca do rico engenho para o casamento da sinhazinha da casa que era a futura Viscondessa de Campinas, então Maria Luzia Aranha, casadeira pelos hábitos da época, de tez moreno-clara, olhos pretos e muito vivos, nariz perefito, boca direita e bem rasgada na moldura dos lábios de curvas elegantes, como nos mostra seu retrato de anciã de agradáveis traços e doce semblante de bondade.

Tal casamento teve uma especial característica com a ausência do noivo que casou por procuração. Era ele Francisco Egídio de Sousa que, co-herdeiro do engenho, cultivou-o com dedicação e zelo merecido por este grande latifúndio, tratou dos canaviais, fabricou açúcar e aguardente, aumentou a escravatura, criou gado e fez uma das primeiras e vultosas plantações de café, ainda existente há cinquenta anos, mas lamentavelmente destruída quando o imóvel passou à propriedade do Estado.

Amor

sem alinhamento e chamada "café do burrico", ainda existente há cinquenta anos, mas lamentavelmente destruída quando o imóvel passou à propriedade do governo do Estado.

Um hábito curioso era o uso do próprio nome pelas mulheres da classe abastada, pois usavam um nome abreviado ou um nome religioso nos atos da Igreja, e o nome completo em atos civis, como as escrituras públicas. A futura Viscondessa de Campinas se casou com o nome de Maria Luzia Aranha, com o primo Francisco Egídio de Sousa, como consta do termo de registro, passando ambos, depois de casados, a usar dos apelidos Sousa-Aranha, uma vez que o noivo era também Aranha pelo lado materno. Em batizados dos filhos a futura viscondessa registrava seu nome religioso, Maria Luzia da Conceição, assim como suas filhas nos batizados de seus netos; enquanto sua prima tinha nos atos religiosos o nome abreviado de Maria Luísa Teixeira e nas escrituras o nome completo de Teixeira Nogueira de Camargo.

Usavam-se os casamentos coletivos em classes modestas ou abonadas, como o que se realizou ~~xx22xxdxxjxxxxxxx1862yxndix~~
~~dex2ãuxRdxxxxx2ãuxRaxkx~~ em 1862, na festa do Divino, festa que era de esplendor pela grande devoção que tinham pelo Divino Espírito Santo. Em cada ano escolhia-se um festeiro que se esmerava em dar o maior fulgor à grande festa; a parte religiosa compunha-se de novena preparatória, missa cantada com procissão do Espírito Santo e sermão por pregador especialmente convidado, e que neste ano foi o vigário de Indaiatuba, Padre Antônio Casimiro. A parte profana compunha-se de festas populares e seus entretenimentos, fogos, rojões, cavalhada e lauto banquete oferecido pelo festeiro.

Neste ano de 1862, foi festeiro o advogado provisionado Ildefonso Antônio de Moraes, nascido em Santos em 1818, e que se mudara com seus irmãos para Campinas onde advogou até a sua morte em 20 de outubro de 1876. Fez, por força de promessa, a sua festa do Espírito Santo com gesto de caridade dotando e fazendo casar nove órfãs, em ato soleníssimo na matriz durante a missa cantada.

Campinas de 1865 acentuava-se numa transformação econômica, do açúcar, a grande coluna de uma riqueza inicial, para o café que, cada vez mais, assumia a soberania da produção e do lucro. A febricitante atividade dos engenhos que no mês de maio faziam o corte e conduziam em sonolentos carros de boi toda a cana para os cilindros que começavam a moagem entre as festas de tempos generosos, passa o cetro da fartura ao café, também festivo no outono com suas turmas de pessoal ridente e animado que, com peneiras, corriam para o cafezal na azáfama da colheita. Ambas as culturas davam às propriedades agrícolas o sentir venturoso e festivo de colher os frutos de um ano de trabalho; corte e moagem de cana e colheita e benefício do café, eram tempo de animação e esperanças da paga de

Ant.

um penoso labor.

Cândido José da Silva Serra era um campinense de quatro costados; suas propriedades, de cana e café, se localizavam nas divisas do município, dispondo de duas sedes tão próximas uma da outra que entre elas se entendiam por sinais; a fazenda Tatu, de terras altas, dedicava-se ao café, e a Cachoeira, na planície, estava indicada para a cana de açúcar. Chefe de numerosa família, e opulento, fez Cândido Serra casar, no mesmo dia, 6 de novembro de 1865, seis filhos, dois homens, José Floriano de Campos Serra e Joaquim de Campos Pais de Andrade; e quatro filhas, Cândida Eleutéria de Campos Serra, Ana de Campos Pais de Andrade, Maria Eleutéria de Campos Serra e Deolinda Francisca de Andrade. E cada um jurou união aos seus cônjuges "até que a morte os separe", e cumpriram seus juramentos.

~~Campinas, julho de 1981.~~

~~Celso Maria de Mello Pupo~~

(~~Celso Maria de Mello Pupo~~)

Publicado na revista "Première", em Campinas, agosto de 1981, sob o título de "Casamentos e Casórios..."

~~Salso Maria de Mello Pupo.~~

É curioso como a generalidade dos que historiam a cavalgada de Dom Pedro I, em setembro de 1822, do Rio a São Paulo, não se refere aos dois primeiros participantes da comitiva, os dois principais que foram convocados para esta viagem de alto objetivo como foi a proclamação de nossa independência.

Teve o Príncipe Dom Pedro duas oportunidades para agregar amigos seus, sendo uma a de elementos necessários à declaração da independência do Brasil e a medidas de segurança que se impunham como preventivas de possíveis reações por parte da metrópole, e outra com o acompanhamento de admiradores seus que, em sua viagem, tinham com ele amistoso contacto. Assim, de início, foram chamados dois elementos de atuação junto ao Príncipe, o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira e o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo que, tendo se ausentado de Campinas, onde residia como senhor de engenho, isto em 1820, haveria de se encontrar com os Andradas, seus conterrâneos de Santos e seus contemporâneos na mesma cidade, em sua meninice e juventude, durante a vida de seu pai, o Sargento-mór (major) Francisco Aranha Barreto e a de seu avô paterno Alexandre Barreto Aranha, ambos militares destacados em Santos.

Afirma-nos o historiador Archimedes Pereira Guimarães, ser o Padre Belchior primo dos Andradas, e nos relata:

"No local conhecido como Venda Grande, a uma pequena distância de Inhauma, entroncamento para o caminho das Minas Gerais, o encontro com o tenente coronel reformado Joaquim Aranha Barreto de Camargo, natural de Santos, que a 23 desse mês seria nomeado, em Moji das Cruzes, "governador das Armas da Praça e vila de Santos". E o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, "vindo expressamente de Minas (Tobias Monteiro em "A Elaboração da Independência" pag 540). Dado o temperamento voluntarioso do Príncipe, os dois novos integrantes da reduzida caravana original só dela participariam, porque gozassem de muita liberdade junto à sua Alteza"(1).

O preparo da jornada foi uma preocupação do ministro José Bonifácio, autor de ordens várias, como relata Itamar Bopp em "Providências de José Bonifácio para a Viagem a São Paulo", na revista "Paulistânia" nº 77, de onde transcrevemos:

"Estava claro que as ordens emanadas da Corte para urgente conserto no antigo caminho Novo das Minas Gerais, que segue

Incluido no livro ~~"Campesinato"~~ - Estudos e Personalidades

por Santa Cruz, onde já cavalgavam os Correios Gerais, objetivavam melhorar os caminhos que o Príncipe devia passar com sua comitiva, no dia 14 de agosto de 1822 (e que foi se avolumando no decorrer da viagem), pois era acompanhado apenas pelo futuro Marquês de Taubaté, do major Francisco de Castro Canto e Mello, de Francisco Gomes da Silva (o Chalaça) e de seus válidos. Em Inhauma, na Venda Grande, aguardavam o Príncipe, o tte. cel. Joaquim Aranha Barreto" ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ "(futuro governador ^{Militar} de Santos)" e o padre Belchior Pinheiro".

É evidente que estes dois primeiros componentes juntados à comitiva em Venda Grande, apresentaram-se convocados por ordem do Príncipe, partícipes para trabalhos na cuidadosamente preparada viagem; e este objetivo se revela claro nas providências tomadas pelo Príncipe regente, no despacho que fez em Moji das Cruzes constituindo comandante militar para a praça e vila de Santos, com a determinação de ir este comandante incumbido de reforçar as defesas militares da praça, e da visita do próprio Príncipe à Santos de onde retornou para o ato do Ipiranga.

A FONTE ATÁVICA

Joaquim Aranha de Camargo, paulista dos Camargos tradicionais de tanta evidência na história de São Paulo, que pelo pai Aranha descendia de velhos servidores da Coroa Portuguesa, dedicados homens de elevada honra e detentores de conceito dignificante que eles deixaram como valiosa herança para uma descendência numerosa e brilhante, havia se radicado em Campinas como fundador de um dos grandes engenhos de fabricação de açúcar, e como proprietário construtor de uma das primeiras casas solares da então vila.

Esta estirpe Aranha, se iniciou no Brasil com Alexandre Barreto Aranha, alferes de uma das companhias de Infantaria da Praça de Santos (2). Nasceu ele em 1679, pois declarou ter de idade quarenta e quatro para quarenta e cinco anos, jurando como testemunha em processo militar, aos 9 de novembro de 1723 (3). Indicam estas datas que Alexandre Barreto Aranha viveu em Santos épocas de desassossego com o desembarque de Francisco Duclerc que pretendia saquear a vila, o que não realizou pelo pronto reforço vindo de São Paulo, e com a invasão de forças dirigidas por Bartolomeu Fernandes de Faria requisitando sal existente na vila e escasso em outras paragens por retenção de assambarcadores. Nas duas vezes teve a população de Santos angustiosos dias de sobressalto pela ameaça que sofreram de maiores tormentos, ficando a guarnição da praça com o encargo de perseguir Bartolomeu Fernandes de Faria, finalmente preso em Itanhaem no ano de 1722 (4).

Aos 5 de abril de 1725 já era falecido, conforme documento desta data, documento que constituía carta do capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, propondo nomes para a vaga de alferes deixada pelo falecido Alexandre Barreto Aranha, natural de Braga, ⁽⁵⁾ casado com Dona Francisca de Sales, em Santos onde era ela nascida, e de cujo casamento nasceu Francisco Aranha Barreto

Filho de Alexandre ^{Aranha}, foi Francisco Aranha Barreto nascido em Santos, que ainda muito jovem e filho de militar, sentou praça de soldado, como era hábito, a 1^a de abril de 1723, na mesma vila. Já em 6 de abril de 1725 era proposto pelo capitão-general Rodrigo César de Meneses, para o posto de alferes, vago com a morte do pai, proposta que não foi aceita pelo Conselho Ultramarino apoiado por el rei Dom João V, pois, para este cargo, havia candidato de dezenas de anos de serviço, que foi o escolhido.

Não demorou para que Francisco Aranha Barreto alcançasse posto de promoção; seus serviços o tornavam merecedor. Corretíssimo no cumprimento dos seus deveres, tornou-se útil e necessário em cometimentos de defesa da ordem e de bens, nas épocas de abundância de ouro do Brasil com exploração de minas que caracterizaram a opulência do reinado de Dom João V.

"Em 1729 começa a grande invasão dos terrenos auríferos goianos" ⁽⁶⁾, dando-se ao jovem Francisco a oportunidade de acompanhar o intendente das minas de Goiás, comandando uma esquadra ⁽⁷⁾. O Conde de Sarzedas, capitão-general de São Paulo de

1732 a 1737, cumprindo o acordo de manter a Câmara de São Paulo composta de elementos das famílias Pires e Camargo, em seu último ano de governo encarregou Francisco Aranha de sufocar qualquer reação de veradores afastados da função camarária por não pertencerem a estas famílias(8). Seguiu-se a sua missão de comandar um destacamento na fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em defensiva contra possível ataque de embarcações espanholas já presentes à barra do Rio de Janeiro.

Por ordem superior, estendeu suas providências litoral acima, estando em São Sebastião encarregado de aprisionar embarcação ali aportada ilegalmente, em 1740. E nesta mesma região, levou a paz aos locais do caminho novo que se estava abrindo entre as vilas de Santa Cruz de Salvador de Ubatuba e a de São Francisco das Chagas de Taubaté, que tinham inquietas as suas populações ameaçadas por malfeitores. Desde 10 de março de 1742, era Alferes de Infantaria(9) da guarnição da praça de Santos.

Ocupou o comando da fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande em 1748, sendo, dois anos depois, encarregado de conduzir, de Santos ao Rio de Janeiro, os reais quintos, ouro que exigia o maior resguardo para seu transporte em vista do seu alto valor e de sérios riscos em viagem tão longa ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ e, por todas estas circunstâncias, só entregue à autoridade de maior confiança.

Em sua fé de ofício certificada em Santos à 16 de outubro de 1753, foi afirmado que era Francisco Aranha Barreto ornado de qualidades de "isenção, pontualidade e mesmo desprezo da própria vida", "característicos que o orientam no seu serviço"(10). Mais tarde, empresa da mesma natureza lhe foi confiada como consta do "mapa do ouro do real quinto relativo à comarca de São Paulo, e conduzido pelo alferes de Infantaria da praça de Santos, Francisco Aranha Barreto, que foi nomeado pelo governador Inácio Eloi de Madureira para entregar na cidade do Rio de Janeiro, à ordem do governador José Antônio Freire de Andrade (11).

O governador interino de Minas, José Antônio, era irmão e substituto do governador efetivo Gomes Freire de Andrade que deixou este governo partindo a 19 de fevereiro de 1752 para o sul do país, com a missão de discutir e demarcar fronteiras em execução de acordo consubstanciado no tratado de Madrid, assinado pelo falecido monarca Dom João V.

Em 1753 encontrou-se ^{Francisco Aranha,} novamente comandando o destacamento de Infantaria da cidade de São Paulo, cumprindo esta missão com zelo e boa disciplina, pelo que sempre foi desejada a sua continuação(12). Mas teve novo encargo de conduzir ouro, o que fez em 1755, "tendo desempenhado a missão de que fora incumbido com perfeita inteireza", "sendo digno de toda honra que lhe quizerem fazer".

Mais uma vez teve Aranha esta incumbência que foi certificada pelo escrivão da Intendência da Real Casa da Fundição da cidade de São Paulo, provando que em 27 de janeiro de 1756, foram entregues os quintos reais na Casa da Fundição de São Paulo, "ao alferes de Infantaria da praça de Santos, Francisco Aranha Barreto, que se dirigiu ao Rio de Janeiro e aí os depositou na Casa dos Contos, à ordem do governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro (Conde dos Arcos - D. Marcos de Noronha)". O tesoureiro passou-lhe recibo, assim como o tesoureiro da Casa da Fundição de São Paulo, o coronel Francisco Pinto do Rego, que assinou com o escrivão do Almoxarifado Joaquim José da Silva Galvão, aos 25 de julho de 1757, ano em que continuava no posto de alferes da Infantaria de Santos, "desempenhando sempre suas obrigações com zelo e prontidão, encarregando-se de comandos de confiança, desejando e sendo pedida a sua conservação por todos", "merecendo todas as honras" (13).

Por ordem do Conde de Bobadela, foi mandado incorporar-se ao Exército, e comandar a fortaleza de Jesus, Maria e José, do Rio Pardo (14), onde chegou a 14 de fevereiro de 1758, e onde se achava o Exército aquartelado, "com a obrigação de o tenente-geral, ocupação que exerceu por mais de um ano, sempre com prontidão e zelo tendo executado "com acerto e precisão" a apreensão da fazenda de "Pressaguera" pertencente aos Jesuitas (15). Sua ausência se confirma pelo recenseamento de Santos de 1765 que consigna: "de idade de 50 anos, o capitão de Infantaria Francisco Aranha Barreto, ausente, casado com Dona Mônica Maria de Camargo de idade de 33 anos. Possui 400\$000. Filhos, Joseph de idade de 4 anos, Joaquim de 3, Dona Maria de 7, Ana de 5, Gertrudes de 6" (16).

Demorado tempo labutou Francisco Aranha Barreto por outras paragens do país, participando das longas pelejas com os castelhanos pela posse da Colônia do Sacramento e da consolidação no território que se acrescia ao Brasil pelo tratado de Madrid. Comandante das tropas e fronteiras do Rio Grande, "sempre com atividade e distinção", quer "no trabalho de uma fortaleza da (Santa Ana de Itapeva) Faxina, quer no ataque de Rio Grande e no comando do forte de São Jorge da Barra", recolheu-se a Santos em dezembro de 1767, para retornar, "tendo sido destacado com toda sua companhia para Paranaguá", desde julho de 1768 (17). Em Paranaguá, em torno de 1771, por ausência de Afonso Botelho de Sampaio (18), ajudante de ordens do governo da Capitania de São Paulo, ocupou Francisco Aranha Barreto o governo e comando, agindo na "repartição das terras mineiras do rio Assungui e nas expedições ao sertão de Tibaji". Em Iguatemi comandou uma companhia, não se esquecendo, em sua volta, dos seus soldados que lá ficaram.

Terminadas as penosas missões que sempre cumpriu com perfeição, merecendo honrosas referências de seus supe-

riorés, voltou Francisco Aranha Barreto para a sua terra natal e seu posto permanente em Santos. Nesta cidade, ocupou a sua maior dignidade como atesta documento do capitão general da capitania, Martim Lopes Lobo de Saldanha:

"Porquanto é indispensavelmente necessário haver Comandante na Praça de Santos para a defesa da mesma. Hei por bem nomear em nome de Sua Magestade Fidelíssima para Comandante da mesma Praça ao Capitão de Infantaria Francisco Aranha Barreto; e ordeno ao mesmo Capitão tome Conta da dita Praça e de tudo o que a ela pertence por inventário, ou Relação que assinará com o Capitão Fernando Leite Guimarães Seu antecessor, que lha hade entregar, Cujo documento me Será remetido para a todo tempo constar: e outro sim ordeno ao dito Capitão execute todas as ordens que sobre o dito Seu antecessor lhe entregar dirigidas por este Governo etc. São Paulo 12 de março de 1776. Com a rubrica de Sua Excelência," (19).

Em 5 de abril, já estava em exercício, conforme carta que lhe dirigiu o mesmo capitão general (20). Esta correspondência atesta os zelos de Francisco Aranha nas palavras do chefe: "conheço que Vmce. se não descuida do que está a seu cargo" (21). Escrevendo ao antecessor afirmava o mesmo capitão general: "eu não sei esquecer-me dos merecimentos de ambos, devendo Vmce. e ele estar certos que eu em tudo que puder os hei de atender" (22). Retamente a Aranha ^{disse} "ficando persuadido da prontidão com que observou o meu despacho" (23), e mais, "o grande cuidado que Vmce. tem em que as Paradas (24) marchem com a prontidão que o Sr. Marquês Vice Rei quer, me faz ter nesta parte, socego" (25).

Antes de ser comandante da praça de Santos, esteve Francisco Aranha Barreto comandando uma companhia em Iguatemi. Desta praça tão célebre pelos sofrimentos causados a paulistas, diz a correspondência do Capitão General: "melhores seriam os soldados da companhia que foi de Vmce. que restam no Iguatemi dos quais me não esqueço" (26); e "no maldito Iguatemi", "soldados da companhia de Vmce. hei de ver se agora, ainda antes da redenção geral, os mando vir porque presumo que hão de ser bons".

Esta presunção do capitão general, bem significa altas qualidades do capitão da companhia a que pertenciam os soldados, Francisco Aranha Barreto, capitão que sabia dirigí-los, aproveitando suas qualidades e os selecionando de maus elementos que não seriam conservados para obter uma coletividade harmônica e qualificada.

Martim Lopes Lobo de Saldanha penalizado com os sofrimentos da tropa destacada em Iguatemi, teve um especial desvelo com antigos comandados de Aranha, e por este protegidos como afirmava em outras cartas: "a respeito dos soldados em que Vmce. me fala, farei porque venham estes, entre os mais a que puder abran-

--- 7 ---

ger a minha compaixão" (27), comunicando o cumprimento da promessa nestas palavras: "já estava escrevendo para Iguatemi e tinha na lembrança a mandar vir os soldados em que Vmce. me fala" ~~XXX~~, e, expedindo ordem positiva ao comandante daquela praça; "ordeno me mande no regresso das Canoas doze soldados dos que foram da Companhia de Aranha" (28). Aos 5 de março de 1777 chegavam os doze soldados a São Paulo (29).

A jurisdição de Francisco Aranha Barreto como comandante do Regimento da Marinha, estendia-se por todo o litoral, de Ubatuba a Iguape, e já no primeiro ano de seu exercício um grave fato se vislumbrava com notícias de um ataque da esquadra espanhola prestes a zarpar do porto de Cadiz (30). Multiplicaram-se as determinações do capitão general, com início em uma das suas primeiras cartas pela palavra "alerta!". Reforços, movimento de tropas, reparos e aprestos da artilharia, do armamento, da munição, e outras medidas de prudência e para abastecimento de boca, agitaram o comando militar das forças da marinha "para impedir qualquer desembarque" (31). Em 10 de janeiro de 1777, foi Francisco Aranha Barreto promovido a Sargento-Mór (32).

Em Santos, entretanto, não chegaram embarcações da esquadra espanhola. Estiveram na Guanabara e em 20 de janeiro mais de cem embarcações castelhanas entraram pela enseada das "Canaveiras" (33), Santa Catarina (34), cuja ilha foi tomada pelos invasores (35). A 18 de março partiu a cavalo Martim Lopes Lobo de Saldanha, de São Paulo para Santos onde permaneceu dias do mês, retornando para estar na capital dia 27, depois de penosa viagem "pela aspereza do caminho e rigoroso do tempo" (36).

Ainda no mesmo ano de 1777, em carta de 30 de agosto, assegurava o capitão general de São Paulo medida de atenção ao sargento-mór, afirmando que "pode Vmce. desposar sua filha com o Alferes Pedro de Sousa Campos (37), ficando-me o gosto de o não mandar mais ao Iguatemi para que Vmce. tenha o de dar estado a essa senhora". "Dar estado" ou "tomar estado", significava casar; pelo conteúdo da carta, conclui-se que Francisco Aranha não se dispunha a casar a filha com quem já estivera no pestífero Iguatemi, correndo ainda o risco de para lá voltar.

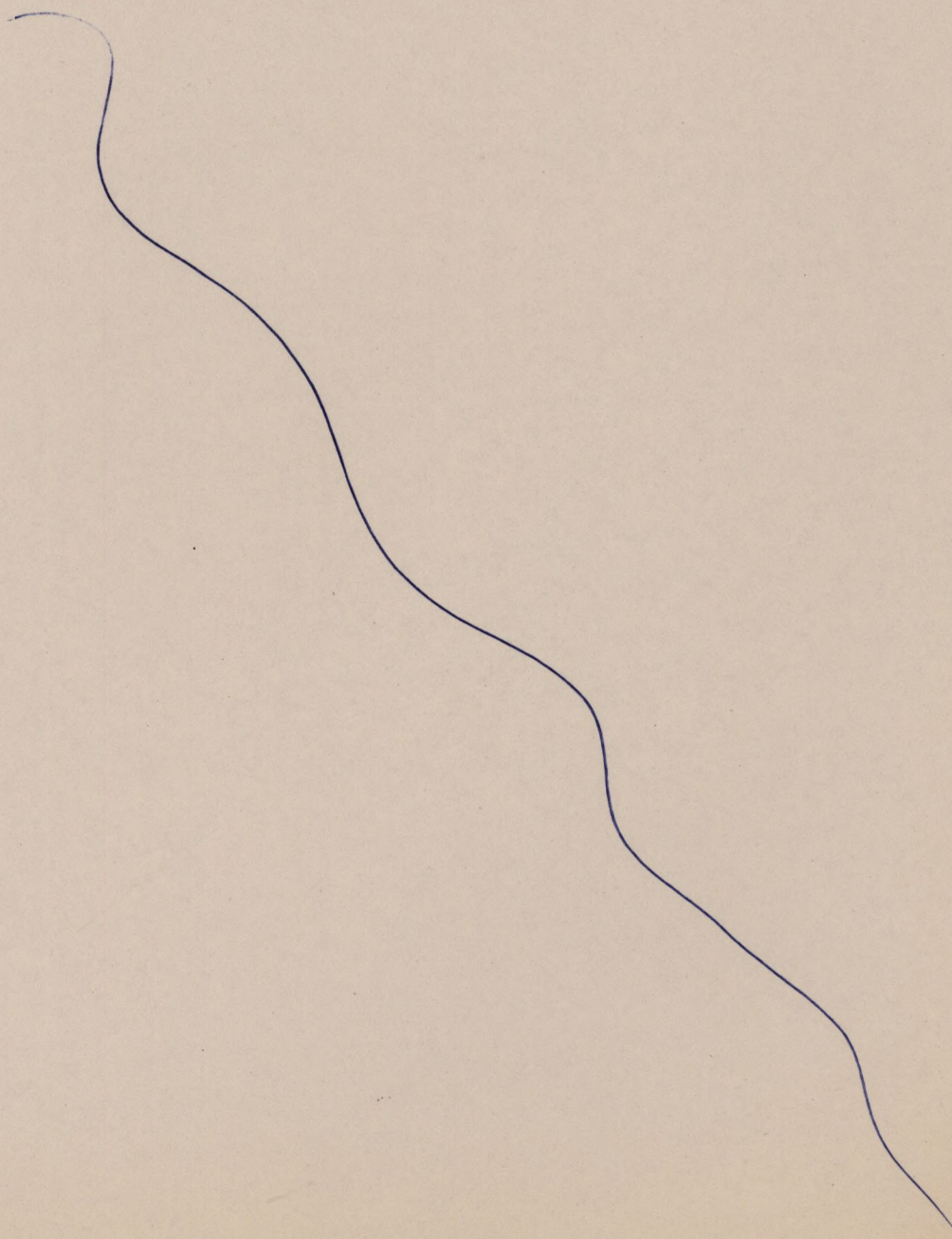
Aos 8 de fevereiro de 1778, Martim Lopes Lobo de Saldanha anunciava a paz feita entre os soberanos de Espanha e Portugal (38). Feita a paz voltou a atenção do capitão general para o combate ao contrabando, cabendo a Francisco Aranha Barreto avisar aos governadores de outras capitânias, da partida de embarcações contrabandistas de Londres, Bristol e Liverpool, para o Brasil, com pretexto de pescar baleias (39). Sucedem-se por vários assuntos da administração militar, as numerosíssimas cartas de Aranha Barreto para o capitão general inteirando-o dos menores eventos e problemas, cartas que o Capitão General respondia duas, tres e

moli-la em 1902; foram dali retiradas vinte e quatro ossadas e, em seguida removidas para o cemitério do Paquetá. Ficaram na quadra da Irmandade de Nossa Senhora do Terço.

Numa das ossadas, encontraram-se, porém, dois objetos curiosos. O primeiro era uma fita de ouro com as pontas dobradas trazendo o lema - "Independência ou Morte", e o segundo uma borla pertencente a uma banda de Ordem Militar. Teriam pertencido a algum oficial da antiga milícia? perguntaram muitos. Não seria o capitão-mor Aranha que recebera inumação naquele templo?

O sargento-mor Aranha cujo nome por inteiro era Francisco Aranha Barreto, foi comandante da praça de ~~Santos~~ Iguatemi, em 1773 e faleceu em Santos em 1794 no posto de comandante desta praça. Seu falecimento se deu 28 anos antes do "grito do Ipiranga". Logo o dístico da fita de ouro não podia ser de 1794. A hipótese de seu nome está excluída".

Exata é a conclusão de Costa e Silva, de não ser de Francisco^{mo} Aranha a insignia de Independência. Mas a borla de Ordem Militar pode lhe ter pertencido, agraciado como foi pelo seu merecimento.



O Sargento-mor Francisco Aranha Barreto foi casado em segundas núpcias com Mônica Maria de Camargo, conforma~~se~~ assentamento da Sé de São Paulo (43) nos seguintes dizeres: "Aos cinquenta e nove digo no ano de mil setecentos e cinquanta e nove anos mais ou menos, se recebeu em matrimônio na Luz o Sargento-mor Francisco Aranha Barreto então comandante nesta cidade e agora na Praça de Santos onde foi batizado como dela natural, com Dona Mônica de Camargo Lima perante o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de gloriosa memória Dom Frei Antônio da Madre de Deus sendo presente as testemunhas o Rv^{do} Doutor Arcipreste Paulo de Sousa Rocha, Manuel José de São Paio, e Pe. Mestre Frei Manuel Mendes de Oliveira carmilitano que agora *testificam* no assento que faço por faltar o do tempo competente e então receberam as bênçãos de que faço este assento por ordem e despacho do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Frei Manuel da Ressurreição. (a) o Cura Firmiano Dias Xavier. Fr. Manuel Mendes de Oliveira. Manuel José de Sampaio. Paulo de Sousa Rocha."

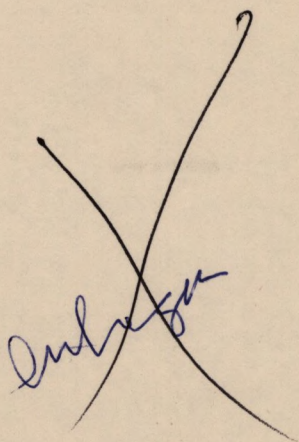
Deste casamento nasceram cinco filhos, conforme dados que encontramos:

- 1 - Maria Francisca Aranha de Camargo casada em Santos, em 1777, com o Alferes Pedro de Sousa Campos (44).
- 2 - Gertrudes Maria Aranha, casada em 1794 em Atibaia, com o Sargento-mór Francisco Barbosa de Vasconcelos (45).
- 3 - Ana Luísa Aranha.
- 4 - Padre José Francisco Aranha de Camargo que, depois de residir em Castro, foi vigário de Atibaia onde construiu a Igreja Matriz; em seguida foi vigário da Vara e visitador diocesano da diocese de São Paulo. Homem culto e riquíssimo senhor do engenho Atibaia, em Campinas onde faleceu a 30 de maio de 1839, "de setenta e sete anos (46).
- 5 - Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, o Guarda de Honra do Príncipe Dom Pedro.

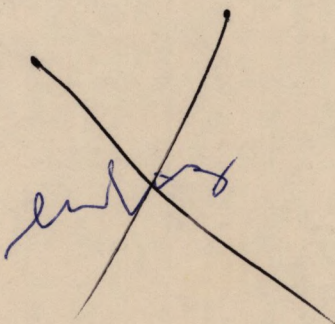
O GUARDA DE HONRA DE DOM PEDRO

Joaquim Aranha Barreto de Camargo (ou Joaquim Aranha de Camargo, como assinou até 1818) filho de Francisco Aranha Barreto e de Mônica Maria de Camargo, nasceu em Cotia, terra natal de sua mãe, onde foi batizado como atesta o respectivo assentamento:

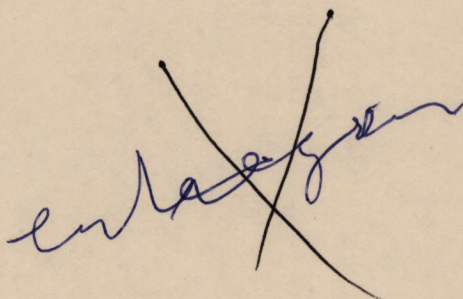
"Aos 14 de julho de 1763, nesta matriz da freguesia de Cotia, batizou e pôs os Santos Óleos, com licença do Exmo. e Rvmo. Senhor Bispo Dom Antônio da Madre de Deus, o Padre Frei Anastácio de Jesus, Religioso Arrabido, a Joaquim filho legítimo do Capitão Francisco Aranha Barreto e de Dona Mônica de Camargo; foram padrinhos João da Silva Cruz em cujo lugar



Assinatura de Joaquim Aranha de Camargo (filho)-



Assinatura de Joaquim Aranha de Camargo (pai)



Assinatura de Joaquim Aranha de Camargo (pai) depois da maioridade
de filho homônimo, na sua posse como Comandante Militar da praça
de Santos e como continuou assinando.

sentou, freguês da matriz de Santos, e Dona Ângela Maria de Camargo, viúva, fregueses desta freguesia, de que fiz este assento" (a) O Vig^e Salvador de Camargo Lima. (47)

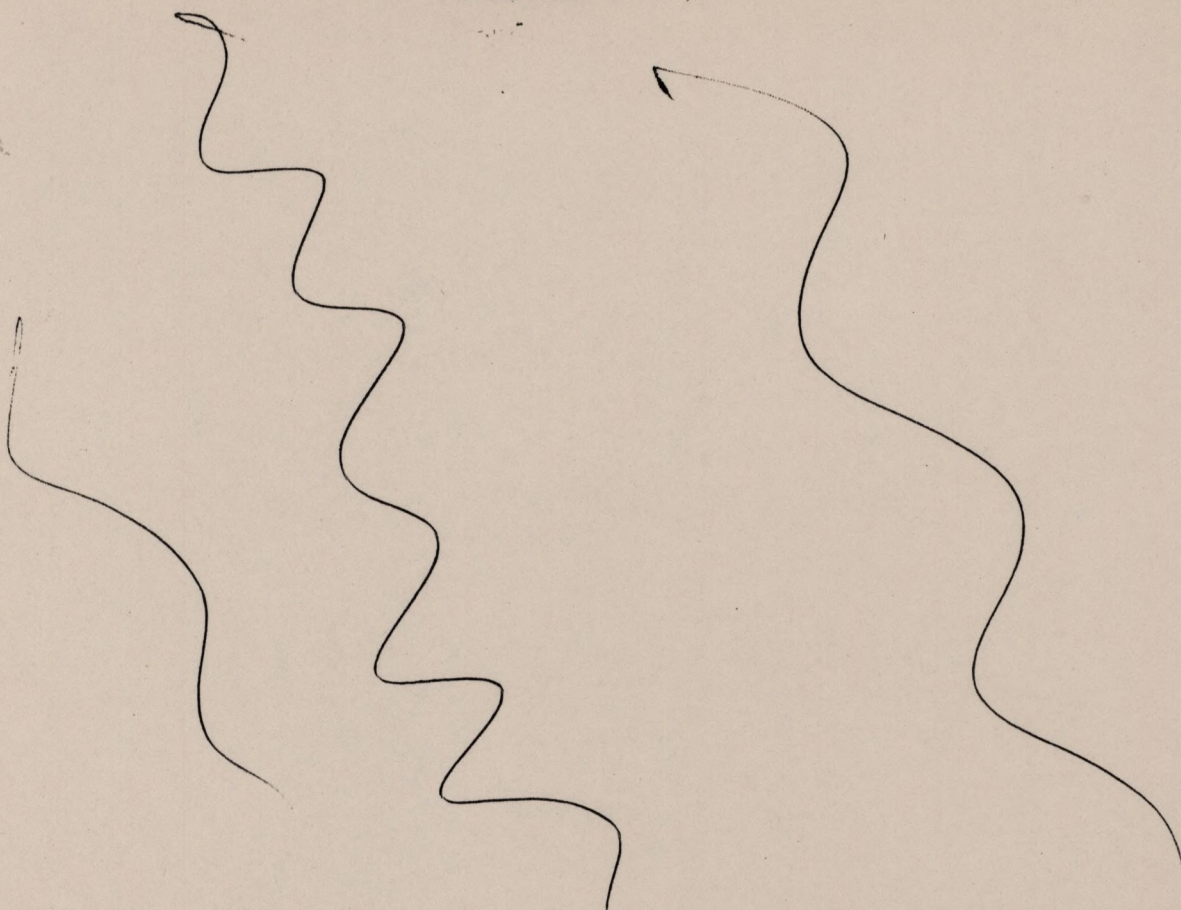
Dedicou-se Joaquim Aranha de Camargo à carreira das armas, em Santos onde estava residindo o seu pai, com o posto de oficial da Infantaria da Marinha; foi mais tarde destacado para a região hoje do Estado do Paraná, então capitania de São Paulo, como Capitão e depois como Tenente Coronel Agregado ao Regimento de Cavalaria de Milícias de Curitiba (junho de 1799), e Tenente Coronel Agregado de Milícias da Vila Nova de Castro (48).

Estendendo suas atividades para a vida rural, já havia arrematado em praça (1796) a fazenda e campos "do Soeiro", antiga propriedade dos Jesuitas, situada nos Campos Gerais, em Castro, (49). O que foi a vila de Castro, antiga Iapó, contou Saint-Hilaire quando por lá passou em 1820: elevada á vila em 1788 pelo governador da província de São Paulo dando-lhe o nome novo. Distava Castro 95 léguas de São Paulo e se achava "localizada no alto morro que se estende do sul para o norte, até o citado Iapó".

"Ao tempo de minha viagem, possuía a vila mais ou menos cem casas que formavam três extensas ruas; eram muito pequenas, construídas de pau-a-pique". "A igreja paroquial, dedicada a Santo Antônio era baixa, de pequena dimensão, despida de ornamentos". Desde que me achava no Brasil, muito poucas igrejas eu vira tão feias como essa" (49A).

"A fazenda de Pitangui pertencera aos Jesuítas. À época de minha viagem, já não existia a casa em que eles moravam; mas achava-se ainda de pé, no meio do pátio, a igreja relativamente grande que os religiosos haviam construído. Após a extinção da companhia, o rei apropriou-se da fazenda; os escravos foram levados para outros lugares e as terras vendidas juntamente com a casa e o gado" (49B). Foram as terras onde Joaquim Aranha se estabeleceu formando a fazenda Taquara, vasta propriedade de criar que pôde contar com mais de 1.200 vacas, 500 éguas, carneiros e burros crioulos. Teve ^{uma} ~~dez~~ de vida na criação, e o encontramos em 1805 em Sorocaba, tratando de negócios em região da famosa feira de animais; no ano seguinte, deixava o Paraná com sua esposa e seus três filhos nascidos na fazenda Taquara da freguesia de Sant'Ana de Castro. Durante o tempo em ^{que} viveu nesta fazenda, teve como agregado e auxiliar de direção, o seu sobrinho Francisco Egídio de Sousa que mais tarde se tornaria seu genro, e de quem se separou ao mudar-se para Campinas (50).

Habitado a viver em Santos, depois de vida trabalhosa e isolada em sua fazenda de criar, vendendo seus produtos na feira de Sorocaba e tendo acumulado patrimônio, natural que Joaquim Aranha, sua mulher e filhos, aspirassem um meio social mais adiantado para continuar vivendo, quando a filha mais velha (futura Viscondessa de Campinas), atingia a idade ~~de~~ de nove para dez anos de idade.



Fixou-se em Campinas fundando o engenho do Mato Dentro em 1806, vasta propriedade com indústria açucareira que depois se dividiu em fazendas de café, o Mato Dentro, o Mato Dentro de Baixo (Vila Brandina) e Lapa, construindo sua casa solar no pátio da nova matriz, cujas taipas, na ocasião, se elevavam. O engenho, depois fazenda Mato Dentro, assim como a "casa grande" urbana, (51) passaram à propriedade de sua filha, a Viscondessa de Campinas, e a seus descendentes; a fazenda foi também uma das pioneiras na cultura do café e nela se conservou seu primeiro cafésal, chamado "cafésal do burrico", plantado sem alinhamento, até quando foi, por escritura de 15/3/1937, adquirida pelo Governo do Estado que não soube, infelizmente, manter esse documentário precioso da vida cafeeira de nossa província, atentando mais uma vez contra a história ao eliminar o nome de fazenda Mato Dentro, de preciosa tradição.

A grande casa residencial do engenho do Mato Dentro tem características curiosas, chamando logo a atenção as suas vastas dimensões e atestando o poderio financeiro de seu proprietário. Esta casa está construída de paredes de taipa de setenta e cinco centímetros de largura, até o nível do assoalho. Sobre elas colocaram-se as grandes toras de madeira lavrada para bases de outras de menor porte, transversais aos cômodos, para suporte do taboado largo do soalho longitudinal no cômodo; e mais os esteios,

vigas mestras de sustentação do telhado. Todo o madeiramento básico, como hoje se faz de concreto armado, sustenta as paredes de pau-a-pique que se levantam até o teto, com dezoito centímetros de largura e cinco metros de pé-direito. O longo corredor, da porta principal até o salão de jantar, com seus vinte metros e cinquenta centímetros de comprimento, tem a particularidade de se abrir em portas para as duas principais salas da frente da casa, e apenas mais duas, também fronteiriças, para dois cômodos laterais, terminando no salão de jantar.

Ao penetrar-se no corredor principal, abre-se, à direita, a porta para o salão nobre que tem de comprimento nove metros por 6,75 de largura, alto pé-direito como toda a casa, e forro de especial feitura, com chanfros adornados ligando-o às paredes. O cômodo principal da casa é o salão de jantar com 16 metros de comprimento por 6,60 de largura, servindo não só para as refeições como para ter recantos de convívio, na forma usual da época.

O corpo da casa é regular, quadrilongo perfeito com telhado de quatro águas, no estilo habitual, mas tem a particularidade de conter, até os fundos, só acomodações da família, sem ligação com os cômodos de serviços. Estes, contrariando os hábitos, são laterais ao prédio, formando um novo lanço⁽⁵³⁾ cuja fachada se alinha com a fachada principal da casa à qual se liga pelos fundos.

Em outubro de 1807 foi Joaquim Aranha eleito tesoureiro da primeira Comissão de Construção da Matriz Nova (Catedral) ⁽⁵³⁾ e, com a morte do Capitão Filipe Néri Teixeira seu primeiro presidente, foi eleito pela Câmara Municipal a 25 de dezembro de 1812, para esta presidência, dando "notável desenvolvimento nos trabalhos de elevação das taipas e cobertura da capela-mór"⁽⁵⁴⁾.

No mesmo ano de 1812, havia ele sido eleito presidente da Câmara Municipal (juiz ordinário) tomando posse a 2 de fevereiro e fazendo reuniões de vereadores em sua casa solar do pátio da Matriz Nova, por não ter a edilidade prédio próprio; em 17 de outubro de 1817, como simples cidadão, requereu à Câmara que se reservasse terreno para se construir a Casa de Misericórdia e Hospital dos Lázaros, assim como se estabelecesse servidão de água necessária aos hospitais, sendo atendido ⁽⁵⁵⁾, o que atesta existir, já em 1817, em Campinas, trabalhos por uma Santa Casa que só foi fundada em 1871 pelo Padre Joaquim José Vieira, depois bispo do Ceará. Não voltou Joaquim Aranha à Câmara; seu filho homônimo é quem foi vereador em 1820, empossando-se a 19 de março.

Ao findar a segunda década do século dezenove, ausentou-se de Campinas e, se esteve em qualquer outra vila, não passou de elemento itinerante até a jornada do Príncipe Dom Pedro (depois Imperador) em 1822, incorporando-se à sua guarda de honra. Partira Joaquim Aranha para o Rio de Janeiro para juntar-se à comitiva do Prín-

cipe Regente em sua viagem a São Paulo. Como já dissemos, encontrou Sua Alteza no local Venda Grande, hoje bairro da cidade do Rio de Janeiro, aqui se achando em companhia do Padre Melchior Pinheiro de Oliveira que ficaria ao lado do Príncipe até a proclamação da Independência e que seria o encarregado de ler as cartas vindas de Lisboa e recebidas na colina do Ipiranga (56).

Participando da comitiva no local Venda Grande no dia 14 de agosto, segundo vários autores o pernoite de 14 para 15 se fez na Fazenda Real de Santa Cruz. A 16 chegaram a São João Marcos, hospedando-se na Fazenda Olaria de Hilário de Sousa Ribeiro, e a 17 na Fazenda Três Barras, em Bananal, do mesmo proprietário. Dia 18 o anoitecer foi em Areias com acomodações na residência do capitão-mór Domingos da Silva, chegando o Príncipe e sua comitiva no dia 19 a Lorena onde dormiram, e a 20 em Guaratinguetá, tendo por acomodação a casa do capitão-mór, em frente à Igreja (hoje basílica) de Nossa Senhora Aparecida, então bairro da vila. Pindamonhangaba foi o pernoite de 21, seguindo a 22 para Taubaté e Jacareí, estando a 23 em Moji das Cruzes. (57)

Estacionada a comitiva em Moji das Cruzes, exarou o Príncipe Regente, por decreto de 23 de agosto de 1822, a nomeação de Joaquim Aranha de Camargo⁽⁵⁸⁾ para "Governador das Armas e Praça da Vila de Santos", oficiando nesse sentido ao Senado da Câmara da vila, o Ministro itinerante Luís de Saldanha da Gama:

"Manda S. A. R. o Príncipe Regente pela Secretaria de Estado Interina, participar à Câmara da Vila de Santos, que, por Seu Real Decreto Datado de hoje, Houve por bem Nomear para Governador das Armas e Praça dessa vila, ao Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo: O Mesmo Snr. Ordena que imediatamente se lhe dê posse na forma do estilo. Paço de Moji das Cruzes, 23 de agosto de 1822" (a) Luís de Saldanha da Gama⁽⁵⁹⁾.

De Moji partiu Joaquim Aranha diretamente para Santos onde estava no dia 26, comparecendo à Câmara como resa o respectivo termo de vereança:

"Aos vinte e seis dias do mês de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois anos nesta Vila e Praça de Santos, em Casas da Câmara e Pátios do Conselho onde foi vindo o Vereador mais velho Presidente João Batista Vieira Barbosa e mais oficiais da Câmara abaixo assinados, e sendo aí presente o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, Governador das Armas e desta Praça, nomeado interinamente por Decreto de vinte e três deste corrente mês e bem assim o Marechal de Campo Cândido Xavier de Almeida e Sousa, que de presente estava Governando, por esta Câmara foi dada posse ao Mensionado Tenente Coronel, de Governador das Armas e da Praça, em conformidade ao citado Decreto, e para constar mandaram fazer este termo que assinam, eu Manuel Marques de

tivos, todos conservados em custódia pelo governador até ordens do Imperador (64).

Joaquim Aranha que iniciou o seu governo antes do 7 de setembro, teve que interrompê-lo por moléstia na aclamação do Imperador a 12 de outubro (65). Sua correspondência com o governo da província o indica em Exercício a 31 de maio de 1823, transmitindo conhecimentos trazidos do Rio por embarcações chegadas, referindo fatos da guerra da Bahia, das vantagens brasileiras com citações a Labatu e Cochrane; a 19 de junho anunciava a Bahia restaurada.

Afastado na primeira quinzena de março de 1824, a 21 deste mês já o tenente coronel José Olinto de Carvalho e Silva comunicava ter entregue, neste dia, o governo ao tenente coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo que se "apresentou pronto para o serviço". Este, em 21 de abril deu, por ofício, ao governo da província, conhecimento das festas de juramento do projeto da Constituição do Império, tendo dito anteriormente que "como acho-me com algum alívio de minha enfermidade, posso ir continuando ao serviço no Governo desta Praça até que Sua Magestade Imperial determine o que for servido". Em 11 de novembro, José Olinto de Carvalho já havia, de novo, entrado no exercício do governo da praça (66).

Joaquim Aranha, em sua permanência em Santos, foi provedor de sua Santa Casa que o homenageou com seu retrato em salão de honra. Era ele cavaleiro da Ordem de Cristo agraciado pela rainha Dona Maria I, e cavaleiro da Ordem do Cruzeiro do Império. Faleceu em Santos, depois de completar setenta e oito anos de idade:

"Aos vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e quarenta e um, nesta cidade, faleceu do peito, com todos os Sacramentos, de idade de setenta e tantos anos, o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, viúvo, natural desta cidade. Fez testamento: seu corpo foi amortalhado em hábito de São Francisco, por mim e pelo reverendo Clero recomendado, e sepultado na Igreja da Santa Casa de Misericórdia" (a) José Antônio da Silva Barbosa (67) ~~1841~~.

Mas, voltemos a 1778 quando havia nascido uma parente de Joaquim Aranha, batizada em São Paulo, como reza o assentamento:

"Aos 17 de março de 1778, na Capela de Nossa Senhora da Luz, com licença do Senhor Bispo, batizou e pôs os Santos Óleos o Padre Joaquim José Soares, a Eufrosina, filha do Capitão Joaquim José Botelho e sua mulher Dona Ana Joaquina da Silva. Foram padrinhos Manuel Rodrigues Jordão e sua mulher Dona Ana Eufrásia da Cunha, todos desta Freguesia, de que fiz este assento que assino" (a) O Cura Antônio José de Abreu (68).

Em 1796, nas "Dispensas Matrimoniais e Casamentos" do mesmo Cartório Eclesiástico, nova referência se encontra neste termos:

"Aham-se dispensados do impedimento do quarto grau de consanguinidade misto ao segundo, para se casarem, o Capitão Joaquim Aranha de Camargo, batizado na matriz da Freguesia da Cotia,

do autor.

Casa solaranga do Engenho do Mato Dentro (1806) do Tenente Coro-
nel Joaquim Aranha Barreto e herdado por sua filha a
Viscondessa de Campinas e conservada na sua descendência até 1937.
Hoje Parque Ecológico criado pelo Governo Orestes Quercia. Fotos

Aranha

Casa solaranga (1806) do Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto
de Coração - Engenho do Mato Dentro - Passou por herança à filha
do primeiro proprietário. Hoje Parque Ecológico criado pelo go-
verno Orestes Quercia. Foto do autor.

filho legítimo do Sargento-Mór Francisco Aranha Barreto e de Dona Mônica Maria de Camargo, com Dona Eufrosina Matilde da Silva Botelho, batizada na Freguesia da Sé de São Paulo, filha legítima do Capitão Joaquim José Botelho e de Dona Ana Joaquina da Silva Reis, ambos fregueses desta".

A Igreja de Santo Antônio, originada em ermida que fora contemplada com legado testamentário de Afonso Sardinha em 1592 (69), reconstruída e terminada pela devoção de nosso primeiro bispo Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, foi escolhida para o casamento de Joaquim Aranha -ele com trinta e dois anos de idade e ela com dezoito- solenidade que assim se celebrou:

"Aos nove de fevereiro de 1796, na Capela de Santo Antônio com provisão, feitas as denúncias e dispensados no quarto grau misto com o segundo de consangüinidade, e sem mais impedimento, em presença do Reverendo Vigário José Francisco Aranha de Camargo, de minha licença e das testemunhas, o Reverendo Dom Abade Frei Fernando da Madre de Deus e o Reverendo Bartolomeu Pereira Mendes, pelas cinco horas da tarde, receberam-se em matrimônio na forma do Concílio Tridentino, o Capitão Joaquim Aranha de Camargo, batizado na Freguesia da Cotia, filho legítimo do Sargento-Mór Francisco Aranha Barreto e Dona Mônica Maria de Camargo, com Dona Eufrosina Matilde da Silva Botelho, batizada nesta cidade, filha do Capitão Joaquim José Botelho e de sua mulher Dona Ana Joaquina da Silva Reis, ambos os contraentes fregueses desta Sé, e logo receberam as Benções Nupciais; e para constar fiz este assento que assino com as testemunhas". (a) Gaspar Ribeiro de Matos Sales - José Francisco Aranha de Camargo - o P. Bartolomeu Pereira Mendes (70).

Depois de residir no Paraná, de fixar-se em Campinas e de catorze anos de vida matrimonial, enviuvou Joaquim Aranha Barreto de Camargo:

"Aos vinte e três de Julho de mil oitocentos e dez, faleceu com os sacramentos da Penitência, Eucaristia e Extremaunção, Dona Eufrosina Matilde da Silva Botelho, de trinta anos, natural de São Paulo, casada com o Tenente Coronel Joaquim Aranha de Camargo; foi encomendada e sepultada solenemente dentro desta Matriz" (a) O Vig^o Joaquim José Gomes (71).

Eufrosina Matilde deixou três filhos:

- 1- Viscondessa de Campinas, natural de Castro;
- 2 - Joaquim Aranha de Camargo, natural de Castro, e
- 3 - José Aranha de Camargo, natural de Castro.

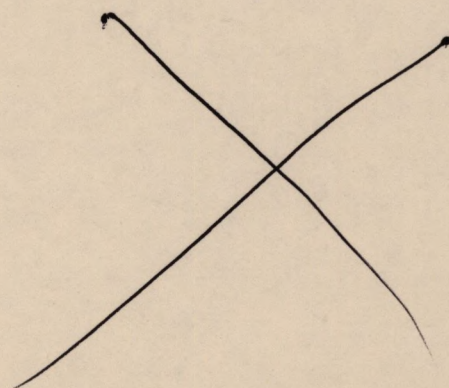
Nasceu a Viscondessa em Castro (hoje Estado do Paraná) onde residia seu pai, na Fazenda Taquara, pelos anos de 1797. Mudou-se com seus pais para Campinas em 1806, para o Engenho do Mato Dentro que seu pai fundara. Neste engenho casou-se, como já tivemos ocasião de relatar:

"O casamento realizou-se com apuro e elegância ao gosto dos nossos rígidos e pragmáticos avós, aos 16 de junho de 1817; testemunhou-o o capitão-mór de Campinas, João Francisco de Andrade, que envergando suas vestes de solenidade e faixa própria, levava a esposa para assistir as bodas. Outra testemunha foi o major Teodoro Ferraz Leite, senhor do engenho da Lagoa, onde se erguia um sobradão residencial;" "homem de correto trajar, com sua casaca, calção de setim, colete e luvas de seda, banda militar e sapatos" de fivelas de prata, "tinha a seu lado a jovem e formosíssima esposa" Maria Luísa Teixeira Nogueira de Camargo, prima da noiva, enquanto campinenses de prol, ~~asdfghjklxzxvbnmwxqztyu~~ como as testemunhas, estariam também, a cavalo ou lotando suas liteiras, em busca do rico engenho para o casamento da sinhazinha da casa que era a moçoila. Maria Luzia ~~hexxxxxxxx~~ Aranha, futura Viscondessa de Campinas, casadeira pelos hábitos da época, de tez moreno-clara, olhos pretos e muito vivos, nariz perfeito, boca direita e bem rasgada na moldura dos lábios de curvas elegantes, como nos mostra seu retrato de anciã de agradáveis traços e doce semblante de bondade" (72).

E o vigário Joaquim José Gomes, dedicado e virtuoso sacerdote que por três décadas parouquiu em Campinas fazendo-se querido e conceituado, registrou com o seu habitual cuidado o casamento no segundo livro de assentamentos, fls. 126:

"Aos 16 de junho de mil oitocentos e dezessete, por uma Portaria do Muito Reverendo Snr. Dr. Arcediago e Vigário Geral, e de Licença minha, em presença do Reverendo José Francisco Aranha de Camargo, se receberam em matrimônio, no Sítio do Tenente Coronel Joaquim Aranha de Camargo, na forma da dita Portaria que os dispensou do impedimento de 2º grau de consanguinidade, Francisco Egídio de Sousa por sua Procuração apresentada pelo mesmo Tenente Coronel Joaquim Aranha, filho do Alferes Pedro de Sousa Campos e de Dona Maria Francisca Aranha: com Dona Maria Luzia Aranha filha do sobredito Tenente Coronel e de Dona Eufrosina Matilde da Silva Botelho, tendo testemunhas presentes o Capitão-mór João Francisco de Andrade e o Capitão Teodoro Ferraz Leite. E logo receberam as bençãos nupciais!" (a) O Vigário Joaquim José Gomes - Teodoro Ferraz Leite - João Francisco de Andrade. (73) (72)

Como demonstramos tratando da geração de Amal Gurgel, o nome de família mais conhecida prevalecia habitualmente na descendência. Este casamento consanguíneo que acumulou o sangue



Viscondessa de Campinas - ~~Óleo de Fernando Pireck~~ - ~~Coleção do~~
autor.

entregue

dos Aranhas, foi de feliz resultado com prole ilustre, formando a notável família Aranha de Campinas, desde o noivo, cujo nome no assentamento e na procuração era apenas ~~Sousa~~, passou a assinar Sousa-Aranha, pois também tinha deste sangue pelo lado materno.

Francisco Egídio que teve aprendizagem de administração agrícola com o próprio sogro e tio na fazenda Taquara, de Castro; com a ausência de Joacim Aranha pelos anos de 1820, assumiu o engenho do Mato Dentro do qual sua mulher foi herdeira. "Cultivou-o com dedicação e zelo merecido por este grande latifúndio, tratou dos canaviais, fabricou açúcar e aguardente, aumentou a escravatura, criou gado e estendeu uma das primeiras plantações de café (74). Faleceu a 11/7/1860, com oitenta e dois anos de idade, ficando sua mulher uma viúva altaneira e senhora da casa como as velhas matronas do velho São Paulo, para dirigir o patrimônio do casal que se compunha, além do engenho do Mato Dentro, da fazenda São Francisco, da fazenda do Campo e de casas na cidade, destacando a casa solar do largo da então Matriz Nova, construção de Joacim Aranha.

Maria Luzia de Sousa Aranha, a 21 de outubro de 1871, em sua Fazenda Mato Dentro, recebeu a visita do Príncipe Gastão ^{de Orleans} Conde d'Eu, que se achava em Campinas. Sua Alteza depois de percorrer os quilômetros já construídos da Estrada de Ferro Mojiana, e depois de pernoitar na Fazenda Jaguari (hoje Santa Úrsula) do Dr. João Ataliba Nogueira (Barão de Ataliba Nogueira), ficou hospedado na casa solar de Maria Luzia, no largo da Matriz Nova (Catedral) onde o povo lhe fez brilhante manifestação após o jantar. Deixou ele esta casa pela manhã de 29, partindo pelo trem das 7 1/2 horas para São Paulo.

Por decreto imperial de 9 de janeiro de 1875, e "em atenção aos relevantes serviços prestados à instrução pública e à humanidade em relação à guerra do Paraguai", como reza o respetivo pergaminho, foi ^{Maria Luzia} agraciada com o título de Baronesa de Campinas, e elevada a Viscondessa de Campinas por outro decreto imperial, este de 19 de julho de 1879. Em 26 de agosto de 1875, a Senhora Baronesa de Campinas visitou Suas Magestades Imperiais, Dona Teresa Cristina e Dom Pedro II, hospedados no sobrado do Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, depois Visconde de Indaiatuba.

Extremamente caridosa, Maria Luzia era pródiga na assistência que dava aos pobres, dentro de uma rigorosa modestia que ocultava aos alheios as manifestações de sua bondade. Em sua casa solar realizou-se um grande concerto em benefício da Santa Casa de Campinas (75).

Faleceu a Viscondessa a 6 de agosto de 1879 e deixou disposição testamentária libertando escravos e legando "avultada quantia para ser distribuída entre os pobres e instituições pias" (76). Foram seus filhos

1. Maria Brandina de Sousa Aranha casada com Álvaro Xavier de Camargo e Silva, fundadores do engenho Mato Dentro de Baixo, hoje

casada a 8-8-1814

fazenda Vila Brandina. Dentre seus descendentes, ocorre-nos citar: Coronel Antônio Álvaro de Sousa Camargo, fazendeiro e chefe político em Campinas, pai de Lafayette Álvaro de Sousa Camargo, o prefeito de Campinas e importante criador de gado holandês de maior apuramento racial; Paulo de Almeida Nogueira, senhor de usina açucareira, importante criador e fazendeiro em Campinas, deputado estadual, pai do deputado federal Paulo Nogueira Filho, membro da Academia Paulista de Letras, e avô do cientista e professor Paulo Nogueira Neto e do deputado e secretário de Estado José Bonifácio Coutinho Nogueira; Joaquim Álvaro de Sousa Camargo, bacharel em direito, presidente da Câmara Municipal de Campinas, deputado estadual e deputado federal (77).

2. Coronel José Egídio de Sousa Aranha, ^{nascido a 19-3-1821} casado em primeiras núpcias com Maria Luísa de Queirós e em segundas com Antônia Pereira de Queirós, ambas filhas do capitão José Pereira de Queirós e de Escolástica Saturnida de Moraes Jordão. Com grande e ilustre geração, na qual Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, José Egídio Bandeira de Melo, José Egídio de Azevedo, Róssio de Castro Prado e outros.
3. Marquês de Três Rios, gêmeo do anterior, em título especial, adiante.
4. Francisco Egídio de Sousa Aranha, batizado em 3/6/1823, casado com Maria Luísa Nogueira Ferraz, com grande geração.
5. Pedro Egídio de Sousa Aranha, batizado em 28/8/1825, grande fazendeiro em Campinas, casado com Ana Joaquina do Prado Aranha, protetora benemerita da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, com grande descendência.
6. Ana Teresa de Sousa Aranha, batizada a 7/7/1827, foi a primeira esposa de Manuel Carlos Aranha, mais tarde Barão de Anhumas, com vários filhos entre os quais Carlos Norberto de Sousa Aranha, deputado provincial, bacharel em direito.
7. Baronesa de Itapura, batizada em 29/9/1829, em título especial, adiante.
8. Antônio Egídio de Sousa Aranha, nascido em 1833, casado com Elisma do Amaral, filha dos Viscondes de Indaiatuba, são pais de Olavo Egídio de Sousa Aranha, casado com filha dos Barões de Sousa Queirós, bacharel em direito, parlamentar, secretário de Estado, chefe de grande prestígio na política estadual, pai de Olavo Egídio Filho, engenheiro; de Alfredo Egídio de Sousa Aranha, advogado, deputado estadual, e banqueiro em São Paulo; de Renato Egídio de Sousa Aranha, engenheiro e historiador, e de Francisca Egídio que se casou com o poeta e escritor ficcionista Paulo Setúbal, pais de Olavo Egídio Setúbal, banqueiro, político eminente, ~~Ministro de Estado das Relações Exteriores~~ prefeito da cidade de São Paulo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.
9. Petronilha Egídio de Sousa Aranha, batizada a 29/6/1836, casada com seu primo Francisco Inácio do Amaral, ^{supr} fundador da fazenda La-

pa (^{hoje} sede da Sociedade Hípica de Campinas); ~~que por ser habitualmente conhecido pelo nome de sua propriedade, passou a assinar Amaral Lapa, formando mais este ramo da família;~~ o casal deixou vários filhos: Antônio Carlos do Amaral Lapa, grande benfeitor da Santa Casa de Campinas, presidente da comissão de fundação do bispado de Campinas, cujos filhos foram Mary Lapa de Camargo, casada, com geração; Zenaide Lapa Penteado, casada, com geração; Marina Lapa de Oliveira Dias, dama da Ordem do Santo Sepulcro e da Ordem de Malta, que foi casada com José Pires de Oliveira Dias, das mesmas Ordens e benfeitor e diretor da Santa Casa de São Paulo; Plínio Carlos do Amaral Lapa, casado, com geração. Foram ~~xix~~ ainda ~~os~~ filhos do casal Petronilha-Francisco Inácio, Adolfo Augusto do Amaral Lapa, casado com Ana Alves da Silva (irmã do Dr. Guilherme da Silva) pais da filha única Leonor Lapa Álvares Lobo-casada ~~xxx~~ (78); Olímpia Lapa de Sousa Camargo, casada com seu primo Coronel Antônio Álvaro de Sousa Camargo, já referido;

Leonor La-

pa Penteado, casada com Elisiário Penteado, que são avós maternos dos engenheiros José Carlos e Osvaldo Penteado de Freitas, e outros.

10. ~~Martim Egídio de Sousa Aranha~~ ^{batizado em 1837} casado com Talvina do Amaral Nogueira, deixou grande geração com elementos de destaque como Osvaldo Aranha, administrador, parlamentar e ministro da República, pai da embaixatriz Miriam Aranha Moreira da Costa, esposa do embaixador Wilson Moreira da Costa, e da embaixatriz Luísa Zilda Aranha Correia da Costa casada com o embaixador Sérgio Correia da Costa, ele grã-cruz e ela dama de comenda da Ordem do Santo Sepulcro; Cyro de Freitas Vale, diplomata; Celso Egídio de Sousa Santos, com destacada descendência; os cientistas Marcelo e Tarcísio Dami de Sousa Santos; Antônio Egídio Nogueira, proprietário da fazenda da Barra, hoje bairro urbano de Campinas.

11. ~~Gertrudes Egídio de Sousa Aranha~~ ^{batizada em 24-9-1838,} casada com Francisco Pompeu do Amaral, de notável família de Campinas, com os filhos: Eduardo Pompeu do Amaral, pai da pintora Maria Nogueira Pompeu; Abelardo Pompeu do Amaral, doutor em ciências físicas e naturais pela Universidade de Bruxelas e químico diplomado pela Universidade de Genebra, cujo filho Francisco Pompeu do Amaral, é doutor em medicina, membro correspondente da Academia Nacional de Medicina, membro emérito da Academia de Medicina de São Paulo, autor das premiadas obras: "A Alimentação em São Paulo no Período de 1940-53", "O Leite, Problema Nacional", premiada em 1955 e "O Problema da Alimentação", em dois volumes, com prêmio da Academia Nacional de Medicina, em 1956; Anésio Pompeu do Amaral, fazendeiro em Campinas; Raul Pompeu do Amaral, também fazendeiro, pai de Ataliba José Pompeu do Amaral e de Cecília do Amaral da Cunha Bueno, cultora de arte e pintora; e outros como Valentina Pompeu do Amaral, benfeitora da Santa Casa de Campinas, falecida solteira com 93 anos, a 8 de novembro de 1969, então última neta da Viscondessa de Campinas.

marquês 19-III 1821

3. Marquês de Tres Rios - Joaquim Egídio de Sousa Aranha, vereador e presidente da Câmara Municipal de Campinas, deputado provincial e vice presidente da Província, tendo ocupado a presidência por várias vezes, foi rico proprietário e fazendeiro, agraciado com os títulos de barão, ^{visconde,} Conde e marquês de Tres Rios; hospedou em sua tradicional casa solar do pátio da Matriz Nova (Catedral) na qual sucedeu sua mãe a Viscondessa de Campinas, Suas Altezas Imperiais a Princesa Dona Isabel, seu marido o Conde d'Eu e seus filhos os Príncipes Dom Pedro, Dom Luís e Dom Antônio, aqui chegados a 13 de novembro de 1884; desta visita a Senhora Princesa anotou em seu diário: "o Conde de Tres Rios é uma excelente criatura, assim como a Condessa" (79).
- Hospedou o Marquês na mesma tradicional casa, o Imperador e a Imperatriz, na visita que se iniciou com a chegada dos imperantes a 27 de outubro de 1886, quando eles, em carro puxado por duas parelhas, desceram a rua da Constituição (Costa Aguiar) toda "adornada em arcos, bandeiras e folhagens" (80), entre alas de estudantes que cobriram os visitantes com pétalas de flores.
- Casou-se o Marquês, em primeiras núpcias, ^{a 30-XI-1842} com Dona Ana Francisca da Silva, falecida baronesa, e sepultada a 16 de agosto de 1875, deixando grande descendência; casou-se o Marquês, pela segunda vez, com a Baronesa Viúva de São João do Rio Claro, ^{que faleceu Marquês de Três Rios, e} de quem não teve geração. Foi seu filho o Major Carlos Egídio de Sousa Aranha, moço fidalgo da Casa Imperial, casado a 18/10/1866 com Maria Ângela Teixeira Bueno, filha do capitão Cândido José Leite Bueno e de Umbelina Teixeira de Moraes; foi seu neto Joaquim Egídio de Sousa Aranha, chamado o Marquesinho, casado a 14/9/1895 com Anália Ferreira de Camargo, neta paterna dos Barões de Itatiba; é seu bisneto por primogenitura o Comendador Joaquim Carlos Egídio de Sousa Aranha, cavaleiro da Ordem de Malta, casado com Maria Amélia de Arruda Botelho, dama da Ordem de Malta, bisneta por primogenitura dos Condes do Pinhal, artista de subido valor, pintora, escritora, ^{membro titular} do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no qual tem ocupado cargos de diretoria. Foram ^{ainda} filhos do Major Carlos, Cândido Egídio de Sousa Aranha; Zulmira Adelaide de Sousa Aranha, casada e com geração; Lafaiete Egídio de Sousa Aranha com ~~grande~~ grande descendência; Maria Umbelina de Sousa Aranha, casada, com filhos; Ana Egídio Ferreira casada com o conhecido e caridoso campinense Estanislau Ferreira de Camargo; Júlia Egídio de Sousa Aranha casada com Persano Pacheco e Silva, com seis filhos entre os quais Iolanda Pacheco e Silva de Siqueira ^{viúva de} Raul Estevão de Siqueira e mãe de, ^{entretanto,} Estanislau Ferreira de Siqueira conhecido e estimado elemento da sociedade de Campinas.

entregue

O Marquês de Três Rios - Óleo de Oscar Pereira da Silva - Cole-
ção Joaquim Carlos Egídio de Sousa Aranha-Maria Amélia de Arruda
Botelho de Sousa Aranha.

BARÕES DE ITAPURA

h-29-18-1329

6. Baronesa de Itapura - Libânia Egídio de Sousa Aranha, casada a 26 de fevereiro de 1843 com Joaquim Policarpo Aranha, Barão de Itapura, ^(irmão do Barão de Albuquerque) proeminente elemento nas maiores realizações de Campinas em seu tempo, foi chefe político, presidente da Câmara e grande fazendeiro de café, proprietário de quatro grandes fazendas e de três menores, todas herdadas pelos seus cinco filhos, quatro homens e uma mulher que foi a benemérita Isolete Augusta de Sousa Aranha. Foi seu neto Carlos Alberto Barbosa Aranha, pai de três filhas e de Alberto Aranha Neto, falecido, e de José Carlos de Camargo Aranha, médico em São Paulo, casado, com geração.

oooo\$\$\$\$oooo

Com o presente trabalho atendi, em parte, ao pedido abaixo que me foi feito há cinquenta e quatro anos e que não me foi possível atender a tempo e de forma completa. Vem o pedido em favor da nota de abertura do capítulo "O Anfitrião de Suas Majestades":

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

RUA QUINTINO BOCAIUVA, 4 - 2.º andar

SÃO PAULO

São Paulo, 11 de Setembro de 1933

Presado Amigo Celso,

Em nome do Dr. Oswaldo Aranha, agradeço a
você a árvore genealógica.-

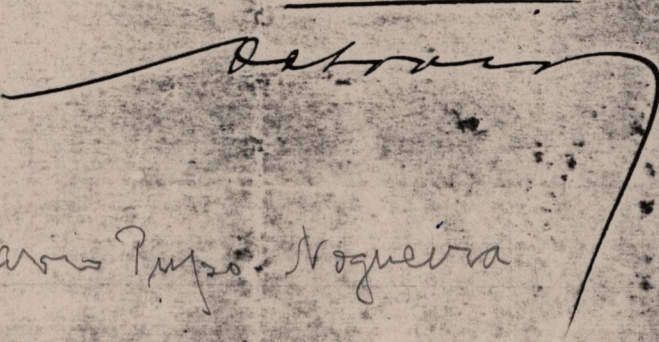
O successo do seu trabalho foi maior do que eu mesmo
esperava: o Dr. Oswaldo mostrou-o a muita gente da sua roda,
guardou-o com carinho, quasi decorou o nome dos seus maiores e
viu, com ufania, que o seu sangue tem gottas do que corria nas
veias de Fernão Dias Paes Leme.-

Tanto interesse despertou o seu trabalho, que o Dr.
Oswaldo, por meu intermedio, pede a você vasculhe de onde lhe
vem o nome de Aranha.-

Creio que a empreza é difficil para um leigo, mas re-
lativamente facil para você, auctoridade no assumpto.-

Ao que parece, á alcunha está ligado um padre e é tu-
do quanto o Dr. Oswaldo soube do caso atravez de vagas reminis-
cencias da sua velha Mãe que mora com elle no Rio.-

Abraços do sempre amigo


Otávio Pupo Nogueira

- 1 - Archimedes Pereira Guimarães, "E Agora Padre Belchior ?" na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, LXXIII 115.
- 2 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, "Catálogo de Documentos", 509.
- 3 - Boletim do Departamento do Arquivo do Estado, I, 61.
- 4 - Francisco Martins dos Santos, "História de Santos", I, 273 e Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, "Apontamentos Históricos", I, 55.
- 5 - Teria Alexandre Barreto Aranha parentesco com os Macieis Aranhas, proprietários de "curioso solar no Campo da Vinha" em Braga? (Enciclopédia pela Imagem, "Palácios e Solares Portugueses", 38).
- 6 - Tito Lívio Ferreira, "História de São Paulo", I, 373.
- 7 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 2007.
- 8 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 2007.
- 9 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 2007.
- 10 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 2007.
- 11 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 2056 e 2068.
- 12 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 3306.
- 13 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 3306.
- 14 - Pedro Calmon, "História do Brasil", IX, 1153 - foi o forte de Jesus, Maria e José, construído em 1752 na confluência dos rios Pardo e Jacuí (então chamado Guaíba), pelo engenheiro João Gomes de Melo.
- 15 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 3306.
- 16 - Arquivo Público do Estado, recenseamentos.
- 17 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 3306.
- 18 - Braço direito e primo do capitão general de São Paulo, Luís Antônio de Sousa, Morgado de Mateus. Contra ele, assim como contra o Morgado, pesam graves acusações de improbidade administrativa. (Arquivo Ultramarino).
- 19 - Arquivo Público do Estado, "Documentos Interessantes", LXXXIV, 76.
- 20 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXXV, 10.
- 21 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXV, 73.
- 22 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXV, 75.
- 23 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXV, 158.
- 24 - Frei Domingos Vieira, "Tesouro da Língua Portuguesa" IV, 654 e 865: "Parada - Postilhões que de posta em posta levam recados, cartas, avisos para irem com mais rapidez". "Postilhão - Homem ligado ao serviço da posta e que conduz viajantes"
- 25 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVI, 18.
- 26 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVI, 63.
- 27 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVI, 78.
- 28 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVI, 112.
- 29 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVII, 160.

- 30 - Pedro Calmon, ob. cit. IV 1205.
- 31 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVII 63.
- 32 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVII 85.
- 33 - Pedro Calmon, ob. cit. IV 1208 e Antônio Vieira dos Santos "Memória Histórica de Paranaguá" 149-150.
- 34 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVII 140.
- 35 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVII 180, Alberto Sousa "Os Andradas" I 167.
- 36 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXVII 198.
- 37 - Nomeado pelo Morgado de Mateus, alferes da companhia comanda-da pelo capitão José Gomes de Gouveia, para o Iguatemi, (Re- vista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, IV, 395; Arquivo Público do Estado, Revista IX, 160 a 164, e Do- cumentos Interessantes VIII, 27 e 29). Iguatemi, que foi o- mártírio dos paulistas instituído pelo Morgado de Mateus, no seu período final tinha por governador o seu vigário, padre Antônio Ramos Barbas Louzada, com uma guarnição faminta de 116 soldados comandados pelo tenente Jerônimo da Costa Tava- res, soldados faltos de alimentos e munições, que se renderam honrosamente perante poderoso ataque dos castelhanos. Os seus chefes porém, foram presos e metidos nas masmorras da forta- leza da Barra Grande em Santos, onde o padre Vigário e Gover- nador penou dezoito anos por não ter resistido aos espanhóis que os teriam massacrado neste caso!
- 38 - Arquivo Público do Estado, "Documentos Interessantes" LXXX, 59 e 60.
- 39 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXX, 76 e 77.
- 40 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. LXXXIII, 162.
- 41 - Arquivo Público do Estado, ob. cit. XLVI, 103.
- 42 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit. 3306.
- 43 - Luís Gonzaga da Silva Leme, "Genealogia Paulistana" I 244. c
- 44 - Luís Gonzaga da Silva Leme, ob. cit. I, 165. *LI fls 42 v, de Colômbia, to. de S. de São Paulo; esta pesquisa de Luís Carlos Sampayo de Men- donça.*
- 45 - Luís Gonzaga da Silva Leme, ob cit. VII, 489.
- 46 - Cúria Metropolitana de Campinas.
- 47 - Cúria Metropolitana de São Paulo.
- 48 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit.
- 49 - Arquivo Ultramarino de Lisboa, ob. cit.
- 49 A - August de Saint Hilaire, "Viagem à Comarca de Curitiba" 75.
- 49 B - August de Saint Hilaire, ob. cit. 87.
- 50 - Arquivo Público do Estado, recenseamentos.
- 51 - Leopoldo Amaral, "Campinas Recordações" 72.
- 52 - Frei Domingos Vieira, "Tesouro da Língua Portuguesa" III 1259, en- tende lanço como "extensão do pano de muro; no século atual é um puxado, adicional da construção com menor pé-direito.
- 53 - Leopoldo Amaral, ob. cit. 72.
- 54 - Câmara Municipal de Campinas, atas.
- 55 - Câmara Municipal de Campinas. atas.
- 56 - Archimedes Pereira Guimarães, "E Agora Padre Belchior" 50.

- 57 - Ernesto Leme, "7 de Setembro de 1822" na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, LXX, 253 - e Cônego João Correia Machado, tese aprovada no 1º Congresso de História do Estado de São Paulo, Campinas, julho de 1972.
- 58 - Joaquim Aranha de Camargo assim foi chamado em todos os atos de sua vida, no assentamento de seu casamento, até na sua última assinatura na Câmara de Campinas, em 5/11/1815; no ofício referente à sua nomeação para governador de Santos, seu nome se registrou como Joaquim Aranha Barreto de Camargo e assim passou ele a assinar como governador militar, em sua correspondência com o governo da Capitania (ofícios no Arquivo Público do Estado, a começar de 2/10/1822), com sua letra sem muita firmeza, de homem de meia idade. Em sessões da Câmara Municipal de Campinas, nos dias 26/8/1820, 10/7/1821, 7/4/ e 15/8/1822, compareceu seu filho e assinou eleição e atas, como Joaquim Aranha de Camargo, com letra segura de moço.
- 59 - Arquivo Público do Estado, "Documentos Interessantes", LXXXIV, 76 e 180.
- 60 - Livro XI de Vereança da Câmara de Santos; pesquisa de Luís Carlos Sampaio de Mendonça.
- 61 - Alberto Sousa, "Os Andradas", I, 295 e 296.
- 62 - Brasil Bandecchi e Antônio Barreto do Amaral, "O Arquivo do Marquês de Valença", na Revista de História, XCII, 509.
- 63 - Francisco Martins dos Santos, "História de Santos", I, 391,
- 64 - Arquivo Público do Estado.
- 65 - Francisco Martins dos Santos. ob. cit. I, 395, deixou historiado: "Ata pela qual, em reunião popular realizada na praça da Matriz (hoje da República), se Aclamou a S. A. R. D. Pedro de Alcântara, primeiro Imperador Constitucional do Império do Brasil - Aos doze dias do mês de Outubro, de mil oitocentos e vinte e dois anos, nesta Vila e Praça de Santos, Comarca da Cidade de São Paulo, em a Praça da Igreja Matriz, onde foi elevada uma suficiente e bem decente varanda, que para objeto de tanto júbilo foi edificada e em que se acham presentes

11
o Juiz Presidente pela Lei João Batista Vieira Barbosa, os vereadores, o Capitão Antônio José Viana, o Capitão Antônio Botelho de Carvalho, o Procurador do ano passado Domingos José Rodrigues, no impedimento de moléstia do atual governador desta Praça o Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, e mais autoridades, Povo e Tropa da guarnição da mesma, foi por todos unanimemente dito que declaram a sua independência dos Reinos de Portugal e Algarve, e protestam defendê-la à custa da própria vida....."

- 66 - Arquivo Público do Estado.
- 67 - Cúria Diocesana de Santos, pesquisa e obséquio do ~~ento~~ genealogista Luís Carlos Sampaio de Mendonça.
- 68 - Cúria Metropolitana de São Paulo.
- 69 - Francisco Nárdi Filho, "As Antigas Igrejas de São Paulo", 97.
- 70 - Cúria Metropolitana de São Paulo.
- 71 - Cúria Metropolitana de Campinas.
- 72 - Celso Maria de Mello Pupo, "Os Velhos Casamentos" no Correio Popular de 7/8/1964.
- 73 - Cúria Metropolitana de Campinas.
- 74 - Celso Maria de Mello Pupo, "Campinas, seu Berço e Juventude" 142.
- 75 - Leopoldo Amaral, ob. cit. 463, e "Registro Histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência" 71.
- 76 - Laurênio Lago, "Retificações ao Arquivo Nobiliárquico" agosto de 1950.
- 77 - Dunshee de Abranches, "Governos e Congressos" II 80.
- 78 - Leonor Lapa Álvares Lobo foi casada com Paulo Álvares Lobo, bacharel em direito, advogado, jornalista, exímio escritor, purista da língua, patrono da cadeira 29 da Academia Campinense de Letras. ~~São Paulo de~~ Com geração.
- 79 - Ricardo Gumbleton Daunt, neto, "Diário da Princesa Isabel".
- 80 - "Diário de Campinas" de 22/10/1886.

2. Maria Nazarath Lobo Cruz Martins casada com o engenheiro

Alguns exemplos pessoais de talento e marcantes, da segunda metade do século passado, vêm logo à memória com o nome do maior dos compositores brasileiros, triunfando de forma inigualável até hoje no mundo artístico, que graças a munificência imperial de Dom Pedro II, projetou o Brasil, com glória, na

- 2 -

vida operística do mundo, haurindo na Itália seus aperfeiçoamentos culturais, e enviando da Itália para o plano universal as joias de suas produções culturais - Antônio Carlos Gomes.

E foi este brasileiro seguido, também nos campos musicais da Europa mais culta, por outro talento, também nascido em Campinas, Maria Monteiro que em sua breve vida, pois faleceu aos vinte e sete anos de idade, depois de diplomada em Milão e de entusiasmar, pelo seu talento e cultura, as platéias líricas da Europa, cantando ao lado de luminares de maior grandeza nos melhores palcos da arte cênica, com Tamagno, de Marchi e outros. Foi seguida mais tarde por outro filho de Campinas, o tenor Camargo, filho adotivo de José Bonifácio de Camargo, o tenor que chegou a nossos dias cantando em permanência na Ópera de Paris.

É orgulho nosso relembrar esses talentos que puderam lapidar suas vocações nas melhores escolas do mundo.

Ainda na produção operística, depois de referir ao maior, Carlos Gomes, devemos registrar nomes de outro compositores de óperas, aqui nascidos: Sant'Ana Gomes, irmão mais velho de Carlos Gomes, cujo sesquicentenário de nascimentos ~~veremos~~ ^{veremos} transcorrer, ~~neste ano~~; Carlos de Campos, músico que presidiu o Estado de São Paulo, e Mário Monteiro que completou o grupo de campinense autores de óperas.

1934
E Campinas ainda abrigou o compositor a quem se deve ter sido o primeiro brasileiro que teve obra lírica sua encenada no Brasil, Elias Álvares Lobo, cujo sesquicentenário de nascimento também transcorre no ano corrente, ^{de 1984} autor da ópera encenada "Noite de São João" e de outra "A Louca", ^{maestro} que residiu, lecionou e compôs valiosos trabalhos em Campinas, aqui deixando geração de músicos e compositores, dos quais ainda fulge na constelação pianística, a campinense Menininha Lobo.

O COMBATE DE VENDA GRANDE EM 1842

~~Celso Maria de Mello Pupo~~

Cessado o período regencial e declarada ^{maiorida-}de de nosso imperador Dom Pedro II, por iniciativa dos liberais apoiados pelo povo e forças do exército, foi o imperador coroado a 18 de julho de 1841. Era vitória liberal que iniciava o segundo reinado com "estrandosa popularidade" e júbilo geral no país inteiro. Generalizada uma opinião política em favor do restabelecimento de um Conselho de Estado, extinto em 1834, sua forma, entretanto, era motivo de divergência política, agravada por demais atitudes dos conservadores no poder, levando os liberais à revolta de 1842.

Conspirou-se, estabeleceu-se o plano de revolução que eclodiria na capital da província e outras cidades do interior, o que se fez, não nos moldes estabelecidos, mas fracionadamente, falhando na capital onde já havia a formação de grupos de ação com armamento distribuído. Sorocaba e cidades próximas e Campinas e outros centros municipais, marcharam para a revolução.

Em Campinas como os revolucionários não compunham a maioria da Câmara Municipal, concentraram suas tropas em área rural, com sede no sobrado desabitado do engenho da Lagoa, bairro de Venda Grande, sendo aí atacados por tropa imperial enviada por Caxias a Campinas, sob o comando do coronel José Vicente de Amorim Bezerra.

Nesta cidade já se achava uma tropa mercenária organizada e mantida pelo chefe conservador de Moji-Mirim, João José Vieira Ramalho, que também participou do ataque à concentração dos revolucionários, aos 7 de junho de 1842, desbaratados estes com poucas mortes e prisões, recolhidos os feridos ao sobrado do engenho onde, durante a noite, vitimou-os uma chacina.

Mistério a Desvendar

Vimos agora movidos por uma imposição de justiça, no sentido de desvendar o mistério do massacre de Venda Grande,

mantido ainda em nosso trabalho anterior (1), relativamente ao fato do século passado que tanto emocionou a gente de Campinas.

A permanência do mistério perpetuou a injustiça de suspeição a órgãos que têm direito à pesquisa esclarecedora e à eliminação de qualquer dúvida sobre seu passado. Isto, mesmo depois de nossa publicação anterior, não foi eliminado de nossos cuidados, de nossas pesquisas, buscando o justo agora com oportunidade de divulgação.

As afirmativas reticentes do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt e de Zaluar, e o queixume de Ana Gabriela, podem hoje ser esclarecidos levantando-se "a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena" causadora de profunda e duradoura mágua como, ainda nas primeiras décadas do século vinte, pudemos sentir. Discorremos sobre este único encontro cruento na província de São Paulo transcrevendo:

"As legendas desse dia funesto correm no entanto na boca do povo com toda a mágua de uma tradição fraticida. Não serei eu quem levante a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena" (2).

"Prenderam-no e no ato propositalmente feriram-no levando-o para a casa antiga da fazenda que era sobrado. Aí atiraram-no na cama e na mesma noite os soldados assassinaram-no a sangue frio" (3).

"morreram na ação Joaquim Camarada e Pedro Aleixo; ficaram baleados muitos que morreram assassinados depois da ação, Comandante Boaventura e mais pessoas" (4).

O combate se iniciou com a presença da cavalaria imperial "no alto do pasto", Fazenda Chapadão, recebida com tiros da artilharia dos revolucionários. Se tivesse havido revide da cavalaria (que não houve) contra os disparos da arcaica artilharia revolucionária, nada haveria de crítica, assim como não se pode estranhar a reação dos revolucionários ao serem atacados pela retaguarda ~~ex parte flaxxx~~, pela infantaria, esta com armas de maior alcance contra as armas de caça dos liberais; os fatos posteriores relatados pelos cronistas da época é que exigem uma revisão.

O relato do Dr. Ricardo é posterior a 1845, quando ele aportou a Campinas. Em 1846 Dom Pedro II visitou esta cidade e condecorou muitos liberais e, apenas, um conservador, não podendo haver qualquer temor em se dizer a verdade. Zaluar só veio

para o Brasil em 1849 e passou pela nossa província em 1860-61, quando nada o impedia de denunciar a tropa responsável; mas se limitou a dizer: "não serei eu quem levante a cortina", quando poderia e deveria relatar a verdade.

Os contemporâneos de 42 eternizaram o mistério, hoje injustificável, mas, então, fundamentado pelo profundo e unânime pendor religioso da população. O século dezenove se classifica pela convicção religiosa dominadora de todas as consciências, com seus princípios sólidos e com suas credices e exageros naturais da enraigada fé religiosa.

Gozavam os sacerdotes de uma aura de respeito que chegava ao rigor de se encobrirem faltas nunca referidas no temor de atingir o que neles havia de sagrado. Os desmandos de alguns não tisonavam sua reputação e eram resguardados por uma discreção temerosa que não ousava transpor os limites de restrita intimidade, conservando mistérios não desvendados até hoje, como resultou para a moderna discussão sobre paternidade de Feijó.

Historiadores do Evento

Sem pretender atingir a totalidade, vamos recordar nomes que se dedicaram à história de Venda Grande, inserida, muitas vezes, em relatos de ampla exposição sobre o movimento liberal de 1842. E podemos indicar o que tivemos em mãos, quase todos em arquivo particular:

I - Em "Almanaque de Campinas Para 1871" organizado e publicado por José Maria Lisboa, Francisco Quirino dos Santos historiou a pré-revolução e a revolução em resumida e interessante exposição, quando ainda viviam participantes do movimento.

II - Amador Bueno Machado Florence, filho de Hércules Florence que o acompanhou em 1842 viajando de Campinas para Itu e foi testemunha ocular de fatos da revolução liberal, escreveu, de sua lembrança, esses fatos, publicando-os em artigos seguidos, de 7 de junho a 15 de julho de 1882. Tais artigos contam valiosos detalhes da revolução, e têm servido para fonte de muitos trabalhos e até para serem transcritos por inescrupulosos que os copiam sem referência ao original de onde tiraram; mas o confronto das publicações revelam claramente o plágio.

III - João Batista de Mafais, em 1907, escreveu e apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, memória sob o título de "Revolução de 1842", na qual fez um estudo da vida política do Brasil, desde 1831 até o final da revolução, com a correspondência trocada entre muitos próceres. a época.

IV - Leopoldo Amaral, em 1927, pelas colunas de "A Gazeta de Campinas" do dia sete de junho, em alentado artigo, relembra particularidades de Venda Grande, úteis e orientadoras para quem deseja se inteirar desta revolução.

- 4 -

V - A 27/1/1929, o "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro, publicou noticiário com reprodução de correspondência sobre o aniversário da decisão do Senado isentando de culpa os senadores Diogo Antônio Feijó, Nicolau de Campos Vergueiro e Francisco de Paula Sousa.

VI - Heitor Muniz tratando de "A Revolução Liberal Mineira de 1842" faz um histórico útil da pré-revolução.

VII - O mesmo faz "O Estado de Minas" de 20/8/1929, com o inteiro teor da representação da Assembléia Provincial de São Paulo, ao Imperador, "pedindo a sustação das Leis das Reformas do Código e do Conselho d'Estado, e a demissão do Ministério".

VIII - "O Estado de São Paulo" de 27/2/1930, em correspondência de Itapetininga, relata os ocorridos na cidade.

IX - Felix Guisar Filho, o historiador do Vale, em "A Razão" de 12/7/1931, trata de desfazer o que intitula "Quem Conta um Conto".

X - Pode-se lembrar um historiador de pulso, E. Vilhena de Moraes, que, pelas colunas de "A Razão" de 12/9/1931 e número seguinte, retorna ao "Quem Conta um Conto".

XI - Abundante correspondência de Caxias ao presidente da Província de São Paulo, trazem os Anais do Museu Paulista, tomo quinto, de 1931.

XII - Feliz Guizar Filho, ainda em "A Razão" de 12 e 13 de dezembro de 1931, tratou de "Taubaté e a Revolução de 1842".

XIII - Devemos ao campinense Omar Simões Magro que pelo "Diário Popular" de 16/5/1932 historiou Venda Grande sob o título "Os Apuros de Um Chimango" com referência ao revolucionário que se ocultou em um valo passando a prisioneiro de uma cascavel.

XIV - Documentação provinda dos arquivos do 1º Barão de Jundiá, referente ao movimento de 1842, foi incluída no volume XXXI (1933-1934) da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

XV - Do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Martins de Andrade é autor de trabalho sobre "A Revolução de 1842", tratando do movimento em São Paulo, Curitiba e Campinas.

XVI - Aluísio de Almeida em 1944, na coleção "Documentos Brasileiros", teve seu trabalho publicado "A Revolução Liberal de 1842".

Tivemos ainda em mãos o segundo volume do processo criminal procedido pela autoridade civil da província, com depoimentos e testemunhos em várias cidades do interior onde agiram os revolucionários, e do qual copiamos declarações testemunhais de elementos de Campinas. Outros trabalhos terão sido publicados em nosso país, porém até hoje não se desvendou o mistério do massacre do engenho da Lagoa transformado em bairro da Venda Grande, o que vamos tentar.

As Tropas Atacantes

Deste ressentimento da população de Campinas e dos relatos de escritores acima citados e que não quiseram levantar o véu do mistério que vem atravessando os séculos mas, que facilmente pode ser considerado como o excesso de uma tropa sem culpa, que se busque a verdade a fim de que não se consolide alguma injustiça; assim, mesmo tarde, que "se levante o véu" da verdade.

Justo é que se inicie julgando a atuação militar, a partir do comandante em chefe das forças, preferencialmente chamadas pacificadoras. Significativamente o guerreiro Caxias teve a alcunha de pacificador; e esta alcunha mais se justifica em pesquisa que se faça na história do movimento armado de 1842.

Caxias não quis atacar os revolucionários em Pinheiros; preferiu a inércia, sua e do inimigo, precursora do desânimo de revoltosos. Enviou o Coronel Bezerra com tropa para evitar a tomada de Campinas pelos revolucionários que para tanto se preparavam, que acumulavam forças sem esconder o próprio objetivo militar. Estrategicamente agiu a tropa imperial chegando a Campinas e desenvolvendo seu ataque já no dia seguinte, quando tudo levava a crer que se demorasse no desfecho deste ataque. O imediatismo da ação, para o comando Bezerra, justificava-se por surpreender os liberais, como realmente surpreenderam, tão displicentes que se achavam afastados do seu quartel general, pescando ou ocupados em folganças, o que permitiu um encontro sangrento com pequeno número de revoltosos, encontro desastroso para estes, não só pelas baixas causadas, mas, principalmente, pelo desânimo produzido em toda a falange liberal da província.

Sabidamente pacifista a conduta de Caxias, nunca poderia ele autorizar a seus comandados a execução de um massacre de prisioneiros de guerra, como se realizou em Venda Grande. Mas se procurarmos algum outro motor para o massacre, o primeiro passo seria pesquisar sobre a composição das forças atacantes.

Os imperiais se compunham de cavalaria e infantaria para combater artilharia e infantaria. O comando Bezerra tinha, é evidente, perfeitas informações sobre o inimigo e, assim, iniciou o ataque com a cavalaria transpondo a fazenda Chapadão pela "velha estrada da Limeira". Melhor diremos que iniciou uma provocação, pois apenas se fizeram ver, produzindo a reação dos revolucionários com disparos de dois pequenos canhões já arcaicos e não mais em uso por forças regulares que dispunham de material moderno, quando já não mais se utilizavam de canhões de projétil esférico não explosivo, como tinham os liberais.

Despertados os cuidados dos liberais para o possí-

vel ataque vindo do Chapadão e colocando-os em posição para esta defesa, surgiu então a infantaria imperial pela retaguarda percorrendo a nova estrada - Campinas-Piracicaba - (atual Campinas-Barão Geraldo) e surpreender pela segunda vez os revoltosos levando-os ao desânimo e à derrota breve com o seu armamento de armas de caça contra fuzis de maior alcance da infantaria imperial (5).

Terminado o combate, reunida a tropa, após as chamadas, verificações, descanso, etc., a tropa imperial "pondo pela frente os prisioneiros, rompia a marcha em direção a Campinas, onde chegou pelas onze horas da noite", diz Omar Simões Magro (6). De Venda Grande à cidade, levaria uma tropa em marcha normal, com prisioneiros, pelos seus oito quilômetros da estrada primitiva e irregular, o mínimo de tempo de oitenta minutos, devendo, portanto, ter deixado a Venda Grande depois das vinte e uma horas, o que a exclui da acusação do massacre.

Colaborando com a tropa imperial, participou do combate a tropa irregular de mercenários organizada e sustentada por Monsenhor João José Vieira Ramalho, como relata Lauro Monteiro de Carvalho e Silva a fls. 29 do seu "Moji-Mirim (subsídios para a sua história)".

"Mons. João José Vieira Ramalho, português, veio moço para o Brasil. É um dos vultos mais importantes na história da Província de São Paulo na primeira metade do século XIX. Foi um dos fundadores de São João da Boa Vista, de onde veio para Moji-Mirim, onde fixou residência. Foi deputado provincial em quatro legislaturas. Em 1842, fervoroso legalista, organizou e manteve numeroso contingente de milicianos, impedindo que a revolta se alastrasse pelos municípios de Oeste. Comandante militar de Moji-Mirim em 1842, para combater a revolução chefiada por Rafael Tobias de Aguiar. Eleito deputado geral nas 8ª e 9ª legislaturas (1850-1856) e escolhido senador do Império (1853). Faleceu em 26 de junho de 1853, como monsenhor honorário da Capela Imperial e comendador da Ordem do Cruzeiro e da de Cristo".

A Tropa Mercenária

Não podemos responsabilizar diretamente pelo massacre, o Monsenhor Ramalho; mas responde ele por omissão trazendo e aqui deixando tropa de façanhudos desordeiros comandada por irresponsável. Seus assecclas desde que chegaram a Campinas permitiram a Florence informar em seu artigo de 8/6/1882: "A força paisana atinge a mil homens depois que chegou o padre João Ramalho com seu avultado contingente de sequazes meio fanáticos das bandas de S. João do Jaguari, os quais prometem fazer e acontecer, que há

de ser um dia de juízo!" E disse mais: "senão fosse a vinda da força de linha, ao mando do Coronel Bezerra, com o que já tudo mudou em organização e disciplina"

Sendo a força de Bezerra o fator de organização e disciplina, infelizes foram os prisioneiros feridos liberais, acomodados no sobrado do engenho que, retirada a tropa imperial, ficaram à mercê dos fanáticos do padre Ramalho, evidentemente os algozes dos prisioneiros feridos. É ainda Florence (publicação de 14/6/1882) quem relata a maldade contra Antônio Joaquim Viana, seriamente ferido em combate e tomado como morto, mas salvo pelo seu amigo Antônio Roxo-Forte que o trouxe para a cidade a procura de socorro médico. Ao chegarem à cidade, não faltou o fanático que sabendo da presença de Viana ferido, que com as mãos comprimia as feridas para conter o sangue, atingiu-o covardemente com novos balaios desejando matá-lo. E na mesma publicação conta Florence o caso de assassinato de "uma criança inerme" servindo na venda grande, "que, apesar de implorar piedade, fora varada pela bala da infame arma".

Então, o pânico foi trazido a Campinas pelos fanáticos mercenários do Padre Ramalho, e a ordem e disciplina estabelecida pela tropa imperial sob o comando do tenente-coronel Bezerra. Terminado o combate de Venda Grande, retirou-se a tropa imperial para a cidade com os prisioneiros, cabendo aos assalariados cuidar dos feridos, não podendo fazer supor ao comando militar, tanta covardia de uma tropa apresentada como de voluntários paulistas, expressão esta usada em comentários.

Conservou-se a tropa imperial com o seu comandante José Vicente de Amorim Bezerra, em Campinas até 18 de junho, quando ainda subscrevia ofício datado nesta cidade (7). As tropas de Campinas entraram em Sorocaba, como conta Amador Florence, a 21, com o coronel Quirino à frente de força local de Campinas ~~(página)~~. Em 20 já ali havia chegado o Barão de Caxias, à frente de sua tropa, e a 23, da mesma cidade, escrevia ao presidente da Província: "O Juiz de Direito desta Comarca, já entrou em exercício, e amanhã pretendo fazer um passeio Militar pelas vilas de Parnaíba e Porto Feliz, e pela cidade de Itu, para fazer empossar as autoridades civis de tais lugares e depois voltarei a essa Capital para colher notícias sobre as Vilas do Norte, e saber quais as operações que convirão praticar em relação à Província de Minas Gerais" (8). Mais este documento atesta que em Campinas não esteve Caxias, como temos opinado (9).

O Capitão Boaventura

Tornou-se figura principal pela sua bravura na defesa das hostes liberais da Venda Grande, o capitão Boaventura do Amaral Camargo. Havia ele nascido em Itu onde foi batizado, em 1789. Participou das guerras do Sul, estando ali já em 1812. Falecendo seu pai, e feito o inventário dos bens deixados, nas declarações prestadas no processo está Boaventura citado como "solteiro, com 27 anos, solteiro pago destacado no sul", com os nomes de "Tenente Boaventura Soares de Camargo", "Boaventura de Camargo e Amaral, estante na Capitania de São Pedro do Sul, estando de partida para o Rio de Janeiro" (isto em abril de 1818), e "Boaventura do Amaral Camargo Alferes da Legião de São Pedro que se acha no Sul", "que na ocasião de sua marcha levou um escravo de seu pai". Em 1842 estava residindo em Capivari ou Itu, e desta cidade partiu, em 2 de junho, comandando uma força de cavalaria de 60 homens com destino à Venda Grande, em Campinas, aqui falecendo na noite do combate. Deixou quatro fi-

lhos, Francisco Boaventura do Amaral, Cândido do Amaral, Filadelfo do Amaral e Boaventura Anselmo do Amaral (10).

Omar Simões Magro, discorrendo sobre oficiais que participaram das Vendas Grandes, cita "militar distinto: Boaventura do Amaral, um veterano. Tendo partido para o Sul com a legião de São Paulo, acompanha-a em suas gloriosas marchas até que em Montevideo, foi a infantaria de que fazia parte, transformada no 7º batalhão de Caçadores. Com este regressou a São Paulo em 1829, e nele se conservou com o posto de tenente. Aí o foi buscar o brigadeiro Tobias para comandar, comissionado em capitão, o Corpo Municipal de Permanentes - origem da atual Força Pública - e nesse cargo permaneceu desde 30 de novembro de 1832 até 5 de julho de 1834. Voltando à sua unidade, obteve reforma, ainda como capitão, passando então a residir em Campinas" (11). Discordamos desta última afirmativa de ter o capitão Boaventura residido em Campinas; já que a documentação que conhecemos não nos autoriza a concondar com ilustre historiador.

O Movimento em São Paulo

A qualquer observador não escapa a estranha omissão da capital da Província no movimento revolucionário de 1842, quando nesta cidade havia maior concentração de liberais, combativos e exaltados como os pronunciamentos veementes na Assembléia Legislativa.

Não poderiam os revoltosos ignorar que as revoluções fracassam quando deixam o governo central que almejam derrubar, com os seus movimentos normais e sua força moral de investidura em posições de mando. E a revolução de 1842, explodiu em Sorocaba, em outras cidades do interior da Província, permitindo estabilidade e ação do governo que desejavam derrubar, contrariando o pensamento do mentor deste movimento, que ele reputava "perdido desde que não realizou na capital da Província" (12).

Rafael Tobias acusou os liberais da cidade de São Paulo, de defeccão, o que não foi, como podia parecer, uma simples justificativa para seu fracasso, mas uma realidade que se comprova. Os correligionários da capital estavam integrados e comprometidos nos projetos e preparativos da revolta (13) como afirma em "~~Minhas Memórias~~", p. 4, Francisco de Assis Vieira Bueno: "Seguiu-se logo a rebelião de 1842, que infalivelmente me teria colhido em sua rede, se tivesse rompido na Capital, pois eu me achava filiado a um dos clubes revolucionários chamados - os patriarcas invisíveis, sendo chefe do meu o Dr. Antônio Manuel de Campos Melo; e também já tinha em meu poder um clavinote, que recebi quando se fez a distribuição de armamento (14).

Indica este liberal que até armamento já se tinha distribuído na Capital entre os seus correligionários, devendo o movimento se ter iniciado na cidade de São Paulo. A eclosão em Sorocaba, teria contado com a manifestação dos elementos da Capital, e se fez na certeza desta ação e de novas adesões de outras cidades da Província, e da Comarca de Curitiba, com população na sua maioria liberal, apoiando a revolução, mas cujas ^{elite de} autoridades, aspirando a transformação da Comarca em Província ^{ficou}, "aquietada ante a promessa governamental", mantendo-se "neutra ao movimento" (15).

A marcha das tropas do Coronel Galvão, de Sorocaba para a Capital; a incumbência a Francisco de Castro de ocupar a freguesia do Ó e o reforço que iria de Campinas sob o comando dos irmãos capitão Francisco e Luciano Teixeira Nogueira, e do tenente Antônio Rodrigues de Almeida (16); a inatividade da primeira e não execução das outras, indicam alterações dos planos, evidenciando que estes movimentos se fariam como reforço ao levante na Capital, que se não realizou.

Revela-se nestas circunstâncias, o sacrifício do coronel Galvão, subordinando-se a um juízo que o apontaria como comandante inepto ou medroso, por não ordenar um ataque para o qual as suas tropas teriam vindo de Sorocaba. Evitou um sacrifício inútil de seus comandados que formavam uma tropa de reforço e consolidação, o que não era estranho a Rafael Tobias, pois este, em carta, recomendava a Antônio Manuel Teixeira que se conservasse na defensiva (17).

Francisco Galvão de Barros França, era "um bravo soldado das guerras do Sul, onde terçara armas em companhia de outros liberais, envolvidos nos acontecimentos, como os tenentes-coroneis Bento José de Moraes e Joaquim José de San'Ana, o capitão Boaventura do Amaral Camargo e o alferes Francisco Teixeira Nogueira. Todos haviam pertencido à famosa Legião de São Paulo que tanto se distinguira de 1811 a 1820, e todos se acham citados nas ordens do dia dos ilustres chefes daquelas memoráveis campanhas: Alegrete, Curadão, Oliveira Alvares" (18)

A notícia da derrota dos liberais de Venda Grande, chegou a São Paulo no dia 11, o que se confirma por carta do Barão de Caxias a Antônio de Queirós Teles, escrita em 10, com determinações próprias de quem dela não tinha conhecimento: "Constando-me pelo

Capitão Pupo (19), que nesta vila existem cerca de trinta cavalos da Nação e algumas praças da Guarda Nacional da Cavalaria, determino em consequência que V. Sa. monte tais Guardas Nacionais, que deverão servir para explorarem os arredores da Vila e entrarem em operações caso seja mister" (20).

O Inquérito

Presos e levados para o Rio os revolucionários oficiais reformados do Exército, iniciou-se em São Paulo, na chefatura de Polícia, o inquérito policial-militar presidido pelo chefe de Polícia, José Augusto Gomes de Meneses, que percorreu as cidades sublevadas, tomando para escrivães do processo, elementos locais onde havia inquirições. Esteve em Porto Feliz a 15/10/1842, de onde foram considerados cabeças do movimento, com prisão decretada, José Rodrigues Leite, Dr. João Viegas Jort Muniz, Luís Antônio da Fonseca e Reverendo José de Almeida Campos. A 17/10, em Itu, com prisão decretada de Tristão de Abreu Rangel, Manuel Martins de Melo, capitão João Floriano Ortiz e Cândido José da Mota. Em Capivari, a 20/10, responsabilizado o cabeça capitão José Correia Leite. Na Constituição (Piracicaba) em 22/10, apurando a ação do responsá-

-14-

vel Vigário Manuel José de França. Em Limeira a 24/10 com prisão do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Em Moji-Mirim a 26/10, apurada a culpa dos cabeças capitão Joaquim Floriano de Araújo e capitão Francisco José da Silva. E, finalmente, em Campinas a 31/10, de cujo processo consta:

"Tendo no termo desta cidade aparecido reuniões de gente armada no sítio do finado Teodoro, junto à Venda Grande, e se praticado outros atos a prol da rebelião de Sorocaba, que se procurou aqui propagar, o Escrivão que serve perante o Sr. Delegado de Polícia notifique de três a cinco testemunhas para deporem a respeito de Antônio Manuel Teixeira e outros comprometidos, para amanhã às 11 horas da manhã na casa de minha residência. Cidade de Campinas 30 de outubro de 1842". (a) José Augusto Gomes de Meneses chefe de Polícia.

"Certifico que notifiquei em próprias pessoas as testemunhas Cândido Gonçalves Gomide, José Teodoro de Barros Cruz, e por carta ao Capitão Joaquim da Silva Leme, e não notifiquei mais testemunhas por se acharem ausentes, Geraldo Rodrigues Pires, José Vaz da Cruz, José Manuel de Castro, João Pinto Barreto e Antônio da Cunha, tudo para o que acima declarado na Portaria supra. O referido é verdade e dou fé do que assino. Campinas 31 de outubro de 1842". (a) Joaquim Roberto Alves.

"Cândido Gonçalves Gomide, casado, natural da cidade de Mariana, Província de Minas Gerais, morador desta cidade de Campinas onde vive do seu emprego de Cirurgia, da idade que disse ter cinquenta e um para cinquenta e dois anos".

Ao 1º.

"Diz que sabe por ser público e geral, mesmo pelo que mesmo anteriormente se dizia, que fora o Coronel Rafael Tobias proclamado Presidente da Província na cidade de Sorocaba no dia dezessete de Maio, e que já no dia cinco de Maio tal era o estado de agitação no povo e tão conhecidos os preparativos que se julgou necessário um destacamento de trinta homens reforçados quase todas as noites por Guardas Nacionais e mais moradores da cidade; e pela mesma razão sabe e por ter visto peças e ofícios por ele assinados, que ele aceitara o emprego e o exercera e que tem também ouvido dizer que dito Tenente-Coronel digo dito Coronel Rafael Tobias, fora contrangido a dar esse passo por Tristão, Lacerda e outros".

Ao 2º.

"Disse que parece ter havido algum concerto entre Tristão de Abreu Rangel e algum outro, com Antônio Manuel Teixeira, Reginaldo Antônio de Moraes Sales, Francisco Teixeira Nogueira, Luciano Teixeira Nogueira e Ângelo Custódio (21); e que dito Tristão consta

- 12 -

ter vindo a esta cidade por vezes, tendo em uma delas ele testemunha, o visto e é público que com os referidos tratava; que a respeito de quem dera por si só conselho para a rebelião, nada sabe, antes supõe que fosse concerto comum entre muitos; que é público que nesta cidade nas proximidades do rompimento de Sorocaba, se reuniam algumas noites em casa de Antônio Manuel Teixeira e também em casa de Reginaldo Antônio de Moraes Sales, determinadas pessoas em clubes, aonde e também se vinha reunir Antônio Alves de Almeida Lima, da Limeira, e que geralmente se diz que nestes clubes se tratavam do rompimento nesta cidade, o que parece ser confirmado pelo que posteriormente se passou.

3º

Disse que a Câmara desta cidade não reconheceu o Governo intruso de Sorocaba, bem que nela algum fermento parecesse existir e que não se desenvolveu por falta de ocasião, não só porque desde onze de Maio não se reuniu mais, como também porque a rebelião nunca se desenvolveu dentro da mesma cidade pela energia e resistência que mostraram seus habitantes.

4º

Disse que supõe serem os principais motores da rebelião neste termo, Antônio Manuel Teixeira, Reginaldo Antônio de Moraes Sales, Francisco Teixeira Nogueira, Alferes das extintas Milícias, Luciano Teixeira Nogueira, Ângelo Custódio e outros que com eles coperaram e trabalharam no mesmo sentido. Que quanto a Antônio Manuel Teixeira sabe por haver a portaria, digo sabe por ter visto a Portaria do Governo intruzo, que fora ele nomeado Comandante Militar neste termo, que em consequência dessa nomeação reunira gente com que se puzera em observação nesta cidade, trazendo duas peças de artilharia que em seu Engenho tinha, que com essa gente se colocara no sítio do finado Teodoro junto da Venda Grande, na estrada para esta cidade, digo para Piracicaba e Limeira que segue desta cidade, onde reunindo outros contingentes dispunha-se a vir tomar esta cidade por ordem do Governo intruzo, quando foi batida pela força do Governo Imperial, no dia sete de Junho. Quanto a Reginaldo Antônio de Moraes Sales, sabe que muito influiu reunindo seus partidistas deste termo e gente da Limeira e São João e que correu que ele se entendia com o Senador Vergueiro e com o Padre França, vigário de Piracicaba e que consta que ele comandava a força que do Salto de Itu seguira para a Venda Grande e que largando aí essa força voltara a Piracicaba a reunir mais, segundo se colige duma carta dele a Antônio Manuel Teixeira, e é voz pública. Quanto a Francisco Teixeira Nogueira, sabe por ser voz pública que reunira gente no Campivari de Cima (22) e com ela marchara para a Venda Grande e aí a comandava, assim como se achou no ataque feito pelas forças Imperiais. Quanto a Luciano Teixeira Nogueira, sabe por ser público e notório que reunira gente em sua casa, tanto isso é verdade que mandando o Coronel Chefe da Legião a sua casa chamá-lo pelo Sargento José Manuel fora esse pelo dito Luciano mandado prender como recruta e re-

metido logo para Sorocaba. Quanto a Ângelo Custódio, sabe que na sua casa iam pousar todos os comprometidos que iam e vinham nesta direção e consta que além de se prestar com agasalho e serviços particulares, também oferecera um filho para as forças da Venda Grande e dera mantimentos assim como que reunira gente. Que além destes o Capitão Francisco José da Silva, instrutor da Guarda Nacional de Moji-Mirim e desta cidade, andou com toda essa gente, e consta ter ensinado manejo em diversos lugares e na Venda Grande e foi também instrutor, assitiu ao ataque e até foi ferido. Que lhe dissera José Ferraz, da Limeira, que o Senador Vergueiro recereba próprios do Barão do Pontal, de Minas e que supunha que traziam cartas que tratavam do plano da revolução, e que ele testemunha viu uma Portaria do Governo intruzo, a Antônio José da Silva, declarando-lhe que quando na Coletoria não houvesse dinheiro necessário para as despesas, o houvesse do Senador Vergueiro.

5º

Disse que quanto a força reunida só houve neste termo a da Venda Grande onde se fundiram diversas reuniões e que daí não saiu porém que individuos consta que muitos acudiram a Sorocaba e outros pontos, que a força da Venda Grande se achava armada com duas peças de Antônio Manuel Teixeira, e de clavinas, pistolas e lanças, e que Luís Batista dos Santos, vindo a esta cidade dera notícia que de Sorocaba se enviara para aqui duzentas armas que consta foram recebidas por Francisco Teixeira Nogueira e que se não sabe que tais armas foram ou não distribuidas.

6º

Disse que se referia ao que já dissera em outros artigos.

7º

Disse que sabe que os rebeldes não gastaram aqui dinheiro da Nação ou Públicos a prol da revolução, mas que corre que Antônio Manuel Teixeira recera quantias de diversas pessoas para as mandar dar em Santos e que essas ordens não foram cumpridas e que hoje se desconfia que fosse o meio que, digo meio de que lançou mão para haver dinheiro para a revolução e ao mesmo tempo de libertar (?) os amigos da ordem. Declarou aqui a testemunha que quando havia dito sobre os artigos era quanto nesta ocorriam se lembrava e que por estado no meio da agitação e presenciando os fatos e em muitas pessoas de algumas se pode ter esquecido e que quando se lembre de fatos maiores, em ocasião oportuna a declarará. Quanto aos costumes disse não era Parente amigo nem inig aliás inimigo das pessoas mencionadas e que sim ser desafeiçoado a algumas delas por motivos políticos e particulares. E lido o depoimento por estar conformeo que depoz assina-se com o Juiz. Neste notifiquei a testemunha para não mudar de residência sem participar ao mesmo Juiz. Eu Joaquim Roberto Alves Escrivão o escrevi! (a) G. Meneses. (a) Cândido Gonçalves Gomide.

"O Tenente José Teodoro de Barros Cruz, solteiro, natural de Moji-mirim e morador desta cidade onde vive do seu negócio de fazendas, de idade que disse ter trinta e três anos. Testemunha Jurada aos Santos Evangelhos Sob cargo do qual prometeu dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse.

Ao 1º

Disse que sabia por ser público e notório, que o Coronel Rafael Tobias fora em dias de Maio, proclamado Presidente da Província na cidade de Sorocaba, e pela mesma razão e por ter visto cópias da Proclamação e sabido quanto mais se passou na Província, sabe que ele aceitou esse emprego e o exercera.

Ao 2º

Disse que sobre plant digo sobre planos e concertos na da sabia de ciência certa, porém que supunha que os havia, porque antes do rompimento de Sorocaba já se pressentia na Povoação alguma agitação, faziam-se certas reuniões noturnas mais frequentes em certas casas onde concorriam pessoas hoje comprometidas, assim como outros preparativos que faziam suspeitar e que supõe que nesta Cidade o maior instigador e conselheiro da rebelião era Reginaldo Antônio de Moraes Sales que na casa dele testemunha em sua presença e na de Manuel Cardoso de Almeida e Silva disse que o negócio devia dar em alguma coisa, e que a não ser assim não contassem com ele.

Ao 3º

Disse que nem a Câmara nem o povo reconheceu neste termo o Governo rebelde e só sim os comprometidos que se achavam na Venda Grande.

Ao 4º

Disse que supõe serem principais propugnadores da Rebelião nesta cidade e seu termo, Antônio Manuel Teixeira e o mesmo Reginaldo Antônio de Moraes Sales, Ângelo Custódio Teixeira Nogueira, Luciano Lec digo Luciano Teixeira Nogueira, o Alferes Francisco Teixeira Nogueira e outros que os coadjuvaram e cooperaram também a favor da Rebelião. Que quanto a Antônio Manuel Teixeira era em sua casa que antes mesmo da revolução se faziam os clubes noturnos, e que fora ele que mandara buscar de sua fazenda duas peças de artilharia que ele tinha com que pretendia assaltar a esta cidade; que fora nomeado Comandante Militar pelo Governo intruzo, e em observância de suas ordens fizera reunir gente, e se colocara no ponto do sítio do finado Teodoro, junto à Venda Grande, donde se dispunha tomar a esta cidade. Que quanto a Reginaldo Antônio de Moraes Sales, declarou a testemunha que quanto às reuniões em casa de Antônio Manuel Teixeira, sabia de ver por ser visinho. Que quanto a Reginaldo sabia de ouvido que também reunira por vezes gente em sua casa para tratar dos planos da Rebelião, e que ele ouvira o que já declarou no artigo segundo, que depois de ter aparecido o rompimento de Sorocaba ausentara-se desta cidade e consta a ele testemunha

que seguira para Limeira e Piracicaba, e que por aí andara reunindo gente, que sabe que Reginaldo se correspondia com algumas pessoas a respeito de reunião de gente e que vira uma carta dele ao Alferes José Estanislau de Oliveira a este respeito a qual ele respondia na mesma carta que não tinha podido arranjar vinte e oito digo podido arranjar mais de vinte e oito pessoas. Quanto a Luciano Teixeira Nogueira disse que sabia que também era grande influente da rebelião que reunira gente em sua casa, o que sabe de ouvir dizer: assim como sabia mandando-lhe o Coronel da Legião chamar por ser ele Capitão da Guarda, por um Sargento de nome José Manuel de Castro, ele prendera dito Sargento e o mandara logo para Sorocaba como recruta o que sabe por ter ouvido depois do mesmo Sargento. Quanto a Angelo Custódio Teixeira Nogueira disse que sabia que também reunira gente em seu sítio, que aí tivera ocultas as duas peças de Antônio Manuel Teixeira até que se reunisse a gente que em sua casa hospedavam e reunisse todos quantos andavam tratando da rebelião. Quanto ao Alferes Francisco Teixeira Nogueira disse que sabia que também reunira gente e trabalhou a favor da reunião de força da Vinda Grande onde em cujo ataque se achou, o que sabe por ouvir dizer. Disse também que sabia que o Capitão Francisco José da Silva andara com esta gente e ensinara manejo aos rebeldes.

Ao 5º

Disse que sabia que nenhuma força reunida fora para Sorocaba, mas sim que pará lá só foram alguns indivíduos e enquanto a armamentos lhe consta que os soldados se achavam na Venda Grande com espingardas fulminantes caçadeiras pela maior parte e com trabucos e com lanças e pelo mesmo modo sabe que tendo o Coronel ou Tenente-Coronel exigido do Capitão Luciano conta do armamento reiuno que tinha recebido, este lhe dera conta de parte, faltando algum.

Ao 6º

Disse que além de Antônio Manuel Teixeira ninguém mais foi nomeado Comandante Militar neste termo.

Ao 7º

Disse que nada sabia. Sobre os costumes disse nada. Neste ato notifiquei a testemunha para não mudar de residência sem dar parte a este Juízo. E lido o seu depoimento por estar conforme o que depôs assina com o Juiz. Eu Joaquim Roberto Alves Escrivão que escrevi! (a) G. de Meneses. (a) José Teodoro de Barros Cruz.

Testemunha Terceira

"O Capitão Joaquim da Silva Leme, casado, natural e morador do termo desta cidade onde vive de seu Engenho de fabricar açúcar e de sua tropa e de idade que disse ter quarenta e oito anos mais ou menos. Testemunha jurada aos Santos Evangelhos sob cargo do qual prometeu dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse.

Ao 1º

Disse que sabia por ser público e notório que o Coronel Rafael Tobias fora em dias de maio deste ano proclamado Presidente da Província na cidade de Sorocaba e pela mesma razão sabe que ele aceitara e exercera esse emprego.

Ao 2º

Disse que sobre plano ou concerto entre pessoas de outros lugares com algumas desta cidade, não sabe e o mesmo quanto a quem aconselhasse sobre a revolução.

Ao 3º

Disse que nem a Câmara nem parte alguma do povo deste termo reconheceu formalmente o Governo de Sorocaba.

Ao 4º

Disse que sabe por ouvir dizer que Antônio Manuel Teixeira aceitara o Comando Militar que lhe fora dado pelo Governo intruzo e que reunira gente e que se puzera a testa dela na Venda Grande e quanto se assitiu ou não ao ataque não sabe, e que consta a ele testemunha que dito Antônio Manuel fora algumas vezes a casa do Senador Diogo Antônio Feijó, o qual lhe dava a direção para a revolução. Que a respeito de Reginaldo Antônio de Moraes Sales nada sabe, só que ele daqui saiu para as partes da Limeira e Piracicaba, e que por lá andou. Que quanto a Luciano Teixeira Nogueira, Ângelo Custódio, Francisco Teixeira Nogueira, alferes das extintas milícias, consta a ele testemunha que todos andaram metidos na rebelião e se acharam no ataque da Venda Grande; que constava a ele testemunha que Antônio Manuel Teixeira tinha emprestado duas peças de artilharia de sua fazenda para a força da Venda Grande, que também consta a ele testemunha que o Capitão Francisco José da Silva andava com todos esses e se achava também no ataque onde fora ferido.

Ao 5º

Disse que as armas de que se serviram na Venda Grande são pela maior parte fulminantes de caça.

Ao 6º

Disse que se referia ao que já havia dito.

Ao 7º

Disse nada. Aos costumes disse que não é parente nem inimigo de ninguém, mas antes amigo de alguns; neste ato notifiquei a testemunha para não mudar de residência dentro de um ano sem participar este Juízo. E lido o seu depoimento por achar conforme o que depôs assina-se com o Juiz. Eu Joaquim Roberto Alves escrivão que escrevi" (a) G. de Meneses. (a) Joaquim de S. Lima

"Certifico que procurando a testemunha referida Manuel Cardoso de Almeida e Silva não achei; consta ter saído fora da cidade. O referido é verdade e dou fé do que assino. Campinas 1º de Novembro de 1842" (a) Joaquim Roberto Alves.

"Aos três dias do mês de Novembro de mil oitocentos e quarenta e dois anos nesta cidade de Campinas e em meu cartório sen-

do aí, faço estes autos conclusos ao Dr. Chefe de Polícia desta Província José Augusto de Meneses, do que para constar faço este termo. Eu Joaquim Roberto Alves Escrivão que assino".

(a) Alves.

"Os documentos que decorrem de fls. 181 a 185, e inquirições, obrigam, desde já, à prisão e livramento, como cabeças da rebelião, a Antônio Manuel Teixeira e Reginaldo Antônio de Moraes Sales. Cidade de Campinas 3 de Novembro de 1842" (a) G. de Meneses.

O Engenho da Lagoa

Estiveram os liberais aquartelados no antigo engenho de açúcar denominado Engenho da Lagoa, cujos senhores eram o major Teodoro Ferraz Leite e sua segunda mulher Maria Luísa Teixeira Nogueira de Camargo, ambos falecidos. Um sobrado constituia a sede do engenho com residência da família. Em tempos nos referimos à vida particular dos senhores deste engenho, quando o Departamento de História do Centro de Ciências, Letras e Artes promoveu a ereção do marco comemorativo da Venda Grande (23):

Pelos primeiros lustros do século passado, existia o engenho da Lagoa, florescente indústria açucareira. Grande sobrado era sua sede com a fábrica de açúcar; além a casa de purgar onde se clarificava o produto a ser exportado para Santos; alambiques, caldeiras de cobre, taxos e escumadeiras, depois o moinho e demais montagens, compunham o rico senhorio, com as pastarias, muito gado e os quarteis de cana, tudo servido por uma quase centena de escravos, com os animais de sela ajaezados de prata e as bestas arreadas para transporte das cargas e da elegante e encortinhada liteira.

Mas lá, o alto do sobrado é que abrigava o lar senhorial de um casal feliz; numerosas janelas iluminavam os salões e câmaras de uma residência abastada. A jovem senhora, no encanto dos seus verdes anos, de corpo exuberante e rara formosura, a mais bela mulher de Campinas no dizer dos seus contemporâneos, na faina doméstica de mãe estremosa, perpassava e dirigia sua casa; seu vasto salão de jantar era bem paulista, sóbrio e de discreta riqueza; a baixela era de louça inglesa, de jantar e de chá, as salvas e talheres de prata entre os copos e cálices de cristal lapidado; ao centro a mesa com suas cadeira e escabelos e, de encosto à parede, não só a marquesa ampla e os canapés, como um nobre e alto relógio com suas cadeias e pesos de marcar o tempo de ventura e de abastança; tudo era alegrado com os cilindros musicais de um realejo, o instrumento da época, que sonorizava este aconchego de paz e de encantamento.

O senhor do engenho, sargento-mór de milícia, era de apuramento de hábitos, trajando sua casaca e calções de seda, manteu de renda, espada e faixa militar. No seu nobre solar, nasceram-lhe os filhos, aumentou grandemente sua fortuna, mas viu tam-

bém o triste dia em que sua bela esposa, ao nascer o nono rebento, morria mártir da maternidade. Foi ainda aí que se casaram as filhas do altivo senhor; a menor delas, menina-moça no florescer dos seus catorze anos, casou-se em meio de festas e esplendores, vestida nas suas rendas de imaculado alvor e bordadas a fios de ouro, com um jovem bacharel das arcadas (24), futuro juiz e cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi a última festa do grande sobrado.

Depois, os filhos se foram para seus novos lares, e o senhor envelhecido abeirou-se do túmulo: morria em 1837, deixando ermo o engenho de passado glorioso (25).

----- ... -----

Notas para o rodapé

- 1 - Celso Maria de Mello Pupo, "Campinas, seu Berço e Juventude" 133.
- 2 - Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 133.
- 3 - Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 134.
- 4 - Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 134.
- 5 - Amador Florence, "Revolução de 1842" na "Gazeta de Campinas de 10/6/1882.
- 6 - Omar Simões Magro, "Apuros de Um Chimango" no "Diário Popular" de 16/5/1932.
- 7 - Revista do Instituto Histórico e Geog. de São Paulo XXXI 209 e 301.
- 8 - Anais do Museu Paulista, V 378.
- 9 - Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 131.
- 10 - Tabelionato de Capivari, inventário iniciado e não concluído de bens deixados pelo Padre Melchior de Pontes do Amaral, irmão de Boaventura do Amaral.
- 11 - Omar Simões Magro, ob. cit.
- 12 - Dizia o Regente Feijó, sobre o movimento revolucionário de 1842, que "ele reputava perdido, desde que não se realizou na capital da província" - Amador Florence, ob. cit. de 13/7/1882.
- 13 - Participavam do mesmo pensamento, "Tobias de Aguiar, Feijó, Vergueiro, Álvares Machado, Floriano de Toledo, Gurgel, Dias de Toledo, Campos Mello, Rodrigues dos Santos e tantos outros paulistas distintos aderiram de todo o coração ao movimento revolucionário que se preparava e nele tomaram a mais ativa parte" - Amador Florence, ob. cit. de 13/7/1882.
- 14 - Francisco de Assis Vieira Bueno, "Minhas Memórias" 4.
- 15 - Martins de Andrade, "A Revolução de 1842" 141.
- 16 - João Batista de Moraes, "Revolução de 1842" na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo XII 553.
- 17 - Celso Maria de Mello Pupo, ob. cit. 128.
- 18 - Omar Simões Magro, ob. cit.
- 19 - Ramo de família, de Jundiá.
- 20 - Rev. do Instituto Histórico e Geogr. de São Paulo XXXI 294.
- 21 - Seu nome era Ângelo Custódio Teixeira Nogueira.
- 22 - Monte-Mór.
- 23 - O Departamento tinha como presidente e vice, os acadêmicos Luís Filipe da Silva Wiedmann e Celso Maria de Mello Pupo.
- 24 - Dr. Francisco de Assis Pupo.
- 25 - Celso Maria de Mello Pupo, no "Diário do Povo" de 30/8/1956.

A CATEDRAL DE CAMPINAS E SEU TEMPO

~~Geise Maria de Mello Pupo.~~

Campinas saíra de sua vida mais modesta, dos pequenos sítios de sustento próprio da família, para a lucrativa indústria açucareira trazida de Itu, o maior centro exportador para Lisboa. Transcorria a última década do século dezoito, espalhada a notícia da excelência das terras ferazes deste solo campinense, graças à divulgação feita pelo seu primeiro vigário que atraiu seus próprios parentes, incentivando a vida agrícola local - dos pequenos sítios para os engenhos; da mediania para a fartura; do sustento para o lucro generoso e abundante.

Exportava-se açúcar para Lisboa o que até então só cabia ao vale do Paraíba e a Itu, as zonas ricas da capitania de São Paulo que passavam a caudatárias da mais nova e mais lucrativa: Campinas. Campinas firmara sua exportação para a Europa ao encerrar-se o século dezoito, quando o mundo católico assistia o findar do papado do papa Pio VI, vítima da cubiça de soberanos europeus ávidos de prestígio na agitação de cortes da Europa, e início do papado de Pio VII sacrificado pelo domínio napoleônico desejoso de expansão sem limites o que, na debilidade das formas de comunicação da época, pouco ou nada toldaria a placidez da vida campinense, fora dos altos círculos eclesiásticos.

Então, enquanto os senhores de engenho se ufanavam com os prêmios de sua exportação, o alto clero sentia mais intensamente o dever de clamar pela misericórdia divina, nos sacrifícios e preces pessoais e ações coletivas de fé e glorificação a Deus.

O ano de 1797 marcou o primeiro passo pela construção de uma nova igreja matriz para Campinas, quando o vigário Bernardo de São Paio Barros, Antônio Ferraz de Campos, Filipe Neri Teixeira, Joaquim José Teixeira Nogueira, estes três últimos pioneiros na fundação de engenhos de açúcar em Campinas - com mais moradores reunidos pediram ao bispo de São Paulo autorização para construir nova igreja matriz, aspiração coletiva que viria demonstrar um intenso fervor religioso rendendo a Deus o culto merecido pelas bênçãos der-

ramadas sobre este rincão privilegiado da capitania. Juntavam-se então, uma aspiração de atos devocionais e sacrifícios necessários aos sentimentos de louvor a Deus, da população leiga premiada pela fartura benéfica e generosa, com o povo profundamente religioso.

A localização da nova matriz provocou desde logo dois pareceres, o dos irmãos Teixeira que a desejavam em terreno alto a cavaleiro e fora da vila, prevendo seu futuro risonho, e o de seus oponentes que opinavam pela demolição da velha matriz para no mesmo local elevar a nova. Campinas, entretanto, sofreu a partir do mesmo ano de 1797 a sua primeira luta política: o capitão general da capitania que elevou Campinas de simples freguesia componente do termo da vila de Jundiaí à vila autônoma, com cargos de elevação para seus habitantes, de capitão-mór, sargento-mór, veradores e outros, o primeiro eleito em lista tríplice pelos vereadores para a escolha de um pelo capitão general.

Mas entendia o capitão general que era o direito seu escolher o capitão-mór, a autoridade máxima da vila que ele criara. A isto se opuzeram os vereadores escudados na lei, componentes da primeira Câmara que foi dissolvida pelo capitão general, e outras que se elegeram em seguida, privando Campinas de sua autoridade máxima e estabelecendo uma situação de luta entre o governo local e o capitão general que não conseguiu dominar o ardor cívico da vila que criara, terminando seu mandato em 1802 sem conseguir nomear seu protegido para o cargo cubiçado.

Mas permanecia ainda a divergência sobre a localização da nova matriz, quando aqui esteve, em visita pastoral, o bispo de São Paulo, em 1801, aconselhando a construção no mesmo local da matriz primitiva onde ela se conservou até os dias de hoje, representada ~~agora~~ pela Basílica de Nossa Senhora do Carmo.

Passaram-se os anos, firmaram-se opiniões, até 1807 quando outro era o capitão general da capitania, trazendo a paz política, cuidando-se de reunião dos "homens bons" sob a presidência do corregedor Miguel Antônio de Azevedo Veiga em suas funções por Cam-

pinas, quando eramos ainda uma vilazinha cuja extensão norte-sul iniciava-se nos fundos da citada Basílica do Carmo para terminar na atual rua General Osório.

Reunidos os senhores de engenho, discutiu-se a localização da nova matriz, elegendo-se uma comissão de obras chefiada por Filipe Neri Teixeira que previra o brilhante futuro de Campinas e escolhera para a sua matriz nova um terreno alto, com extensa visão até as mais afastadas terras, embora além da parte edificada da vila. Assim se abriram os alicerces cujas dimensões não representavam sua pequena população, mas o grandioso futuro como traça a sua história até o final do século dezenove.

E foi o grande Francisco Quirino dos Santos, jornalista, poeta, escritor e deputado provincial, o primeiro a historiar a construção da matriz nova, hoje Catedral, quem disse: "discutida, calorosamente discutida a matéria da situação em que deveria ela erguer-se, venceu a final o parecer da importante família Teixeira Nogueira".

Mas não só a escolha do local causa pasmo; a visão de progresso que tinham os "homens bons" de Campinas, com disposição de colocar para tal construção as suas próprias fortunas particulares, era fato inusitado. Os trinta e sete proprietários rurais que subscreveram a ata da sessão, comprometeram-se a doar para as obras, dez por cento da produção de seus engenhos no ano que corria, e cinco por cento em anos seguintes. Dez por cento da renda bruta de seus haveres, parece-nos caso único na história econômica das realizações coletivas.

Dispostos os "homens bons" de Campinas a levar avante a construção da nova matriz, abriram-se os alicerces para uma igreja tão grande como catedral de vasta diocese; os trabalhos logo se caracterizaram com o socamento das taipas, paredes de terra, de barro próprio que a sabedoria dos antigos bem escolhia. Naquela área de mais de dois mil metros quadrados, iniciaram-se os fechos que a transformaria em templo. Gente de fé e de entusiasmo levou avante um projeto grandioso e verdadeiramente fantástico para a modesta

intreque

A Catedral de Campinas

intreque

O Largo da Catedral em

- 4 -

vila. Elevaram-se as taipas graças à generosidade dos senhores de engenho, enquanto eles permaneciam à frente de suas indústrias do açúcar.

Passa-se o tempo, aqueles beneméritos se avisinham da velhice, vão desta vida à outra; seus bens se dividem entre herdeiros, cresce o custo da obra, surgem dificuldades e problemas da construção que exigem a busca de recursos nos órgãos oficiais. O Senado da Câmara já então respondendo pela construção da igreja, bem público. que a ele cabia zelar, com períodos de atividade entrecortados pelas paralizações de carência de meios, chegaram às obras do telhado, completado em 1845. Mas foi em 1853 que novo alento veio tomar agora toda a cidade, já passada de vila, que era a situação desde 5 de fevereiro de 1842.

Se toda a audácia dos moradores de 1797 nos causa até hoje admiração, mais um fato extraordinário veio abalar Campinas pela sua grandeza: Antônio Francisco Guimarães, de própria iniciativa e à sua custa, fez vir três entalhadores da Bahia, chefiados por um deles, Vitoriano dos Anjos, para talhar os altares e a decoração da igreja, como se viam na Bahia e em Minas Gerais, especialmente. e como desejava o mecenas, brasileiro por adoção, amando o Brasil onde acumulara fortuna da qual aplicaria recursos em favor da nova matriz de Campinas.

Todas as atenções passaram para o aprimoramento interno da igreja. E os entalhadores se dedicaram a buscar nas exuberantes matas de Campinas, o cedro vermelho, a melhor madeira para ^{as} esculturas que os artistas transformariam, pela arte maravilhosa do formão, em jóias perfeitas de colunas, coroas de folhagens e flores como não se vira ainda na província de São Paulo. Esta comissão de artistas trabalhou por nove anos, talhando o altar-mór, ^{as tribunas,} os púlpitos e grades rendadas dos dois andares do coro, a capela de Jesus Flagelado e o frontal do arco cruzeiro, peças das mais preciosas, de excelente neoclassismo e não barrocas como se afirma erradamente.

- 3 -

Germain Bazin em sua magnífica obra sobre igrejas do norte do Brasil, Rio de Janeiro, Minas Gerais e mais alguns Estados, ao afirmar que tudo trazia expressões das extravagâncias barrocas que apaixonavam o povo e as correntes européias, impressionando fortemente sua imaginação", confirmava o entusiasmo popular e dos ~~brasileiros~~ europeus fixados no Brasil, pelo barroco, com os conhecimentos devidos em grande parte a livros religiosos abundantes com ilustrações desta natureza.

Tratadistas localizam o barroco na Europa, ou antes, em Portugal, de 1667 a 1750, enquanto dão ao neoclassismo os anos de 1777 a 1816. E o Brasil teve seu período barroco difundido por muitas regiões do país, mais numeroso em Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, com maior riqueza e abundância de artistas especializados, e em outros estados com maior parcimônia.

Mas a nossa Catedral, assim como, então, o novo retábulo da matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Salvador, talhado e dourado a partir de 1829, e citado por Bazin, são neoclássicos que é arte mais pura, mais erudita que Vitoriano dos Anjos trasladou da Bahia para Campinas, aqui valorizada com a ausência de coberturas de ouro ou tinta.

Em 1862 Vitoriano dos Anjos e seus companheiros resolveram deixar os trabalhos da Matriz Nova, criando o maior problema da construção. Paralizaram-se as obras até 1864, quando se entendeu que dever-se-ia entregar a direção das obras a Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, o Sampaio, artista de valor e de múltiplas habilidades no campo da arte, o único em Campinas capaz de solucionar a falta de entalhadores. Mas o Sampaio não desejava assumir tal responsabilidade, tornando-se necessária a interferência de vários amigos seus para que fosse persuadido a aceitar tal encargo.

da arte, o único em Campinas capaz de solucionar a falta de entalhadores.

E foi este diretor competente que formou, no Rio de Janeiro, um maior grupo de entalhadores trazendo-os para Campinas onde completaram as talhas da Catedral, sem necessidade de projetá-las mas, apenas, seguindo os preciosos trabalhos de Vitoriano dos Anjos. Fizeram os altares laterais da nave, ~~inclusive os dois dos cantos, estes sem os anjos voantes,~~ e a capela lateral à direita da nave.

A fachada principal da igreja, agora construída de pedra e tijolos, absorveu todas as atenções e provocou vários problemas, mas que se aliavam àqueles presentes em todos os tempos, o da falta de recursos para as obras de construção. Caminhava-se, porém, para o final dos trabalhos, enquanto animava-se a população ante-vendo o término das obras e as festas da inauguração, discutidas e comentadas pela província toda, e até pelas circunvisinhas, divulgando-se a perfeição dos adornos de talha nua que valorizava efetivamente nossa matriz.

Vencia-se uma batalha árdua, de 1807 a 1883, de setenta e seis anos trabalhosos, exaustivamente trabalhosos; mas Campinas vencera, possuía uma das mais belas igrejas da província, numa cidade de vertiginoso progresso e enriquecimento, dando a seu comércio uma elevada situação e fazendo-a rica praça importadora direta de produtos europeus e abastecedora de boa parte das províncias de São Paulo e de Minas Gerais.

Era merecida uma festa inaugural faustosa, e foram elas realizadas em dezembro de 1883, brilhantes, prolongadas por vários dias com a apresentação opulenta de beleza, rica de arte e magestosa grandiosidade. Com mais de dois mil visitantes vindos de outras plagas, ficou a Matriz Nova, hoje Catedral, entregue ao uso do povo, com festas programadas que o tempo permitiu.

Adornaram-se a praça e ruas adjacentes, e aquelas pelas quais passariam as procissões. Fêz-se ^{from} o calçamento, reformas de prédios, caiações, coretos e arcos decorativos, procurando-se dar à cidade a vestimenta de festa e regosígio.

As solenidades foram brilhantes desde o dia cinco, com a entrega da chave da igreja pelo diretório de obras à Câmara Municipal, e por esta ao vigário da paróquia. De posse da igreja, o vigário cuidou de seu benzimento o que se fez no dia seis, pelo bispo diocesano, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho que ainda presidiu a transladação das imagens da igreja do Rosário que servia de matriz, para a Matriz Nova.

Dia sete foi o dia da sacração do altar com pontifical, enquanto a oito que foi o grande dia inaugural iniciado com a execução da oratória por grande orquestra de setenta elementos e notável grupo de vozes masculinas e femininas, seguida de ~~solene~~ pontifical, devendo terminar o dia solene procissão à tarde, o que não se realizou por mau tempo, substituindo-a o Te Deum e a execução de uma preghiera por vozes femininas, entre as quais a alta qualidade de Maria Monteiro, a brasileira que elevou o nome do Brasil nos maiores centros musicais da Europa.

Dia nove que era domingo, foi sagrado o antigo e estimado "Vigarinho", o fundador da Santa Casa de Misericórdia, Cônego Joaquim José Vieira, eleito bispo de Fortaleza no Ceará.

Merece especial menção a parte musical que foi grandiosa e a oratória que ficou a cargo de notáveis oradores sacros. A orquestra se compunha de setenta prôficientes executores, entre elementos locais e elementos da companhia de ópera cômica que fazia uma temporada em Campinas, e primou pelo empenho em participar das solenidades. Na transladação das imagens, entrada a procissão que as conduziu, pregou o Cônego Exequias Galvão da Fontoura, cujo prestígio de orador atravessou vasto período da vida religiosa, enquanto a grande orquestra conduzia os cantores na execução da ladainha de Nossa Senhora.

No pontificado da manhã do dia sete, com missa solene de Camesso, credo de Carlo Coccia e Tantum Ergo de Carlos Gomes, seguiu-se, à tarde, o Te Deum de T. Teixeira com solo ao pregador de Carlos Gomes e a palavra de Monsenhor Fergo O' Connor de Camargo Dauntre, notável orador nascido em Campinas, filho do conhecido mé-

dico, irlandês de nascimento, Ricardo Gumbleton Daunt.

O dia maior, que foi o dia oito, ^{se} iniciou as dez horas da manhã com a execução da oratória composta especialmente para o ato, pelo Maestro Elias Álvares Lobo, ituano então residente em Campinas. Foi ela executada pela grande orquestra, com dois coros de anjos cantados por cinquenta senhoras; o primeiro coro, solo de Maria cantado por Cândida de Queirós Teles; o segundo coro com solo do anjo Gabriel cantado por Adelaide Lopes Gonçalves e o terceiro coro também com solo de Maria, cantado por Ana Esméria Lobo e o solo de São José cantado por Jerônimo Lobo.

A missa solene que era de composição do mesmo Maestro Elias Álvares Lobo, e a Ave Maria, solo ao pregador, teve como solista Ana Esméria, filha do compositor Elias Lobo; o Kirie foi enviado de Milão pelo brasileiro José Lino de Almeida Fleming e o Tantum Ergo composição de Carlos Gomes.

Domingo, dia nove, sagração do bispo Dom Joaquim José Vieira, missa de Rafael Coelho Machado, a grande orquestra; Kirie do falecido compositor José Maurício Júnior e solo de laudamus de Carlos Gomes com credo de Giovanni Pacini; solista Adelaide Lopes Gonçalves. E registre-se que músicos executores, orquestrais e vocais, davam à igreja tão faustosas colaborações pelo seu espírito religioso, sem comercializá-las. Mais uma significativa demonstração da extensa convicção religiosa, quando a participação em atos devocionais, executados com unção e amor a Deus, manifestados sob variados matizes na história da humanidade.

Vemos que a construção da Catedral revelou, e muito, o espírito religioso através da arte, da arte do entalhe, da decoração na excelência de uma especialidade para dar a um templo de orações o esplendor de requinte artístico armonizando o recolhimento, a oração, o amor a Deus, nas delícias de um contemplar maravilhoso de arte sublime.

E todo este ambiente de fé e devoção, sencibilizando corações, elevando a mente para o céu, foi dado ao sentir religioso da população com as harmonias da música, da divina música que

é "o desdobrar das asas da alma à realização de todos os sonhos e anseios de quem verdadeiramente a ama".

E a música em nossa Catedral foi uma oração terna e vibrante, harmoniosa e solene, grata e contemplativa nas vibrações do coração religioso da gente devota do passado. Veja-se como através dos séculos revelava-se o espírito religioso, mesmo daqueles que, talvez por respeito humano, nem sempre desejavam ^{externar} sua crença e devoção à mãe de Jesus, sob invocações várias, em especial a Nossa Senhora da Conceição.

Ainda as revelações da poesia, a revelação mais ingênua e pura de tendências humanas, mais bela e comovente, de inspirações que brotam, não da vontade, mas do sentir espontâneo do coração e da mente. Se é de séculos passados esta invocação dominadora de fervor religioso, desde a casa real até aos mais humildes lusitanos levados pelo orbe na formação gloriosa do mundo português; se toda esta devoção revelou na música e na poesia o sentimento do povo que se sublima no compositor e no poeta - cantemos com eles, ~~neste momento~~, nos acordes e nas letras, continuando a glorificar a mãe de Deus, como Gil Vicente que no século dezesseis saudava Maria:

"Ó virgem, se ouvir me queres,
Mais te quero ainda dizer.
Benta és tu entre as mulheres;
Mais que todas as mulheres
Nascidas e por nascer.

E Camões, o épico maior da língua portuguesa, expôs crença na "Virgem Soberana". E Diogo Bernardes e mais outros para combrear com Anchieta, o apóstolo do Brasil que dedicou a Maria suas musas escritas nas areias da praia. Ainda aqui no Brasil século de- zessete, foi o nosso mineiro Gregório de Matos que rezou a Salve Rainha em quadras:

"Salve celeste pombinha,
salve divina beleza,
salve anjos da princesa
e dos céus Salve Rainha.

Sois graça luz e concórdia
entre os maiores horrores;
sois guia de pecadores,
Mãe de Misericórdia.
Sois divina formosura,
sois entre as sombras da morte
o mais favorável norte
e sois da vida doçura."

Bocage no século dezoito, o irreverente Bocage, orou em soneto à Imaculada Conceição à qual voltou seu fervor com poema venerador, continuando suas orações pela ode à "Santíssima Virgem da Incarnação". E em séculos seguintes, tantos poetas devotos de Nossa Senhora, que não caberiam aqui citados. Antônio Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco, Casimiro de Abreu, cabendo a ~~Antônio~~
~~do Brasil o soneto de prosa à Virgem Santíssima:~~

~~"Num sonho todo feito de incerteza,
de noturna e indizível anciedade,
é que eu vi teu olhar de piedade
e (mais que piedade) de tristeza.
Não era o vulgar brilho da beleza
Nem ardor banal da mocidade.....
Era outra luz, era outra suavidade,
que até não sei se há na natureza.....
Um místico sofrer..... uma ventura
feita só do perdão, só da ternura
e da paz da nossa hora derradeira.....
Ó visão, visão triste e piedosa!
Fita-me assim calada, assim chorosa.....
e deixa-me sonhar a vida inteira!"~~

Bilac louvar a "humildade e a pobreza de Maria:

"Não houve sedas, nem rendas,
no berço humilde em que nasceu Jesus,
mas os pobres trouxeram oferendas
para quem tinha de morrer na cruz.

11

Sobre a palha, risonho e iluminado
pelo luar dos olhos de Maria,
vede o Menino-Deus, está cercado
dos animais da pobre estrebaria.
Não nasceu entre as pompas reluzentes;
na humildade e na paz desse lugar;
assim que abriu os olhos inocentes,
foi para os pobres o seu primeiro olhar".

E José Bonifácio, o Moço, Raimundo Correia, Emílio de Meneses, sim Emílio de Meneses, Afonso Celso, o nosso Antero Bloem logo celebrizado pelo seu "Cristo de Marfim"; e Jonatas Serrano que disse em versos a Ave Maria:

"Ave Maria plena
de graças mil, puríssima açucena,
é contigo o Senhor. Bendita é entre
as mulheres. Bendito é de teu ventre,
o doce fruto virginal, Jesus.
Roga por nós os pobres filhos de Eva,
agora e quando a morte, a grande treva
sobre nós espalhar, e toda a luz
de nossos olhos se apagar, também
roga por nós. Amem.

Mas ~~Guerra~~ Guerra Junqueiro, o que se faz conhecido pela "Velhice do Padre Eterno", em seu poema "Lá nos Altos", composto em doze quintilhas terminadas com esta:

"Alvas capelinhas, sempre milagrosas,
sois nessas alturas para os olhos meus,
como ninhos d'orações piedosas,
miradouros brancos de luar e rosas.
donde as almas simples entrevem a Deus!".

Teófilo Braga, Bastos Tigre, Luís Guimarães Júnior, Humberto de Campos, o nosso Gustavo Teixeira, Fagundes Varela que em suas quadras cantou no crepúsculo a Ave Maria, e Tobias Barreto em suas rimas "Maria": ~~uma das suas rimas~~

12

"Nome que as almas sacia,
que adoça os lábios da flor,
mística, eterna harmonia
dos querubins do Senhor.....
Grande profundo mistério
das crenças da nova lei;
visão ao som do saltério
cantava o profeta rei.....
Aroma que o céu aberto
por toda ~~aparte~~ expandiu;
voz de Deus que perto, perto
Miquéias de longe ouviu.
Inspiração de Isaías,
que disse a Jerusalém:
- Levanta-te, as melodias
dos anjos caindo vêm.....
De tudo nada existia,
o cáos ponderava a sós:
E disse Deus: Ó Maria!
e tudo ouviu esta vóz.

Vicente de Carvalho, Tomás Ribeiro, Cleómenes Campos, Antônio Correia de Oliveira, Menoti del Píchia..... E basta; mas quero terminar estas citações com a mimosa ~~rima~~ rima de quem, filha de poeta, a beira mar viveu: Emília de Freitas Guimarães:

Tomá o meu coração, doce Virgem Maria,
faze que ele te busque sempre, cada dia,
com amor filial!

Da vida lhe ilumina os ásperos caminhos
fazendo-o receber as rosas e os espinhos
com alegria igual!

Recebe-o tal qual é, ó Mãe toda virtude,
faze com que a "Verdade" o bem que não ilude
seja o escudo seu!

Torne o seu pobre amor mais puro e mais profundo,
Para que possa ~~un~~ dia, ao deixar este mundo,
encontrar-te no céu!

O PALÁCIO DA MOJIANA

Celso Maria de Mello Pupo.

~~Do ponto de vista~~ Com a incumbência de falar hoje sobre este palácio ^{onde} ~~que~~ ^{que} nos abriga, prédio suntuoso de rico e magnífico exterior que muito o valoriza, tenho a relembrar que, como encarregado da direção do Museu Histórico Campos Sales criado por decreto governamental de agosto de 1956, há vinte e sete anos portanto, fui designado para dirigi-lo, sem qualquer remuneração, por ato do Secretário da Educação e Cultura, publicado no Diário Oficial do Estado de oito de setembro de 1969, há catorze anos.

Como do Museu só existia o decreto que o criou, tratei logo de obter para ele uma sede, e em audiência do Governador do Estado, consegui este prédio ~~onde~~ ^{onde} estamos, aos três de agosto de 1972, e dele me apossei em seguida, ~~que~~ permanecendo em luta contínua para montar o Museu, mas sempre encontrando, na própria Secretaria de Estado, uma força misteriosa que impedia a sua montagem. Labutando nesta ingrata incumbência até aos primeiros meses do ano de 1979, início de um novo governo, sentindo a permanência da mesma força oculta, desliguei-me, desanimado e por carta, desta direção na qual me mantive, sem proventos, por quase dez anos.

O fruto dos meus esforços foi a permanência do palácio a serviço da Secretaria de Cultura do Estado, nos últimos anos ativado com as funções da Delegacia Estadual de Cultura. Mas olvidando o passado, devo agora discorrer sobre o prédio nobre que se impõe pelo seu valor arquitetônico.

oooo000oooo

Em nosso país, desde a década de 1830, surgira o interesse pelas ferrovias com seus passos gigantes no sistema rápido de comunicação e transporte, inovação que prometia consideráveis vantagens ao Brasil, à sua produção, a seu progresso material.

Por 1850, Campinas já era produtora de café, e do melhor café brasileiro apresentado aos mercados consumidores europeus. Mas, se a produção crescia e se impunha como das melhores, o transporte ainda não avançava pelos métodos então mais modernos e em progresso na Europa, com o seu berço na industrializada Inglaterra.

O idealismo campinense já levava o poderoso senhor de engenho renovado em fazendeiro de café, além dos ~~XXXXX~~ limites do município, para estender a cultura cafeeira desbravando outras zonas do interior da província, de terras novas ainda fáceis de aquisição por inexploradas, e prometedoras de remuneração farta.

Se Campinas atraía, pela abundância de produção, o novo meio de transporte, a ferrovia - as novas aberturas de fazendas interior a dentro, robusteciam o mesmo interesse e encorajavam as tentativas de desenvolvimento ferroviário, em germinação auspiciosa nas classes econômicas do país.

A companhia de estrada de ferro "Santos-Jundiaí", alcançava esta última cidade em 1867, graças a capitais ingleses aplicados com estudos e iniciativas brasileiras dos últimos anos. Em 1868, um ano após, fundou-se em Campinas a Estrada de Ferro Paulista que partiria de Jundiaí para o interior da província, ligando-o ~~à companhia~~ ~~xxxxxxxxx~~ aos trilhos da companhia constituída pelos ingleses a partir do porto de Santos. A onze de agosto de 1872, chegava a Campinas o primeiro trem, repercutindo "pelas nossas belas campinas o férreo galopar", como disse Quirino dos Santos.

Neste mesmo ano de 1872, e também com capital exclusivamente nacional, fundou-se em nossa terra a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro, visando estabelecer o contacto Campinas-Moji Mirim, rapidamente ultrapassado. E a Companhia Mojiana que visava a sua zo-

na de influência comercial - o norte de São Paulo e o sul de Minas - cresceu rápida, consolidando e desenvolvendo o vasto campo que objetivava, exuberante no Império, com época de bonança marcante da segunda metade do século dezanove. Avançou a Companhia Mojiana pelas províncias de São Paulo e Minas, interior a dentro, ligando o porto de Santos com a Franca do Imperador para, após, penetrar o triângulo mineiro em busca do sul de Goiás, num abraço do oceano com o coração do Brasil, formando a corredeira pela qual fluia o "ouro verde", o café paulista da exportação brasileira.

Se a Companhia Paulista de Estradas de Ferro tinha sua sede na capital da província, a Companhia Mojiana fixou sua sede na "Capital Agrícola" como então era chamada a progressista Campinas; e aqui se tratou de dar à rica empresa uma sede condigna de seu progresso. E vencida a grande crise da febre amarela, entendeu a Companhia Mojiana de reconstruir os prédios ocupados pela sua diretoria e escritórios, onde se reuniam todos os seus serviços de direção, já localizados em toda a quadra da rua Visconde de Rio Branco, limitada pelas ruas travessas, Campos Sales e General Osório.

Nesta época evoluía a arquitetura de Campinas, com a introdução de novo estilo arquitetônico implantado por italianos que se estabeleceram em nossa cidade, desde o grande fluxo populacional de braços para o trabalho mas, também de artistas e intelectuais que visavam um futuro na terra promissora do Brasil, com cursos em cidades de suas origens, no país onde tudo é arte, desde os velhos tempos do poder romano com a perenidade de sua arquitetura, de seus templos, de seus aquedutos, de seus arcos; com a eternidade de sua pintura da qual basta lembrar dois nomes universais - de Miguel Ângelo, pintor, escultor, arquiteto e poeta, e Leonardo da Vinci, pintor, escultor, arquiteto e sábio - com mais um apenas, de interesse para Campinas - Guido Reni - de quem se rumoreja haver um original em Campinas.

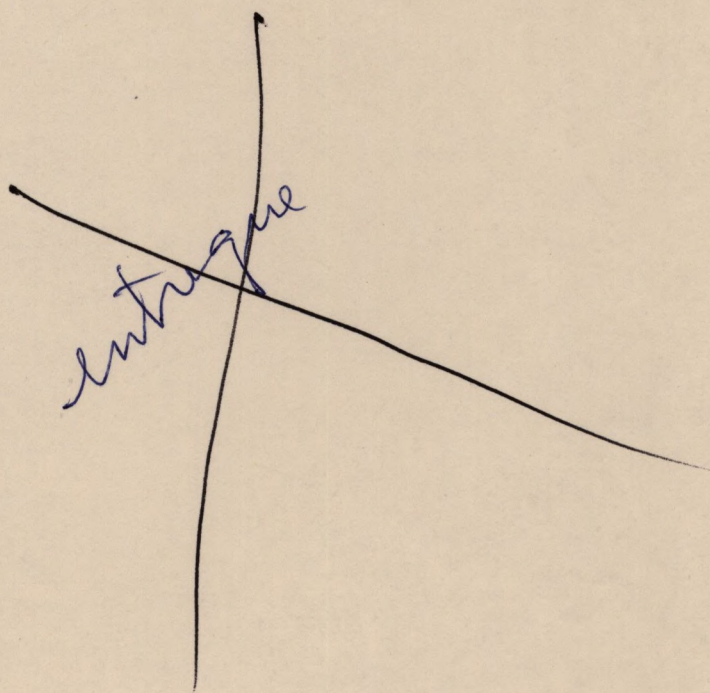
A história da arquitetura em Campinas, teve seus períodos bem marcados, especialmente nos grandes prédios, os sobradões residenciais dos agricultores ricos. Iniciaram-se ~~xx xxxxxxxx~~ com os

sobrados de grandes beirais dos seus telhados, beirais que defendiam as suas paredes de taipa contra as águas de chuva, pois a taipa de vida interminável, só tem por inimigo a humidade. Neste primitivo estilo, Campinas ainda possui o sobrado da rua Barão de Jaguará esquina de General Osório, com seu andar superior em parte restaurado e conservado o extenso gradil em sua fachada inteira nas duas faces.

Deste estilo passou, já na segunda metade do século dezanove, para o estilo das platibandas decoradas com azulejos, vasos e estátuas, como o conservado palácio dos Azulejos resguardado pelos cuidados de seus responsáveis. Das platibandas passaram os prédios para o neoclassismo, iniciado por Próspero Belinfanti, com curso de belas artes na Itália, de onde veio e de onde trouxe esta arquitetura aqui construindo o belo palácio, ~~xxxxxxxxxxxx~~ demolido hoje, que o construtor vendeu a Custódio Manuel Alves que nele residiu, assim como mais duas gerações de seus descendentes, pelo que o chamamos de palácio dos Alves.

Foi o bom gosto e o talento latino que aspirou para Campinas um palácio renascentista, construção de um filho do Lácio, e que com o palácio Itapura, obra do engenheiro Luís Pucci, que pelo nome dispensa dizer que veio da Itália, formando um trio renascentista com o terceiro, o palácio da Mojiana, este palácio ~~ao lado de~~ onde nos reunimos hoje, de arte italiana devido ao talento dos irmãos Mazini, arquitetos projetistas e construtores da nova sede da Companhia de Estradas de Ferro Mojiana.

Este palácio da Mojiana, de lindo exterior, se divergem em datas de sua construção as crônicas que lhe quiseram traçar a história, possui um megestoso salão nobre, no corpo central, com decoração de alto valor e assinada por Michele Senafore e datada de 1891. Assim, do projeto, da construção inicial, ~~de construção~~ ~~inicial~~, da construção do salão ou de sua decoração, seja uma ou qualquer outra, temos um marco datando a realização grandiosa, o terceiro palácio de estilo neoclássico, ainda íntegro nos seus dois corpos restantes, livres da picareta demolidora que nos fez perder



Palácio da Mojiana - pavilhão da esquina Visconde do Rio Branco-General Osório.

o primeiro deles, o palácio dos Alves, e da deturpação arquitetônica que desclassificou o segundo, o palácio Itapura.

Este palácio ~~xxxxxx~~ onde estamos reunidos, se construiu em três etapas, uma para cada corpo: o primeiro foi o central, ligando aos dois outros formando um só exterior majestoso em sua estrutura de colunatas, balcões com balaustradas, aberturas graciosas de vergas em semicírculos e grandiosidade, ou vergas retas coroadas e bases de balaustradas de vedação ou decoração, como teve o palácio dos Alves, na luxuriante arquitetura embelezadora; o segundo foi o torreão da esquina da rua Campos Sales, o mais luxuoso com escadaria de mármore de Carrara, o que abrigou a diretoria da companhia e escritórios de maior importância. E o terceiro corpo construído, igual ao segundo, foi o torreão da esquina oposta, da rua general Osório. É o que se conclui do noticiário e da figura estampada à página 195 da obra "Retratos da Velha Campinas", autoria do historiador José da Castro Mendes, pintor de mérito e músico.

Foi deste palácio que se comandou, por muitos anos, a ~~vinda~~ vitoriosa Companhia Mojiana de Estrada de Ferro, enriquecendo o Brasil na movimentação comercial do século, até sua incorporação à Fepasa, Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima, que reuniu as maiores companhias deste transporte, fixada na Capital do Estado toda a sua administração.

Mas se trago para aqui memórias da arquitetura que participou da vida e crescimento de Campinas, nesta nossa reunião de intelecto neste encontro de arte, sob a direção de uma artista ^{que} se encarna em Diretora da entidade que me eleva concedendo uma venera de alto valor, seria imperdoável, depois de falar da cooperação italiana para a arquitetura campinense, olvidar que também na música a colaboração italiana nos deu um Carlos Gomes, talento que ^{foi} se lapidar nas escolas do berço da ópera, a Itália, onde todos são músicos, onde nascem já cantores consumados, e ~~onde~~ de onde, por antepassados, veio a nossa delegada de cultura, também artista de alto quilate que, confirmando seu sangue, é elemento de cúpula operística de nossa terra, pelo ~~talento~~ talento, pela cultura musical com a voz maviosa e cultivada que a faz estrela de primorosos dotes, e a quem devo a honra ~~de~~ presente agradecimento, e a quem apresento a minha

gratidão pela homenagem que aqui estou recebendo.

Campinas, Delegacia de Cultura do Estado,
29 de dezembro de 1983.

~~Palavra de agradecimento pela entrega
do troféu "Valor Perene", da Delegacia
de Cultura do Estado de S. Paulo, a 29
de dezembro de 1983~~

~~Observação: Aprovei que o pavilhão da esquina
de Campos Sales foi o primeiro construído. O se-
gundo foi o da esquina de General Ursário e o
terceiro o do centro. Entretanto, neste do centro há
em seu salão nobre, especialmente decorado, um
nome do decorado com uma data anterior a sua
construção; e pela fotografia do primeiro pavilhão
de General Ursário está sendo construído quando
já estaria com sua construção terminada.~~

São Paulo não era mais uma Capitania autônoma. Tornara região subordinada ao Rio de Janeiro, quando o Conde de Oeiras (futuro Marquês de Pombal), resolveu restabelecê-la, enviando para cá o seu válido e vassalo Morgado de Mateus.

Restabelecer uma capitania, significava reconstruir numerosas instituições que, pela renascença, oferecem motivo para um engrandecimento do seu autor, dar-lhe fama de administrador que, em realidade, tudo tinha em favor do seu governo.

Vinha, ainda, o Morgado, com determinações do seu senhor absoluto, o Marquês de Pombal, para criar povoados e vilas, na ânsia de povoar o generoso Brasil que lhe enchia as arcas de ouro. E o Marquês seria obedecido servilmente pelo "gauleiter" que ele colocara a testa da restauração da Capitania de São Paulo.

Mas, não poderia o Morgado de Mateus gozar da simpatia dos paulistas da época, povo que ele quiz conquistar com elogios enviados a Lisboa. Maiores impressões teriam causado então, o seu descaso pela felicidade de famílias inteiras, quando quiz formar a freguesia que ele chamou de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi (que antes deveria se ter chamado Nossa Senhora dos Suplícios de Iguatemi) como relata Afonso de Taunay, ao se referir ao Morgado:

"Era homem muito inteligente e de iniciativas dignas de apreço, dispondo das faculdades de excelente administrador. Mas completamente submisso à influência de Pombal. Trazia ordens para a militarização interna da Capitania tendo em vista a política portuguesa na Bacia do Prata e inflexivelmente cumpria as instruções do seu temível patrono.

Assim obrigou os paulistanos e paulistas a severo arrolamento nas fileiras das tropas auxiliares da Ordenança, criando seis unidades para toda a Capitania, das quais duas caberiam à Cidade de São Paulo, de cavalaria e infantaria.

Em 1767 tinha sob as bandeiras 1.404 cavalarianos e 2.600 infantes além das ordenanças, companhia de pardos e tropa de índios. Mais de 6.000 mobilizados dentro de uma população que escassamente alcançaria cem mil almas!

Pior porém foi a nefasta ideia da fundação, na fronteira do atual Sul de Mato Grosso com o Paraguai, da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres mais conhecida pelo nome sinistro de Presídio de Iguatemi.

Recomendado com a maior insistência pelo onipotente Conde de Oeiras instalar-se-ia em meados de 1767 por meio de uma expedição de 326 homens a que comandava o ituano João Martins de Barros. A esta primeira missão sucederiam diversas outras, até 1773, tornando-se o lóbrego posto avançado enorme cemitério de paulistas dizimados pela malária e outras moléstias do Sertão.

À recruta dos infelizes povoadores, a força, acompanhou uma série de cenas da maior violência contra os recrutados e suas famílias. Grandes contingentes violentamente embarcados, de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras, fizeram a temerosa navegação do Tietê ao Paraná e foram viver nas pestilentas paragens do Iguaçu.

Aqui se alcança que os recenseamentos mandados fazer pelo Morgado, e que hoje constituem documentos históricos de inestimável valor, não foram feitos para benefício da Capitania, mas para conhecimento dos homens que poderiam ser militarizados.

O Morgado de Mateus deveria infundir terror aos paulistas. Já se alongava o governo de Pombal, firmado o seu poderio absoluto; ainda se ouviam os ecos da horrorosa execução dos Aveiros e dos Távoras em Belém; as grandes reformas econômicas, administrativas e políticas vigiam na vida portuguesa, quando o Morgado foi despachado como pessoa de confiança para restabelecer a Capitania de São Paulo.

E no dizer de Oliveira Martins, "o Portugal de D. José era um falso Portugal de importação, nas idéias, nas instituições, nos homens". "O dinheiro do Brasil dava para todas as extravagâncias sensatas e insensatas. Dera para D. João V satisfazer a sua loucura de ostentação magestática e fradesca, dava agora para o marquês de Pombal construir uma nação de estufa, com gente de fora". "A ação da vontade dos homens sobre a natureza social não é completamente estéril, ainda quando seja, como foi a do marquês, viciada por uma crueldade ferina, e contrariada por uma tendência oposta da força coletiva".

Não podia pois, ser estéril a ação ditatorial do Morgado de Mateus. Com poderes absolutos e a fama do seu ministro e amigo Pombal, com inteiro apoio do governo ditatorial, o Morgado teve suas ações administrativas facilmente executadas e seu governo, como as novas ditaduras, deixou bons frutos nas realizações materiais. A parte humana deste governo, porém, não se classificou da mesma forma.

Mesmo depois de sua retirada para o Reino, deixou problemas que obrigaram providência do bispo diocesano de São Paulo, como se pode ler nos arquivos Ultramarinos de Lisboa:

"Ofício do Bispo de São Paulo Frei Manuel da Ressurreição para o ministro e secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro pelo qual lhe pede para comunicar a D. José I o desvio praticado pelo ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus. Este governador escolhendo o colégio dos antigos jesuitas para sua residência, pusera fora o clérigo depositário das alfaias da sacristia, que fora nomeado por Crémor Régia, e que desempenhava também as funções de limpeza e conservação dos edifícios. Comunica que lhe pedira o referido governador ao dito depositário as chaves da caixa, onde se guardava o depósito

da prata e dela tirara uma cruz com o Santo Lenho e outras peças de ouro e prata como constava da certidão que enviara. Nega-se, depois, a entregá-las, sabendo pelo inventário que levava a cruz, entre setenta arrobas de prata lavrada, tirada dos cofres dos órgãos (órfãos?) e outros depósitos da capitania, por preço inferior à lei. Diz-lhe, também, que achara o colégio que fora dos jesuitas totalmente arruinado e inabitável, porque o governador utilizara o seminário para morada e o colégio servia para oficina das suas funções de ouro e prata, destruindo os cubículos e celas, pelo que era necessário fazer grandes gastos para o reconstruir."

Acompanhou o ofício, uma certidão passada pelo depositário "das alfaías da sacristia e igreja dos extintos jesuitas, Inácio de Azevedo Silva atestando que revendo o inventário de todas as alfaías achara que faltavam, tiradas pelo governador e capitão general da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, as seguintes alfaías: uma cruz de prata dourada, na qual se continha a relíquia do Santo Lenho, pertencente ao altar da Senhora da Graça a qual com seus vidros e relíquias pesava vinte marcos e duas oitavas e meia; um relicário de prata com Agnus Dei e com o nome de Santo Inácio, que pesava quatro marcos, uma onça e vinte oitavos; um resplendor de prata da imagem de Santa Ana que pesava uma onça duas oitavas e trinta e seis grãos e a própria imagem; uma coroa de ouro lavrado da Senhora da Conceição que pesava uma onça e seis oitavos. Todas elas foram tiradas no tempo do seu governo, levando-as consigo para o reino apesar dos pedidos que lhe fizera para entregar".

Praza aos céus que o nome do Morgado não partilhe da glória que cabe ao idealista e honrado fundador Francisco Barreto Leme.

do "Diário do Povo" de 26/5/1974

Assinatura do Morgado interpretada por grafólogos de autoridade ^{que} diz: "revela orgulho, dissimulação e nenhuma bondade".

entregue

PADRE FEIJÓ, SENHOR DE ENGENHO

~~Pai de Maria de Mello Rupe~~

"Parece-nos conveniente desde logo declarar que a memória dele deixada nos diversos pontos de residência, no Velho e no Novo Mundo, no apogeu de suas glórias e no declínio de sua existência, foi sempre a de um padre imaculado nos costumes, firme na crença do Senhor" (Dom João Batista Correia Neri, "Oração Fúnebre").

Campinas recebeu Diogo Antônio Feijó como mestre de meninos, já na vila em 1803. Havia nascido em 1784, e batizado em São Paulo, a 17 de agosto. Foi dito engeitado na rua da Freira, casa da viúva Marta Maria de Camargo Lima que tinha em sua companhia o irmão Padre Fernando Lopes de Camargo e a filha solteira Maria Joaquina Soares de Camargo. Esta e sua mãe haviam residido em propriedade agrícola de Cotia, ou em casa própria da mesma vila, pelos anos de 1771 a 1782, estando em 1784 na casa da rua da Freira em São Paulo (1).

Entre os trabalhos sobre o Padre Feijó, o de Ricardo Gumbleton Daunt se destaca pelas pesquisas genealógicas que procedeu este erudito autor, assegurando ser o Padre Feijó filho de Maria Joaquina Soares de Camargo que residindo em 1782 recenseada em Cotia, pelo final deste ano deixara a vila antes do recenseamento, não alcançando o de São Paulo, cidade maior com trabalhos mais volumosos e, certamente, iniciados com maior antecedência. Mas em novembro de 1783, engravidou esta moça solteira para, em agosto de 1784 dar à luz o menino batizado^p dia 17 com o nome de Diogo, ou Di^go Antônio seu cognome até a idade de catorze anos.

- O Pai de Feijó -

E a paternidade de Feijó foi objeto de trabalhos de autores vários, sem que chegassem a conclusões seguras, surgindo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume LXXVII, a publicação de Lúcia De Tomasi que divulgou a declaração do próprio Padre Feijó indicando o nome de seu pai,

satisfazendo nossa velha convicção de que Feijó usara o cognome paterno. E esta era também a conclusão de Afonso A. de Freitas, divulgada em seu trabalho "Filiação, puerícia e adolescência do Padre Feijó" (2), no qual ele indicara um suposto pai, o que se confirmou na publicação LXXVII do Instituto.

A vida de Feijó, ^{Meninice} "fruto de um grande crime" no dizer do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt sênior (3), decorreu obscura e simples nos seus anos de menino. Nascido em casa de sua mãe e da avó materna; batizado como engeitado na porta da mesma casa, foi educado sob o carinho materno e o zelo da avó, protegido pelos cuidados do tio, irmão de sua mãe, o Padre Fernando Lopes de Camargo, e de sua madrinha e tia materna Maria Gertrudes de Camargo. Em recenseamento de 1794, de São Paulo, consta o nome de Diogo Antônio, estudante, agregado, que teria então dez anos de idade (4).

Foi no ano de 1795 que o Padre João Gonçalves de Lima, então vigário de Parnaíba, transferido para a paróquia de Guaratinguetá, ~~em companhia de João Gonçalves de Lima~~ ^{primeira da família} (5), teria passado por São Paulo e levado para a sua nova vigaria o estudante Diogo Antônio que já se destinava à carreira eclesiástica. E permaneceram os dois em Guaratinguetá até o ano de 1798, ano em que se registrou a presença de Diogo Antônio, de catorze anos de idade, em São Paulo, e em 1799, com quinze anos, nesta mesma cidade, como escrevente juramentado da Câmara Eclesiástica, assinando Diogo Antônio Feijó, apelido este último que escondera até agora.

Feijó já ^{moço} clérigo "in minoribus" seguiu em 1802 para Parnaíba, residindo novamente com o Padre João Gonçalves de Lima, continuando seus estudos até o ano de 1803 quando se mudou para Campinas o que registrou o recenseamento de Parnaíba: "Diogo Antônio Feijó, natural da Cidade que hoje se acha na vila de São Carlos". Para sua escolha de

3

~~Para a sua exatidão~~ de Campinas como início de sua vida autônoma, não só a amizade que o prendia a seu primo irmão ~~Antônio~~ ~~de estudos em São Paulo~~ e ~~João~~ Joaquim José dos Santos Camargo, teria influido, como outros parentes residentes na mesma vila, e ainda a exuberância deste solo altamente produtivo, o que se provou em sua indústria açucareira e na sua produção de café.

Quando exilado em Vitória, província do Espírito Santo, como cabeça da revolução liberal de 1842, Feijó escrevendo à sua irmã que ficara em Campinas onde residia com o irmão, refere-se aos afetos campinenses com saudades de "Sinhá Grande, Padre Antônio, a seus compadres Querubim, Lhainha e Joaquim dos Santos," "Salomé e toda família e o mesmo fará aos vizinhos, e dai-me notícias do Padre Miguel, Diogo, Luciano Teixeira, e aos mais que nos frequentavam" (6).

Se em primeiro lugar estaria a sua amizade ao primo irmão Joaquim José dos Santos Camargo, tinha ele muitos parentes em Campinas, como o seu primo em segundo grau, por ele citado, Luciano Teixeira Nogueira de Camargo (como assinava em sua mocidade) e sua grande irmandade, ligando-o à família Teixeira Nogueira. Com seu primo irmão Santos Camargo, de numeroso ramo de família, Feijó ainda se ligava aos Aranhas, pois ele, o primo irmão, mais Luciano, o segundo Francisco de Paula Camargo e outros, eram primos em segundo grau da Viscondessa de Campinas, filha de Joaquim Aranha Barreto de Camargo e, por ele, neta de Mônica Maria de Camargo, irmã de Marta Maria, avó de Feijó e senhora da casa da rua da Freira, numa rede de parentesco que não caberia em poucas linhas. No casamento da futura Viscondessa de Campinas, foram testemunhas o capitão-mór de Campinas e o Major Teodoro Ferraz Leite que compareceu com sua segunda esposa Maria Luísa Teixeira Nogueira de Camargo, irmã de Luciano e madrinha da noiva como hábito da época. Antes e depois de falecer Feijó, muitas famílias de Campinas escolheram o seu nome, Diogo, para seus filhos.

Campinas recebeu Feijó que, já em 1804, era alvo

de solicitação da Câmara ao Capitão General da Capitania, para que fosse ele nomeado mestre régio (7) no que não foi atendida, talvez pela pouca idade do candidato, vinte anos. Dedicou-se Feijó ao ensino de meninos, certamente recomendado pelo primo ~~que vivia em São Paulo~~, já senhor de engenho em Campinas; Feijó é recenseado nesta última vila, em 1805, tendo um agregado e um escravo, quando era professor de gramática. "Em 1806 e 1807, o sub-diácono Feijó não ensinou gramática nem foi mestre escola; os sofrimentos dolorosos e inenarráveis do filho adotivo de Maria Joaquina durante a "via crucis" desses longos vinte e quatro meses" (8) vivendo em Campinas, o impossibilitaram. Mas, dizemos, não lecionou em parte, pois a Câmara de Campinas, a 9/7/1808, atestou que ele lecionou "quase quatro anos".

Em 1808 é Feijó nomeado escrevente juramentado da Câmara Eclesiástica de São Paulo e no exercício desse modesto emprego, trabalhando sob os auspícios do padre Fernando Lopes, que na época era o escrivão da Câmara Episcopal, conservou-se ele até dezembro do mesmo ano em que obteve sentença das ordens maiores" (9)

Senhor de Engenho
Sub-diácono nos recenseamentos de 1806-8, presbítero em 1808, deixou de "viver de esmola" como diziam para quem vivia sustentado pelo pai, tutor ou protetor, sem renda própria. Herdou da avó materna no mesmo ano falecida, e de sua mãe, o suficiente para abastecer de escravos a sesmaria obtida da Coroa, concessão iniciada pela capitania general, com posterior aprovação real. Filho adulterino de Félix Antônio Feijó, homem já casado em 1776 e residente na rua da Freira, tornou-se Senhor de Engenho em sesmaria de setecentos e vinte alqueires de terras (10) nas margens do rio Atibaia, engenho que ele denominou de "Nossa Senhora das Dores", hoje dividido em fazendas entre as quais a Pedra Alta, São Pedro, a atual Santo Antônio da Figueira e talvez outras (11). E facilmente se encontra o motivo religioso que levou sua mãe a lhe transmitir a herança materna tornando-o senhor de Engenho o que não foi pelo desejo de Feijó de possuir bens terrenos. É que os cânones da Igreja, para o presbiterato do padre secular, exi-

Almeida Nogueira nos informa que "naqueles tempos,

poucos eclesiásticos havia, quer seculares quer regulares, que não estivessem contaminados de jansenismo mais ou menos pronunciado" (17), continuando ainda o mesmo grande professor de direito, a historiar nossas relações com a Santa Sé no crítico período. Feijó mais tarde se retratou dando sua inteira solidariedade à orientação de Roma. "Nas ocasiões de sua vida em que foram precisas as qualidades, antes humanas que políticas, de energia, decisão; intransigência, pureza - Feijó foi o homem do momento" (18). O Padre Feijó "foi de fato um grande homem da América, aquele engeitado da rua da Freira que José Bonifácio tomara por um simples Padre de Itu" (19).

Mudando-se o Padre Feijó para Itu em 1818, e não em 1810 como se afirmou, em chácara de sua propriedade foi plantar chá e café dando largas à sua tendência realizadora, logo levada para o terreno político com sua eleição para deputado às Cortes de Lisboa. De volta ao Brasil, após a Independência, "residiu em São Paulo, na Capital, onde adquiriu uma chácara na Mooca, que ele chamava Paraíso" (20).

Em seu período de intensa vida pública como deputado, ministro, regente, senador, que o prendeu à Corte, esteve o seu engenho de Nossa Senhora Das Dores, em Campinas, sempre sob os cuidados vigilantes e dedicados de seu grande amigo Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme. Encontramos o Padre Feijó em Campinas na década de 40 do século dezenove, com o seu "sítio" e casa na cidade até sua atuação enérgica na sublevação de 1842, quando, emiplégico, lúcido e atuante, foi o desassombrado para assumir a inteira responsabilidade do movimento, perante Caxias, em sua triste decadência física, para falecer em 1843. Dele disse Monsenhor Ezequias Galvão da Fontoura: "Uma vida ilibada, uma inteligência lúcida e cultivada, uma vontade resolúta, uma nobreza de caráter, constituíam a grandeza moral do Padre Feijó".

Deixou o Padre Feijó afetuosa tradição em Campinas onde era vasto o seu círculo de amizades e parentesco. Agravando-se as moléstias que o prostaram, teve a homenagem de ser o seu nome dado a várias crianças após nascidas, como indicam batizados em Campinas: A 30/6/1843, Diogo filho de Querubim Ribeiro de Castro Camargo e Maria Gertrudes dos Santos; a 29/7/43, Diogo filho de Teodoro Ferraz Leite e Ana Joaquina de Camargo; a 3/12/1843, Diogo filho de Domingos Leite Penteado e Maria da Rocha; a 2/1/1844, Diogo filho do Dr. Francisco de Assis Pupo e Rita Luísa Nogueira; a 8/6/1844 Diogo filho de Luís Pinto de Sousa Aranha e Ana Caetana Guedes; a 22/4/1844, Diogo filho de Antônio Ferreira da Silva e Maria Caetana da Cunha; a 15/10/1844, Diogo filho de Rodrigo César de Macedo e Escolástica de Arruda Ferraz.

E estas homenagens também lhe foram prestadas pela raça negra, o que indica a equidade e a bondade do Padre Feijó: aos 13/8/1843 foi batizado Diogo filho de Joaquim e Rita escravos do Capitão José de Sousa Siqueira; a 25/6/1844, Diogo filho de pai incognito e de Antônia, liberta; a 25/12/1844, Diogo filho de pai incognito e de Joaquina, escrava de Luís de Arruda.

Das poucas pesquisas sobre casamentos e batizados de escravos, fica a impressão de que eles não desejavam procriar filhos que seriam escravos, mas as escravas na puberdade, ou mesmo depois, não se livravam de algum amor e batizavam filhos de pai incognito.

A MÃE DE FEIJÓ

Disse Daunt: "ainda não podemos saber, com certeza, o ano em que faleceu, embora nos Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, sob a indicação 3.1.34 fls. 75v., o assentamento de óbito seguinte":

"Maria Joaquina - Aos seis dias de junho de mil oitocentos e trinta e sete anos, nesta freguesia, sem sacramentos inopidamente, por ^equixa interna, com idade de mais de oitenta anos faleceu Maria Joaquinam solteira, e nada mais informam, foi encomendada, e sepultada na Igreja do Rosário. O Cura Manuel da Costa e Almeida".

Os termos deste registro não convencem que seja da mãe de Feijó, pela falta de seu nome de família, maiores referências e por sepultamento na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos. Mais aceitável é o que encontramos no Livro 5, fls. 12, da Cúria Metropolitana de Campinas onde Feijó teve engenho e casa urbana, residindo com a irmã, e possivelmente com sua mãe:

"Aos dezesseis de Maio de mil oitocentos e quarenta e seis faleceu Dona Maria Joaquina de Camargo, natural de São Paulo, de 90 anos de idade, solteira, envolta em hábito preto e recomendada solenemente; jaz nesta Matriz" (a) João M^{el} d'Almeida Barbosa.

8

Provou Daunt (21) que a irmã de Feijó "residiu em Campinas na casa que herdara de seu irmão", e ~~em~~ Nessa casa também residia sua mãe, falecida e sepultada na atual Basílica do Carmo, com 88 anos, pois nascera em 1758 (22), o que se confirma pela publicação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol LX X VII pag 127.

OS IRMÃOS DE FEIJÓ

Na vinda de antigos escravos de Marta Maria de Camargo para o Engenho de Nossa Senhora das Dores, do Padre Feijó, veio uma antiga escrava do serviço íntimo da família, Ifigênia, destinada em São Paulo para servir a então jovem Maria Joaquina de Camargo, depois mãe de Feijó em 1784.

Tiveram os escravos certas regalias e delas sempre se utilizaram, como dispor de terras para plantio e uso e fruto em seu favor, produzindo e vendendo, obtendo economias. Construíam suas igrejas, geralmente sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, Santa Ifigênia e São Benedito. Em atas de suas irmandades, assinavam seus nomes de batismo seguidos das palavras "escravo do senhor" tal, atas que eram enviadas para aprovação da Coroa, nesses tempos encarnada no Príncipe Dom João (depois Dom João VI) pela impossibilidade da Rainha D. Maria I já enferma. Somente depois da Lei Áurea de 1888, quando já não podiam assinar da forma indicada, é que passaram os ex-escravos a usar cognomes de seus últimos senhores, pois, antes de 1888 nenhum escravo ou ex-escravo ousaria assinar apelidos de família de seus senhores.

Acusam as listas de escravos vindos de São Paulo para o engenho do Padre Feijó, a escrava Ifigênia, acima citada,

E o que mais surpreende é que Elias Lobo, se na redação de 24 de outubro, não publicada, incrimina José Amat, na do dia 31, publicada, apenas relata fatos como satisfação a seus amigos, evitando repetir em seu Estado, em sua cidade, para íntimos e até para seus filhos, a verdadeira causa de não ser "A Louca" levada à cena - O José Amat - deixando difundir-se o inexistente roubo de partitura. Isto revela seu alto sentimento de caridade para com seu perseguidor e a sua santidade perdendo-o com seu silêncio. Sofreu o Maestro Elias Lobo, por meses, angustiosa expectativa no Rio de Janeiro, amparado pela sua virtude de paciente e conformado, e sem encenar sua produção despediu-se da Corte e regressou a Itu em novembro.

~~Notas de 22 outubro~~

Entusiasmo e Fé.

Naquele moço de fé inquebrantável, o ânimo não se abatia. No mesmo ano em que tudo ~~era~~ era contra o seu aperfeiçoamento nos centros mais cultos da música européia, fundou em Itu a "Filomela" (14): "O maestro Elias Lobo, quando ainda residia em Itu, sua terra natal, além da esplêndida orquestra, organizou ali uma banda de música à qual deu o nome de "Filomela". Era constituída por distintos ituanos, hoje falecidos, e não deixa de ser interessante dar aqui os seus nomes e os instrumentos que tocavam: Maestro Elias Lobo, diretor regente; Luís Lobo de Albertim Júnior, flauta; Joaquim Feliciano de Campos, requinta; José Mendes Ferraz, clarineta; Inácio Ferraz Leite Penteado, clarineta; João Leite de Campos Mendes, clarineta; José Álvares da Conceição Lobo, pistão; Pedro Alexandrino Xavier Aranha, pistão; José Mendes Galvão, sax; Francisco Celestino de Miranda Russo, sax; Joaquim Pinto de Moraes, sax; Joaquim Bernardo Borges, sax; Antônio da Silva Teixeira, sax; Braz Carneiro Leão, trombone; Tristão de Abreu Rangel, trombone; Olegário José de Arruda Mendes, bombardino; Francisco Januário de Quadros, bombardino; Carlos Kiehl, bombardão; Feliciano Leite Pacheco Júnior, pratos; João Dias de Quadros Aranha, bombo; José Lobo de Albertim, campainha; Joaquim Floriano de Mesquita Barros, caixa. Muitos desses músicos ocuparam lugares de destaque na governança de sua terra natal, destacando-se o benemérito Juca Feliciano, influente chefe liberal, que era ótimo clarinetista. Foi a "Filomela" considerada uma das melhores bandas de música da província, em nada ficando atrás da famosa Banda dos Permanentes, da Capital", contou Pelágio Lobo pelo "Correio Paulistano" de 23-VII-1950.

"Contemporânea da "Filomela" do maestro Elias Lobo, existia em Itu a banda do maestro Macuco, composta de gente modesta: marceneiros, carpinteiros, pedreiros e outros artífices, a banda essa que com galhardia ombreava com a "Filomela". Como sempre acontece, nas vilas e cidades onde há duas bandas de música, a do Macuco e a do Elias Lobo, eram ferrenhas rivais" (15).

Incansável em seu trabalho, compôs o Maestro, em

1864, a sua Gratória de Nossa Senhora do Carmo, com coros de anjos, de irmãos terceiros e de povo, e personagens de São Simão Stock e de Santa Teresa, executada com sua quinta missa, composta, no mesmo ano, para a solenidade das festas pela restauração da Igreja carmelitana de Itu.

Era tanto o idealismo de Elias Lobo, que fundou em sua terra uma aula gratuita de música. Não bastavam as inúmeras execuções sem remuneração, não bastava todo o seu trabalho sem lucro, mas pela arte, pela sua religião, multiplicava-se no ensino, na emulação, no transmitir de entusiasmo, marcando, os anos seguintes, com a fundação da Sociedade Orfelina (16), e, em 1867, compondo a sexta missa, "com dois credos", e uma "Três Horas de Agonia", celebrada em Itu pela primeira vez, "terna e piedosa devoção" que, "para esse fim, a pedido do padre Onorati (17), o maestro Elias Lobo escreveu a música para as Sete Palavras, harmonia essa que ainda hoje é executada nessa cerimônia e tida como um verdadeiro primor de suavidade" (18). Em 1872, compôs uma Semana Santa, sobre a qual se proclamou: "o autor, nesta obra, separou-se do estilo seguido pelos outros mestres, procurando traduzir os textos em notas, como se escrevesse uma tragédia lírica" (19).

Sua missa sétima é de 1873, com "grandes solos, concertatos, etc.", escrita para a festa do Bom Jesus a ser realizada em 1º de janeiro seguinte. A oitava missa é de 1874, também do Bom Jesus e para a festa do seguinte ano bom. Compôs mais a Gratória do Nascimento e Circuncisão do Senhor, e a Gratória do Escapulário de Nossa Senhora do Carmo e Santa Teresa, letra de Antônio Carlos Ribeiro de Andradinha Machado e Silva (II), escrita para dois violinos, duas violas, flauta, duas clarinetas, fagote, trompa, pistão, trombone, oficlidade, violoncelo, contrabaixo, tímble e bombo, com dois coros de anjos, de pastores e camponeses, com as personagens do arcanjo Gabriel, Nossa Senhora e São José.

De encantadora modéstia, viveu para a música que passou a ser uma das faces de sua devotíssima vida religiosa. "Transformou o grande maestro ituano, o seu gênio artístico num campo imenso de apostolado, levando, no macio das sonoridades de suas composições, tantas e tantas almas para o além, para o azul, para Deus. Elias Lobo conhecia o sentido fiel e exato da liturgia católica, apreciava sabiamente o desenrolar majestoso das cerimônias, e por isso mesmo, as suas composições sacras vinham ao sabor de uma fé, capaz de segregar aos ouvidos dos que se acotovelavam nas igrejas, nos dias faustosos das grandes festividades, o sentido dos temas que se desenvolviam no templo" (20).

Sua dedicação ao esplendor do culto, bem se revela em documentos confirmatórios da tradição, cartas que buscavam o seu concurso generoso para as solenidades:

"Ilmo. Snr. Elias Álvares Lobo - Colégio São Luís, 11/4/1874

"Atrevo-me a pedir-lhe um favor, e espero que V. S. queira desculpar minha liberdade, talvez demasiada. O R. P. José Galvão amanhã quer cantar missa às 7 horas no Patrocínio, e quer também que lhe assista o P. Sabatini. O pobre velho sentiria muito a ausência do dito Padre; como tem mostrado quando eu lhe disse que talvez não poderia ir. Mas eu preciso de um para tocar o harmonium na Missa, em que amanhã os meninos do Colégio vão desobrigar. Não poderia V. S. vir ao Colégio pelas 6 1/4 horas? No caso que viesse ficar-lhe-ia muito obrigado este criado de V. S." (a) Augusto Stanislau Aureli (219).

"Ilmo. Snr. - Colégio São Luís, 24/4/1874."

"Escrevo-lhe a presente para lhe pedir o favor de vir domingo ao Colégio para tocar o harmonium na Missa Cantada e benção. Desejaria amanhã fazer um ensaio para os meninos. Talvez o P. Tadei (221) já lhe falou nisso. Porém pensei que talvez seria melhor para a prova outra hora, isto é, mais ou menos às 3 1/2 da tarde. Peço-lhe o favor de mandar dizer para o meio dia de amanhã se V. S. pode vir àquela hora". "Desculpe e aceite os sentimentos de estima deste seu criado obrigado" (a) Augusto Stanislau Aureli.

"Ilmo. Amigo e Snr. Elias Lobo"

"Nunca senti ser pobre como hoje; morreu o Snr. Antônio Freire, que na minha opinião podia se chamar benemérito da Ordem, foi um irmão modelo, e eu não posso hoje gastar dinheiro meu porque não tenho, nem da Ordem porque não tem, estando empenhada a fazer obras indispensáveis. Desejava 6ª feira celebrar uma missa com encomendação sufragando sua alma. Vou pedir-lhe não sei se de favor ou se de esmola, a música que Vmcê. e Snr. Tristão dirigem e saiba que se não fora tanto merecimento que tributo a esse finado, eu jamais incomodaria a pessoa alguma, mas desejo que o homem virtuoso jamais possa ficar esquecido entre seus patrícios e mesmo seus irmãos!" "Se for possível o que peço, ao menos terei esse prazer na minha vida". "Santuário do Carmo, 2 de setembro de 1874. Seu parente e amigo afetuoso;" (a) Luciano Francisco de Lima (231).

Como se vê pelos pedidos que recebia, era homem prestativo e bondoso; jovial, alegre, sua modéstia não o fazia um misantropo, pois era sempre de ativa sociabilidade, e disto deixou registro um seu parente, descrevendo-lhe a figura: "Vestia-se com regular esmero, não tinha luxo. Não deixava a sua cartola, chapéu alto de pelo muito em uso nesse tempo. Conservava sempre cabelos compridos. Levantava-se cedo, e antes disso, tomava seu café costumeiro, e aí muitas vezes recebia visita de seus íntimos que encontravam-no sentado,"

18

~~de pernas~~ "de pernas cruzadas, tendo a seu lado papel de música, pena e pertences, bem como, fumo e palha de cigarros por ele mesmo caprichosamente preparadas. Nesses momentos, quantos ditos e brincadeiras eram dirigidos a seus visitantes....! Às vezes deixava, bruscamente, suas visitas e dirigia-se à sala próxima onde, ao piano, ia concluir o que antes havia começado a idealizar!..." "Nesse teor, nesse estado de bom humor, brincava com todos. A sua casa era um contínuo movimentar, pois o velho e sua consorte Elisa Lobo não tinham medidas, desfaziam-se em gentilezas e a todos tratavam alegremente. Tinha uma predileção pelas plantas e, por isso mesmo, as que tinha em seu quintal tratava com esmero, principalmente as hortaliças" (24).

Pelo ano de 1875, resolveu cogitar de sua terceira ópera que ficou inacabada, "Sacrifício de Amor", tendo participado, neste mesmo ano, em São Paulo, do Congresso de Professores, de sua própria convocação. Foi quando deixou de residir em Itu, estabelecendo-se em Itatiba; e ampliando o número de seus discípulos, principalmente filhas de grandes fazendeiros desta cidade e de Campinas, a Campinas no auge de sua opulenta produção cafeeira, com educação das moçoilas no próprio lar, nas fazendas, e professores que compareciam para as aulas de música, dança, artes, uma língua estrangeira pelo menos - o francês - habilidades domésticas, e demais complementos para uma educação esmerada.

Autor de tratado para ensino de música, em Itatiba, em 1876, fez imprimir a primeira edição do seu "Método de Música" (figura), impressão de escrita tipo manual, muito bonita, que se abria com o seguinte prefácio:

"Dando publicidade ao presente Método, não tenho em mira glória alguma, mas sim a vantagem que daí possa resultar aos meus colegas e àqueles que quiserem dedicar-se à sublime arte da Música.

Nenhum dos métodos conhecidos por mim, segue a ordem de lições que tenho adotado, a qual tem sido de muito proveito para os alunos, pois alguns, mesmo com falta de inteligência, têm obtido vantagens com a aplicação do meu método.

A experiência que tenho tido no ensino feito pelo método que ora publico, autoriza-me a dizer que os alunos que tiverem habilitações para o estudo da música, poderão tornar-se músicos no curto espaço de seis meses.

O plano adotado no meu trabalho, consiste em explicar só o estritamente necessário para a lição que tem de dar o aluno, exigindo mais compreensão do que memória, tornando-se assim mais difíceis as seis primeiras lições, por ser necessário ao aluno conhecer o que é música, pauta, monossílabos da solfa, claves, compasso, semibreve, e pauta divisora, ficando para a segunda o conhecimento da mínima, da terceira e da semínima, etc.

Todos os caracteres da música são por mim denominados de

194
notas, e para ~~pre~~ exemplo apresento as seguintes perguntas e respostas:

- Que ~~uma~~ nota é esta?

Clave de sol.

- Em que linha está assinada?

Na segunda.

- Que solfa toma-se na segunda linha?

Sol &.

Ao dó, ré, mi, &, chamo de solfa e não de notas, signos ou sons, não só porque notas, signos ou figuras, são todos caracteres musicais, e som o movimento vibratório do ar, como quando cantam-se as primeiras lições ou mesmo outras músicas com as sílabas dó, ré, mi, & solfejam-se, e, pergunto eu, que é solfejar?...naturalmente terei como resposta: é entoar a música pronunciando-se os monossílabos da solfa dó, ré, mi, &.

Uso um tema, variando-o conforme a capacidade do aluno, como se vê desde as primeiras lições, por entender que com este sistema, não só educa-se o ouvido do aluno, como faz-se ele ir conhecendo a diversidade de valores.

Convém que o professor que adotar o presente método, escreva lições idênticas aos exemplos que nele se acham, quando não sejam estas suficientes.

Conquanto reconheça a imperfeição do meu modesto trabalho, tenho todavia convicção de que, com o sistema adotado por mim, se conseguirá em menos tempo fazerem-se músicos, do que com outro qualquer método, e ofereço como prova a longa prática que tenho de ensino desde 1853, e a aplicação do presente método desde 1858.

Se tiver a felicidade de conseguir o meu desideratum dando à luz da publicidade o meu trabalho, dar-me-ei por recompensado.

Belém de Jundiaí".

Sobre o Método, manifestou-se Rafael Coelho Machado, (a quem Elias Lobo chama de mestre) do Rio de Janeiro, em 30/10/1876, dizendo: "Agrada-me o laconismo das suas definições, pois que nas obras didáticas a prolixidade enfada os alunos senão os embarça; julgo que sua obra há de concorrer eficazmente para a propagação da música pela facilidade que oferece aos que por ela estudarem. Se não existissem as suas numerosas composições musicais que lhe têm criado uma bem merecida reputação, este novo trabalho por si só seria bastante para dar-lhe um lugar distinto entre os mestres; dou-lhe por isso os parabéns, e muito desejo que publique a sua obra o mais breve que lhe for possível".

Neste ano de 1876, compôs as suas nona e décima missas que, segundo Sacramento Blake, "são duas menores".

Elias e Carlos Gomes

Sem poder fixar a época do surgimento de uma lenda de inimizade entre os dois maestros, e aos que acolhem tál lenda de ter havido algum estremecimento de amizade entre o Maestro Elias Lobo e o seu colega de arte, Antônio Carlos Gomes, podemos transmitir o fato de ter ouvido, repetidamente, de filho de Elias Lobo, formal desmentido a essa fantasiosa narrativa. Não houve qualquer ressentimento entre os dois talentosos compositores. Sempre foram amigos e, quando Carlos Gomes chegou da Europa depois de sua gloriosa apresentação do Guarani em Milão, e de ter recebido entusiásticos elogios, foi à casa de Elias Lobo onde executou, ao piano e em presença do Maestro Elias e de seu filho, muitos trechos de sua recente ópera, solicitando, gentilmente, o juízo do seu colega de composição operística.

Os divulgadores da lenda do desentendimento entre os dois compositores, afirmam que a discórdia teve fundamento motivado pelas duas óperas, "A Noite de São João" e "Noite do Castelo"; e que as relações foram reatadas "na estação de Jundiaí"! Mostram desconhecer, por inteiro, as duas óperas, os dois libretos, pois, enquanto "A Noite de São João" seja uma ópera nacionalista, com festa folclórica, quadrilha e mais, com caraterísticos bem brasileiros, "Noite do Castelo" tem assunto integralmente europeu e se passa em Lisboa em 1250.

Talvez tenha servido de motivo à balela, a repetição da palavra "noite"; em dois títulos que muito se distanciam, mas que permitiram a fantasia transmitida como verdade. E veja-se que as óperas, "A Noite de São João" e "Noite do Castelo", foram compostas, a primeira em 1858, e a segunda em 1860, quando poderia ter havido o suposto desentendimento entre os compositores. Mas justamente neste ano de 1860, "A Noite de São João", de Elias Lobo, foi levada à ~~cena~~ ^{sempre} ~~no Rio de Janeiro, e~~ ~~sempre~~ regida por Carlos Gomes.

Se tivesse havido desinteligência, a paz entre eles só se teria restabelecido antes da partida de Carlos Gomes para a Europa, porque, quando ele voltou pela primeira vez, foi logo à casa de Elias Lobo executar trechos do Guarani ao piano. Mas Carlos Gomes partiu para a Europa em 1863, e ~~nesta~~ ^{nesta} época não havia estrada de ferro e nem estação em Jundiaí! (25).

Leve-se ainda em conta que Carlos Gomes nasceu na música. Seu pai Manuel José Gomes foi o iniciador do ensino musical em Campinas, para onde mudou-se em 1809. Quando nasceu Carlos Gomes

Quando nasceu Carlos Gomes em 1830, nasceu em ambiente de próspero ensino da música; tinha ele dois anos de idade em 1838 e já Campinas recebia da Europa os primeiros pianos da cidade, mandados pelo negociante e professor de música José Mendes Ferraz.

Elias Lobo, nascido em 1834, dois anos antes de Carlos Gomes, não se sabe nem com quem aprendeu a ler. Sem nenhum preparo especializado, autor de duas óperas, podia submeter-se a estudos superiores na Europa para onde o mandaria subvencionado, o nosso grande Imperador Dom Pedro II.

Campinas

21

Campinas triunfava em todos os setores de sua vida, econômica, social, cultural e artística, ombreando com a capital da província e ameaçando-a de suplantá-la. Riqueza, luxo, viagens de estudos e de lazer, cultura geral e artística, atraindo elementos que vinham aumentar a sua ascensão. E Elias Lobo e sua filha Ana Esméria, constituíram esse elemento de elevação no campo da música, o que não passou sem um registro de professora reputadíssima pela cultura e pelas qualidades reveladas no seu magistério, Josefina Sarmento, cronista de altos dotes:

"Temos, porém, notado que esse gosto, nestes últimos tempos, tem-se, por assim dizer, afinado, ampliado, educado mais, e isto desde que vieram para esta cidade professores como os snrs. Luís de Pádua e Giorgeti, maestro Elias Lobo e outros". "Temos ainda outras pianistas não menos habilidosas, tais como as exmas. sras. dd. Placidina do Amaral, Ana Esméria Lobo, Ana Pinto, Amélia Lacaze, Cecília Almeida, Marciana Mendes e outras. Podemos dizer o mesmo quanto a cantoras distintas. Dentre elas destacam-se as exmas. sras. dd. Adelaide Lopes Gonçalves, Ana Esméria Lobo e Maria Monteiro". "A voz da exma. snra. d. Ana Esméria amolda-se principalmente a composições melancólicas. Então a voz desprende-se-lhe da garganta, suave, terna, dolorosa; é um queixume, uma prece soluçada que faz cismar, inundando-nos a alma de doce tristeza indizível" (26).

E Elias Lobo plasmava na memória dos que o admiravam, a figura do seu talento e a bondade de seu coração. Sua lembrança não se apagava nem mesmo para um soberano. Tinha o Imperador Dom Pedro II, especial zelo pelos talentos e homens de valor; amparava-os e deles não se esquecia, acompanhando-os em suas vidas, como fez com Almeida Júnior que não se utilizou do primeiro apoio recebido do Imperador, e só se aproveitou de pensão paga por Pedro II, em nova insistência deste monarca que o fez seguir em estudos para a Europa. De Elias Lobo, sempre se lembrou, como foi noticiado pela imprensa de Campinas, em 1878: "Vimos uma carta escrita do Rio por pessoa fidedigna que na mesma diz que tendo ocasião de falar com o imperador, este perguntou, com muito interesse, pelo nosso conhecido compositor Elias Lobo, lamentando que os paulistas não tivessem em tempo auxiliado esse maestro, na pretensão que manifestou de ir aperfeiçoar seu talento na Europa" (27).

28

Quem deixou também valiosas notas sobre Elias Lobo, foi o jornalista, poeta e delicioso escritor Carlos Ferreira. Em reunião de seus artigos, encontramos crônicas de doce evocação do passado de Campinas, logo após o estabelecimento de Lobo nesta cidade:

"Foi aí, nessa aprazível cidade, que ficamos amigos, que convivemos, que nos tornamos íntimos. Nunca mais deixarei de lembrar, (e com que saudade!) o dia em que pela primeira vez fui recebido no abençoado lar doméstico do exímio maestro.

Era o dia de Natal. Lá se vão certamente uns bons vinte e três anos... Como o tempo voa! (28).

Eu fora convidado para jantar em sua casa, em companhia do "seu povo", segundo sua própria expressão. Vivia ainda a sua primeira consorte, a boa, a carinhosa d. Elisa, tão simples como ele, e tão modesta, não obstante toda a natural fidalguia com que costumava receber os amigos da família, com uma lhaneza e afabilidade incomparáveis, verdadeiramente cativantes!

O jantar correria alegre, muito na intimidade das pessoas presentes, que eram poucas, e nesse número estava o saudoso amigo - o Francisco Quirino, o grande poeta campineiro que a todos encantava com os brilhantes conceitos da sua facúndia inesgotável e com a sua bondade sem limites.

Morava então o maestro na casa onde residira, pouco tempo antes, o amigo Lisboa, onde estivera instalada a "Gazeta de Campinas", (que recordação pungente!) rua Formosa, hoje da Conceição, esquina de Lusitana.

Que deliciosos doces e que música deliciosa todos nós saboreamos e ouvimos nesse dia memorável!

O Elias era incansável ao piano, executando e cantando à meia voz os melhores trechos de sua ópera "A Louca"; e, quando interrompia a execução era para me narrar os episódios emocionantes da primeira fase de sua vida artística, os trabalhos e aporquentações de toda sorte porque passara no Rio para conseguir a exibição da sua primeira partitura - "A Noite de S. João", letra do grande José de Alencar; e as adversidades de que fora vítima

com aquela outra, acima mencionada; a entrevista que tivera com o Imperador, e como lhe falhara a ocasião de ir estudar e aperfeiçoar o seu gênio lá pela poética Itália....

Tudo isto eu ouvia com grande atenção, com profundo interesse, e quando deixei a casa do inspirado compositor, que chegou a ser em certa época digno êmulo de Carlos Gomes, eram dez horas da noite. Levava de tudo e de todos uma forte e boa impressão que dura até hoje - suave, benéfica, cheia de atrativos e de encanto.

Que música deliciosa, e que deliciosos doces saboreei eu nesse memorável dia!

---0---

Passaram tempos.

Uma vez, entra-me em casa, muito apressadamente o insigne compositor, revelando na fisionomia o que quer que fosse de preocupações importantes.

Eram duas da tarde.

Fazia intenso calor. O maestro sentou-se, puxou de um lenço que trazia ao pescoço à laia de mantinha para aparar o suor da fronte, enxugou o rosto, assoprou para o ar em sinal de fadiga, e dirigiu-me a palavra:

- Prepare-se para grandes coisas!

-Hein? exclamei eu. Que é que há?

-Você vai escrever um libreto.

-Eu? Ora essa! É coisa em que nunca peguei. Libreto para que? para quem?

-Para mim. Vou escrever outra ópera... Está aqui já.... E apontou solenemente para a testa. Tenho-a toda aqui.

Dei uma risada, confesso que dei. Achei graça no rompante. Uma ópera! e eu a escrever libretos! Ora tinha infinita graça o caso!

O Elias continuou:

Que eu me deixasse de gracejos; a coisa era séria. Ele ia escrever outra ópera... Havia de escrevê-la...e porque não? Havia. Havíamos...

E passou a contar-me o complicado enredo do drama lírico, muito cheio de sentimento, de paixões, de suspiros e ais, e ao fim da narrativa sacou do bolso um papel. Era o esboço do libreto com o título "O Sacrifício de Amor", ópera em 4 atos, e em seguida desfilavam os personagens.

-Oh! homem! Mas eu nunca escrevi libretos! exclamei.

Foi tudo em vão. Não houve razões que o convencessem, e eu tive de me resignar a dizer que sim... que escreveria o drama, mas mediante duas condições essenciais: resumir o título e mudar o nome do protagonista que se chamava Teobaldo, nome de minha

particular embirração.

A ópera devia se intitular simplesmente - "Sacrifício". O personagem chamar-se-ia Oscar.

Não quis. Seria tudo como estava no papel. Não aceitava emendas. Pegou no chapéu e saiu...

Eu peguei em mim e fui dormir à sesta.

Fazia um calor horrível...

Escrevi o primeiro ato do libreto. Céus! ainda me lembro até hoje do titânico esforço que fiz! Gastei dois meses!

Um oceano de versos. Começava assim, o primeiro coro de cantadores:

"Da floresta se alevanta

Divino, intenso rumor:

É a natureza que canta

O hino eterno do amor!".

Seguiam depois as cenas apaixonadas, os diálogos quentes, e eu fui ficando de tal arte possuído da minha missão, que, quando dei acordo de mim, vi que tinha feito nada menos que um colossal poema para fazer dormir dez platéias!

Percebi que o negócio saíra comprido demais, mas... o que estava feito estava feito, como dizia o velho Imperador com relação à República. De resto, eu estava disposto também a ser teimoso. Nada cortaria. Tudo como estava no papel.

Quando fui à procura do maestro e entreguei-lhe o cartapácio, ele, com um ar muito satisfeito, disse-me que depois, com vagar, leria o ato e me diria que opinião formava.

Respirei. Eu tinha medo que ele lesse à minha vista todo aquele interminável aranzel. Era a justa comoção de um estreado bisonho.

Três dias depois, quando me apareceu, vinha sorridente. Apertou-me a mão, deu-me os parabens.

Que estava maravilhado com tanta fecundidade! Eu não escrevera um ato de uma ópera, mas sim três óperas, a julgar pelo papel ocupado. Todavia, ele não vinha discutir a quantidade, mas a qualidade da coisa...

- Eu não lhe disse? atalhei-o; eu bem lhe disse que não sabia.

Fez-me um gesto e alisou com a mão a basta cabeleira castanha. Que eu esperasse, que o ouvisse primeiro. Os versos estavam bons, mas a música tinha exigências cruéis que muitas vezes transformavam versos certos em versos errados.

E entrou a indicar-me os versos que deviam ser quebrados para se adaptarem à música, as palavras que deviam ser substituídas para não darem lugar a cacofonias; as entaves eufônicas que era de mister arredar, enfim pedia-me uma transformação geral em tudo, e punha-se a contar pelos dedos as sílabas, cantava, via

23
que ao fim do canto as palavras davam sons horríveis, e concluía, bradando: Impossível; é preciso fazer tudo de novo. O seu verso é que deve caber na minha música e não a minha música no seu verso.

Enfim, para encurtar a história: basta que eu lhes diga que escrevi três vezes o primeiro ato do "Sacrifício de Amor", de maneira que só na terceira vez é que serviu, e isto mesmo com grande custo!

E nisto ficou. Nunca mais escrevi o segundo ato... Quando eu pensava nele via diante de mim um tremendo abismo, e recuava de horror!...

O que lhes posso, porém, garantir, é que a música que ele deixou, feita para o ato escrito, é de um sentimentalismo e de uma docura celestiais. Um verdadeiro mimo!...

---0---

Bom e talentoso Elias!

A esta hora está ele, provavelmente, na mansão dos justos em que tanto punha a sua fé de crente sincero, de espírito piedoso e resignado.

Deixando este mundo onde as suas nobres aspirações de artista não foram compreendidas, e onde viu desfolhadas uma por uma as rosas de suas ilusões, sem que o seu gênio de poeta se revoltasse contra as brutalidades do destino, voou sorrindo às regiões gloriosas dessa vida de que ele tanto falava...

Agora lá, sentindo-se perfeitamente feliz, continuará a sonhar... a sonhar... a sonhar sempre.

Amparo, dezembro de 1901" (29).

A vida ativa do Maestro continuou no ensino e nas execuções musicais, e em nova edição, de 1882, do seu tratado de ensino, como noticiou a imprensa: "Método de Música - Vimos a última prova da segunda edição do método de música do maestro Elias Lobo, e que está sendo impresso nas oficinas litográficas do sr. Jules Martin, em São Paulo. O seu autor corrigiu alguma coisa nesta edição, bem como aumentou diversas lições e explicações, tornando o método mais fácil para os snrs. professores o explicarem. Na opinião de pessoas competentes este método é o mais apropriado para o estudo da música. Seja, pois, bem vindo esse trabalho" (30). "

"Método de Música - O distinto maestro Elias Lobo ofereceu-nos ontem um exemplar do seu muito conhecido Método de Música, reimpresso agora em 2ª edição. É um trabalho que tem merecido dos entendidos o melhor acolhimento, e isto está provado pelo fato de ter-se esgotado a primeira edição. Acham-se à venda os exemplares em casa do autor, a quem agradecemos a oferta do folheto" (31).

Não faltou o reconhecimento do valor do Maestro Elias Lobo. A mesma imprensa logo depois noticiava: "S. Musical Elias Lobo - Na cidade de Santos foi ultimamente organizada uma sociedade musical a que deram a denominação de Elias Lobo, em sinal de homenagem ao conhecido maestro desse nome e que reside nesta cidade. A escolha do título não podia ser mais acertada por isso que faz lembrar um nome digno por certo de estima de todos. Os fins daquela sociedade são, segundo nos informam, idênticos aos da Carlos Gomes, de Campinas; isto é, proporcionar a seus sócios ensino de cultivar a arte musical do modo o mais agradável possível" ~~232~~ 32.

Do ano seguinte, 1883, é uma importante composição do Maestro, a "Oratória de Nossa Senhora da Conceição", composta para a inauguração da Catedral de Campinas, a 8 de dezembro, noticiada pela "Província de São Paulo":

"Nas cerimônias religiosas do dia oito, o contingente musical foi importantíssimo, e muita gente foi expressamente a Campinas ouvir as novas composições que deviam ser cantadas naquele dia.

Em primeiro lugar a ORATÓRIA de Elias Lobo, escrita para aquela ocasião, peça a grande orquestra, com dois coros de anjos cantados por 50 senhoras; primeiro coro - solo de Maria - pela exma. sra. d. Cândida de Queirós Teles; segundo coro - solo do anjo Gabriel - pela exma. sra. d. Adelaide Lopes Gonçalves, com acompanhamento de harmonium pelos srs. Emílio Giorgetti e Antônio Álvares Lobo; terceiro coro - solo de Maria - pela exma. sra. d. Ana Esméria Lobo; solo de S. José - pelo sr. Jerônimo Lobo".

"Foram mais cantadas na mesma solenidade uma missa de Elias Lobo e uma Ave Maria, solo ao pregador, do mesmo maestro, cantando este solo e os da missa a distinta professora d. Ana Esméria Lobo, soprano de pequeno volume, mas de timbre agradávelíssimo e notáveis recursos de vocalização".

"A Ave Maria de Elias Lobo é um mimo. Inspiração delicadíssima, estilo mais lírico que religioso, doce e límpida melopeia vestindo frases sacras, é peça x de fino quilate e constitui verdadeira jóia. A ligeira composição foi traçada de um jato, e mimosamente orquestrada. Foi deliciosamente interpretada pela filha do autor, d. Ana Esméria Lobo" (33✓).

9
como mãe solteira de três filhos: Cândido nascido em 1792, Benedito nascido em 1806 e Luís nascido em 1808. Todos eles vindos para Campinas, deixando Ifigênia, a partir do último, de procriar mais filhos, indicando que o pai residia e ficara em São Paulo. Além da curiosidade destes três filhos da escrava Ifigênia, depois de adultos, nunca aparecerem como escravos e em seus assentamentos de casamentos não figurarem como ex-escravos na forma em uso, todos usaram do apelido da família Feijó, e dois, Benedito e Luís, o cognome Antônio, do pai Félix e do irmão Diogo, como asseguram os termos lavrados em livros próprios: ~~Do Matrimônio de Campinas:~~
Aos 31/8/1830, na Capela de Indaiatuba, "receberam-se por marido e mulher, Cândido Feijó, natural da cidade de São Paulo, filho de pai incognito e de Ifigênia escrava que foi de D. Maria Joaquina de Camargo, e Umbelina Ribeira filha de Filipe e Mariana, escravos que foram do Tenente Manuel Pacheco Gato. Aos 23/10/1847 casou-se em Campinas Benedito Antônio Feijó com Maria Francisca da Luz; ele "filho de Ifigênia, escrava de D. Maria Joaquina de Camargo e ela filha legítima de Diogo Antônio da Luz e Joana Maria da Luz". E do Luís, o terceiro filho de Ifigênia, tivemos notícia pelo casamento de sua filha em 1861 e, depois, pelo seu segundo casamento, ambos em Campinas: A 7/12/1861 casaram-se Fortunato Teixeira e Maria Silvéria, esta "filha legítima de Luis Antônio Feijó e de sua finada mulher Manuela de Jesus", "natural e batizada nesta paróquia onde ambos são fregueses" e "aquele viúvo por óbito de Escolástica da Rocha sepultada nesta" ~~Rxxxxx~~. E ainda: a 19/7/1862 casaram-se Luís Feijó e Escolástica Angélica, esta filha legítima de Francisco da Silva e Maria Joaquina de Camargo, e aquele viúvo por óbito de Manuela, ambos fregueses desta.

Se não anotamos os nomes das testemunhas de Cândido, as dos outros foram: de Benedito, Pedro José dos Santos e Bento José dos Santos; de Luís, Joaquim Henrique dos Santos Camargo e Joaquim Roberto Alves, pessoas de conceito social, significando apreço gosado na sociedade campinense pelos filhos de Ifigênia - para nós irmãos por pai do Padre Diogo, o que tem mais um indício de significação no fato de não se encontrarem outros es-

~~Senador e Regente Padre Diogo Antônio Feijó~~

entregue

O Senador e Regente Padre Diogo Antônio Feijó.

cravos, antes da lei áurea de 1888, assinando cognomes de qualquer família de seus senhores.

~~Para publicações que se vão fazer pelo Cont.
nário de nascimento.~~

N O T A S

- 1 Ricardo Gumbleton Daunt, neto - "Diogo Antônio Feijó", 14.
2. Afonso A. de Freitas - "Filiação, Puerícia e Adolescência do Padre Feijó" na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, XXIII,
3. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 55
4. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 241
5. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 30
6. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 85
7. João Lourenço Rodrigues - "Subsídios para a História do Ensino em Campinas", na Monografia Histórica do Município de Campinas, 391.
8. Afonso A. de Freitas - ob. cit. 90.
9. Afonso A. de Freitas - ob. cit. 90.
10. Celso Maria de Mello Pupo - "Campinas, Município no Império" 121.
11. Celso Maria de Mello Pupo - ob. cit. 187, 198 e 202.
12. Luís Gonzaga da Silva Leme - "Genealogia Paulistana" I, 245.
13. Luís Gonzaga da Silva Leme - ob. cit. I, 180.
14. João Lourenço Rodrigues - ob. cit. 391.
15. Mário de Andrade - "O Padre Jesuino do Monte Carmelo", 238/9.
16. A. Pompeu - "Os Paulistas e a Igreja" II, 56.
17. José Luís de Almeida Nogueira - "A Academia de São Paulo", IV, 135.
18. Antônio Cândido de Mello e Sousa - "Feijó" na "Folha da Manhã" de 14/1/1943.
19. José Lins do Rego - "O Padre Feijó" no "Diário de São Paulo" de 24/11/1942.
20. Lúcia De Tomasi - na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. LXXVII, 127.
21. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 91.
22. Ricardo Gumbleton Daunt - ob. cit. 50.

UM PAULISTA DO MARANHÃO

Transcorria o venturoso ano de 1938, e a "praça" de Santos, a maior exportadora de café, ^{tinha} a atividade que empolgava a lavoura paulista pelos preços que alcançava o seu mais volumoso produto de exportação, acima mesmo de outros do país, enquanto lavradores cafelistas, comissários de café e seus exportadores auferiam lucros remuneradores para a cultura, o comércio interno e a exportação que movimentava a capital do Estado de São Paulo, seu interior e estados limítrofes como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

A Bolsa Oficial de café em Santos, no seu belo palácio de clássica arquitetura, em esquina da rua Quinze de Novembro, pululava vigorosa como um coração moço a bombear o sangue para todas as veias do organismo brasileiro; comissários apressavam-se em vender os cafés dos "fregueses" apresentando ~~xx~~ suas contas de venda antes que novas altas permitissem ao fazendeiro supor que seus cafés haviam sido mal vendidos, enquanto especuladores compravam lotes diversos para suas ligas e revendas lucrativas.

Os fazendeiros de café, abonados com os bons preços do produto, folgavam com as suas fainas generosas, vendiam seus ~~maiores~~ cafés ou os guardavam para maiores lucros acumulando-os em suas fazendas para, além, transformá-los em montões de ouro. E não faltava dinheiro pois o Banco do Estado de São Paulo o fornecia ao fazendeiro mediante hipoteca-ouro, o que - pensavam os agricultores - com as ótimas futuras vendas, saldar dívida será o jubiloso porvir.

Mas, a treze de agosto de 1938, o "Diário de São Paulo" publicou artigo meu alertando a classe cafelista de um possível desastre se não houvesse preparação com melhoria da qualidade dos cafés e redução de preços que representaria uma guerra aos demais produtores. Exatamente um ano depois, agosto de 1939, o governo do estado não obteve empréstimos necessários para manter a errada defesa do café, parando suas compras na bolsa e provocando calamitosos prejuízos que levaram a lavoura do café à insolvência e à entrega de numerosas fazendas ao Banco do Estado credor e arruinando ~~uma~~

irremediavelmente uma legião de lavradores que se tinham feito no ramo desta atividade, homens honestos, trabalhadores com restritas atividades para outros ramos de trabalho, constrangidos agora à entrega de todos os seus bens em pagamento de dívidas.

Felizes foram aqueles que recorreram ao Serviço Científico do Algodão do Instituto Agrônomo do Estado em Campinas, do qual obtiveram orientação para a classificação de suas terras e o ensino do preparo do solo, sementes selecionadas e forma da semeadura, do combate às pragas, do trato completo, da colheita, e até do benefício e comércio; para estes voltou a bonança da lavoura lucrativa.

E tudo isto se deve ao Paulista do Maranhão que projetou desde a legislação criativa de um monopólio do Estado para a venda das sementes e demais normas de caráter orgânico para a realização completa do plano com trabalhos em Estações Experimentais do Governo e campos de cooperação de particulares, com apoio integral de um Secretário da Agricultura que, ~~se não há engano~~, era Luís Piza Sobrinho. ^{que substituiu o decreto de reforma do Inst. Agro, nº 7812 de 1935.} E do Paulista do Maranhão que se chamava Raimundo Firmino Cruz Martins, peço vênias ^{seu} colega Engº Agrônomo Popílio Angelo Cavaleri para transcrever a apreciação que fez do trabalho de Cruz Martins, pelo periódico "O Agrônomo", vol. 37 de janeiro-~~abril~~ -abril de 1985:

À palavra de um técnico, "pesquisador científico, engenheiro agrônomo", respeitável, probo e erudito, cabe lembrar de Cruz Martins que tanto se integrou na família paulista, casado com paulista e que foi em Campinas dos primeiros voluntários na formação do Exército Constitucionalista do movimento de 1932, deixando suas atividades e seu lar sem mesmo despedir-se da família, da própria esposa que ainda o foi alcançar dentro do comboio que o levou para a frente de combate.

A lavoura de São Paulo tão reconhecida aos esforços e realizações científicas de Cruz Martins, quiz manifestar-lhe seu reconhecimento e homenagem, oferecendo-lhe em julho de 1935, um banquete.

Desta homenagem fez o "Correio Popular" ampla publicação, iniciada pelo número do dia 7, fixando o dia 14 para sua realização. Dia 12 nova publicação de aderentes e dia 13 sobre a visita que fez a Campinas o Secretário da Agricultura, Luís Piza Sobrinho, dia 14 com notícia elogiosa a Cruz Martins, novas adesões, para a 16 divulgar o que foi o banquete e a íntegra dos discursos de saudação e o de agradecimento do homenageado, com referência aos demais de Tarcisio Costa pelos funcionários do Instituto; Silvino de Godói pela Associação Comercial e Galdino de Moraes Alves amigo particular de Cruz Martins.

Nesta homenagem presente o gerente do Banco do Brasil em Campinas, Carlos ^{Américo} de Arruda Botelho, que ~~na~~ mesa, ao lado de uma senhora, comentou estar com muita pena do Cruz Martins, ao que a senhora, surpresa, indagou: "com pena neste momento em que ele é glorificado, homenageado?" "Por esse mesmo motivo", justificou Arruda Botelho, "agora se manifestarão os invejosos"!

E Cruz Martins, o realizador que palmilhava constante na fazenda Santa Elisa ^{os} ~~se~~ seus canteiros de experimentação e cruzamentos; que percorrendo o interior do Estado visitava as culturas das fazendas Experimentais do Governo; visitava e orientava os campos de cooperação nas propriedades particulares que tinham contrato com o Instituto Agrônomo para produção de sementes; que ouvia e orientava a legião de fazendeiros que ~~se~~ o procurava na sede de seu serviço ou em suas viagens pelo interior, de sua vida de campo e gabinete cien-

~~entre que~~

+ excedendo a altura
de um homem

Algodão de grande porte⁹ abundante produção, sob orientação
de Cruz Martins, ~~+ (excedendo a altura de um homem)~~ ~~quase desaparecido~~ ~~desaparecido!~~

tífico sentiu a realidade das palavras de Arruda Botelho em sua inesperada remoção do campo para o asfalto da rua Quinze de Novembro em São Paulo. E deixou falar o próprio dedicado agrônomo em entrevista concedida em 1977 à sua sobrinha afim, Maria Helena de Mello Pupo:

Raimundo Cruz Martins, aos 78 anos de idade, totalmente lúcido, de um vigor mental invejável explicou em detalhes o seu trabalho: Nascido em Caxias, Maranhão em 1893, fez seu curso de agronomia no Rio de Janeiro, obtendo prêmio de viagem para os Estados Unidos, por ter feito o curso em primeiro lugar. Estudou Genética na Universidade de Mississipi e acompanhou experiências em algodão em diversas estações experimentais nos vários estados americanos. Nos estados do Sul, principalmente, trabalhou em diversos processos de seleção de algodão. Nortista que era, estranhava a diferença entre o tamanho da fibra de algodão do norte (até 32 milímetros), e de São Paulo (16 milímetros), que era curtíssima. A partir de 1924, já no Instituto Agronômico, iniciou um trabalho, que era repetido anualmente, de selecionamento de algodão, que foi até 1942. Conseguiu então produzir fibra de comprimento de 27 milímetros. As fábricas que não podiam usar o algodão de fibra curtíssima (16mm.), passaram a usar a de 27. A partir daí promoveu o cientista, a criação de variedades novas e estabeleceu um serviço científico até então inexistente. Promoveu também um serviço de orientação ao lavrador, para que pudesse plantar este novo tipo de algodão, padronizado por ele. Como consequência, sua descoberta impulsionou a indústria têxtil tanto, no que diz respeito à formação de um mercado interno, quanto externo. Em 1929, a terrível crise do café, só não teve proporções piores, em virtude desta alternativa de iniciar uma nova cultura: o algodão de fibra longa. Isto salvou da ruína não só muitos fazendeiros de São Paulo, como também do Brasil. Nesta ocasião, ou seja, em julho/1935, os fazendeiros já reabilitados da crise, ofereceram um almoço em homenagem ao cientista.

No entanto, este homem que continuou a desenvolver seu trabalho até 1942, teve a amarga surpresa de ver extinto neste ano o seu departamento, bem como sua transferência para São Paulo num cargo administrativo, que nada tinha em comum com a pesquisa científica. Recusou inúmeros convites para realizar trabalhos no exterior, com a esperança de poder prosseguir-los na sua própria terra, o que não ocorreu. Apenas em 1955, foi chamado pelo Governador recém-

eleito, Sr. Janio Quadros, que o convidou para seu secretario da Agricultura. Muito surpreso, Dr. Cruz Martins, que nem a menos votara no Dr. Janio, declarou-lhe não ser político e nem seu adepto. Em resposta, o governador disse que isto não interessava, pois o convite havia sido feito em função de sua atuação no serviço de algodão efetuado por ele no Instituto Agronomico de Campinas. Aceitando o cargo, diante disso, o Dr. Raimundo pôde pouco ou nada fazer de científico na sua condição de Secretario da Agricultura, posto a que logo renunciou por achar mais conveniente.

E os poderes oficiais ainda estão devendo a este paulista dos melhores, a homenagem da perpetuação de seu nome em placa duradoura e de visão pública.

oooo\$\$\$soooo

Ha cem anos, em 28 de julho de 1865, nascia em Campinas um menino filho das mais distintas famílias da Província. Seu pai/que ainda moço se prepara com o fito de ingrassar na Faculdade de Direito de São Paulo, dedicara-se ao ensino tornando-se professor estimadíssimo em Campinas e fundador e proprietário do primeiro internato masculino da região, instalado em propriedade rural conforme o hábito das famílias que residiam, todas, em suas fazendas.

Em certa época interrompeu o seu magistério para ser senhor de uma fazenda que, por dote, recebeu sua esposa. Coração profundamente generoso, o antigo professor não suportou assistir e dirigir a dura vida agrícola do escravo e devolveu a fazenda ~~para~~ ao sogro, voltando ao ensino no qual ele foi estremecido pelos seus numerosos alunos que nesse sentido se manifestavam muitos anos depois.

A mãe do menino, filha e neta de grandes senhores de engenho, atividade ~~depois~~ mudada para o café, faleceu em 1870 deixando o menino órfão aos cinco anos de idade, transmitindo-lhe também altas qualidades, pois era filha de um patriarca, pai de trinta e quatro filhos e tão bondoso e honrado que mereceu do ministro suíço Barão von Tchuldi que viera inspecionar a vida dos colonos de seu país, a referência de ser "de demasiada bondade".

Privado do carinho materno, passou o menino para a companhia de amorosíssima e dedicada tia materna. Nascido e criado em meio escolar teve sua cultura básica haurida dos ensinamentos do pai e dos professores do mesmo colégio, especialmente os trazidos das cidades maiores, alguns estrangeiros, cultos e com destaque na vida do ensino pátrio.

Quando adolescente, a sua família, em conselho, discutiu o seu futuro. O seu tio afim, marido da tia que dele cuidara m orfandade, era interessado no comércio de café em Santos onde tinha grandes amizades; o sobrinho poderia ser para ali encaminhado à uma vida em comércio florescente e futuroso. Seu avô paterno,

Também em Santos, havia sido abastado comissário de açúcar deixando à família um conceito honroso.

E para Santos foi o nosso mocinho onde iria trabalhar e continuar estudos adequados à carreira que iniciava e na qual cedo mostrou suas altas qualidades de caráter e inteligência. A firma do Comendador Manuel Antônio Bitencourt o acolheu com a consideração que merecia o recomendado de Campinas, para iniciar em posição modesta como se usava então, tempo em que a ascensão às altas posições se fazia pelo mérito e não pelo protecionismo.

Logo estimado na nova terra, tendo por antepassados homens públicos servidores da coletividade, ao atavismo juntou o exemplo dos maiores no seu bondoso coração, para nascer-lhe um idealismo sadio, um profundo sentimento de solidariedade humana, um bem querer ascendido à coletividade e um espírito público dos mais elevados. Não demorou para participar da fundação e organização da "Boêmia Abolicionista", o grupo de moços que propagava as ideias da libertação dos escravos e protegia estes infelizes foragidos em Santos que se tornou a cidade dos libertos legal ou irregularmente.

Trata desta "Boêmia Abolicionista" a história de Santos escrita por Francisco Martins dos Santos, registrando os nomes de seus fundadores. Este grupo de moços protegia todos os escravos fugidos, sustentava-os, alforriava muitos num generoso sentimento cristão. Sua atuação tornou-se notável não só pela dedicação dos moços componentes, como pela repercussão dos seus trabalhos que logo empolgaram toda a sociedade santista e até as ~~suas~~ suas autoridades.

Tudo faziam os moços da "Boêmia"; de uma feita obtiveram do grande tribuno Lopes Trovão, uma conferência no Teatro Guarani, ainda existente na Praça dos Andradas, espetáculo que ~~em~~ constou também de ato dramático representado pelos moços transformados em amadores. Das entradas pagas reuniram o preço de um escravo filho de escravo mas de tez branca, que no mesmo espetáculo, no palco, recebeu a carta de alforria. O moço campineiro foi um dos organizadores e um dos atores como sempre fazia.

As ideias republicanas espalhavam-se pelo país e Santos se tornou logo um reduto dos adeptos da nova forma de governo. Moços, ávidos das coisas novas, deram logo seu apoio ao grupo dos batalhadores, fazendo do campineiro um republicano histórico.

Por esta altura de sua vida, já com 22 anos de idade, preso aos sentimentos de uma jovem de 17 anos, o moço pensou em seu futuro. Aqui paramos e umidecemos os olhos ao fazer a leitura de sua carta dirigida à tia campineira que o acariciou na orfandade, para com submissão e apreço pedir licença para casar-se; e dizia falando de sua pretendida: "é virtuosa em extremo, muito modesta, tem bastante amor ao trabalho, possui magnífico coração e pertence à uma respeitável família muito considerada aqui".

Casou-se em 1888 e teve catorze anos de ~~de~~ felicidade em seu lar. Neste período que foi tabalhoso, suportou a febre amarela que o obrigou a viver algum tempo em Jaú, voltando a continuar sua vida já constituída na cidade litoranea; cedo construiu seu patrimônio, moral no conceito firmado e material em bens constituídos de numerário, terrenos e da fazenda São Luís na hoje cidade Itapuí, antiga Bica de Pedra, conforme inventário que teve o ~~me~~ poeta Vicente de Carvalho por advogado, feito após o falecimento de sua jovem esposa em 1902. Então, era interessado em firma commissária de café.

Casou-se segunda vez em 1904, com prima irmã de sua primeira esposa e passou a dividir sua residência entre Santos e São Paulo, tendo dos dois casamentos sete filhos, além dos falecidos na infância.

Recusando - invariavelmente - cargos públicos, teve ininterrupta atividade nas lides republicanas. Participou de uma ~~xi~~ dissidência no Partido Republicano e foi um dos fundadores do Partido Municipal em oposição até o conagraçamento que fez chefe da política de Santos o seu companheiro e amigo Antônio da Silva Azevedo Júnior, depois deputado e senador estadual.

Homem de grande visão previa para a Praia Grande, então completamente deserta, o gigantesco futuro que hoje estamos assistindo. Adquiriu ali enorme área de terras, mais de trezentos

alqueires, com boa frente para o mar, cortadas pela estrada de ferro de Santos a Itanhaem. Seguro do futuro da região obteve licença e construiu à sua custa, uma estação que foi chamada Pedro Taques e junto a ela a primeira casa do local, projetando e fundando uma povoação hoje existente. Nas terras internas da propriedade possuiu grande bananal com ~~scios~~ ^{scios} que lhe foram ingratos e lhe causaram grandes dissabores.

À sua atividade, constante vigilância e movimentos de divulgação, deve-lhe a Praia Grande o abreviamento da chegada do progresso que empolga esta maravilhosa faixa litoranea do nosso Estado. Juntando-se à classe dos proprietários bananicultores foi ativo e dedicado em sua sociedade, como tinha sido na Associação Comercial de Santos, o órgão que reunia e defendia o comércio de café, do qual foi um dos mais perfeitos conhecedores e classificados da praça.

Vemo-lo ainda no seu constante otimismo, no seu entusiasmo por São Paulo, na sua segurança de que a capital do Estado ainda seria a maior cidade do mundo. Jovial, de cativante gentileza e irradiante simpatia, bonito e educado, usufruía de sólidas amizades de amigos leais, não se livrando, porém, de maus inimigos contrariados com o seu alto espírito de justiça que ele sobrepunha a qualquer interesse, a qualquer sentimento que devesse ser contrariado.

Enamorado da natureza, amante dos livros, tinha prazeres literários e musicais que o deliciavam nas horas de lazer. Verdadeira e profundamente caridoso, nunca recusou auxílio aos necessitados, distribuindo-o muitas vezes com sacrifício mas sempre na clausura da modéstia que o caracterizava. Exemplaríssimo chefe de família por ela se sacrificava sem o menor queixume, sempre bondoso, sempre carinhoso e complacente, vendo na união dos seus filhos a sua própria felicidade.

Este cidadão útil servidor da sociedade, magnânimo para com seus semelhantes, extremado para com os seus filhos, e que ora faria cem anos de nascimento, campineiro que amou e honrou o seu berço, chamava-se Luciano Pupo Nogueira e era meu pai.

A FAZENDA DO EMBOAÇAVAL

De terras produtivas, teve esta fazenda um anterior proprietário, Afonso Sardinha, personalidade de grande evidência na vida da capitania, e de quem vários historiadores trataram.

"Foi Afonso Sardinha o primeiro que teve em São Paulo trapiches de açúcar, de que pagava ~~dixxitas~~ grandes direitos ao Rei, na sua fazenda de cultura no sítio de Ubatatá junto do rio Jurubatuba (que agora se diz Rio dos Pinheiros) em 1607, e nesse tempo teve de sesmaria mais terras e matos correndo o rio abaixo, desde o lugar da aldeia dos Pinheiros", ~~de~~ "Das minas de Santa Fé e Jaraguá extraiu tanto ouro, que, quando faleceu, declarou no seu testamento possuir 80 mil cruzados em ouro em pó" (1), diz Azevedo Marques.

"Aos 30 de setembro de 1592, Afonso Sardinha é eleito pelos "Homens Bons" e oficiais da Câmara de São Paulo, capitão da segunda guerra contra os selvagens do sertão" (2), como assegura Aureliano Leite (3).

E Roger Bastide, tratando da escravatura negra, escreveu: "Só podemos ter certeza quanto ao aparecimento do primeiro africano em São Paulo a partir de Afonso Sardinha, o qual tinha um navio fazendo o roteiro de Angola. E esse aparecimento liga-se à primeira tentativa de mineração em São Paulo (minas do Jaraguá) e não à cultura da terra, como no Nordeste (4).

Valemo-nos agora de Afonso d'Escragnole Taunay: "Grande comerciante e capitalista, grande proprietário e lavrador, mineirava ouro no Jaraguá, fabricava e exportava marmelada, a ponto de poder fornecer, de uma remessa, com caixotes, e negociava grandes partidas de farinha, sal e açúcar". ^{era} ~~nos~~ "Pinheiros onde "assistia" o creio da época Afonso Sardinha" (5). "Em seu testamento narra Afonso Sardinha que à África portuguesa mandara o sobrinho Gregório Francisco buscar escravos "peças do gentio de Guiné" (6).

Sua casa rural era a atual "Casa do Bandeirante" que antes da retificação do rio Pinheiros, estava junto à sua margem direita (fig. 1) ~~em~~ construção de taipa; possuía outra nesta fazenda, de pau-a-pique, certamente fora de terras alcançadas pelas enchentes, e que figura no inventário de ~~sua mulher~~ Escolástica de Godói. Da cidade a esta fazenda, era fluvial o transporte com embarque no sopé da ladeira do Carmo, segundo Adolfo Augusto Pinto, no embarcadouro do Tamanduateí "então o Porto geral da povoação"; navegando-se rio abaixo até a confluência ~~com~~ o Tietê, no qual "rio acima, alcançava-se a Conceição dos Guarulhos, São Miguel e Itaquaquecetuba. Navegando o rio para baixo, ~~asdfghasdddfghjklxzxvbnm~~ tocava-se primeiro no sítio de Nossa Senhora da Esperança, com aldeamento fundado por Manuel

Desde a primeira metade do século dezesseis, vinha o Brasil sendo campo de incursões dos franceses interessados em comerciar com pau-brasil, burlando a legislação e a vigilância da metrópole portuguesa. Historia Simonsem, que a "França, muito mais populosa que Portugal, apresentava nessa época, com suas indústrias nascentes, um mercado fértil não só para as madeiras tintoriais, como para as especiarias. Daí, as investidas dos franceses ao comércio com os indígenas do Brasil. Não disputando a terra aos autóctones, procuravam agradá-los ~~em~~ quanto possível, por intermédio de hábeis intérpretes, que aí deixavam, facilitando a obtenção dos produtos que ambicionavam" (12).

Relata Jean de Léry, que "nas índias pertencentes ao rei de Portugal ex veteri occupatione, não deseja este rivais, nem mesmo que as costas sejam visitadas por súditos de potências estrangeiras. O normandos, bretões e picardenses que estiveram no Brasil, foram muito hostilizados, o que deu margem a amargas representações da França contra Portugal", os quais visitavam "Cabo Frio, enseada e porto dos mais conhecidos dos navegadores franceses" (13).

Latif, em seu ~~trabalho~~ trabalho sobre a cidade do Rio, diz: "continuam os mercadores franceses tranqüilamente a visitar a região". "Querem apenas comerciar". "Os marinheiros normandos e bretões voltam sem grandes tesouros, mas tornam-se heróis do grande oceano". "No cais de Saint-Malo e do Havre, todos querem se inteirar das novidades e cercam os lobos do mar" (14).

Conta Silva Leme ~~(15)~~ seguindo Pedro Taques, o primeiro a historiar a prisão de Gurgel, que na repressão a uma dessas incursões, o capitão João de Sousa Pereira Botafogo se destacou, como "este Botafogo era destemido e de reconhecida nobreza, foi feito capitão de uma das canoas e mandado a Cabo Frio a impedir o contrato de pau-brasil com que os franceses estavam comerciando. Foi tão feliz nessa empresa que, pelejando com valor e ousadia com os franceses, conseguiu vencê-los, fazendo prisioneiro, entre outros, a Tucen Gurgel cabo de toda a armada, valoroso francês, que foi levado ao Rio de Janeiro e foi o tronco dos Amarais Gurgéis daquela cidade, e que depois se espalharam em São Paulo", (15).

O local, Cabo Frio, e o posto de Gurgel, condizem com o ensino do historiador João Ribeiro ~~(16)~~ sobre o feito dos portugueses no governo de Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro até 1570; tomaram eles em Cabo "rio, uma nau francesa de "duzentos tonéis", com esquadrilha de canoas, curiosa organização adotada pelos portugueses, "extremamente móveis, invenção dos selvagens" "que operavam com êxito à noite, quase sem vulto e só percebidas pelo inimigo tardiamente" (16).

6

A prisão de Gurgel estará, portanto, em torno destes fatos, em ligação com estes nomes, mas em época incerta (1564, diz Roque Luís de Macedo Leme da Câmara) (17). Devemos distinguir os navegantes franceses católicos, comerciantes de pau-brasil em Cabo Frio, dos calvinistas que quiseram criar sua colônia no Brasil; estes quando prisioneiros, não eram poupados. (18).

Vieira Fazenda (19) diz que Gurgel faleceu antes de 1631 com mais de oitenta anos; Rheingantz (20) afirmando que ele nasceu no Havre, fixa sua morte em 1625. Aceitando-se esta última data e a idade de oitenta e dois anos, haveria de ter nascido em 1543; se foi preso com 27 anos como diz Fazenda, esta prisão ter-se-ia dado em 1570, o que corrobora com o relato de João Ribeiro. Casou-se Gurgel em 1598, com 55 anos, e a noiva talvez com 20 como era hábito na antiguidade; é o que se pode concluir das afirmativas e da documentação.

Diz Heitor Gurgel (21) sem indicar o fundamento de sua afirmativa, que Toussaint recebeu de um padre as ideias calvinistas; não cremos que ele se tenha tornado calvinista, pois então não teria escapado à pena máxima e, igualmente, ele protestante, em época de acirrada paixão religiosa, não se teria casado em nobre família da terra, gente profundamente católica, não teria batizado os filhos como consta dos arquivos religiosos e não teria um filho, netos e mais descendentes, sacerdotes católicos. Assim admitimos que ele tivesse sido encarregado do comércio de pau-brasil, como muitos franceses que não eram os criadores da França antártica.

Gurgel prisioneiro, entendeu-se bem com os seus vencedores, casando-se com brasileira para se tornar o tronco da velha e vasta estirpe de Amaral Gurgel, apelidos ambos de origem nobre, sem o que não ^{de}teria^{nt} transmitido, só por linha feminina, ~~estes nomes~~, superando a influência dos demais, perpetuando-os e espalhando-os com grande descendência.

Gurgel, que tem o seu prenome citado de várias formas, Tasse, Tacem, Toussem, Touvem, (Toussaint, diz Vieira Fazenda) mas invariavelmente e por todos os historiadores, o francês de alcunha e nacionalidade, viveu no Rio de Janeiro, segundo, ainda, Vieira Fazenda e Afrânio Peixoto:

"Mau grado a vigilância dos Governadores, continuavam os franceses a fazer em Cabo Frio o contrabando de pau-brasil. Um certo Toussaint Gurgel, foi apanhado em flagrante e preso por João de Sousa Pereira Botafogo. Gurgel fixou residência nesta cidade. Residia na rua do Gadelha (Ouvidor), do lado direito, acima do beco de Francisco Barreto (hoje das Cancelas), com fundos para a rua de Domingos Manuel (Rosário). Faleceu antes de 1631. Fora casado com D. Domingas de Arão Amaral. Teve muitos descendentes, que se espalharam por vários pontos do Brasil" (22).

Gurgel, como francês e como fidalgo, transmitiu brasão de armas a seus descendentes; assim, deveria ter em França família ~~xxk~~

7
conhecida. Buscando identidade de nomes e de armas, demos em Rietstap, prancha LXXVI, com os de Gourgues que ostentam em campo azul um leão de ouro, estirpe também registrada por de La Chenaye-Desbois et Bardier em seu "Dictionnaire de La Noblesse", com os componentes Dominique de Gourgues falecido em 1593 (23), notável em feitos de guerra marítima; Marc-Antoine de Gourgues, Armand-Guillaume-François de Gourgues, todos com o símbolo de sua família, "d'azur, ao lion d'or, armé et lampassé de gueules".

E o nosso Gurgel, o Francês, com seu leão por armas, seria de um ramo da estirpe dos de Gourgues, apelido que, pela impossibilidade de pronúncia perfeita pelo povo, derivou para Gurgel, tendo passado pelas formas aportuguesadas de Gurgué (com é aberto) Gurgé e, finalmenete, Gurgel, talvez concorde com o desejo do portador do nome, pois muitos nobres, então, procuravam esconder sua origem na época e na terra da promiscuidade pela sobrevivência e enriquecimento. Se Gurgel fosse o seu primitivo nome, a pronúncia francesa o teria transformado em Guirgel e não em Gurgel que deveria ter a raiz Gour, como indica o relato de Heitor Gurgel (24) sobre Aires Joaquim do Amaral, do ramo de Moçambique, que ao se casar com a francesa Denise Rogierre, mudou a grafia do seu apelido para Gourgelt, assim como o i^{nt}confidente Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, exilado ainda em Moçambique onde chegou em 1792, lá deixando descendentes de apelido "Gourgel". Com outra aparente origem, não se identificam brasão e apelido conjuntamente.

Sanches de Baena (25) dá início à família Gurgel em Cláudio Gurgel, dizendo que pelo seu irmão José passou ao Brasil. Inversamente deve ser historiada, pois, ^{formou-se} ~~formou-se~~ no Brasil com origem francesa e depois passou a Portugal; no Brasil cresceu, espalhou-se, engrandeceu-se para ter hoje eminentes figuras de projeção das mais ilustres na vida do país.

Não caberia em nosso trabalho maior desenvolvimento na descendência do casal tronco Amaral Gurgel, trabalho genealógico que se tornaria vastíssimo, já que esta família alongou seus ramos por todo o Brasil, com brilho invulgar de muitos deles; Amaral Gurgel espalhou-se pelo país e hoje, com surpresa, vamos encontrá-lo onde menos esperamos registrar seus descendentes.

Pequena referência permite aquilatar o vigor desta estirpe nascida do casal Toussaint-Domingas; segundo autores e as cartas de brasão que citamos, foram suas filhas: Mécia de Arão Gurgel casada com José Nunes da Silva; Ângela de Arão do Amaral casada com João Batista Jordão; e Antônia do Amaral casada com João de Azevedo Rocha. Mas as obras de Heitor Gurgel e Carlos G. Rheingantz, precedidas de buscas, nos facultam os nomes de seis filhas e um filho que se fez padre; das filhas ficou numerosa descendência, perpetuando, mesmo pelas linhas femininas, os apelidos de Amaral Gurgel.

Amaral Gurgel é nome que se gravou no berço do Rio de Janeiro; seu signo de família transpôs umbrais da casa paterna para se espalhar pelo Brasil, buscar longínquas paragens onde se repetisse o eco de sua grandeza e firmasse pendões de patriotismo, de benemerência, de talento, de cultura e de civilização; engrandecido nas praias maravilhosas da Guanabara, passou a São Paulo com Bento do Amaral da Silva, filho de José Nunes da Silva e de Mécia de Arão Gurgel; neto paterno de Antônio Nunes da Silva e de Maria Jordão; neto materno Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, por quem foi bisneto de Antônio Diogo do Amaral e de Micaela de Jesus de Arão.

Como eram os velhos hábitos das preocupações genealógicas, os apelidos mais nobres prevalesciam na descendência sem cogitação das linhas masculinas ou femininas, uma vez que a legislação portuguesa as considerava com os mesmos direitos para transmissão da nobreza. Dos troncos citados, perpetuaram-se os apelidos Gurgel e Amaral, com alguma repetição de Arão, numa afirmativa incontestada do valor nobiliárquico deles, multiplicados e espalhados pela descendência que os elevou, especialmente os dois primeiros apelidos, a altos níveis entre as famílias brasileiras.

Dos Gurgéis, já tratamos antes; Amaral é nome de tradição da gente de Portugal, sempre a elevar os seus portadores de linha legítima; mas o bisavô de Bento do Amaral da Silva, Antônio Diogo do Amaral, era casado com Dona Micaela de Jesus de Arão. Este último apelido, de Arão, foi objeto de várias conjecturas dos genealogistas do Rio de Janeiro, Heitor Gurgel e Carlos G. Reingantz. O primeiro, Heitor Gurgel, perde-se em indagações sobre a origem do nome, se Daran não provém de um parentesco com Nicolau Durand (26).

Não nos parece haver dúvida de que Daran e de Arão, significam estropiamentos do apelido de Aran; entendemos que o nome primitivo era de Aran, como disse o segundo Cláudio Gurgel do Amaral, procurador da cidade de Lisboa, que era letrado (27); nome de família que teria sido adquirido de propriedade situada em vale espanhol, na fronteira da França, região que tem o nome Aran. O apelido de família se tornou de Aran e, aportuguesando-se, d'Aran, Daran e de Arão, usando os escrivães dos assentamentos, ora uma forma, ora outra, em igualdade de transformações sofridas por outros nomes

como de Antas que passou a d'Antas e Dantas. Tendo Micaela de Jesus de Arão uma possível origem vizinha da França, seria este um motivo para atrair Toussaint e, a nosso ver, sem nenhum parentesco com Durand e com outros invasores do Rio de Janeiro.

Bento do Amaral da Silva, depois de enriquecer mineirando ouro, fixou-se em São Paulo. Sobre ele pesou uma acusação injusta de Pedro Taques, avô materno do genealogista homônimo, acusação que não prevaleceu, pois teria Bento do Amaral obtido reparação que o beneficiou em seguida, isto em face das apreciações deixadas por historiadores de mérito, que não lhe regatearam elogios. Tais acusações teriam sido baseadas na singularidade do nome Bento do Amaral, usado multiplicadamente na família, com pequenas diferenciações, muitas vezes esquecidas. Bento do Amaral da Silva e seu irmão Francisco do Amaral Gurgel, eram primos de outros dois irmãos, Bento do Amaral Coutinho e Francisco do Amaral Coutinho.

Pedro Calmon ensina que Bento do Amaral Coutinho é o Bento do Capão da Traição e o herói contra os franceses (28). Em sua recente obra, Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, discorrem afirmando: "os numerosos documentos, inclusive o registro de Cartas de 1700 a 1712, do Arquivo Ultramarino, consultado anos a fio, exaustivamente, pelo criterioso historiador S. Suanes para escrever sua alentada obra OS EMBOABAS, dizem a "uma voce" que o indigitado autor da lendária mortandade (o adjetivo é nosso) do Capão da Traição chamava-se Bento do Amaral Coutinho, o mesmo que depois ajudou a defender o Rio de Janeiro dos franceses invasores. Além de Suanes, os historiadores João Ribeiro, Rocha Pombo, Manuel Galant, Jonatas Serrano e o Barão do Rio Branco, entre outros, afirmam que o autor da chacina e o defensor do Rio de Janeiro foram uma única pessoa e que se chamou Bento do Amaral Coutinho" (29).

Bento do Amaral da Silva se casou e se fez tronco dos Amarais Gurgéis paulistas que se espalharam pelo Estado, a começar pela capital, por Itu, de onde procuraram as terras novas de Campinas que adolecia. Como em outros locais, souberam continuar o nome herdado. Para Frei Adalberto Ortmann OFM, ao historiar a "Capela de São Francisco em São Paulo", era o sargento-mór ouvidor Bento do Amaral da Silva, "político vigoroso e pertinaz", "insigne ben-

feitor do convento de São Francisco, merecendo sepultura perpétua para si e seus descendentes na igreja conventual, do cruzeiro para dentro, debaixo da lâmpada", troço ilustre dos Amarais Gurgéis paulistas", que se "filidou à Ordem Terceira no fim da vida nela professando com sua mulher Escolástica de Godói, no dia de Santa Rosa de Viterbo, 4 de outubro de 1714". E este mesmo autor reproduz afirmativa de Diogo de Vasconcelos para quem "o ouvidor geral interino da capitania de São Paulo foi o descobridor das minas de Caeté" (30).

Para Pedro Taques, o fidalgo genealogista de São Paulo, neto homônimo do acusador de Bento do Amaral da Silva, era o sargento-mór "natural do Rio de Janeiro, da nobre família dos Amarais Gurgéis daquela capitania, onde sua distinção e nobreza é assaz conhecida, e continua a sua descendência em avultadas casas e senhores de engenho da dita cidade". "Foi o ouvidor e corregedor da capitania de São Paulo, por ausência do proprietário o desembargador João Saraiva de Carvalho. Teve grande tratamento igual ao fundo do seu cabedal. A sua casa foi servida com numerosa escravatura, criados mulatos, todos calçados, bons cavalos de estrebaria, ricos jaezes, excelentes móveis de prata e ouro e sendo bastantemente avultadas as baixelas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas. Tinha passado às Minas-Gerais no princípio da grandeza e fertilidade do seu descobrimento, e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal, que soube empregar em fazendas de cultura para o tratamento que teve de pessoa tão distinta. A sua fazenda foi no sítio de Emboaçava, margens entre o rio Tietê e Pinheiros" (31).

De Bento do Amaral da Silva, diz Azevedo Marques: "natural do Rio de Janeiro e morador em São Paulo, filho do Coronel José Nunes do Amaral (32) e de Dona Mécia de Arão Gurgel, foi cidadão muito considerado por suas excelentes qualidades e pela notável fortuna que adquiriu nas Minas Gerais, onde residiu alguns anos. Em São Paulo exerceu lugares importantes, como os de juiz, ouvidor e corregedor, por mais de uma vez. Retirando-se depois à vida privada, estabeleceu a rica fazenda denominada Emboaçava nas margens entre os rios Tietê e Pinheiros" (33).

Enquanto Silva Leme na sua monumental obra genealógica repete que Bento do Amaral da Silva "tinha passado às Minas Gerais no princípio da grandeza e fertilidade de seu descobrimento

e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal que soube empregar em fazendas de cultura para tratamento que teve de pessoa tão distinta" (34), Afonso d'Escragnole Taunay o inclui entre os "povoadores notáveis dos primeiros anos da mineração no território das Minas Merais" (35).

Como residência, mais de uma casa possuía o sargento-mór; a de São Paulo, localizada à frente da igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, na rua deste nome, era de taipa de pilão como as boas construções da época, de dois lanços (36), sendo um de sobrado com duas camarinhas, ^(36A) corredor, salas e demais cômodos, vasto quintal até a rua dos fundos, murado também de taipa e dividindo com o capitão Amador Bueno da Veiga e ~~Isabel~~ Isabel Pedroso. Na fazenda do Emboaçava (37), entre os rios Tietê e Pinheiros, possuía sua casa rural (38) com capela, altar e pedra d'ara, muitas imagens de santos de sua devoção, propriedade incluída, ao falecer o sargento-mór, na meação da viúva que dela continuou usufruindo até finar-se aos 6 de novembro de 1736 (39).

Seu mobiliário era faustoso na simplicidade da vida paulista do século dezessete e alvorecer do século dezoito: salas com bufetes de jacarandá, com pés torneados, molduras e gavetas; doze tamboretas (40), ou cadeiras, de couro lavrado, de pregadura e maçanetas douradas, ostentando nos espaldares os brasões d'armas do rico senhor; caixas de vinhático com gavetas e fechaduras com guarnições; outros bufetes, tudo feito na Bahia que era a capital do bom gosto e das manufaturas de requinte e luxo. Mais outros bufetes de jacarandá com gavetas, mais doze tamboretas, ou cadeiras, de couro lavrado, com espaldares também armoriados e de pregadura miúda "feitos na terra", o que quer dizer, feitos em São Paulo; outras caixas com fechaduras, toalhas de mesa de pano fino e guardanapos, coxins de damasco carmesim e veludo vermelho, cortinas de damasco vermelho forrado de tafetá amarelo com seus alamares, tapetes de Arraiolos e espelho com molduras de jacarandá.

Suas câmaras e alcovas não desmentiam a riqueza do fidalgo, com leitos de jacarandá torneados feitos na Bahia e com cortinados de primavera (41) "arrendados de prata"; colchas de damasco

13
vermelho e ouro guarnecidas com tafetá, colchas de chamalote azul, lençóis de linho, colchões de lã e grandes almofadas arrendadas; caires de jacarandá torneado ou "feitos na terra" e toalhas "de água à mão arrendadas".

E todo este acervo de móveis, tinha seu modelo em Portugal, era mobiliário português do século dezessete, como ensinava Wasth Rodrigues: "entendemos que se pode dizer mobiliário luso-brasileiro, mas não estilo luso-brasileiro, à semelhança de estilo indo-português, uma vez que não houve no Brasil uma contribuição equivalente à da Índia. O estilo português foi adotado no Brasil com a máxima fidelidade, poucas peças existindo entre nós que não tenham irmã gêmea em Portugal". "Dominava então em Portugal, a cadeira com espaldar e assento de sola lavrada, a mesa de grossos torneados, os contadores de molduras tremidas ou de ornamentação indiana, as caixas ou arcas já com guarnições de tremidos e bela ferragem recortada e vazada à maneira mudéjar ou em desenho oriental" (42).

Para a esposa tinha Bento do Amaral o palanquim (43) pintado, guarnecido de cortinas de seda vermelha forradas de tafetá carmesim com seus alamares, palanquim em uso até a morte da viúva. Todo o luxo continuava no guarda-roupa do sargento-mór fidalgo, com casaca de veludo forrada de primavera azul com ramos brancos e calça de veludo; vestia (44) de brocado branco guarnecida de ouro; casaca de pano pardo; capa, casaca e calça com vestia de seda; capa, calça e vestia de seda, tudo com golas de ouro; e mais adornos sem faltar a cabeleira de estilo e a espada de punho de prata.

Muito ouro, muita prataria, vários imóveis rurais, armas, numerosa escravatura e criados, "todos calçados", peças de administração (45), animais cavалares com ricos jaezes e numerosas éguas de criar, muares, gado vacum, inúmeras dívidas ativas e nenhuma passiva, compunham sua vultosa fortuna, verdadeira fábula para a pacata cidadezinha que era o modesto São Paulo.

TAMBORETES, BUFETES E TAPEÇARIAS

Com duas dúzias de tamboretas, como se descreve

no inventário, notamos nos seus arrolamentos a falta de cadeiras. Não as possuiria o rico ouvidor geral? Por algum tempo percorremos a literatura histórica sobre nossa vida nos séculos dezessete e dezoito, mas só novas leituras do próprio inventário chegaram a nos fazer duvidar do significado do termo tamborete, parecendo-nos estranho que homem tão rico não possuísse cadeiras e usasse em sua casa vinte e quatro tamboretas, designação que se poderia aplicar a pequenos bancos como hoje se designam, mas que no inventário vêm avaliados por altíssimo preço em confronto com outros valores da época. Mais uma estranheza está na descrição de doze tamboretas "com pregadura e maçanetas douradas".

Não estaria em nível da época o valor dado aos tamboretas na avaliação, se objetivasse pequenos assentos: os doze mais antigos valiam, cada um, dois mil réis, e os mais novos quatro mil réis por unidade, isto em 1719. Tal observação se completa, comparando-se estes valores com os comentados por Afonso d'Escragnole Taunay, de bens deixados por Sebastião Fernandes do Rêgo, em 1740:

☉☉☉:

"magnífico mobiliário se descreve no rol compreendendo peças de primeira ordem, de altíssimo preço para o tempo".

"Assim, por exemplo: Hua dúzia de cadeyras grandes de encosto de sola lavrada com pregão dourado em bom uso que foi vista e avaliada em três mil e duzentos réis". (46).

Se em 1740, de "magnífico mobiliário", "peças de primeira ordem", eram cadeiras avaliadas em três mil e duzentos réis cada uma, como admitir pequenos bancos, em 1719, valendo dois e quatro mil réis cada um? Não resta dúvida^{de} que cadeiras rasas de couro lavrado, sem braços, eram chamados tamboretas, como nos confirma um dicionarista. E valemo-nos de Frei Domingos Vieira, do seu "Tesouro da Língua Portuguesa" (47), utilizando seguramente o que pertence ao frade, uma vez que, à evidência, distingue-se-lhe a redação das letras adventícias, possibilitando o aproveitamento do seu saber de arcaísmos. Tamborete para este filólogo é "cadeira rasa, sem braços; tem espaldar à diferença dos mochos, que são rasos de braços e espaldares". Podemos entender que o ouvidor usava, no luxo de sua casa, vinte e quatro cadeiras, ou "doze tamboretas feitas na terra, com pregadura miúda e algum uso" e mais "doze tamboretas feitas na Bahia, com pregadura e maçanetas douradas".

O maior uso das doze primeiras cadeiras "feitas na terra", é evidente no desgaste da travessa horizontal anterior que servia de suporte para os pés de quem nelas se assentava, e ainda o

15
maior desgaste no couro do assento, bem visíveis na figura 2. As doze cadeiras feitas na Bahia, possuíam, conforme inventário, maçanetas douradas, desaparecidas e substituídas por botões de madeira de época, indiscutivelmente, menos afastada, como se constata em atento exame. Na forma já exposta, do tipo destas feitas na Bahia, não só o ouvidor as usava, pois nas coleções da Cúria Metropolitana de São Paulo e do Museu Paulista, encontramos mais outras, de idêntico estilo e época, brasonadas ou não, do luxo contemporâneo.

Deixando os tamboretos pelos bufetes (ou bofetes como diziam os avaliadores de antanho) podemos registrar o que, ainda vigoroso nos seus noventa anos de idade, contava o nosso parente Roberto de Campos Bicudo, de seu avô e nosso bisavô, Pedro de Mello e Sousa, fazendeiro em Indaiatuba, falecido em 1899, para quem se não usava habitualmente o vocábulo mesa; em sua casa só havia bufetes, o que indica a generalização do nome às mesas comuns de hoje; no inventário de D. Maria Pacheco de Sousa Meneses, ou "Maria Pacheca", em 1767, foram avaliados "bofetes redondos".

2,20
1.7600
2.27
1.54
Mas, vinha este nome de dois e mais séculos passados, quando tais móveis se caracterizavam pelos torneados e tremidos; e o ouvidor os possuía finíssimos: um de "jacarandá, com quatro gavetas com fechaduras", "de pés torneados e molduras", de oito palmos de comprimento, ou seja um metro e sessenta e seis centímetros, feito na Bahia e avaliado por 25\$000; outro também de jacarandá, de sete palmos de comprimento, ou um metro e cinquenta e quatro centímetros, com duas gavetas; um terceiro ainda de jacarandá e com duas gavetas e igual comprimento de um metro e cinquenta e quatro centímetros, e, finalmente, mais um bufete de jacarandá do qual não encontramos descrição detalhada. Para tais bufetes, tinha as "toalhas de mesa de pano fino".

"O bufete, que é uma mesa de mais amplas proporções, constitui também uma peça muito interessante. A forma é a retangular, as dimensões são duplas das de uma mesa ordinária. Os tremidos dominam na caixa; fazendo-se notar, dessa forma, no rebordo da tampa e nos espelhos e molduras das gavetas", "com seis e oito pernas primorosamente trabalhadas" (48)

É o que sobre este móvel nos ensina Adolfo Morales de Los Rios Filho. ~~(48)~~. E Alexandre Herculano, ~~(48)~~, o grande clássico e historiador português, confirma a terminologia da época neste relato elegante:

"Em uma quadra das que serviam de aposentos reais no mosteiro da Batalha, à roda de um bufete de carvalho de lavor antigo, cujos pés, torneados em linha espiral, eram travados por uma espécie de escabelos, que pelos topos se embebia neles, estavam assentadas várias personagens daquelas com quem o leitor já tratou nos antecedentes capítulos. Eram D. João I, Frei Lourenço Lampreia e o procurador Frei Joane. El-rei estava à cabeceira da mesa e no topo fronteiro o prior, tendo

16
à sua direita Frei Joane". "Em cima do bufete estava estendi-
do um grande rolo de pergaminho, no qual todos os olhos dos
circunstantes se fitavam" (49).

Percorrendo inventários contemporâneos ao sargen-
to-mór ouvidor, e anteriores, raramente encontramos referências a me-
sas. Sobram, entretanto, as toalhas "de mesa", as "sobre-mesas" que
eram também cobertas de mesas, e os bufetes comuns nos usos seiscent-
tistas e século seguinte (50).

Com referência aos tapetes de Arraiolos, adornos
luxuosos e caros do potentado paulista, é Júlio Dantas ~~o~~ quem nos
esclarece para fazermos juízo sobre os que possuía o ouvidor:

"A curiosa exposição do Carmo, veia, ainda uma vez, chamar a
atenção dos arqueólogos". "Estão ali representadas todas as
épocas e todas as formas da produção tapeceira de Arraiolos:
os primitivos tapetes de sobre-arca da indústria caseira do
século XVII, floridos de motivos ingênuos e populares; as
suntuosas peças eruditas de 1700, de caráter acentuadamente
persa" (51).

Pelo início do século, havia em casa de antiga família paulista, uma cadeira diferente do mobiliário (fig. 2), toda de couro, assento e espaldar inteiriços, lavrados com desenhos e folhagens, impressionando a curiosidade infantil pelas suas características próprias. As "pessoas grandes" da casa ensinavam, e exigiam mesmo, respeitoso cuidado ao móvel vetusto; tinha sido de avoengos e constituía venerável tradição de família; havia transcorrido vidas de vários possuidores, todos da mesma estirpe, para ser ali estimada em casa patriarcal cujo chefe mantinha ilibados os dotes de caráter e dignidade, herdados dos seus maiores e por ele cultivados na aspiração de transmitir aos seus descendentes o próprio "de puritate ~~xx~~ sanguinis", indissoluvelmente ligado, para a perpetuidade, à pureza dos princípios morais. Era uma das cadeiras do ouvidor que hoje já tem percorrido sete gerações e maior número de possuidores, ostentando em nobre espaldar, o mais antigo exemplar armórico dos Amaraes Gurgéis do São Paulo capitania, lavrado na riqueza de folhagens e arabescos com arte e maestria, em solado próprio, para a perpetuação ~~do símbolo~~ da família, ora espalhada por todo o Brasil com feitos históricos, realizações beneméritas, lauréis de ciência e louros acadêmicos, sublimação religiosa, lustre dos mais caros entre as velhas e grandes famílias brasileiras.

A cadeira, cognominada, entre familiares, "cadeira do Ouvidor", pela sua origem, ou "cadeira do Padre Melchior", é puro século dezessete: a parte de madeira, de jacarandá, foi aparelhada a enxada o que indica ter sido feita onde a marcenaria se aperfeiçoara, na época, como muitas artes, pelo profundo amor ao trabalho pelo próprio trabalho, pela dedicação do artífice que punha toda a alma na sua obra, lutando, porém, com a indigência de ferramentas apropriadas e aperfeiçoadas.

As peças da cadeira, encaixadas e que se seguram com as tradicionais cavilhas, são simples e lisas como permitiam os recursos locais, constituindo o arcabouço destinado a suportar o couro lavrado no qual se concentrou o gosto artístico e toda a decoração do móvel. O assento e espaldar de couro lavrado, com tachas douradas, se a parte de madeira é uma armação lisa, são eles de fino labor de artista hábil, trabalhados com arte e exuberância de graciosos detalhes que pela generalização vieram empolgar a sensibilidade artística dos habitantes de Portugal e de suas províncias de ultramar. Era uma das cadeiras "feitas na terra com pregadura miúda e algum uso" ~~(fig. 1)~~ ou um dos tamboretos, como disseram os louvados no inventário.

O couro lavrado desta cadeira, pela perfeição e bom gosto, afigura obra do Reino; seria, então, apuramento do maior luxo exibido no Brasil. Porém, em São Paulo, em meados do seiscentismo, já havia produção de tais obras de arte, como nos conta Taunay, citando o inventário de Pedro Fernandes, processado em 1653:

"diz o arrolamento de sua oficina que applicava arrumações de cadeiras de estado, dispondo de instrumentos, numerosos e variados, para a lavragem dos respectivos couros" (52).

O luxo das peças feitas em São Paulo daria lugar a maior luxo nos móveis feitos na Bahia, como também em suas casas usava o rico filho do "poverello" de Assis. E da documentação aqui citada apuramos que duas eram as mobílias de sala do sargento-mór ouvidor, compostas, cada uma, de doze cadeiras de couro, ou tamboretas na linguagem da época. Doze feitas na Bahia "com pregadura e maçanetas douradas" e "doze feitas na terra com pregadura miúda e algum uso". Destas doze "feitas na terra", já descritas, existem duas; seu trabalho em couro, muito perfeito, é de mais gosto, porém menos delicado que as doze feitas na Bahia cuja lavragem é de lavor finíssimo; são mais amplas nos seus assentos, de espaldares baixos também brasonados, differindo das primeiras, especialmente na menor altura dos encostos e nas dimensões que se avantajam em largura e profundidade, início de uma tendência característica das cadeiras do tempo de D. João V e, portanto, na época, mais modernas que as suas congêneres paulistanas (fig. 4).

Todas as cadeiras ostentam os brasões d'armas dos Amarais Gurgéis, como se um só modelo tivesse servido aos diferentes artistas quando gravaram a pala dos Gurgéis, dando esta circunstância um consolidado valor probante aos documentos armóricos que tais móveis significam. O brasão de Amaral gravado erradamente (só pela metade) na mobília "feita na terra", foi corrigido na de confecção baiana, com os seis crescentes.

A existência hoje destas cadeiras do Sargento-mór Bento do Amaral da Silva, deve-se a cuidados de particulares em cujas mãos se conservam duas das feitas na terra; uma, feita na Bahia, pertence ao acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, todas identificáveis pelos detalhes descritos no processo de inventário, e pelo brasão gravado no espaldar, sendo que as "feitas na terra" nunca deixaram a propriedade de descendentes do Sargento-mór Ouvidor.

A HERÁLDICA DAS CADEIRAS

A heráldica portuguesa, esplendente nos reinados de Dom João III e de Dom Manuel, e sempre na finalidade de simbolizar a nobreza, atravessou anos e gerações, da ostentação dos torneios de outras eras, a brilhar em portadas e mobiliários com efeito decorativo que se enriquecia na opulência dos atributos armóricos, para nos dar preciosos documentos de arte e simbologia. Dos poucos móveis do seiscentismo, chegados até nós, impressiona a proporção das peças brasonadas, indicando, bem claramente, como já dissemos, o cuidado dos nobres em representar suas origens com a reprodução armórica. Então, já enriquecidos ramos cadetes de famílias nobres, que sem fortuna haviam deixado os seus lares europeus, geralmente território do glorioso Portugal, estadeavam o seu luxo adornando suas moradas com o uso de símbolos heráldicos gravados como nos saudosos solares paternos de tradição e nobreza. Assim, peças armoriadas do seiscentismo, atestando o fausto de casas nobres, enriquecem uma história familiar e centralizam relatos que, de avós em avós, chegam a nossos tempos (Fig. 24).

Ao fazer a leitura do brasão estampado (figs. 3 e 5) nestes móveis seculares, damos com o escudo partido para a perpetuidade de símbolos de duas estirpes: 1º o dos Gurgéis, 2º o dos Amarais, disposições que representam ou a varolinidade ou a importância da ascendência (53). Das armas dos Amarais reproduzidas só pela metade na mobília paulista, erro comum de artistas antigos que executavam a partição do escudo estendendo-a ao brasão a ser reproduzido, nada temos a dizer, sem embargo da curiosa forma dos crescentes invertidos e com pitorescos perfis humanos da velha e ingênua representação gráfica das meias luas. A iconografia do brasão dos Gurgéis, porém, exige alguma explanação, mesmo por ser a heráldica pouco versada em nosso país.

A principal figura do brasão de Gurgel é o leão rampante, contrariando armoriais luso-brasileiros que a indicam como leopardo passante. E nenhuma dúvida oferecem os desenhos, nenhuma confusão possível com um leopardo, figuras distintas de forma inconcussa na universal legislação heráldica.

Em Portugal e, portanto, no Brasil, pela palavra abalizada de Armando de Matos, se esclarece que leão "não se representa de frente, mas de perfil, seja qual for a posição que tomar, enquanto leopardo sempre se representa com a cabeça de frente" (54).

Em França, para onde ainda vamos voltar a nossa atenção, P. B. Gheusi ensina que "le léopard est un lion modifié en quelques-uns de ses attributs essentiels. Il a toujours la tête de face et laisse pendre sa langue sur la lèvre inférieure, n'en relevant légèrement que la pointe", enquanto dá para o leão, como característico imutável, "la tête de profil" (55).

Da mesma procedência, Gourdon de Genouillac nos afirma que "le lion n'est représenté de que profil - le leopard de face" (56), como também proclamam de Lausanne os heraldistas Galbreath e de Vevey: "un lion ayant la tête tournée de face s'appelle un léopard" (57).

Pela origem dos Gurgéis, à qual já nos referimos, citamos primeiramente especialistas franceses, sem desdenhar os espanhóis que na mesma trilha seguem com suas afirmações em palavras de Alberto Y Arturo Carraffa: "los leopardos se diferencian de los leones en tres cosas esenciales" - "en que los leopardos tienen la cabeza de frente, mostrando los dos ojos, en lugar de uno como los leones que la tienen de perfil" (58). E ainda em palavras de A. de Armengol Y de Pereira: "es de notar que en blason los leopardos se ponen con la cabeza siempre de frente, viendoseles los dos ojos, e diferencia de los leones, que se colocan de perfil, mostrando solo un ojo" (59).

Mesmo na heráldica inglesa que difere das latinas, a a distinção entre leão e leopardo tem os mesmos caraterísticos, dizendo-se que o leopardo "c'est tout simplement un lion don la tête est tarée de face", como afirma A. Guerin-Segueir (60) apoiado por Iain Moncreiffe e Don Potinger que dizem: "lions guardant (looking towards you) become leopards" (61).

Questão inteiramente fora de qualquer controvérsia, não admitiria dúvidas na leitura do brasão das cadeiras cujo desenho reproduz o leão de perfil e ainda, com meridiana clareza, linguadão em traços indeléveis.

Rampante é o leão das cadeiras, no ensinar de Santos Ferreira, "firmado nas patas trazeiras, tendo as dianteiras levantadas na direção do ângulo direito do chefe" (62); acompanham-no as "jumelles" em banda, peça que se não encontra na armaria portuguesa (gêminas), mas usada em França e na Espanha (gemelas). Os Brueys de Saint-André, velha família francesa, trazem-na em seu brasão que se assemelha, pelas figuras, às armas dos Gurgéis reproduzidas nas cadeiras, "d'or au lion de gueules (la queune leopardée) armé et lampassé de sable, une jumelle d'argent remplie d'azur brochante, ambrassé des deux pattes devant du lion".

Os velhos móveis nos dão o leão, as "jumelles" ou gêminas e, em chefe, a flor de lis, o formoso ornamento de Luís VII de França, largamente reproduzido com muito encanto na heráldica de países latinos.

Como diz Santos Ferreira, "a flor de lis também tem sido usada como diferença, quer de per si, quer sobre a brica". E falando das diferenças, acrescenta que "a mais comum é, sem dúvida, a brica"; "seguem-se-lhe a almofada ou coxim, o anel, o cardo, o cisne, o crescente, a estrela, o ferrão, a flor de lis", "colocadas na primeira quarta parte do primeiro cantão do escudo que é o seu lugar clássico, mas se este lugar está ocupado por outra peça coloca-

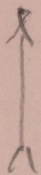
-se a diferença no meio do chefe (63).

Mais nos esclarece o Conde de São Payo (Dom Antônio) em sua brilhante comunicação ao Congresso de Heráldica e Genealogia Nobiliárquica, quando afirma ser a diferença "geralmente escolhida entre o trifólio, o quadrifólio, o farpão, o crescente, a estrela, a flor de lis" colocada, ou no canto esquerdo do chefe, ou no centro do chefe, caso chocasse com alguma peça já lá existente, ou ficas-se prejudicada a estética do brasão" (64) (o grifo é nosso).

Que a flor de lis do brasão das cadeiras seja uma diferença, não é absurdo admitir-se. A origem da família é francesa, é da pátria da heráldica flor de lis; outros membros da família, como Cláudio Gurgel do Amaral, requerendo e obtendo armas em 1705, quando a heráldica portuguesa ainda não registrara armas dos Gurgéis, obteve as dos Amaraís tendo por diferença "uma meia brica sanguinha com uma flor de lis de prata", isto é, usando a mesma possível diferença usada no brasão do primo-irmão, o ouvidor Bento do Amaral da Silva.

Quanto ao significado das diferenças, quer a flor de lis do brasão das cadeiras, quer a da carta de Cláudio Gurgel, poder-se-ia concluir um origem varonil para Gurgel e linha materna para Amaral, conforme o direito heráldico português e a colocação dos brasões nas cadeiras, pela sua época, século dezessete, obedientes ao velho "Regimento da Armaria".

Observando-se o elmo nas duas cadeiras, nós o vemos perfeitamente, aberto e com as guarnições certamente de ouro, da mais antiga ^{nobreza} até aos ombros da armadura. A abertura e as guarnições que atestam nobreza antiga nas figuras 3 e 5, documentam nossas afirmativas, assim como a identidade dos brasões do Império brasileiro - "em campo azul um leão rampante armado de goles" - com o brasão da família francesa - "d'azur, au lion d'or, armé et lampassé de gueles".



Conforme as cartas adiante citadas, o brasão de Gurgel só entrou para a armaria portuguesa em 1769, registrado pelo Rei de Armas Portugal; seu uso, entretanto, documentadamente data-va de um século atrás ou de maior tempo, pois, já havia dois séculos que os Gurgéis estavam estabelecidos como família luso-brasileira.

Sobre estas armas, recorrendo-se a brasonários portugueses, encontrar-se-á a imprecisão caracterizando as descrições dos tratadistas, como se faltasse, às afirmativas, segurança de conhecimento. Cronologicamente apelamos para Vilas Boas e Sampaio ~~(65)~~ que, pela época do seu trabalho, não registra armas dos Gurgéis e Gorjões para só descrever as de Galhardos nestas palavras: "Dom João III as deu a Zuzarte Soares Galhardo no ano de 1529", "em campo vermelho um leopardo passante e à ilharga da cabeça uma flor de lis do mesmo em chefe; timbre o mesmo leão" ~~(65)~~.

Enquanto este velho armorial nos dá um leopardo passante e por timbre o mesmo leão, Sanches de Baena, confirmando para Gurgel as armas de Gorjão, diz, categoricamente: "em campo vermelho um leão de ouro ~~(66)~~ (não diz passante) com uma flor de lis do mesmo metal acima (e não à ilharga) da cabeça; timbre o mesmo leão. As figuras descritas por um e outro heraldista, entende-se como passantes, por ser esta a sua habitual postura ~~(67)~~; mas fica-nos clara a divergência entre leopardo e leão no primeiro e leão no segundo; entre ilharga e acima da cabeça, expressão esta mais adequada e mais precisa a leão rampante, e aquela a passante.

Volvendo a Santos Ferreira, vemos em seu armorial ~~(68)~~ descrição a nos dizer: "de vermelho, com um leopardo de ouro encimado por uma flor de lis do mesmo. Timbre - O leopardo do escudo" ~~(68)~~. No desenho seu, porém, da página 51, volume II, reproduz no timbre o leopardo diferente do leopardo do escudo, denotando imprecisão, como se hesitasse entre o leão e o leopardo, dúvida que se não reflete nos seus desenhos dos brasões de Damião Dias e de Ribeira, no mesmo armorial ~~(69)~~.

Ora, o que nós vemos nos mais antigos documentos heráldicos dos Gurgéis, as cadeiras seiscentistas aqui reproduzidas, anteriores ao registro destas armas e aos armoriais portugueses, é o leão rampante e "une jumelle", discordando da identificação destas armas com as de Gorjão e Galhardos, estas últimas concedidas em 1529, quando já existiam em uso as armas dos Gurgéis, mais antigas que as suas semelhantes portuguesas; convencemo-nos, assim, de terem os Gurgéis o leão rampante com as gêmeas entre as patas, e por diferença a flor de lis em chefe.

~~Reconstitui-se esta nossa conclusão a partir do brasão do Rei de Armas do Império do Brasil, Luís Alves de Albuquerque, francês de nascimento, mais professor de desenho que heraldista, autor de composições de heranças novas, boas e más, de reconstruções de~~

Robustece esta nossa convicção, uma outorga do Rei de Armas do Império, Luís Aleixo Boulanger, francês de nascimento, mais professor de desenho que heraldista, possivelmente autor de composições de mercês novas que muitas vezes eram apresentadas pelos próprios requerentes, outorga feita a um Gurgel. Em cartório da nossa nobreza imperial, aos 27 de setembro de 1856, livro VI, fls. 31, foram registradas armas de mercê nova ao comendador José Luís Campos do Amaral, também Gurgel (70); e sendo mercê nova, não lhe poderia ser concedido o elmo de prata aberto guarnecido de ouro, como foi, o que, para nós, denota solução encontrada por Boulanger, em casos sucessórios de brasões, mas carecentes de documentação comprobatória de direito de sucessão (fig 7).

As armas então concedidas são, exatamente, as gravadas nas velhas cadeiras aqui tratadas, "em campo azul um leão de ouro rampante, armado de goles e tendo nas mãos um caduceu de prata", modificadas, apenas, na troca das gêmeas pelo caduceu. Admitimos que o agraciado tenha se valido de algum exemplar de armas de seus antepassados, sem poder provar o seu direito à sucessão (71), conseguindo a mercê nova como solução. O mesmo se fez em concessões de armas dos Alvarengas de São Paulo, como discutimos em pequena tese publicada em 1937 (72). Aquela mercê nova vem indicar os metais e os esmaltes do nosso móvel iconográfico e encaminhar os Gurgéis para um entroncamento de estirpe francesa, de igual brasão, pelo que já historiamos a origem desta gente. ~~XXXXXXXXXX~~.



Figura 4

Figura 5

2 - A cadeira da terra. 3 - O brasão da cadeira da terra. 4 - A cadeira baiana. 5 - O brasão da cadeira baiana.

Figura 8

Figura 9

6 - O assento da cadeira baiana. 7 - Heráldica imperial, brasão de Gurgel no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. 8 - O sobrado de Santos que acolheu a cadeira da terra em 1873. 9- A ~~"Casa de Bandeirante"~~ sede da fazenda do Embeaçava (no Catálogo do mesmo museu). O Morro da Glória, além da coleção do Museu Histórico Nacional

CARTAS DE BRASÃO

A mais velha carta de brasão de Amaral concedida a um Amaral Gurgel, é a de Cláudio Gurgel do Amaral, data^{da} de sete de abril de 1705, e consta da pública-forma passada por tabelião de Itu aos 15 de novembro de 1851. Sobrinho do primeiro Cláudio, existiu o segundo Cláudio que foi procurador da cidade de Lisboa, e fidalgo da Casa Real; mas nos interessa o primeiro do nome, o que obteve a carta de brasão. Afrânio Peixoto, fundando-se em Vieira Fazenda, nos diz da vida deste primeiro Cláudio no Rio de Janeiro:

"Em 1682 sentou praça Cláudio do Amaral Grugel, servindo até 86. Pelos governadores Pedro Gomes, Duarte Teixeira Chaves e João Furtado de Mendonça foi provido nos cargos de provedor da Coroa e Fazenda Real e pelo governador Sebastião de Castro Caldas, no de provedor da Fazenda Real, juiz da Alfândega e contador dela. Também ao tempo foi juiz vereador e escrivão da Câmara. Teria mérito para tanto. Atuou contra Franceses arribados e suspeitos. Em 83 irmãida Misericórdia, foi mordomo dos presos, escrivão e provedor de 1703 a 1705. Foi doutor pelo título que lhe dão e, enviuvando, tomou ordens já avançado em idade. Os haveres da família consideráveis. De desavenças contra parciaes de grupos contrários na cidade, atacado por populares em emboscada, recebeu ferimentos de que veio a falecer na Santa Casa. Vieira Fazenda ~~que dá estas informações, não soube se de fato foi enterrado na Glória, como quisera, por condição imposta na doação~~ (73).

Sobre o morro da Glória, conta Mello Moraes Filho, ~~que "aquela montanha que se agigantava, coubera em partilha a José Rangel de Macedo, em seguida a seu filho Francisco Rangel, mais tarde ao capitão Gabriel da Rocha Freire, e d'este possuidor, consta da escritura que temos a vista, passara por compra ao Dr. Cláudio Gurgel do Amaral, que em 20 de julho de 1699 a cedeu em patrimônio a Nossa Senhora da Glória"~~ (74).

E Afrânio Peixoto ainda esclarece que

"a escritura de doação do Dr. Cláudio Grugel do Amaral de 20 de junho de 1699, do Morro da Glória à Irmandade de N. S. da Glória, acrescenta ao patrimônio da Santa, as terras que adquirira em 18 de fevereiro de 1687, que consistiam em 100 braças na Praia da Carioca". "Em 1703, o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque nomeava capitão da fortaleza da Carioca ou da Glória, o Dr. Cláudio Gurgel do Amaral" (fig 9).

Este primeiro Cláudio, mais tarde faleceu em quarto particular da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

~~As cartas de Cláudio Gurgel~~, Citamos a carta de brasão que existe, por pública forma mandada tirar em cartório de Itu pelo historiador-médico Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, e conservada pelo seu neto homônimo, também historiador de mérito, que nos presenteou com uma fotocópia da mesma. Poderíamos, assim, reproduzi-la em seus termos integrais, o que não fazemos por já estar ela publicada na Revista do Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo, volume IX, página 622. A concessão desta primeira carta conhecida, de brasão de Amaral, data de Lisboa, sete de abril de mil setecentos e cinco, cinqüenta anos antes de se destruir, pelo terremoto, o cartório da Nobreza.

A segunda carta de brasão de Amaral, foi outorgada em 1760 a Francisco Carvalho da Cunha e Amaral(75), cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mór da vila de Parati, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, foi concedida a terceira carta, a José Viana do Amaral Rocha(76), natural da mesma cidade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo; e, em 1769, a quarta carta, a Francisco do Amaral Gurgel(77), senhor do engenho de Santo Antônio do Rio Fundo, o primeiro Amaral Gurgel a obter em Portugal o brasão de Gurgel, concessão que perpetuou em erro estas armas, igualando-as a outras já existentes, como forma simplista de fugir a investigações mais profundas. Depois destas, João da Costa Barros Rocha do Amaral(78), obteve a quinta carta, esquartelando as armas dos Amarais com as de outras ascendências, em 1802.

A documentos, juntamos aqui a história de ~~uma~~ pequenas peças armoriadas. Concluindo quanto à origem dos Gurgéis, especialmente estudada pelos dois autores que se dedicaram a tal pesquisa, nosso estudo da iconografia heráldica da família aponta uma nova origem que nos parece de melhor fundamento. A concessão pelo Império do Brasil, de brasão nitidamente privativo dos de Gourgues, só se justifica por uma comum origem para esta e aquela estirpe. Não encontramos outra explicação para a aceitação pelo nosso Rei de Armas, de brasão idêntico a existente em França, para membros de uma família de origem francesa, sem que os próprios requerentes não tivessem apresentado exemplar antigo que herdaram, oferecendo para registro em cartório da nova pátria. Na falta de provas de sucessão, foram concedidas como mercê nova acompanhadas dos signos de nobreza antiga, significados no elmo de prata aberto guarnecido de ouro. E as mobílias de Bento do Amaral da Silva, vêm em nosso favor para dizermos que Gurgéis, em França, eram de Gourgues.

...no caso de ...
...como ...
...de ...
...que ...

O OUVIDOR E HERDEIROS DA MOBÍLIA

Nasceu o ouvidor Bento do Amaral da Silva no Rio de Janeiro, em cuja Sé foi batizado aos 3 de abril de 1647. Neto de Tousseint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, pertencia à nobre família que se notabilizou pela posição, pelos cargos ocupados e pela fortuna. Passou às minas buscando ouro e perlustrando suas terras e filões, até juntar grandes haveres. Rico, fixou-se em São Paulo onde viveu pacificamente em seu meio, até aos setenta e dois anos de idade, quando faleceu aos 2 de junho de 1719.

Não temos dúvida em aceitar Parnaíba, Estado de São Paulo, como a terra onde se casou (79) pelos anos de 1694, pois em 1692 ainda era solteiro. Na mesma vila nasceu sua esposa, assim como o primeiro filho do casal em 1695; havia estabelecido sua residência na cidade de São Paulo onde se manteve em grande estado, onde ocupou altos cargos e onde faleceu (80) deixando a família na abastança. Sua esposa, Escolástica de Godói, era filha de Antônio de Godói Moreira, sertanista que por prestar grandes serviços à Coroa em descobertas de minas (81), teve a honra de receber carta de agradecimento firmada pelo próprio punho del-rei Dom Pedro II, em 1698.

Os Godóis eram fidalgos com brasão de armas, descendentes de nobre castelhano que passou a São Paulo no domínio de Castela, constituindo família ilustre pelos seus feitos de homens públicos, bandeirantes e ocupados em muitos campos de atividade. A mãe de Escolástica de Godói, Ana de Lima e Moraes, maior número de fidalgos contava entre seus avós, pois era filha do capitão Guilherme Pompeu de Almeida, capitão-mór da vila de Parnaíba, fundador da capela de Nossa Senhora da Conceição do Voturuna, que dotou com ricos ornamentos e vultoso patrimônio, cuja administração instituiu para o seu filho padre, o creso paulista e seu homônimo, com sucessor em seu genro Antônio de Godói Moreira.

Escolástica de Godói, viúva, conservou em sua meação a grande fazenda do Emboaçava para continuar no fausto da vida com o primeiro marido. Fez o seu testamento com longas declarações de fé e recomendação de bens de alma; declarou ter sido casada em primeiras núpcias com o sargento-mór Bento do Amaral da Silva de quem teve onze filhos, "seis machos e cinco fêmeas" (82). Não poderia, porém, viúva tão rica se ter livrado de novos candidatos e, assim, deixou-se agradar por um fidalgo vindo para estas terras de mãos vazias, e o desposou, tornando-se a senhora do sargento-mór José Pinto de Mesquita e Castro, hábil no gastar e que, falecida Escolástica de Godói aos 6 de novembro de 1736, já sofria no ano seguinte um mandado de penhora de seus bens. Deste casal ficou um filho.

Como já vimos, o sargento-mór ouvidor Bento do Amaral



da Silva possuía duas mobílias, de doze cadeiras cada uma. A mais nova feita na Bahia, com pregadura e maçanetas douradas da qual identificamos uma de propriedade do Museu de Arte Sacra de São Paulo, mobília que Bento do Amaral deixou em uso na capital, permanecendo em poder da viúva Escolástica até sua morte em 1736, quando em processamento de inventário de seus bens (83), foi arrematada pelo herdeiro licenciado Manuel Bezerra Cavalcante, casado com Mécia Gurgel do Amaral (84). A mobília mais velha, já com "algun uso" no falecimento do proprietário, "feita na terra", coube ao filho primogênito capitão José do Amaral Gurgel, do seiscentismo à proximidade de nossos dias, ^{teve} descendentes que por ela zelassem até ser dividida por volta de 1869, como vai historiado à vista de inventários e outros documentos que confirmam a tradição.

O capitão José do Amaral Gurgel, primogênito do ouvidor, nasceu em Parnaíba onde foi batizado em 1695; depois de residir em São Paulo com os pais, ainda solteiro mudou-se para Itu a cuidar de sua sesmaria e ser senhor de engenho (85), para lá transportando a mobília paulistana herdada do pai. Em Itu, aos 23 de maio de 1730, casou-se na matriz de Nossa Senhora da Candelária (86), com Escolástica de Arruda Leite Ferraz, filha do capitão Pedro Dias Leite, dos Lemes antigos da capitania, e de Antônia de Arruda, dos Arrudas, Botelhos e São Paio (87), famílias das mais distintas de São Paulo. Foi o casamento testemunhado pelo então sargento-mór João de Mello do Rego e pelo capitão-mór Manuel de São Paio Pacheco, ambos da mais alta nobreza da terra e todos, nubentes e testemunhas, fidalgos de brasão de armas. Foram seus filhos:

1. José de Arruda Gurgel, casado duas vezes, a primeira em Itu no ano de 1758, e a segunda em Sorocaba no ano de 1768.
2. Rita de Arruda Gurgel, casada em Itu em 1761.
3. Vicente Ferrer do Amaral, que continua.
4. Antônio do Amaral Gurgel, casado em Itu em 1761.
5. Maria do Amaral, falecida solteira.
6. Ana do Amaral, casada em Itu em 1752, com José Pais de Campos.
7. Antônia de Arruda, casada em Itu em 1761, com Bento Leme César.
8. Teresa de Jesus Amaral, casada em Itu em 1767, com Antônio Rodrigues Leite de São Paio; são os avós paternos do Visconde de Indaítuba.
9. Joaquim do Amaral Gurgel.

José do Amaral Gurgel foi o primeiro juiz ordinário de Itu (88) onde passou sua vida e onde faleceu com mais de setenta anos de idade, legando a mobília, que recebera do pai, a seu filho Vicente Ferrer do Amaral. E para bem assegurar a identificação do móvel iconográfico que alicerça nossas conclusões, continuaremos nas gerações que o possuíram.

Nasceu Vicente Férrer do Amaral em Itu, mas foi batizado na Sé de São Paulo a 9 de julho de 1735, tendo por padrinhos a sua avó paterna Escolástica de Godói e o seu tio paterno Guilherme do Amaral Gurgel. Sempre residiu em Itu, em cuja matriz de Nossa Senhora da Candelária casou-se às 17,30 horas de 11 de dezembro de 1769, com Brígida Soares de Camargo, nascida e batizada na vila de Cotia, aos 3 de março de 1754, filha de Inácio Soares de Barros e de Marta Maria de Camargo Lima, por quem trouxe o sangue dos célebres Camargos da capitania.

Vicente Férrer, como o pai, foi senhor de engenho, homem de posses, tinha várias propriedades agrícolas, animais, escravatura e "uma morada de casas no pátio da Matriz", de dois lados (89), de taipa de pilão, confinando com casas do capitão Inácio Xavier Pais de Campos e de Agostinha Rodrigues Bueno. Na sala principal desta casa, usava a mobília brasonada (fig. 2) que pertencera a seu avô paterno. Do seu casamento teve os filhos:

1. Ana do Amaral Gurgel (1771) casada em Itu em 1797 com o tenente João Manuel Gil Ferreira, de quem foi segunda mulher.
2. Maria do Amaral Gurgel (1773) casada depois de 1809 com o guarda-mór Manuel José Vaz Botelho, de quem, também, foi segunda mulher.
3. Antônia de Pádua do Amaral (1775) casada em Itu, em 1797, com o tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio.
4. José, falecido na infância (1776).
5. Padre Melchior de Pontes do Amaral (1777).
6. João Evangelista do Amaral (1778), casado em Porto Feliz, em 1802 com Gertrudes do Amaral Campos.
7. Brígida Soares de Camargo (1781) falecida solteira.
8. Gertrudes Soares de Camargo (1785) casada em 1801, em Itu, com o Capitão José Inácio de Camargo Penteado.
9. Francisca Soares do Amaral (1788) falecida solteira.
10. Capitão Boaventura do Amaral Camargo (1789) mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842.
11. Bernarda (1790) falecida na infância.
12. Tomás José do Amaral Gurgel (1791), casado em Campinas em 1815 com Maria da Lapa Barbosa.

Dos filhos homens do casal, o mais velho, Melchior, ao se fazer sacerdote, para o que deveria instituir um patrimônio como exigiam, então, os cânones da Igreja, teve-o feito por Vicente Férrer e sua mulher, instituindo este patrimônio aos 24 de novembro de 1805, constante da casa do pátio da matriz de Itu, casa que, com a velha mobília brasonada, passou, depois da morte de Vicente Férrer do Amaral em 23 de julho de 1812, a pertencer ao filho padre.

O Padre Melchior de Pontes do Amaral foi, por alguns, erradamente chamado Belchior. Ainda que assim se tenha registrado no

assentamento de batismo em Itu aos 3 de janeiro de 1777, o seu verdadeiro nome era Melchior, como sempre usou em todos os documentos de sua vida e como sempre assinou de seu próprio punho, nome, aliás, em sua lembrança, posto em sobrinhos e sobrinhos netos pela estima e respeito que merecia o parente padre. Antes de se ordenar, com mais dois irmãos, requereu, em princípios de 1795, as diligências para sua habilitação "de genere", o que fez com esclarecimentos interessantes a qualquer estudo genealógico:

"Dizem Melchior de Pontes do Amaral, Boaventura Gurgel de Camargo (90) e Tomaz José do Amaral Gurgel, batizados na Matriz da Freguesia de N. Senhora da Candelária da Vila de Itu; filhos legítimos de Vicente Ferrer do Amaral, batizado na Sé Catedral dessa cidade, e de Brígida Soares de Camargo, batizada na Matriz de N. Senhora do Monserrate da Freguesia da Cotia; netos pela parte paterna de José do Amaral Gurgel, batizado na Matriz da Freguesia de Sant'Ana da Vila de Parnaíba, e de sua mulher Escolástica de Arruda Leite, batizada na predita Matriz da Vila de Itu; e pela parte materna netos do Capitão Inácio Soares de Barros e de sua mulher D. Marta Maria de Camargo Lima, ambos batizados na dita Matriz da Freguesia da Cotia, todas deste Bispado, que eles desejam ser admitidos a se lhes fazerem diligência de genere....." (91).

Ordenado, residia o padre Melchior em Itu onde foi proprietário da casa da herança paterna no pátio da Matriz, e da velha e avoenga mobília brasonada completa (fig. 2). Nesta casa, José Vaz Pinto de Mello (92) sobrinho neto do padre, conheceu a velha mobília como cara tradição dos seus antepassados; na mesma casa e com o padre, residiram suas irmãs solteiras mesmo depois de terem o padre Melchior mudado para Capivari, sem nada levar do mobiliário da casa de Itu.

O padre Melchior, informa-nos Nardy Filho, ~~que~~ "foi sacerdote virtuoso e ilustrado, dando-se ao estudo de jurisprudência e advocacia, abriu seu escritório de advogado em Itu, sua terra natal"; "foi consciencioso e dedicado; representou a Câmara e o povo de Itu em São Paulo em 1822 pela chegada do Príncipe Regente, fez parte da comissão encarregada pela Câmara de apresentar emendas ao projeto de Constituição apresentado às Câmaras por D. Pedro I, tendo também ocupado diversos e honrosos cargos na administração de sua terra natal" (93).

Antônio Pompeu de Camargo ~~em~~ em seu "Os Paulistas e a Igreja", conta que os padres do Patrocínio tiveram ideias Kantianas, depois abandonadas, combatidas na época "principalmente pelo teólogo Frei Inácio de Santa Justina e pelos padres Melchior Soares do Amaral e Antônio Pacheco da Silva". Anota ainda Pompeu, falando do padre Melchior, que "vimos este padre como primo do padre Feijó"; e a página 150, ao tratar do mesmo, mas sob o nome certo de Melchior de Pontes do Amaral, admi-

te a possibilidade dos dois nomes se referiram ao mesmo sacerdote (94). Efetivamente eram de uma só pessoa e de um primo-irmão do padre Feijó.

Gozando de grande estima residiu o padre também em Capivari, onde já havia sido vigário da paróquia de 1827 a 1829, e onde finou-se no dizer do obituário:

"Padre Melchior de Pontes Amaral. Aos 15 de março de 1850, nesta Vila, faleceu hidrópico, com todos os sacramentos, o Padre Melchior de Pontes Amaral, de setenta e três anos: foi envolto em hábito clerical, acompanhado e solenemente encomendado, e sepultado nesta Igreja de Capivari". (a) O Vig^o Fabiano Je. Max Mor^a de Camargo (95).

O inventário de seus bens foi requerido nesta mesma vila de Capivari com a declaração de possuir, entre outros, "umas casas na cidade de Itu" e "trastes que deixou à sua irmã D. Francisca Soares do Amaral". Este inventário não teve prosseguimento, requerendo mais tarde em Itu, esta sua irmã, Francisca Soares do Amaral, então única solteira viva, outro inventário que se consumou e destinou a ela mesma, a casa do pátio da Matriz por desintenção dos sobrinhos e sobrinhos netos, e a mobília brasonada que já lhe pertencia por doação (96).

A donatária e herdeira do padre Melchior, Francisca Soares do Amaral, nasceu em Itu em 1788, tendo vivido solteira com os seus pais e o irmão padre. Falecendo, seus bens foram inventariados em Itu em 1869; da mobília brasonada, peças foram doadas a sobrinhos seus. Por esta ocasião, residia em Santos o sobrinho neto do Padre Melchior e de Francisca, José Vaz Pinto de Mello que voltando a Itu para representar esta cidade na Convenção Republicana de 1873, muito lamentou não ter recebido uma cadeira brasonada, o que levou a sua prima e comadre, professora conhecida como Dona Aninha Mestre, a fazer-lhe presente da sua que foi levada para Santos, para o sobrado residencial do largo do Rosário (fig. 8).

Este novo proprietário de uma das cadeiras, neto paterno do tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral, era filho do austero Pedro de Mello e Sousa (97). Antes de sua morte aos 17 de maio de 1917, doou a cadeira a seu filho Pedro de Mello que, também em fim de vida, fez doação da cadeira a seu sobrinho, o atual proprietário.

Nas doações feitas em Itu, uma outra cadeira da mobília coube ao sobrinho do padre Melchior, José Balduino do Amaral Gurgel, filho também de Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral. Fazendeiro em Indaiatuba, doou entre 1880 e 1885, a sua cadeira a seu sobrinho carnal engenheiro Pedro de Mello e Sousa Júnior. E foi curioso o peregrinar desta segunda cadeira com o seu propeitário engenheiro arquiteto que, em 1885 resolveu ir aos Estado Unidos da América do Norte, onde se havia di-

plomado, levando engradada a cadeira; encarregado de trabalho urbanístico em Ítaca, para lá partiu.

Embarcou o engenheiro em Santos no vapor "Guadiana" da Mala Real Inglesa que, ao passar por Abrolhos, bateu numa rocha e naufragou, salvando-se Pedro de Mello e a cadeira em barco de um português que os levou à cidade de Caravelas onde ficaram três dias; seguiram depois para a Bahia a bordo do "calhambeque Marinho Visconde" do qual passaram para o vapor Nilo da Mala Real, continuando a viagem para Lisboa, Vigo e Southampton. Desta cidade, a bordo do "Dominique", em dez dias estavam em Brooklyn onde todos queriam saber a idade da cadeira. A permanência do engenheiro em Ítaca foi de quatro anos, voltando ao Brasil em 1889, pelo vapor "City of Rio"; residiu dez anos em Santos, mudando-se em 1910 para sua chácara "Arcádia" na freguesia do Ó em São Paulo. Em 1936 doou, a seu sobrinho-neto, como presente de núpcias, a sua tricentenária cadeira.

COLATERAIS E DESCENDENTES

Filhos de Mécia de Arão Gurgel e José Nunes da Silva (este filho de Antônio Nunes da Silva, nascido em 1578 em Azinhaga, Santa-rém, casado em 1608 com Maria Jordão) (98), foram o sargento-mór ouvido Bento do Amaral da Silva e Francisco do Amaral Gurgel "um dos homens mais principais e afazendados da dita capitania", nomeado capitão-mór e governador da capitania de São Paulo por carta do governador geral do Rio de Janeiro, de 5 de fevereiro de 1709, cuja posse se deu a 1º de março do mesmo ano, para ocupá-lo até 1711, quando a capitania passou, por venda, ao domínio da Coroa.

Bento do Amaral da Silva casou-se em Parnaíba, dentro do seiscentismo, com Escolástica de Godói, de tradicional família paulista, para ser o tronco dos Amaraes Gurgéis do Estado de São Paulo. Dentre ~~seus~~ seus irmãos, destacou-se pela descendência no Rio de Janeiro, Domingas do Amaral, casada com Manuel Martins Quaresma, e que foi trisavó de Joana Maria da Fonseca casada com o marechal José Joaquim de Lima e Silva, do tenente coronel Antônio da Fonseca Costa e da Marquesa de Vila Real da Praia Grande; ~~que foi~~ tetravó do marechal Francisco de Lima e Silva, do Barão de Suruí, do Visconde de Magé, do ~~Marquês~~ Marquês da Gávea e do segundo Visconde de Vila Real da Praia Grande; pentavó do Duque de Caxias, do Conde de Tocantins, do Visconde da Penha, da Baronesa de Suruí e outros titulares na rica árvore de sua grande descendência.

Seu sangue chegou até a casas da mais alta nobreza de Portugal, como é o caso do ramo paulista que passou ao Paraná pelo neto de Bento do Amaral da Silva, o capitão-mór de Lages, Bento do Amaral Gurgel, filho de Isidora do Amaral, ~~at~~epassado de grandes figuras como Ubaldino do Amaral Fontouara, senador, ministro do Supremo Tribunal, presidente do Banco do Brasil (99), ramo a que pertencia a sobrinha de Ubaldino, filha de Maria Narcisa Cândida do Amaral Fontoura, Eugênia Lopes de Oliveira Prestes que foi mãe de outra Eugênia Adelaide Lopes de Oliveira Prestes (depois de Macedo Soares), casada com o embaixador José Roberto de Macedo Soares e mãe do diplomata José Augusto Prestes de Macedo Soares, casado com Maria Teresa de Castelo Branco, falecida, filha dos 10^{os} Condes de Pombeiro, neta paterna dos 4^{os} Marqueses de Belas (100), e mãe de José Antônio, José Luís e José Roberto de Castelo Branco de Macedo Soares.

No Estado de São Paulo, honram a família, o capitão Boaventura do Amaral Camargo, herói-mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842; o Visconde de Indaiatuba, notável chefe liberal, paladino da colonização do braço livre e destacado abolicionista; a Baronesa de Serra Negra; o acadêmico, poeta e prosador Amadeu Amaral, da Academia Brasileira de Letras; o cônego Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, doutor em leis, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (101), deputado provincial e geral, membro do Conselho Geral da Província, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cavaleiro da Ordem de Cristo; o jornalista e historiador Leopoldo Amaral; Tarsila Amaral, famosa pintora; Ana Cândida do Amaral que pelo seu casamento foi mãe do laureado pintor Almeida Júnior; o grande benfeitor dos febreiros de Sorocaba, monsenhor João Soares do Amaral; o filantropo e grande benfeitor da Santa Casa de Campinas, Antônio Carlos do Amaral Lapa; o reputado professor Quirino do Amaral Campos; o vigário da Vara de Piracicaba padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e seu irmão padre Miguel Joaquim do Amaral; a boníssima senhora Ana Leonísia do Amaral Camargo, esposa do advogado Cândido Ferreira da Silva Camargo, todos falecidos, e tantos mais que deveríamos citar se nosso trabalho comportasse.

.....

26. Heitor Gurgel, ob. cit. 33.
27. Luísa da Fonseca, "Bacharéis Brasileiros" em Anais do IV Congresso de História Nacional, XI 175, informa que Cláudio Gurgel do Amaral, "em requerimento datado de Lisboa, 8 de fevereiro de 1706, pretende o ofício de Procurador da cidade de Lisboa, e declara ser sua avó materna Ângela de Aran do Amaral.
28. Pedro Calmon, "História do Brasil" III 990 nota.
29. Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, "Parati, Caminho do Ouro" 33 e 34.
30. Frei Adalberto Hortmann F. O. M., "História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo na 16ª publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 161.
31. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, "Nobiliarquia Paulistana", na Revista do Instituto Histórico Brasileiro XXXII 257.
32. Seu nome exato era José Nunes da Silva; veja Carlos G. Rheingantz, ob. cit. 368 e Heitor Gurgel, "Uma Família Carioca do Século XVI", 66.
33. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, "Apontamentos da Província de São Paulo" I 60.
34. Luís Gonzaga da Silva Leme, ob. cit. VI 122.
35. Afonso d'Escragnole Taunay, "História das Bandeiras Paulistas" I 223.

GURGEL E SUA ORIGEM

Desde a primeira metade do século dezesseis, vinha sendo o Brasil campo de incursões dos franceses interessados em comerciar com pau-brasil, burlando a legislação e a vigilância da metrópole portuguesa. Historia Simonsen, que a "França, muito mais populosa que Portugal, apresentava nessa época, com suas indústrias nascentes, um mercado fértil não só para as madeiras tintoriais, como para as especiarias. Daí, as investidas dos franceses ao comércio com os indígenas do Brasil. Não disputando a terra aos autóctones, procuravam agradá-los quanto possível, por intermédio de hábeis intérpretes que aí deixavam, facilitando a obtenção dos produtos que ambicionavam" (12).

Relata Jean de Léry, que "nas índias pertencentes ao rei de Portugal ex veteri occupatione, não deseja este rivais, nem mesmo que as costas sejam visitadas por súditos de potências estrangeiras. Os normandos, bretões e picardenses que estiveram no Brasil foram muito hostilizados, o que deu margem a amargas representações da França contra Portugal", os quais visitavam "Cabo Frio, enseada e porto dos mais conhecidos dos navegadores franceses"(13).

Lafit, em seu trabalho sobre a cidade do Rio, diz: "continuam - os mercadores franceses tranquilamente a visitar a região". "Querem apenas comerciar". "Os marinheiros normandos e bretões voltam sem grandes tesouros, mas tornam-se heróis do grande oceano". "No cais de Saint-Malo e do Havre, todos querem se inteirar das novidades e cercam os lobos do mar" (14).

Conta Silva Leme, seguindo Pedro Taques, o primeiro a historiar a prisão de Gurgel, que na repressão a uma dessas incursões, o capitão João de Sousa Pereira Botafogo se destacou e, como "este Botafogo era destemido e de reconhecida nobreza, foi feito capitão de uma das canoas e mandado a Cabo Frio a impedir o contrato de pau-brasil com que os franceses estavam comerciando. Foi tão feliz nessa empresa que, pelejando com valor e ousadia com os franceses, conseguiu vencê-los, fazendo prisioneiro, entre outros, a Tucen Gurgel cabo de toda a armada, valeroso francês, que foi levado ao Rio de Janeiro e foi o tronco dos Amarais Gurgéis daquela cidade, e que depois se espalharam em São Paulo" (15).

O local, Cabo Frio, e o posto de Gurgel condizem com o ensino - do historiador João Ribeiro sobre o feito dos portugueses no governo de Salvador Correa de Sá, governador do Rio de Janeiro até 1570; tomaram eles em Cabo Frio, uma nau francesa de "duzentos tonéis", com es-

12. Roberto Simonsen, "História Econômica do Brasil" I 90.

13. Jean de Léry, "Viagem à Terra do Brasil" 37 e 77

14. Miran de Barros Latif, "Uma Cidade nos Trópicos" 2a. edição, 17.

15. Luiz Gonzaga da Silva Leme, "Genealogia Paulistana" V 508.

quadrilha de canoas, curiosa organização adotada pelos portugueses, "extremamente móveis, invenção dos selvagens" que operavam com êxito à noite, quase sem vulto e só percebidas pelo inimigo tardiamente". (16)

A prisão de Gurgel estará, portanto, em torno destes fatos, em ligação com estes nomes, mas em época incerta (1564, diz Roque Luís de Macedo Leme da Câmara) (17). Devemos distinguir os navegantes franceses - católicos, comerciantes de pau-brasil em Cabo Frio, dos calvinistas que quiseram criar sua colônia no Brasil; estes quando prisioneiros, não eram poupados. (18)

→ x Vieira Fazenda (19) diz que Gurgel faleceu antes de 1631 com mais de oitenta anos; Rheingantz (20) afirmando que ele nasceu no Havre, fixa sua morte em 1625. Aceitando-se esta última data e a idade de oitenta e dois anos, haveria de ter nascido em 1543; se foi preso com 27 anos com diz Fazenda, esta prisão ter-se-ia dado em 1570, o que corrobora com o relato de João Ribeiro. Casou-se Gurgel em 1598, com 55 anos, e a noiva talvez com 20, como era hábito na antiguidade; é o que se pode concluir - das afirmativas e da documentação.

Diz Heitor⁽²¹⁾ Gurgel sem indicar o fundamento de sua afirmativa, que Toussaint recebeu de um padre as idéias calvinistas: não cremos que ele se tenha tornado calvinista, pois então não teria escapado à pena máxima e, igualmente, ele protestante, em época de acirrada paixão religiosa, não se teria casado em nobre família da terra, gente profundamente católica, não teria batizado os filhos, como consta dos arquivos religiosos e não teria um filho, netos e mais descendentes, sacerdotes católicos. Assim admitimos que ele tivesse sido encarregado do comércio de pau-brasil, como muitos franceses que não eram os criadores da França - Antártica.

Gurgel prisioneiro entendeu-se bem com os seus vencedores, casando-se com brasileira para se tornar o tronco da velha e vasta estirpe - de Amaral Gurgel, apelidos ambos de origem nobre, sem o que não se teriam transmitido, só por linha feminina, superando a influência dos demais, perpetuando-os e espalhando-os com grande descendência.

16. João Ribeiro, "História do Brasil" 118 da 6a. edição.

17. Roque Luís de Macedo Leme da Câmara, "Nobiliarquia Brasiliense" na Revista do Instituto Histórico de São Paulo XXXII 152.

18. João Ribeiro, ob. cit. 130, conta que "o principal alvo era tripudiar sanguinolentamente sobre a heresia reformista".

19. José Vieira Fazenda, "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro", na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 95, vol 149.

20. Carlos G. Rheingantz, "Primeiras Famílias do Rio de Janeiro", I 177 e II 324 - e "Toussaint Gurgel" em "O Globo" de 26-7-1965, neste afirmando que "na habilitação de Genere de um dos seus netos, os depoentes, em seus testemunhos, foram unânimes em declarar que Toussaint Gurgel nasceu em Havre de Grâce".

21. Heitor Gurgel, "Uma Família Carioca do Século XVI" 27, trabalho valioso que nos dá a conhecer Toussaint em sua vida, valor e intimidade.

Gurgel, que tem o seu prenome citado de várias formas, Tassem, Tacem, Toussem, Touvem, (Toussaint, diz Vieira Fazenda) mas invariavelmente por todos os historiadores, o francês de alcunha e nacionalidade, viveu no Rio de Janeiro, segundo, ainda Vieira Fazenda e Afrânio Peixoto:

"Mau grado a vigilância dos Governadores, continuavam os franceses a fazer em Cabo Frio o contrabando de pau-brasil. Um certo Toussaint Gurgel foi apanhado em flagrante e preso por João de Sousa Pereira Botafogo. Gurgel fixou residência nesta cidade. Residia na rua do Gadelha (Oúvidor) do lado - direito, acima do beco de Francisco Barreto (hoje das Cancelas) com fundos para a rua de Domingos Manuel (Rosário). Faleceu antes de 1631. Fora casado com D. Domingas de Arão Amaral. Teve muitos descendentes, que se espalharam por vários pontos do Brasil" (22).

Gurgel, como francês e como fidalgo, transmitiu brasão de armas a seus descendentes; assim, deveria ter em França família conhecida. Buscando identidade de nomes e de armas, demos em Rieststap, prancha LXXVI, com os de Gourgues que ostentam em campo azul um leão de ouro, estirpe também registrada por de La Chenaye-Desbois et Bardier em seu "Dictionnaire de La Noblesse", com os componentes Dominique de Gourgues falecido em 1593 (23) notável em feitos de guerra matítima; Marc-Antoine de - Gourgues, Armand-Guillaume-François de Gourgues, todos com o símbolo de sua família, "d'azur, ao lion d'or,, armé et lampassé de gueules".

E o nosso Gurgel, o Francês, com seu leão por armas, seria de um ramo da estirpe dos de Gourgues, apelido que, pela impossibilidade de pronúncia perfeita pelo povo, derivou para Gurgel, tendo passado pelas formas aportuguesadas de Gurgué (com é aberto) Gurgé e, finalmente, Gurgel, talvez concorde com o desejo do portador do nome, pois muitos nobres, então, procuravam esconder sua origem, na época e na terra da promiscuidade, pela sobrevivência e enriquecimento. Se Gurgel fosse o seu primitivo nome, a pronúncia francesa o teria transformado em Guirgel e não em Gurgel que deveria ter a raiz Gour, como indica o relato de Heitor Gurgel (24) sobre Aires Joaquim do Amaral, do ramo de Moçambique, - que, ao se casar com a francesa Denise Rogierre, mudou a grafia do seu apelido para Gourgelt, assim como o inconfidente Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, exilado ainda em Moçambique, onde chegou em 1792, lá dei-

22. Afrânio Peixoto, "A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro", publicação nº 10 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

23. Enciclopédia e Dicionário Internacional, IX 5253, diz que Domingos de Gourgue navegante francês do século XVI, nasceu em 1530, foi - grande navegador com expedição na reconquista da Flórida. É também citado no Larousse, século XX, III 835.

24. Heitor Gurgel, ob. cit. 10.

xando descendentes de apelido "Gurgel". Com outra aparente origem, - não se identificam brasão e apelido conjuntamente.

Sanches de Baena (25) dá início à família Gurgel em Cláudio Gurgel, dizendo que, pelo seu irmão José, passou ao Brasil. Inversamente deve ser historiada, pois se formou no Brasil com origem francesa e depois passou a Portugal; no Brasil cresceu, espalhou-se, engrandeceu-se para ter hoje eminentes figuras de projeção das mais ilustres na vida do País.

Não caberia em nosso trabalho maior desenvolvimento na descendência do casal-tronco Amaral Gurgel, trabalho genealógico que se tornaria vastíssimo, já que esta família alongou seus ramos por todo o Brasil, com brilho invulgar de muitos deles; Amaral Gurgel espalhou-se pelo País e hoje, com surpresa, vamos encontrá-lo onde menos esperamos - registrar seus descendentes.

Pequena referência permite aquilatar o vigor desta estirpe nascida do casal Toussaint-Domingas; segundo autores e as cartas de brasão que citamos, foram suas filhas; Mécia de Arão Gurgel, casada com José Nunes da Silva; Ângela de Arão do Amaral, casada com João Batista Jordão; e Antônia do Amaral, casada com João de Azevedo Rocha. Mas as obras de Heitor Gurgel e Carlos G. Rheingantz, precedidas de buscas, nos facultam os nomes de seis filhas e um filho que se fez padre; das filhas ficou numerosa descendência, perpetuando, mesmo pelas linhas femininas, os apelidos de Amaral Gurgel.

AMARAL GURGEL

Amaral Gurgel é nome que se gravou no berço do Rio de Janeiro; - seu signo de família transpôs umbrais da casa paterna para se espalhar pelo Brasil, buscar longínquas paragens onde se repetisse o eco de sua grandeza e firmasse pendões de patriotismo, de benemerência, de talento de cultura e de civilização; engrandecido nas praias maravilhosas da Guanabara, passou a São Paulo com Bento do Amaral da Silva, filho de José Nunes da Silva e de Mécia de Arão Gurgel; neto paterno de Antônio Nunes da Silva e de Maria Jordão; neto materno de Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, por quem foi bisneto de Antônio Diogo do Amaral e de Micaela de Jesus de Arão.

Como eram os velhos hábitos das preocupações genealógicas, os apelidos mais nobres prevaleciam na descendência sem cogitação das linhas masculinas ou femininas, uma vez que a legislação portuguesa as considerava com os mesmos direitos para transmissão da nobreza. Dos troncos citados, perpetuaram-se os apelidos Gurgel e Amaral, com alguma repetição de Arão, numa afirmativa incontestada do valor nobiliárquico -

deles, multiplicados e espalhados pela descendência que os elevou, especialmente os dois primeiros apelidos, a altos níveis entre as famílias brasileiras.

Dos Gurgéis, já tratamos antes; Amaral é nome de tradição da gente de Portugal, sempre a elevar os seus portadores de linha legítima; mas o bisavô de Bento do Amaral da Silva, Antônio Diogo do Amaral, era casado com Dona Micaela de Jesus de Arão. Este último apelido, de Arão, foi objeto de várias conjecturas dos genealogistas do Rio de Janeiro, - Heitor Gurgel e Carlos G. Rheingantz. O primeiro, Heitor Gurgel, perde-se em indagações sobre a origem do nome, se Daran não provém de um parentesco com Nicolau Durand (26).

Não nos parece haver dúvida de que Daran e de Arão, significam - estropiamentos do apelido de Aran; entendemos que o nome primitivo era de Aran, como disse o segundo Cláudio Gurgel do Amaral, procurador da cidade de Lisboa, que era letrado (27); nome de família que teria sido adquirido de propriedade situada em vale espanhol, na fronteira da França, região que tem o nome Aran. O apelido de família se tornou de Aran e, aportuguesando-se, d'Aran, Daran e de Arão, usando os escrivães dos assentamentos, ora uma forma, ora outra, em igualdade de transformações sofridas por outros nomes como de Antas que passou a d'Antas e - Dantas. Tendo Micaela de Jesus de Arão uma possível origem vizinha da França, seria este um motivo para atrair Toussaint e, a nosso ver, sem nenhum parentesco com Durand e com outros invasores do Rio de Janeiro.

Bento do Amaral da Silva, depois de enriquecer mineirando ouro, fixou-se em São Paulo. Sobre ele pesou uma acusação injusta de Pedro Taques, avô materno do genealogista homônimo, acusação que não prevaleceu, pois teria Bento do Amaral obtido reparação que o beneficiou em seguida, isto em face das apreciações deixadas por historiadores de mérito, que não lhe regatearam elogios. Tais acusações teriam sido baseadas na singularidade do nome Bento do Amaral, usado multiplicadamente na família, com pequenas diferenciações, muitas vezes esquecidas, Bento do Amaral da Silva e seu irmão Francisco do Amaral Gurgel, eram primos de outros dois irmãos, Bento do Amaral Coutinho e Francisco do Amaral Coutinho.

Pedro Calmon ensina que Bento do Amaral Coutinho é o Bento do Cação da Traição e o herói contra os franceses (28). Em sua recente obra,

26. Heitor Gurgel, ob. cit. 33.

27. Luísa da Fonseca, "Bacharéis Brasileiros" em Anais do IV Congresso de História Nacional, XI 175, informa que Cláudio Gurgel do Amaral, "em requerimento datado de Lisboa, 8 de fevereiro de 1706, pretende o ofício de Procurador da cidade de Lisboa, e declara ser sua avó materna Ângela de Aran do Amaral.

28. Pedro Calmon, "História do Brasil" III 990 nota.

Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, discurrem afirmando : "os numerosos do cumentos, inclusive o registro de Cartas de 1700 a 1712, do Arquivo Ul tramarino, consultado anos a fio, exaustivamente, pelo criterioso his- toriador S. Suanes para escrever sua alentada obra OS EMBOABAS, dizem a "una voce" que o indigitado autor da lendária mortandade (o adjetivo é nosso) do Capão da Traição, chamava-se Bento do Amaral Coutinho, o mesmo que depois ajudou a defender o Rio de Janeiro dos franceses inva- sores. Além de Suanes, os historiadores João Ribeiro, Rocha Pombo, Ma- nuel Galant, Jonatas Serrano e o Barão do Rio Branco, entre outros, a- firmam que o autor da chacina e o defensor do Rio de Janeiro foram uma única pessoa e que se chamou Bento do Amaral Coutinho" (29).

Bento do Amaral da Silva se casou e se fez tronco dos Amarais - Gurgéis paulistas que se espalharam pelo Estado, a começar pela Capi- tal, por Itu, de onde procuraram as terras novas de Campinas que adole- cia. Como em outros locais, souberam continuar o nome herdado. Para - Frei Adalberto Ortmann OFM, ao historiar a "Capêla de São Francisco em São Paulo", era o sargento-mór ouvidor Bento do Amaral da Silva, "poli- tico vigoroso e pertinaz", insigne benfeitor do convento de São Fran- cisco, merecendo sepultura perpétua para si e seus descendentes na i- greja conventual, do cruzeiro para dentro, debaixo da lâmpada", tronco ilustre dos Amarais Gurgéis paulistas", que se "filiou à Ordem Tercei- ra no fim da vida, nela professando com sua mulher Escolástica de Go- dói, no dia de Santa Rosa de Viterbo, 4 de outubro de 1714". E este mes- mo autor reproduz afirmativa de Diogo de Vasconcelos para quem "o ouvi- dor geral interino da capitania de São Paulo foi o descobridor das mi- nas de Caeté" (30).

Para Pedro Taques, o fidalgo genealogista de São Paulo, neto ho- mônimo do acusador de Bento do Amaral da Silva, era o sargento-mór "na- tural do Rio de Janeiro, de nobre família dos Amarais Gurgéis daquela capitania, onde sua distinção e nobreza é assaz conhecida, e continua a sua descendência em avultadas casas e senhores de engenho da dita ci- dade". "Foi o ouvidor e corregedor da capitania de São Paulo, por au- sência, do proprietário o desembargador João Saraiva de Carvalho. Teve grande tratamento igual ao fundo do seu cabedal. A sua casa foi servi- da com numerosa escravatura, criados mulatos, todos calçados, bons ca- valos de estrebaria, ricos jaezes, excelentes móveis de prata e ouro e sendo bastantemente avultadas as baixelas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas. Tinha passado às Minas-Gerais no princípio da grandeza e fertilidade do seu descobrimento, e se recolheu a São Paulo com gros

29. Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, "Parati, Caminhos do Ouro" 33 e 34.

30. Frei Adalberto Ortmann F.O.M. "História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo na 16a. pu- blicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 161.

so cabedal, que soube empregar em fazendas de cultura para o tratamento que teve de pessoa tão distinta. A sua fazenda foi no sítio de Emboaçava, margens entre os rios Tietê e Pinheiros " (31).

De Bento do Amaral da Silva, diz Azevedo Marques: "natural do Rio de Janeiro e morador em São Paulo, filho do Coronel José Nunes do Amaral (32) e de Dona Mécia de Arão Gurgel, foi cidadão muito considerado por suas excelentes qualidades e pela notável fortuna que adquiriu nas Minas Gerais, onde residiu alguns anos. Em São Paulo exerceu lugares importantes, como os de Juiz, ouvidor e corregedor, por mais de uma vez Retirando-se depois à vida privada, estabeleceu a rica fazenda denominada Emboaçava nas margens entre os rios Tietê e Pinheiros"(33).

Enquanto Silva Leme na sua monumental obra genealógica repete que Bento do Amaral da Silva "tinha passado às Minas Gerais no princípio - da grandeza e fertilidade de seu descobrimento e se recolheu a São Paulo com grosso cabedal que soube empregar em fazendas de cultura para - tratamento que teve de pessoa tão distinta" (34), Afonso d'Escragnole Taunay o inclui entre os "povoadores notáveis dos primeiros anos da mineração no território das Minas Gerais" (35).

Como residência, mais de uma casa possuía o sargento-mór; a de - São Paulo, localizada à frente da igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, na rua deste nome, era de taipa de pilão como as boas construções da época, de dois lanços (36), sendo um de sobrado com duas ca

31. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, "Nobiliarquia Paulistana", na - Revista do Instituto Histórico Brasileiro XXXLL 257.

32. Seu nome exato era José Nunes da Silva; veja Carlos G. Rheingantz?, ob. cit. 368 e Heitor Gurgel, "Uma Família Carioca do Século XVI", 66.

33. Manuel Eufrásio de Azevedo, Marques, "Apontamentos da Província de São Paulo" I 60.

34. Luís Gonzaga da Silva Leme, ob. cit. VI 122.

35. Afonso d'Escragnole Taunay, "História das Bandeiras Paulistas" I 223.

36. Não é possível aceitar, para documentos de séculos passados, a palavra lanço como seções internas de uma casa, separadas por um corredor. São frequentes em velhos inventários, as casas com dois lanços, sendo um assobradado, o que quer dizer que um tinha seu piso de assoalho acima do solo, e outro de terra pilada. É encontradição o imóvel de dois lanços, como reproduzimos no texto, "sendo um de sobrado com duas camarinhas", o que quer dizer que o primeiro corpo da casa tinha assoalho e, como andar superior, duas câmaras; além deste corpo ou lanço, o segundo lanço ou corpo com os cômodos de serviço. O inventário de bens de Bartolomeu de Quadros, de 1649, mostra a descrição de imóvel confirmando nossa interpretação: casa de Parnaíba com dois lanços, e "seus corredores" (no plural); "umas casas de sobrado de dois lanços e seus corredores e mais um lanço de casa terreira" (Arquivo do Estado), e a casa de três lanços no inventário de Cornélio de Arzão, falecido em 1638. Aluísio de Almeida usa, dentro de nosso modo de entender, o vocábulo lanço, quando se refere a um puxado, nestas palavras: "foram derrubados o lanço da cozinha e o muro do poente" (História de Sorocaba"240). Conclui-se que a palavra lanço, quando designa qualidade de uma construção, aposta em muitíssimos inventários que temos tido em mãos,

marinhas (36-A), corredor, salas e demais cômodos, vasto quintal até a rua dos fundos, murado também de taipa e divisando com o capitão Amador Bueno da Veiga e Isabel Pedroso. Na fazenda do Emboaçava (37), entre os rios Tietê e Pinheiros, possuía sua casa rural (38) com capela, altar e pedra d'ara, muitas imagens de santos de sua devoção, propriedade incluída, ao falecer o sargento-mór, na meação da viúva que dela continuou usufruindo até finar-se aos 6 de novembro de 1736 (39).

Seu mobiliário era faustoso na simplicidade da vida paulista do século dezessete e alvorecer do século dezoito: salas com bufetes de jacarandá, com pés torneados, molduras e gavetas; doze tamboretes (40) ou cadeiras, de couro lavrado, de pregaduras e maçanetas douradas, ostentando nos espaldares os brasões d'armas do rico senhor; caixas de vinhático com gavetas e fechaduras com guarnições; outros bufetes, tudo feito na Bahia que era a capital do bom gosto e das manufaturas de requinte e luxo. Mais outros bufetes de jacarandá com gavetas, mais do

só pode significar extensão diferenciada por algum característico: primitivamente as casas se constituíam de um só corpo (casa do Bandeirante), exigindo apenas um telhado de duas ou quatro águas; eram de um só lanço e não dispunham de cozinha, mas de uma varanda aberta, ou alpendrada, ou alpendre. Posteriormente, passou-se a construir um adicional (no século vinte chamado puxado) com menor pé-direito, com telhado próprio e com parede em continuação, constituindo o segundo lanço. Esta interpretação está em dicionário arcaico - de Frei Domingos Vieira, em dicionários modernos também, como "extensão do pano de muro, da parede, do entrincheiramento"; "seção de uma estrada", de um muro "extensão", "parte de uma escada compreendida entre dois patamares", como entendemos significar a palavra - lanço em velhos documentos. A última edição do dicionário de Antenor Nascentes, edição de Bloch, registra o significado moderno, mas contraditoriamente acrescenta: "a palavra é de verbal (regressivo - de um verbo) de lançar. E, dizemos, se é de verbal de lançar, dois lanços significam dos atos de lançar, dois movimentos, duas realizações, como significava em séculos passados.

36-A

É indispensável não confundir "camarinha" com "alcova". Camarinha era cômodo de um pequeno andar superior sobre um grande andar térreo, ou antes, inferior, como se pode ver em meu livro "Campinas, seu Berço e Juventude", figuras 18 e 19 na página 183, e em Belmonte, - "No Tempo dos Bandeirantes", página 48. Alcova era um pequeno cômodo, ou, comumente, cômodos, no fundo de um cômodo grande, como está no meu citado livro, figura 8 da página 91, em dois cômodos de frente. Embora não se encontrem tais distinções em dicionários modernos ou arcaicos, o uso das palavras tinha a diferenciação acima expostas, encontrada em documentação numerosa.

37. José Jacinto Ribeiro, "Cronologia Paulistana" I 677.

38. Nunca encontramos a expressão "casa grande" para designar a casa - sede da fazenda ou engenho, nas regiões paulistas. Tais casas, entre nós eram, e ainda são entre gente mais conservadora, chamadas "sobrados" por serem, geralmente, as únicas de assoalho, enquanto as demais só dispunham de pisos de terra socada.

39. Arquivo Público do Estado, inventários.

40. Frei Domingos Vieira, "Tesouro da Língua Portuguesa" V 671: tamboretes - cadeira rasa sem braços; tem espaldar a diferença dos mochos que são rasos, de braços e espaldares".

ze tamboretas, ou cadeiras, de couro lavrado, com espaldares também ar moriados e de pregadura miúda "feitos na terra", o que quer dizer, fei tos em São Paulo; outras caixas com fechaduras, toalhas de mesa de pa- no fino e guardanapos, coxins de damasco carmesim e veludo vermelho, - cortinas de damasco vermelho forrado de tafetá amarelo com seus alama- res, tapetes de Arraiolos e espelho com molduras de jacarandá.

Suas câmaras e alcovas não desmentiam a riqueza do fidalgo, com leitos de jacarandá torneados feitos na Bahia e com cortinados de pri- mavera (41) "arrendados de prata"; colchas de damasco vermelho e ouro guarnecidas de tafetá, colchas de chamalote azul, lençóis de linho, col- chões de lã e grandes almofadas arrendadas; catres de jacarandá tornea- do ou "feitos na terra" e toalhas "de água à mão arrendadas".

E todo este acervo de móveis, tinha seu modelo em Portugal, era mobiliário português do século dezessete, como ensina Wasth Rodrigues: "entendemos que se pode dizer mobiliário luso-brasileiro, mas não esti- lo luso-brasileiro, à semelhança de estilo indo-português, uma vez que não houve no Brasil uma contribuição equivalente à da Índia. O estilo português foi adotado no Brasil com a máxima fidelidade, poucas peças existindo entre nós que não tenham irmã gêmea em Portugal". "Dominava então em Portugal a cadeira com espaldar e assento de sola lavrada, a mesa de grossos torneados, os contadores de molduras tremidas ou de or- namentação indiana, as caixas ou arcas já com guarnições de tremidos e bela ferragem recortada e vazada à maneira mudéjar ou desenho orien- tal" (42).

Para a esposa tinha Bento do Amaral o palanquim (43) pintado, gar necido de cortinas de seda vermelha forradas de tafetá carmesim com - seus alamares, palanquim em uso até a morte da viúva. Todo o luxo con- tinuava no guarda-roupa do sargento-mór fidalgo, com casaca de veludo forrada de primavera azul com ramos brancos e calça de veludo; vés tia (44) de brocado branco guarnecida de ouro; casaca de pano pardo; capa, casaca e calça com vés tia de seda; capa, calça e vés tia de seda, tudo

41. Frei Domingos Vieira, ob. cit. V 925: "primavera - certo pano de - seda, folhagens e matizes";

42. J. Wasth Rodrigues, "Mobiliário do Brasil Antigo" 19 e 21.

43. Frei Domingos Vieira, ob. cit. IV 632: "palanquim - rede suspensa em um varal por duas pontas, na qual vai alguém sentado ou deitado; so- bre o varal corre um sobreceúu com cortinas que cobrem a pessoa - que nela vai". Deste, uma evolução para a cadeirinha, conservando o nome de palanquim, se compunha de uma rótula, ou teto adornado - no qual se fixavam os dois varais para assentarem nos ombros dos carregadores; da rótula pendia uma grande cortina. Chamavam-na, tam- bém, serpentina. Veja Tomás Ender, "O Velho Rio de Janeiro" 49 e 157.

44. Frei Domingos Vieira, ob. cit. V 925: "véstia - parte dos vestidos que cobre o tronco, com mangas ou sem elas; traz-se por debaixo da casaca". Antenor Nascentes, Dicionário da Academia Brasileira de - Letras VI 1704, edição Bloch.

com golas de ouro; e mais adornos sem faltar a cabeleira de estilo e a espada de punho de prata.

Muito ouro, muita prataria, vários imóveis rurais, armas, numero sa escravatura e criados, "todos calçados", peças de administração ani-
X mais (45) animais cavalares com ricos jaezes e numerosas éguas de criar, muares, gado vacum, inúmeras dívidas ativas e nenhuma passiva, com punham sua vultosa fortuna, verdadeira fábula para a pacata cidadezinha que era a modesta São Paulo.

TAMBORETES, BUFETES E TAPEÇARIAS

Com duas dúzias de tamboretas, como se descreve no inventário, no tamos nos seus arrolamentos a falta de cadeiras. Não as possuiria o ri co ouvidor geral? Por algum tempo percorremos a literatura histórica - sobre nossa vida nos séculos dezessete e dezoito, mas só novas leituras do próprio inventário chegaram a nos fazer duvidar do significado do - termo tamborete, parecendo-nos estranho que homem tão rico não possuis se cadeiras e usasse em sua casa vinte e quatro tamboretas, designação que se poderia aplicar a pequenos bancos como hoje se designam, mas que no inventário vêm avaliados por altíssimo preço em confronto com outros valores da época. Mais uma estranheza está na descrição de doze tambore tes "com pregadura e maçanetas douradas".

Não estaria em nível da época o valor dado aos tamboretas na ava liação, se objetivasse pequenos assentos: os doze mais antigos valiam, cada um, dois mil réis, e os mais novos quatro mil réis por unidade, is to em 1719. Tal observação se completa, comparando-se estes valores - com os comentados por Afonso d'Escragnole Taunay, de bens deixados por Sebastião Fernandes do Rego, em 1740:

"magnífico mobiliário se descreve no rol compreendendo pe-
ças de primeira ordem, de altíssimo preço para o tempo." "As
sim, por exemplo: Hua dúzia de cadeyras grandes de encosto
de sola lavrada com pregão dourado em bom uso que foi vis-
ta e avaliada em três mil e duzentos réis". (46)

Se em 1740, de "magnífico mobiliário", peças de primeira ordem", eram cadeiras avaliadas em três mil e duzentos réis cada uma, como ad-
mitir pequenos bancos, em 1719, valendo dois e quatro mil réis cada -
um? Não resta dúvida de que cadeiras rasas de couro lavrado, sem bra-
ços, eram chamadas tamboretas, como nos confirma um dicionarista. E va lêmo-nos de Frei Domingos Vieira, do seu "Tesouro da Língua Portugue-
sa" (47), utilizando seguramente o que pertence ao frade, uma vez que, à

45. Índios que pela Carta Régia de 19.11.1616, não podiam ser escravizados e deviam ser administrados sob condições.

46. Afonso d'Escragnole Taunay, "Ensaio da História Paulistana" em Anais do Museu Paulista X 163.

47. Veja nota 40.

evidência, distingue-se-lhe a redação das letras adventícias, possibilitando o aproveitamento do seu saber de arcaísmos. Tamborete para este filólogo é "cadeira rasa, sem braços; tem espaldar à diferença dos mochos, que são rasos de braços e espaldares". Podemos entender que o ouvidor usava, no luxo de sua casa, vinte e quatro cadeiras, ou "doze tamboretos feitos na Bahia, com pregadura e maçanetas douradas".

O maior uso das doze primeiras cadeiras "feitas na terra", é evidente no desgaste da travessa horizontal anterior que servia de suporte para os pés de quem nelas se assentava, e ainda o maior desgaste no couro do assento, bem visível na figura 2. As doze cadeiras feitas na Bahia possuíam, conforme inventário, madeira da época, indiscutivelmente, menos afastada, como se constata em atento exame. Na forma já exposta, do tipo destas feitas na Bahia, não só o ouvidor as usava, pois nas coleções da Cúria Metropolitana de São Paulo e do Museu Paulista, encontramos mais outras, de idêntico estilo e época, brasonadas ou não, de luxo contemporâneo.

Deixando os tamboretos pelos bufetes (ou bofetes como diziam os avaliadores de antanho) podemos registrar o que, ainda vigoroso nos seus noventa anos de idade, contava o nosso parente Roberto de Campos Bicudo, de seu avô e nosso bisavô, Pedro de Mello e Sousa, fazendeiro em Indaiatuba, falecido em 1899, para quem se não usava habitualmente o vocábulo mesa; em sua casa só havia bufetes, o que indica a generalização do nome às mesas comuns de hoje; no inventário de D. Maria Pacheco de Sousa Meneses, ou "Maria Pacheca", em 1767, foram avaliados "bofetes redondos".

Mas, vinha este nome de dois e mais séculos passados, quando tais móveis se caracterizavam pelos torneados e tremidos; e o ouvidor os possuía finíssimos", "de pés torneados e molduras", de oito palmos de comprimento, ou seja um metro e setenta e seis centímetros feito na Bahia e avaliado por 25\$000; outro também de jacarandá, de sete palmos de comprimento, ou um metro e cinquenta e quatro centímetros, com duas gavetas; um terceiro ainda de jacarandá e com duas gavetas e igual comprimento de um metro e cinquenta e quatro centímetros, e, finalmente, mais um bufete de jacarandá do qual não encontramos descrição detalhada. Para tais bufetes, tinha as "toalhas de mesa de pano fino".

"O bufete, que é uma mesa de mais amplas proporções, constitui também uma peça muito interessante. A forma é a retangular, as dimensões são duplas das de uma mesa ordinária. Os tremidos dominam na caixa; fazendo-se notar, desta forma, no rebordo da tampa e nos espelhos e molduras das gavetas", "com seis e oito pernas primorosamente trabalhadas. (48).

É o que sobre este móvel nos ensina Adolfo Morales de Los Rios Filho. E Alexandre Herculano, o grande clássico e historiador português, conforme a terminologia da época neste relato elegante:

"Em uma quadra das que serviam de aposentos reais no mosteiro da Batalha, à roda de um bufete de carvalho de lãvor antigo, cujos pés, torneados em linha espiral, eram travados por uma espécie de escabelos, que pelos topos se embebia neles, estavam assentadas várias personagens daquelas com quem o leitor já tratou nos antecedentes capítulos. Eram D. João I, Frei Lourenço Lampreia e o procurador Frei Joane. El-rei estava à cabeceira da mesa e no topo fronteiro o prior, tendo à sua direita Frei Joane". "Em cima do bufete estava estendido um grande rolo de pergaminho, no qual todos os olhos dos circunstantes se fitavam" (49).

Percorrendo inventários contemporâneos ao sargento-mór ouvidor, e anteriores, raramente encontramos referências a mesas. Sobram, entretanto, as toalhas "de mesa", as "sobre-mesas" que eram também cobertas de mesas, e os bufetes comuns nos usos seiscentistas e século seguinte (50).

Com referência aos tapetes de Arraiolos, adornos luxuosos e caros do potentado paulista, é Júlio Dantas quem nos esclarece para fazermos juízo sobre os que possuía o ouvidor:

"A curiosa exposição do Carmo, veio, ainda uma vez, chamar a atenção dos arqueólogos". "Estão ali representadas todas as formas da produção tapeceira de Arraiolos: os primitivos tapetes de sobre-arca da indústria caseira do século XVII, floridos de motivos ingênuos e populares; as suntuosas peças eruditas de 1700, de caráter acentuadamente persa" (51).

AS CADEIRAS DO OUVIDOR

Pelo início do século, havia em casa da antiga família paulista uma cadeira diferente do mobiliário, toda de couro, assento e espaldar inteiriços, lavrados com desenho e folhagens, impressionando a curiosidade infantil pelos suas características próprias. As "pessoas grandes" da casa ensinavam, e exigiam mesmo, respeitoso cuidado ao móvel vestusto; tinha sido de avoengos e constituía venerável tradição de família; havia transcorrido vidas de vários possuidores, todos da mesma estirpe, para alí estimada em casa patriarcal cujo chefe mantinha ilibados os dotes de caráter e dignidade, herdados dos seus maiores e por ele cul-

ção da Arte Brasileira" 79 e 82.

49. Alexandre Herculano, "Lendas e Narrativas" I 276 - 13a. edição.

50. José de Barros Barreto - Belmonte, "No Tempo dos Bandeirantes" 86.

51. Júlio Dantas, "Os Galos de Apolo" 189, 2a. milhar.

tivados na aspiração de transmitir aos seus descendentes o próprio "de puritate sanguinis", indissoluvelmente ligado, para a perpetuidade, à pureza dos princípios morais. Era uma das cadeiras do ouvidor que hoje já tem percorrido sete gerações e maior número de possuidores, ostentando, em nobre espaldar, o mais antigo exemplar armórico dos Amarais Gurgéis de São Paulo Capitania, lavrado na riqueza de folhagens e arabescos com arte e maestria, em solado próprio, para a perpetuação do símbolo da família, ora espalhada por todo o Brasil com efeitos históricos, realizações beneméritas, lauréis de ciência e louros acadêmicos, sublimação religiosa, lustre dos mais caros entre as velhas e grandes famílias brasileiras.

A cadeira, cognominada, entre familiares, "cadeira do Ouvidor" - pela sua origem, ou "cadeira do Padre Melchior", é puro século dezesse^{te}: a parte de madeira, de jacarandá, foi aparelhada a enxó, o que indica ter sido feita onde a marcenaria se aperfeiçoara, na época, como muitas artes, pelo profundo amor ao trabalho pelo próprio trabalho, pela dedicação do artífice que punha toda a alma na sua obra, lutando, porém, com a indigência de ferramentas apropriadas e aperfeiçoadas.

As peças da cadeira, encaixadas e que se seguram com as tradicionais cavilhas, são simples e lisas como permitiam os recursos locais, constituindo o arcabouço destinado a suportar o couro lavrado no qual se concentrou o gosto artístico e toda a decoração do móvel. O assento e espaldar de couro lavrado, com tachas douradas, se a parte da madeira é uma armação lisa, são eles de fino labor de artista hábil, trabalhados com arte e exuberância de graciosos detalhes que pela generalização vieram empolgar a sensibilidade artística dos habitantes de Portugal e de suas províncias de ultramar. Era uma das cadeiras "feitas - na terra com pregadura miúda e algum uso" ou um dos tamboretetes, como disseram os louvados no inventário.

O couro lavrado desta cadeira, pela perfeição e bom gosto, afigura obra do Reino; seria, então, apuramento do maior luxo exibido no - Brasil. Porém, em São Paulo, em meados do seiscentismo, já havia produção de tais obras de arte, como nos conta Taunay, citando o inventário de Pedro Fernandes, processado em 1653:

"diz o arrolamento de sua oficina que applicava arrumações de cadeiras de estado, dispondo de instrumentos, numerosos e variados, para a lavragem dos respectivos couros" (52).

O luxo das peças feitas em São Paulo daria lugar a maior luxo - nos móveis feitos na Bahia, como também em suas casas usava o rico fi-

52. Afonso d'Escragnole Taunay, "Bibliotecas Seiscentistas Particulares em São Paulo", na Revista de Filologia e de História II 21.

lho do "povertello" de Assis. E da documentação aqui citada apuramos que duas eram as mobílias de sala do sargento-mór ouvidor, compostas, cada uma, de doze cadeiras de couro, ou tamboretas na linguagem da época. Doze feitas na Bahia "com pregadura e maçanetas douradas" e "doze feitas na terra com pregadura miúda e algum uso". Destas doze "feitas na terra", já descritas, existem duas; seu trabalho em couro, muito perfeito, é de mais gosto, porém menos delicado que as doze feitas na Bahia cuja lavragem é de labor finíssimo; são mais amplas nos seus assentos, de espaldares baixos também brasonados, diferindo das primeiras, especialmente na menor altura dos encostos e nas dimensões que se avantajam em largura e profundidade, início de uma tendência característica das cadeiras do tempo de D. João V e, portanto, na época, mais modernas que as suas congêneres paulistanas.

Todas as cadeiras ostentam os brasões d'armas dos Amarais Gurgéis, como se um só modelo estivesse servido aos diferentes artistas quando gravaram a pala dos Gurgéis, dando esta circunstância um consolidado valor probante aos documentos armóricos que tais móveis significam. O brasão de Amaral gravado erradamente (só pela metade) na mobília "feita na terra", foi corrigido na de confecção baiana, com os seis crescentes.

A existência hoje destas cadeiras do Sargento-mor Bento do Amaral da Silva, deve-se a cuidados de particulares em cujas mão se conservam duas das feitas na terra; uma, feita na Bahia, pertence ao acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, todas identificáveis pelos detalhes descritos no processo de inventário, e pelo brasão gravado no espaldar, sendo que as "feitas na terra" nunca deixaram a propriedade de descendentes do Sargento-mór Ouvidor.

A HERÁLDICA DAS CADEIRAS

A heráldica portuguesa, esplendente nos reinados de Dom João III e de Dom Manuel, e sempre na finalidade de simbolizar a nobreza, atravessou anos e gerações, da ostentação dos torneios de outras eras, a brilhar em portadas e mobiliários com efeito decorativo que se enriquecia na opulência dos atributos armóricos, para nos dar preciosos documentos de arte e simbologia. Dos poucos móveis do seiscentismo, chegados até nós, impressiona a proporção das peças brasonadas, indicando, bem claramente, como já dissemos, o cuidado dos nobres em representar suas origens com a reprodução armórica. Então, já enriquecidos ramos cadetes de famílias nobres, que sem fortuna haviam deixado os seus lares europeus, geralmente território do glorioso Portugal, estadeavam o seu luxo adornando suas moradas com o uso de símbolos heráldicos gravados como nos saudosos solares paternos de tradição e nobreza. Assim peças armoriadas do seiscentismo, atestando o fausto de casas nobres, enriquecem uma história familiar e centralizam relatos que, de avós em avós, chegam a nossos tempos.

Ao fazer a leitura do brasão estampado nestes móveis seculares, damos com o escudo partido para a perpetuidade de símbolos de duas es tirpes: 1º o dos Gurgéis, 2º o dos Amarais, disposições que representam ou a varolinidade ou a importância da ascendência (53). Das armas dos Amarais reproduzidas só pela metade na mobília paulista, erro comum de artistas antigos que executavam a partição do escudo estendendo-a ao brasão a ser reproduzido, nada temos a dizer, sem embargo da curiosa forma dos crescentes invertidos e com pitorescos perfis humanos da velha e ingênua representação gráfica das meias luas. A iconografia do brasão dos Gurgéis, porém, exige alguma explanação, mesmo por ser a heráldica pouco versada em nosso país.

A principal figura do brasão de Gurgel é o leão rampante, contra riando armoriais luso-brasileiros que a indicam como leopardo passante. E nenhuma dúvida oferecem os desenhos, nenhuma confusão possível com um leopardo, figuras distintas de forma inconcursa na universal legislação heráldica.

Em Portugal e, portanto, no Brasil, pela palavra abalizada de Armando de Matos, se esclarece que leão "não se representa de frente, mas de perfil, seja qual for a posição que tomar enquanto leopardo sem pre se representa com a cabeça de frente (54).

Em França, para onde ainda vamos voltar a nossa atenção, P.B. - Gheusi ensina que "le léopard est un lion modifié en quelques-uns de ses attributs essentiels. Il a toujours la tête de face et laisse pen dre sa langue sur la lèvre inférieure, n'en relevant légèrement que a pointe", enquanto dá para o leão, como característico imutável, "la tête de profil" (55).

Da mesma procedência, Gourdon de Genouillac nos afirma que "le lion n'est représenté de que profil - le Léopard de face" (56), como também proclamam de Lausanne os heraldistas Galbreath e de Vevey: "un lion ayant la tête tournée de face s'appelle un léopard" (57).

Pela origem dos Gurgéis, à qual já nos referimos, citamos primei ramente especialistas franceses, sem desdenhar os espanhóis que na mes ma trilha seguem com suas afirmações em palavras de Alberto y Arturo Carraffa: "los leopards se diferencian de los leones en tres cosas e senciales" - "en que los leopards tienen la cabeza de frente, mostran do los dos ojos, en lugar de uno como los leones que la tienen de -

53. Conde de São Paio (Dom Antônio), "A Heráldica Portuguesa" em anais de Primer Congresso de Genealogia y Heraldica 132.

54. Armando de Matos, "Brasonário de Portugal".

55. P.B. Gheusi, "Le Blason Héraldique" 116

56. H. Gourdon de Genouillac, "Gramaire Héraldique" 42.

57. D. L. Galbreath et H. de Vevey, "Manuel d'Heraldique" 66.

perfil" (58). E ainda em palavras de A. de Armengol y de Pereira: "es de notar que en blason los leopardos se ponen con la cabeza siempre de frente, viendoseles los dos ojos, a diferencia de los leones, que se colocan de perfil, mostrando solo un ojo" (59).

Mesmo na heráldica inglesa que difere das latinas, a distinção entre leão e leopardo tem os mesmos característicos, dizendo-se que o leopardo "c'est tout simplement un lion dont la tête est tarée de face", como afirma A. Guerin-Segueir (60) apoiado por Iain Moncreiffe e Don Pottinger que dizem: "lions guardant (looking Towards you) become - leopards" (61).

Questão inteiramente fora de qualquer controvérsia, não admitirei a dúvidas na leitura do brasão das cadeiras cujo desenho reproduz o leão de perfil e ainda, com meridiana clareza, linguado em traços indeléveis.

Rampante é o leão das cadeiras, no ensinar de Santos Ferreira, - "firmado nas patas traseiras, tendo as dianteiras levantadas na direção do ângulo direto do chefe" (62); acompanham-no as "jumelles" em banda, peça que se não encontra na armaria portuguesa (gêminas), mas usada em França e na Espanha (gemelas). Os Brueys de Saint-André, velha família francesa, trazem-na em seu brasão que se assemelha, pelas figuras, às armas dos Gurgéis reproduzidas nas cadeiras, "d'or au lion de gueules - (la queue léopardée) armé et lampassé de sable, une jumelle d'argent remplie d'azur brochante, ambrassée des deux pattes devant du lion".

Os velhos móveis nos dão o leão, as "jumelles" ou gêminas e, em chefe, a flôr de lis, o formoso ornamento de Luíz VII de França, largamente reproduzido com muito encanto na heráldica de países latinos.

Como diz Santos Ferreira, "a flor de lis também tem sido usada como diferença, quer de per si, quer sobre a brica". E falando das diferenças, acrescenta que "a mais comum é, sem dúvida, a brica"; "seguem-se-lhe a almofada ou coxim, o anel, o cardo, o cisne, o crescente, a estrela, o ferrão, a flor de lis", "colocadas na primeira quarta parte

58. Alberto Y Arturo Garcia Carraffa, "Enciclopédia Heraldica Y Genealógica Hispano-Americana" I 157.

59. A. de Armengol y de Pereira, "Heráldica" 80.

60. A. de Guerin-Segueir, "Précis d'Héraldique Britanique" na Revista do Instituto Heráldico e Genealógico IX 339.

61. Iain Moncreiffe & Don Pottinger, "Simple Heraldry" 54.

62. L. G. dos Santos Ferreira "Armorial Português II 103.

63. L. G. dos Santos Ferreira, ob. cit. II 64 e 87.

Mais nos esclarece o Conde de São Payo (Dom Antônio) em sua brilhante comunicação ao Congresso de Heráldica e Genealogia Nobiliárquica, - quando afirma ser a diferença "geralmente escolhida entre o trifólio, o quadrifólio, o farpão, o crescente, a estrela, a flor de lis" colocada, ou no canto esquerdo do chefe, ou no centro do chefe caso chocasse com alguma peça já lá existente, ou ficasse prejudicada a estética do brasão (64) (o grifo é nosso).

Que a flor de lis do brasão das cadeiras seja uma diferença, não é absurdo admitir-se. A origem da família é francesa, é da pátria da heráldica flor de lis; outros membros da família, como Cláudio Gurgel do Amaral, requerendo e obtendo armas em 1705, quando a heráldica portuguesa ainda não registrara armas dos Gurgéis, obteve as do Amaraís tendo - por diferença "uma meia brica sanguinha com uma flor de lis de prata", isto é, usando a mesma possível diferença usada no brasão do primo-irmão, o ouvidor Bento do Amaral da Silva.

Quanto ao significado das diferenças, quer a flor de lis do brasão das cadeiras, quer a da carta de Cláudio Gurgel, poder-se-ia concluir uma origem varonil para Gurgel e linha materna para Amaral, conforme o direito heráldico português e a colocação dos brasões nas cadeiras, pela sua época século dezessete, obedientes ao velho "Regimento da Armariaria."

Observando-se o elmo nas duas cadeiras, nós o vemos perfeitamente, aberto e com as guarnições certamente de ouro, da mais antiga até aos ombros da armadura. A abertura e as guarnições que atestam nobreza antiga nas figuras 3 e 5, documentam nossas afirmativas, assim como a identidade dos brasões do Império brasileiro - "em campo azul um leão rampante armado de goles" - com o brasão da família francesa - "d'azur, au lion d'or, armé et lampassé de gueles".

GURGEL NOS ARMORIAIS PORTUGUESES

Conforme as cartas adiante citadas, o brasão de Gurgel só entrou para a armaria portuguesa em 1769, registrado pelo Rei de Armas Portugal; seu uso, entretanto, documentadamente datava de um século atrás ou de maior tempo, pois já havia dois séculos que os Gurgéis estavam estabelecidos como família luso-brasileira.

Sobre estas armas, recorrendo-se a brasonários portugueses, encontrar-se-á a imprecisão caracterizando as descrições dos tratadistas, como se faltasse, às afirmativas, segurança de conhecimento. Cronologicamente apelamos para Vilas Boas e Sampaio que, pela época do seu trabalho, não registra armas dos Gurgéis e Corjões para só descrever as de Galhardos nestas palavras: "Dom João III as deu a Zuzarte Soares Ga

64. Conde de São Paio, ob. cit. 132.

65. Antônio de Vilas Boas e Sampaio, "Nobiliarquia Portuguesa" 283.

lhardo no ano de 1529", "em campo vermelho um leopardo passante e à ilharga da cabeça uma flor de lis do mesmo em chefe; timbre o mesmo - leão" (65).

Enquanto este velho armorial nos dá um leopardo passante e por timbre o mesmo leão, Sanches de Baena, confirmando para Gurgel as armas de Gorjão, diz categoricamente: "em campo vermelho um leão de ouro (66) (não diz passante) com uma flor de lis do mesmo metal acima (e não à ilharga) da cabeça; timbre o mesmo leão. As figuras descritas por um e outro heraldista, entendem-se como passantes, por ser esta a sua habitual postura (67); mas fica-nos clara a divergência entre leopardo e leão no primeiro e leão no segundo; entre ilharga e acima da cabeça, expressão esta mais adequada e mais precisa a leão rampante, e aquela a passante.

Volvendo a Santos Ferreira, vemos em seu armorial descrição a nos dizer: "de vermelho, com um leopardo de ouro encimado por uma flor de lis do mesmo. Timbre - O leopardo do escudo" (68). No desenho seu, porém, da página 51, volume II, reproduz no timbre o leopardo diferente do leopardo do escudo, denotando imprecisão, como se hesitasse entre o leão e o leopardo, dúvida que se não reflete nos seus desenhos dos braços de Damião Dias e de Ribeira, no mesmo armorial (69).

Ora, o que nós vemos nos mais antigos documentos heráldicos dos Gurgéis, as cadeiras seiscentistas aqui reproduzidas, anteriores ao registro destas armas e aos armoriais portugueses, é o leão rampante e "une jumelle", discordando da identificação destas armas com as de Gorjão e Galhardos, estas últimas concedidas em 1529, quando já existiam em uso as armas dos Gurgéis, mais antigas que as suas semelhantes portuguesas; convencemo-nos, assim, de terem os Gurgéis o leão rampante - com as gêmeas entre as patas, e por diferença a flor de lis em chefe.

Robustece esta nossa convicção, uma outorga do Rei de Armas do Império, Luís Aleixo Boulanger, francês de nascimento, mais professor de desenho que heraldista, possivelmente autor de composições de mercês novas que muitas vezes eram apresentadas pelos próprios requerentes, outorga feita a um Gurgel. Em cartório da nossa nobreza imperial aos 27 de setembro de 1856, livro VI, fls 31, foram registradas armas de mercê nova ao comendador José Luís Campos do Amaral, também Gurgel (70); e sendo mercê nova, não lhe poderia ser concedido o elmo de pra-

65. Antonio de Vilas Boas e Sampaio, "Nobiliarquia Portuguesa" 283.

66. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. pág. LXXX.

67. L.G. dos Santos Ferreira, ob. cit. II 125.

68. L.G. dos Santos Ferreira, ob. cit. I 147.

69. L.G. dos Santos Ferreira ob. cit. II 40 e 94.

70. José Luís Campos do Amaral era fidalgo da Casa Imperial, coronel superior da Guarda Nacional, comendador da Ordem de Cristo, oficial da Ordem da Rosa; casado com Maria Joaquina Neves de Campos. Foi pai de Joaquim Mariano Campos do Amaral Gurgel (Almeida Nogueira, "Academia de Direito" VII 207), nascido em Parati, juiz municipal -

ta aberto guarnecido de ouro, como foi, o que, para nós, denota solução encontrada por Boulanger, em casos sucessórios de brasões, mas carentes de documentação comprobatória de direito de sucessão.

As armas então concedidas são, exatamente, as gravadas nas velhas cadeiras aqui tratadas, "em campo azul um leão de ouro rampante, armado de goles e tendo nas mãos um caduceu de prata", modificadas, apenas, na troca das gêmeas pelo caduceu. Admitimos que o agraciado - tenha se valido de algum exemplar de armas de seus antepassados, sem poder provar o seu direito à sucessão (71), conseguindo a mercê nova como solução. O mesmo se fez em concessões de armas dos Alvarengas de São Paulo, como discutimos em pequena tese publicada em 1973 (72). A- aquela mercê nova vem indicar os metais e os esmaltes do nosso móvel i conográfico e encaminhar os Gurgéis para um entroncamento da estirpe francesa, de igual brasão, pelo que já historiamos a origem desta gente.

CARTAS DE BRASÃO

A mais velha carta de brasão de Amaral concedida a um Amaral Gurgel, é a de Cláudio Gurgel do Amaral, datada de sete de abril de 1705, e consta da pública-forma passada por tabelião de Itu, aos 15 de novembro de 1851. Sobrinho do primeiro Cláudio, existiu o segundo Cláudio que foi procurador da cidade de Lisboa, e fidalgo da Casa Real; mas - nos interessa o primeiro do nome, o que obteve a carta de brasão. A- frânio Peixoto, fundando-se em Vieira Fazenda, nos diz da vida deste primeiro Cláudio no Rio de Janeiro:

"Em 1682, sentou praça Cláudio do Amaral Gurgel, servindo até 86. Pelos governadores Pedro Gomes, Duarte Teixeira - Chaves e João Furtado de Mendonça foi provido nos cargos de provedor da Coroa e Fazenda Real e pelo governador Se- bastião de Castro Caldas, no de provedor da Fazenda Real, juiz da Alfândega e contador dela. Também ao tempo foi juiz vereador e escrivão da Câmara. Teria mérito para tanto Atuou contra Franceses arribados e suspeitos. Em 83 irmão da Misericórdia, foi mordomo dos presos, escrivão e prove- dor de 1703 a 1705. Foi doutor pelo título que lhe dão e,

de órfãos, casado com Luisa de Almeida Gurgel; avô de Júlio Cam- pos do Amaral Gurgel batizado em Parati aos 19.1.1862, tendo por padrinho o futuro Visconde do Cruzeiro, que foi casado com Itel- vina Amélia da Silva Coelho; bisavô de Joaquim Coelho do Amaral, residente em Campinas, onde faleceu a 25.2.1973, de cujo arquivo tiramos os dados presentes. O brasão está em "Arquivo Nobiliár- quico Brasileiro" do Barão de Vasconcelos, 573, e em "Parati, Ca- minho do Ouro" de Heitor Gurgel e Edelweis Amaral, 32-33 e 205.

71. Visconde de Sanches de Baena, ob.cit. página CCXVII.

72. Celso Maria de Mello Pupo, "O Brasão dos Alvarengas" na Revista do Instituto Heráldico e Genealógico II 319.

enviuando, tomou ordens já avançado em idade. Os haveres da família consideráveis. De desavenças contra parciais de grupos contrários na cidade, atacado por populares em emboscada, recebeu ferimentos de que veio a falecer na Santa Casa. Vieira Fazenda que dá estas informações, não soube se de fato foi enterrado na Glória, como quisera, - por condição imposta na doação" (73).

Sobre o morro da Glória, conta Melo Moraes Filho, que "aquela - montanha que se agigantava, coubera em partilha a José Rangel de Macedo, em seguida a seu filho Francisco Rangel, mais tarde ao capitão Gabriel da Rocha Freire, e d'este possuidor, consta da escritura que temos a vista, passara por compra ao Dr. Cláudio Gurgel do Amaral, que em 20 de julho de 1699, a cedeu em patrimônio à Nossa Senhora da Glória" (74).

E Afrânio Peixoto ainda esclarece que "a escritura de doação do Dr. Cláudio Gurgel do Amaral de 20 de junho de 1699, do Morro da Glória à Irmandade de N. S. da Glória acrescenta ao patrimônio da Santa, as terras que adquirira em 18 de fevereiro de 1687, que consistiam em 100 braças na Práia da Carioca". "Em 1703, o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque nomeava capitão da fortaleza da Carioca ou da Glória, o Dr. Cláudio Gurgel do Amaral".

Este primeiro Cláudio, mais tarde faleceu em quarto particular da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Citamos a carta do brasão que existe, por pública forma mandada tirar em cartório de Itu pelo historiador-médico Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, e conservada pelo seu neto homônimo, também historiador de mérito, que nos presenteou com uma fotocópia da mesma. Poderíamos, assim, reproduzi-la em seus termos integrais, o que não fazemos por já estar ela publicada na Revista do Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo, volume IX, página 622. A concessão desta primeira carta conhecida, de brasão de Amaral, data de Lisboa, sete de abril de mil setecentos e cinco, cinquenta anos antes de se destruir, pelo terremoto, o cartório da Nobreza.

A segunda carta de brasão de Amaral, foi outorgada em 1760, a Francisco Carvalho da Cunha e Amaral (75), cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mór da vila de Parati, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, foi concedida a terceira carta, a José Viana do Amaral Rocha (76), natural da mesma cidade, cavaleiro professo da

73. Afrânio Peixoto, ob. cit.

74. Melo Moraes Filho, "Festas e Tradições Populares do Brasil" 277.

75. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 188 e Heitor Gurgel e Edels Amaral, "Parati, Caminho do Ouro" 204.

76. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 427.

Ordem de Cristo; e, em 1769, a quarta carta, a Francisco do Amaral Gurgel (77), senhor do engenho de Santo Antônio do Rio Fundo, o primeiro Amaral Gurgel a obter em Portugal o brasão de Gurgel, concessão que perpetuou em erro estas armas, igualando-as a outras já existentes, como forma simplista de fugir a investigações mais profundas. Depois destas, João da Costa Barros Rocha do Amaral (78), obteve a quinta carta, esquadrelando as armas dos Amaraís com as de outras ascendências, em 1802.

A documentos, juntamos aqui a história de pequenas peças armoriais. Concluindo quanto à origem dos Gurgéis, especialmente estudada pelos dois autores que se dedicaram a tal pesquisa, nosso estudo da iconografia heráldica da família aponta uma nova origem que nos parece de melhor fundamento. A concessão pelo Império do Brasil, de brasão nitidamente privativo dos de Gourgues, só se justifica por uma comum origem para esta e aquela estirpe. Não encontramos outra explicação para a aceitação pelo nosso Rei de Armas, de brasão idêntico a existente em França, para membros de uma família de origem francesa, sem que os próprios requerentes não tivessem apresentados exemplar antigo que herdaram, oferecendo para registro em cartório da nova pátria. Na falta de provas de sucessão, foram concedidas como mercê nova acompanhadas dos signos de nobreza antiga, significados no elmo de prata aberto guarnecido de ouro. E as mobílias de Bento do Amaral da Silva, vêm em nosso favor para dizermos que Gurgéis, em França, eram de Gourgues.

O OUVIDOR E HERDEIROS DA MOBÍLIA

Nasceu o ouvidor Bento do Amaral da Silva no Rio de Janeiro, em cuja Sé foi batizado aos 3 de abril de 1647. Neto de Toussaint Gurgel e de Domingas de Arão do Amaral, pertencia à nobre família que se notabilizou pela posição, pelos cargos ocupados e pela fortuna. Passou às minas buscando ouro e perlustrando suas terras e filões, até juntar grandes haveres. Rico, fixou-se em São Paulo onde viveu pacificamente em seu meio, até aos setenta e dois anos de idade, quando faleceu aos 2 de junho de 1719.

Não temos dúvida em aceitar Parnaíba, Estado de São Paulo, como a terra onde se casou (79) pelos anos de 1694, pois em 1692, ainda era solteiro. Na mesma vila nasceu sua esposa, assim como o primeiro filho do casal em 1695; havia estabelecido sua residência na cidade de São Paulo onde se manteve em grande estado, onde ocupou altos cargos e onde faleceu (80) deixando a família na abastança. Sua esposa, Escolástica de Godói, era filha de Antônio de Godói Moreira, sertanista que por prestar grandes serviços à Coroa em descobertas de minas (81), teve a

77. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 177.

78. Visconde de Sanches de Baena, ob. cit. 283.

79. Não existem os assentamentos da época; os existentes se iniciam em

80. Arquivo Público do Estado, inventários. 1722.

81. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, ob. cit. XXXII 255.

honra de receber carta de agradecimento firmada pelo próprio punho del rei Dom Pedro II, em 1698.

Os Godóis eram fidalgos com brasão de armas, descendentes de nobre castelhano que passou a São Paulo no domínio de Castela, constituindo família ilustre pelos seus feitos de homens públicos, bandeirantes e ocupados em muitos campos de atividade. A mãe de Escolástica de Godói, Ana de Lima e Moraes, maior número de fidalgos contava entre seus avós, pois era filha do capitão Guilherme Ponpeu de Almeida, capitão-mór da vila de Parnaíba, fundador da capela de Nossa Senhora da Conceição do Voturuna, que dotou com ricos ornamentos e vultoso patrimônio, cuja administração instituiu para o seu filho padre, o creso paulista e seu homônimo, com sucessor em seu genro Antônio de Godói Moreira.

Escolástica de Godói, viúva, conservou em sua meação a grande fazenda do Emboaçava para continuar no fausto da vida com o primeiro marido. Fez o seu testamento com longas declarações de fé e recomendação de bens de alma; declarou ter sido casada em primeiras núpcias com o sargento-mór Bento do Amaral da Silva de quem teve onze filhos, "seis machos e cinco fêmeas" (82). Não poderia, porém, viúva tão rica se ter livrado de novos candidatos e, assim, deixou-se agradar por um fidalgo vindo para estas terras de mãos vazias, e o desposou, tornando-se a senhora do sargento-mór José Pinto de Mesquita e Castro, hábil no gastar e que, falecida Escolástica de Godói aos 6 de novembro de 1736, já sofria no ano seguinte um mandado de penhora de seus bens. Deste casal ficou um filho.

Como já vimos, o sargento-mór ouvidor Bento do Amaral da Silva possuía duas mobílias, de doze cadeiras cada uma. A mais nova feita na Bahia, com pregadura e maçanetas douradas da qual identificamos uma de propriedade do Museu de Arte Sacra de São Paulo, mobília que Bento do Amaral deixou em uso na capital, permanecendo em poder da viúva Escolástica até sua morte em 1736, quando em processamento de inventário de seus bens (83), foi arrematada pelo herdeiro licenciado Manuel Bezerra Cavalcante, casado com Mécia Gurgel do Amaral (84). A mobília mais velha, já com "algum uso" no falecimento do proprietário, "feita na terra", coube ao filho primogênito capitão José do Amaral Gurgel, e do seiscentismo à proximidade de nossos dias, teve descendentes que por ela zelassem até ser dividida por volta de 1869, como vai historiado à vista de inventários e outros documentos que confirmam a tradição.

O capitão José do Amaral Gurgel, primogênito do ouvidor, nasceu em Parnaíba onde foi batizado em 1695; depois de residir em São Paulo com os pais, ainda solteiro mudou-se para Itu a cuidar de sua sesmaria

82. Arquivo Público do Estado, inventários.

83. Arquivo Público do Estado, inventários.

84. Luís Gonzaga da Silva Leme, ob. cit. VI 141.

e ser senhor de engenho (85), para lá transportando a mobília paulista na herdada do pai. Em Itu, aos 23 de maio de 1730, casou-se na matriz de Nossa Senhora da Candelária (86), com Escolástica de Arruda Leite - Ferraz, filho do capitão Pedro Dias Leite, dos Lemes antigos da capitania, e de Antônia de Arruda, dos Arrudas, Botelhos e São Paio (87), famílias das mais distintas de São Paulo. Foi o casamento testemunhado - pelo então sargento-mór João de Mello do Rego e pelo capitão-mór Manuel de São Paio Pacheco, ambos da mais alta nobreza da terra e todos, nupcias e testemunhas, fidalgos de brasão de armas. Foram seus filhos:

1. José de Arruda Gurgel, casado duas vezes, a primeira em Itu no ano de 1758, e a segunda em Sorocaba no ano de - 1768.
2. Rita de Arruda Gurgel, casada em Itu em 1761.
3. Vicente Férrer do Amaral, que continua.
4. Antônio do Amaral Gurgel, casado em Itu em 1761.
5. Maria do Amaral, falecida solteira.
6. Ana do Amaral, casada em Itu em 1752, com José Pais de Campos.
7. Antônia de Arruda, casada em Itu em 1761, com Bento Leme César.
8. Teresa de Jesus Amaral, casada em Itu em 1767, com Antônio Rodrigues Leite de São Paio; são os avós paternos - do Visconde de Indaiatuba.
9. Joaquim do Amaral Gurgel.

José do Amaral Gurgel foi o primeiro juiz ordinário de Itu (88) - onde passou sua vida e onde faleceu com mais de setenta anos de idade, legando a mobília, que recebera do pai, a seu filho Vicente Férrer do Amaral. E para bem assegurar a identificação do móvel iconográfico que alicerça nossas conclusões, continuaremos nas gerações que o possuíram.

Nasceu Vicente Férrer do Amaral em Itu, mas foi batizado na Sé - de São Paulo a 9 de julho de 1735, tendo por padrinhos a sua avó paterna Escolástica de Godói e o seu tio paterno Guilherme do Amaral Gurgel. Sempre residiu em Itu, em cuja matriz de Nossa Senhora da Candelária - casou-se às 17,30 horas de 11 de dezembro de 1769, com Brígida Soares de Camargo, nascida e batizada na vila de Cotia, aos 3 de março de 1754 filha de Inácio Soares de Barros e de Marta Maria de Camargo Lima, por quem trouxe o sangue dos célebres Camargos da capitania.

Vicente Férrer, como o pai, foi senhor de engenho, homem de pos-

85. Arquivo Público do Estado, sesmarias XXX 71 e XLI 14v.

86. Cúria Diocesana de Jundiá.

87. Entre São Paio e Sampaio, procuramos conservar a forma usada pelo portador do apelido.

88. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, ob. cit XXXII 258

ses, tinha várias propriedades agrícolas, animais escravatura e "uma morada de casas no pátio da Matriz", de dois lanços (89), de taipa de pilão, confinando com casas do capitão Inácio Xavier Pais de Campos e de Agostinha Rodrigues Bueno. Na sala principal desta casa, usava a mobília brasonada que pertencera a seu avô paterno. Do seu casamento teve os filhos:

1. Ana do Amaral Gurgel (1771) casada em Itu em 1797 com o tenente João Manuel Gil Ferreira, de quem foi segunda mulher.
2. Maria do Amaral Gurgel (1773) casada depois de 1809 com o guarda-mór Manuel José Vaz Botelho, de quem, também, foi segunda mulher.
3. Antônia de Pádua do Amaral (1775) casada em Itu, em 1797, com o tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio.
4. José, falecido na infância (1776).
5. Padre Melchior de Pontes do Amaral (1777).
6. João Evangelista do Amaral (1778), casado em Porto Feliz, em 1802 com Gertrudes do Amaral Campos.
7. Brígida Soares de Camargo (1781) falecida solteira.
8. Gertrudes Soares de Camargo (1785) casada em 1801, em Itu, com o Capitão José Inácio de Camargo Penteado.
9. Francisca Soares do Amaral (1788) falecida solteira.
10. Capitão Boaventura do Amaral Camargo (1789) mártir da Venda Grande em Campinas, em 1842.
11. Bernarda (1790) falecida na infância.
12. Tomás José do Amaral Gurgel (1791), casado em Campinas em 1815 com Maria da Lapa Barbosa.

Dos filhos homens do casal, o mais velho, Melchior, ao se fazer sacerdote, para o que deveria instituir um patrimônio como exigiam, então, os cânones da Igreja, teve-o feito por Vicente Férrer e sua mulher, instituindo este patrimônio aos 24 de novembro de 1805, constante da casa do pátio da matriz de Itu, casa que, com a velha mobília brasonada, passou, depois da morte de Vicente Férrer do Amaral em 23 de julho de 1812, a pertencer ao filho padre.

O Padre Melchior de Pontes do Amaral foi, por alguns, erradamente chamado Belchior. Ainda que assim se tenha registrado no assentamento de batismo em Itu aos 3 de janeiro de 1777, o seu verdadeiro nome e

89. Esta casa, quando já pertencia à filha de Vicente Férrer, Francisca Soares do Amaral, foi lançada para pagamento do imposto predial de 1865-66, que se calculava pelas aberturas da fachada, pelas janelas que abriam para a rua da frente; tinha a casa três aberturas e mais a porta com duas janelas de um lado e uma do outro. Quanto a lanço, já tratamos na nota 36.



ra Melchior, como sempre usou em todos os documentos de sua vida e como sempre assinou de seu próprio punho, nome, aliás, em sua lembrança, posto em sobrinhos e sobrinhos netos pela estima e respeito que merecia o parente padre. Antes de se ordenar, com mais dois irmãos requereu em princípios de 1795, as diligências para sua habilitação "de genere", o que fez com esclarecimentos interessantes a qualquer estudo genealógico:

"Dizem Melchior de Pontes do Amaral, Boaventura Gurgel de - Camargo (90) e Tomaz José do Amaral Gurgel, batizados na - Matriz da Freguesia de N.ª Senhora da Candelária da Vila de Itu; filhos legítimos de Vicente Férrer do Amaral, batizado na Sé Catedral dessa cidade, e de Brígida Soares de Camargo, batizada na Matriz de N.ª Senhora do Monserrate da - Freguesia da Cotia; netos pela parte paterna de José do Amaral Gurgel, batizado na Matriz da Freguesia de Sant'Ana da Vila de Parnaíba, e de sua mulher Escolástica de Arruda Leite, batizada na predita Matriz da Vila de Itu; e pela parte materna netos do Capitão Inácio Soares de Barros e de sua mulher D.ª Marta Maria de Camargo Lima, ambos batizados na dita Matriz da Freguesia da Cotia, todas deste Bispo, que eles desejam ser admitidos a se lhes fazerem diligência de genere..."(91)

Ordenado, residia o padre Melchior em Itu onde foi proprietário da casa da herança paterna no pátio da Matriz, e da velha e avoenga mobília brasonada completa. Nesta casa, José Vaz Pinto de Mello (92) sobrinho neto do padre, conheceu a velha mobília como cara tradição dos seus antepassados; na mesma casa e com o padre, resideram suas irmãs - solteiras mesmo depois de ter o padre Melchior mudado para Capivari, - sem nada levar do mobiliário da casa de Itu.

O padre Melchior, informa-nos Nardy Filho, "foi sacerdote virtuoso e ilustrado, dando-se ao estudo de jurisprudência e advocacia, abriu seu escritório de advogado em Itu, sua terra natal": "foi consciencioso e dedicado; representou a Câmara e o povo de Itu em São Paulo em 1822, pela chegada do Príncipe Regente, fez parte da comissão encarregada pela Câmara de apresentar emendas ao projeto de Constituição apresentado às Câmaras por D. Pedro I, tendo também ocupado diversos e honrosos cargos na administração de sua terra natal" (93).

Antônio Pompeu de Camargo em seu "Os Paulistas e a Igreja" conta que os padres do Patrocínio tiveram idéias Kantianas, depois abandona-

90. Realmente se chamou Boaventura do Amaral Camargo e tinha seis anos quando se fez o requerimento.

91. Cúria Metropolitana de São Paulo.

92. Um dos maiores comissários de café, na ocasião.

93. Francisco Nardy Filho, "A Cidade de Itu" IV 57.

das, combatidas na época "principalmente pelo teólogo Frei Inácio de Santa Justina e pelos padres Melchior Soares do Amaral e Antônio Pacheco da Silva". Anota ainda Pompeu, falando do Padre Melchior, que "vimos este padre como primo do padre Feijó"; e a página 150, ao tratar do mesmo, mas sob o nome certo de Melchior de Pontes do Amaral, admite a possibilidade dos dois nomes se referirem ao mesmo sacerdote (94). E efetivamente eram de uma só pessoa e de um primo-irmão do padre Feijó.

Gozando de grande estima residiu o padre também em Capivari, onde já havia sido vigário da paróquia de 1827 a 1829, e onde finou-se - no dizer do obituário:

"Padre Melchior de Pontes Amaral. Aos 15 de março de 1850, nesta Vila, faleceu hidrópico, com todos os sacramentos o Padre Melchior de Pontes Amaral, de setenta e três anos: foi envolto em hábito clerical, acompanhado e solenemente encomendado, e sepultado nesta Igreja de Capivari". (a) O Vig^o Fabiano Je. Mor^a de Camargo (95).

O inventário de seus bens foi requerido nesta mesma vila de Capivari com a declaração de possuir, entre outros, "umas casas na cidade de Itu" e "trastes que deixou à sua irmã D. Francisca Soares do Amaral". Este inventário não teve prosseguimento, requerendo mais tarde em Itu, esta sua irmã, Francisca Soares do Amaral, então única solteira viva, - outro inventário que se consumou e destinou a ela mesma, a casa do pátio da Matriz por desistência dos sobrinhos e sobrinhos netos, e a mobília brasonada que já lhe pertencia por doação (96).

A donatária e herdeira do padre Melchior, Francisca Soares do Amaral, nasceu em Itu em 1788, tendo vivido solteira com os seus pais e o irmão padre. Falecendo, seus bens foram inventariados em Itu em 1869; da mobília brasonada, peças foram doadas a sobrinhos seus. Por esta ocasião, residia em Santos o sobrinho neto do Padre Melchior e de Francisca, José Vaz Pinto de Mello que voltando à Itu para representar esta cidade na Convenção Republicana de 1873, muito lamentou não ter recebido uma cadeira brasonada, o que levou a sua prima e comadre, professora conhecida como Dona Aninha Mestra, a fazer-lhe presente da sua que foi levada para Santos, para o sobrado residencial do largo do Rosário.

Este novo proprietário de uma das cadeiras, neto paterno do tenente Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônio de Pádua do Amaral, era filho do austero Pedro de Mello e Souza (97). Antes de sua

94. Antônio Pompeu de Camargo, "Os Paulistas e a Igreja" II 57 e 150.

95. Cúria Diocesana de Piracicaba.

96. Segundo Tabelionato de Itu.

97. Pedro de Mello e Sousa, genealogista que, quando se admiravam de seus conhecimentos genealógicos, respondia: "o meu pai conhecia - muito mais". Foi citado pelo grande genealogista Luís Gonzaga da Silva Leme em sua monumental obra "Genealogia Paulistana" V v e IV

morte aos 17 de maio de 1917, doou a cadeira a seu filho Pedro de Mello que, também em fim de vida fez doação da cadeira a seu sobrinho, o atual proprietário.

Nas doações feitas em Itu, uma outra cadeira da mobília coube ao sobrinho do padre Melchior, José Balduino do Amaral Gurgel, filho também de Balduino de Mello Castanho e São Paio e de Antônia de Pádua do Amaral. Fazendeiro de Indaiatuba, doou entre 1880 e 1885, a sua cadeira a seu sobrinho carnal engenheiro Pedro de Mello e Souza Junior. E foi curioso o peregrinar desta segunda cadeira com o seu proprietário engenheiro arquiteto que, em 1885 resolveu ir aos Estados Unidos da América do Norte, onde se havia diplomado, levando engradada a cadeira; encarregado de trabalho urbanístico em Ítaca, para lá partiu.

Embarcou o engenheiro em Santos no vapor "Guadiana" da Mala Real Inglesa que, ao passar por Abrolhos, bateu numa rocha e naufragou, salvando-se Pedro de Mello e a cadeira em barco de um português que os levou à cidade de Caravelas onde ficaram três dias; seguiram depois para a Bahia a bordo do "calhambeque Marinho Visconde" do qual passaram para o vapor Nilo da Mala Real, continuando a viagem para Lisboa, Vigo e - Southampton. Desta cidade, a bordo do "Dominique", em dez dias estavam em Brooklyn onde todos queriam saber a idade da cadeira. A permanência do engenheiro em Ítaca foi de quatro anos, voltando ao Brasil em 1889, pelo vapor "City of Rio"; residiu dez anos em Santos, mudando-se em 1910, para sua chácara "Arcádia" na freguesia do Ó em São Paulo. Em 1936, doou a seu sobrinho-neto, como presente de núpcias, a sua tricentenária cadeira.

COLATERAIS E DESCENDENTES

Filhos de Mécia de Arão Gurgel e José Nunes da Silva (este filho de Antônio Nunes da Silva, nascido em 1578, em Azinhaga, Santarém, casado em 1608, com Maria Jordão) (98), foram o sargento-mór ouvidor Bento do Amaral da Silva e Francisco do Amaral Gurgel "um dos homens mais principais e afazendados da dita capitania", nomeado capitão-mór e governador da capitania de São Paulo por carta do governador geral do Rio de Janeiro, de 5 de fevereiro de 1709, cuja posse se deu a 1º de março do mesmo Ano, para ocupá-lo até 1711, quando a capitania passou, por venda, ao domínio da Coroa.

Bento do Amaral da Silva casou-se em Parnaíba, dentro do seiscenismo, com Escolástica de Godói, de tradicional família paulista, para ser o tronco dos Amaraes Gurgéis do Estado de São Paulo. Dentre seus -

245, dizendo: "ajudado pelo inteligente velho Pedro de Mello", que para ele era "caráter de rija têmpera, notável pela memória, que conservou até os últimos anos de sua vida, constituindo depositário de quem as gerações de hoje iam receber as tradições dos seus antepassados".

98. Carlos G. Rheingantz, ob. cit. II 367.

irmãos, destacou-se pela descendência no Rio de Janeiro, Domingas do Amaral, casada com Manuel Martins Quaresma, e que foi trisavó de Joana Maria da Fonseca casada com o marechal José Joaquim de Lima e Silva, do tenente coronel Antônio da Fonseca Costa e da Marquesa de Vila Real da Praia Grande; tetravó do marechal Francisco de Lima e Silva, do Barão de Suruí, do Visconde de Magé, do Marquês da Gávea e do segundo Visconde de Vila Real da Praia Grande; pentavó do Duque de Caxias, do Conde de Tocantins, do Visconde da Penha, da Baronesa de Suruí e outros titulares na rica árvore de sua grande descendência.

Seu sangue chegou até a casas da mais alta nobreza de Portugal, - como é o caso do ramo paulista que passou ao Paraná pelo neto de Bento do Amaral da Silva, o capitão-mór de Lages, Bento do Amaral Gurgel, filho de Isidora do Amaral, antepassado de grandes figuras como Ubaldino do Amaral Fontoura, senador, ministro do Supremo Tribunal, presidente do Banco do Brasil (99), ramo a que pertencia a sobrinha de Ubaldino, - filha de Maria Narcisa Cândida do Amaral Fontoura, Eugênia Lopes de Oliveira Prestes que foi mãe de outra Eugênia Adelaide Lopes de Oliveira Brestes (depois de Macedo Soares), casada com o embaixador José Roberto de Macedo Soares e mãe do diplomata José Augusto Prestes de Macedo Soares, casado com Maria Tereza de Castelo Branco, falecida, filha dos 10^{os} Condes de Pombeiro, neta paterna dos 4^{os} Marqueses de Belas (100), e mãe de José Antônio, José Luís e José Roberto de Castelo Branco de Macedo Soares.

No Estado de São Paulo, honram a família o capitão Boaventura - do Amaral Camargo, herói-martir da Venda Grande em Campinas, em 1842; o Visconde de Indaiatuba, notável chefe liberal, paladino da colonização do braço livre e destacado abolicionista; o jornalista e historiador Leopoldo do Amaral; o filantropo e grande benfeitor da Santa Casa de Campinas, Antônio Carlos do Amaral Lapa; o reputado professor Quirino do Amaral Campos; a boníssima senhora Ana Leonísia do Amaral Camargo, esposa do advogado Cândido Ferreira da Silva Camargo; o Coronel João Carlos do Amaral, grande proprietário rural no local que se tornou conhecido como bairro dos Amarais; Francisco Inácio do Amaral Lapa, hoje sede da Sociedade Hípica, todos de Campinas. E ainda a Baronesa - de Serra Negra; o acadêmico, poeta e prosador Amadeu Amaral, da Academia Brasileira de Letras; o cônego Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, doutor em leis, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (101) deputado provincial e geral, membro do Conselho Geral da Província, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Cavaleiro da Ordem de Cris-

99. Dunshee de Abranches, "Governos e Congressos da República" I 257.

100. Antônio Joaquim de Macedo Soares, "Nobiliarquia Fluminense" II - 304 e Afonso Eduardo Martins Zuquete, "Nobreza de Portugal e do Brasil" III 154.

101. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, ob. cit II 62.

to; Tarsila Amaral, famosa pintora; Ana Cândida do Amaral que pelo seu casamento foi mãe do laureado pintor Almeida Júnior; o grande benfeitor dos febreiros de Sorocaba, monsenhor João Soares do Amaral; e tantos mais que deveríamos citar se nosso trabalho comportasse.